



Discursos e Percursos na Delinquência Juvenil Feminina

Vera Mónica Duarte

Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina

Vera Mónica Duarte



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais

Prefácio

Manuela Ivone Cunha

Resultado de uma investigação de doutoramento, esta é uma publicação que fazia falta a vários títulos. Em primeiro lugar, por dar a conhecer uma realidade do Portugal contemporâneo – tanto no que se desconhecia de todo ou no que ainda não se sabia dela, nas suas zonas de sombra ou de invisibilidade, quanto nas suas transformações mais recentes. Trata-se do universo das raparigas em conflito com a lei, mais exatamente aquelas que foram objeto de intervenção do sistema tutelar educativo e que cumprem medidas tutelares quer numa instituição, quer na comunidade. O trabalho de Vera Duarte retrata de maneira atenta e sensível as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida destas raparigas. Com essa atenção e sensibilidade consegue captar, através de um olhar mais analítico, configurações transversais, tendências e percursos-tipo nesse panorama afinal relativamente heterogéneo que é o da delinquência juvenil feminina, sem com isso perder de vista as especificidades e matizes que compõem a riqueza das vozes individuais das suas interlocutoras.

É também em parte esse olhar cuidadoso e atento que, ao não escamotear dimensão alguma das realidades que entrevê, consegue incorporar a inescapável perspetiva de género sem cair nas recorrentes armadilhas que infestam a representação sobre raparigas e mulheres em conflito com a lei. Identifica contextos de risco, constrangimentos estruturais, percursos de vitimação, mas não as reduz à condição abstrata de vítimas sem agencialidade própria. Para tal contribui também uma abertura teórica que, em vez de se se prestar ao anátema do ecletismo incoerente, combina inteligentemente diferentes prismas, desde o interacionismo às teorias da ação estruturada, para iluminar diferentes aspetos da realidade.

Esta combinatória, por outro lado, equipou melhor esta investigadora para minimizar o risco de exotização da vida das suas interlocutoras, ou seja, o de essencializar e exagerar a sua singularidade e diferença. Esta é, de facto, uma área especialmente atreita a pechas como o psicologismo e o sociocentrismo, especialmente saliente no que respeita a ideias de família ou de responsabilidade parental descontextualizadas das condições sócio-estruturais em que

certos quadros se produzem e que alimentam o uso generalizado e pretensamente autoexplicativo de chavões como o de “famílias destruturadas” ou “disfuncionais”.

Referi atrás que este trabalho era necessário a vários títulos, sendo o primeiro a sua importância para o melhor conhecimento de uma realidade portuguesa, e a sua relevância para uma reflexão sobre a intervenção das instituições e o desenho de políticas voltadas para esta população juvenil. Mas é também, em segundo lugar, um trabalho importante a um outro título. Ele contribui para alargar e diversificar um terreno de produção científica e uma base de comparação bibliográfica excessivamente dominados e moldados pela investigação em contextos anglo-americanos. Acontece que, como tem vindo a ser cada vez mais reconhecido, essa investigação reflete inevitavelmente as especificidades sócio-históricas e os contornos culturais desses contextos – por exemplo, em termos de ideologias e práticas de género, de intersecção de “raça”, etnicidade e classe, entre outros – que não são necessariamente os mesmos que caracterizam, por exemplo, estratos populares da Europa do sul. E, inevitavelmente também, as especificidades dos contextos empíricos dessa investigação projetam-se nos próprios conceitos utilizados, nos tópicos estudados, e retroalimentam as especificidades teóricas, as quais não são exportáveis sem cautela para a leitura de outras realidades.

Não se trata, portanto, de investigação neutra e asséptica, mas carece da mediação prévia da questão da comparabilidade dos materiais empíricos – a par do necessário diálogo teórico. Tende-se de facto a universalizar tendências particulares e a tomar por universal a investigação que emana de países do “centro”, esquecendo que a sua base não é menos localizada do que a que emana dos países da “periferia” – se quisermos utilizar estas categorias espaciais –, exatamente da mesma maneira que se tende a tomar por universal e neutra do ponto de vista do género a investigação sobre universos masculinos, não tendo em conta que ela não é menos marcada pelo género do que a relativa a universos femininos. São assimetrias que interiorizámos, em parte como efeito da hegemonia geopolítica na ciência.

Por esta razão espero que o trabalho de Vera Duarte suscite a atenção que merece aquém e além-fronteiras, e que não seja secundarizado por aquilo a que Gustavo Lins Ribeiro, na linha de Dipesh Chakrabarty, chamou de “cosmopolitismo provinciano” para se referir ao conhecimento que centros não hegemónicos têm da produção de centros hegemónicos – mas ignorando, no mesmo passo, a produção da “periferia” e de materiais mais próximos, cuja comparabilidade pode ser bem menos problemática. Trata-se, afinal, do exato reverso do “provincianismo metropolitano”, isto é, a ignorância por parte de centros hegemónicos em relação à produção de centros não

hegemônicos, mesmo que este provincianismo, ao contrário daquele, tenha uma base sociolinguística, pois é monoglota, assente na predominância do inglês, enquanto a periferia é plurilingue. Seja como for, reitero esperar que este trabalho contribua para alimentar a diversidade necessária à criatividade científica e para contrariar o fechamento sociológico e teórico na abordagem deste universo temático.

Notas prévias e agradecimentos

Este livro é o resultado de uma tese de doutoramento em Sociologia, que nasceu de um percurso profissional, académico e de investigação voltado para as áreas do crime, do desvio e das marginalidades. Um ‘relatório de aprendizagem de Sociologia’ que possibilitou o aprofundamento de um olhar sobre a realidade, mas um olhar implicado, que ressoa a preocupação social com a construção das (in)visibilidades de género na delinquência juvenil. Sabemos todos muito pouco sobre a delinquência juvenil no feminino e menos ainda sobre os sentidos e os significados que as experiências transgressivas e os percursos delinquentes têm nas vidas destas jovens. Este pouco conhecimento não deixa de ser um sintoma da falta de interesse que marca algumas áreas da Sociologia. Pretende-se que este trabalho possa diminuir estas ausências e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, tendo sempre presente que “o importante é fazer insinuar o social (...) em vez de fabricar a ilusão da sua posse” (Pais, 2002: 30).

O projeto de doutoramento *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*, apresentado em outubro de 2011 à Universidade do Minho, foi apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através da atribuição de Bolsa de Investigação e financiado pelo QREN – POPH – Tipologia 4.1 – Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES.

* * *

Uma caminhada como esta, aparentemente solitária, é feita de muitas pessoas e de esforços partilhados e, por isso, a todos aqueles e aquelas que me ajudaram na realização deste trabalho, facilitando o seu desenvolvimento e possibilitando a sua concretização, expresso a minha gratidão e reconhecimento.

À Direção-Geral de Reinserção Social agradeço a autorização para a recolha dos dados e o acesso aos quotidianos institucionais. A cordialidade com que fui recebida no Centro Educativo e nas Equipas Tutelares Educativas

e a disponibilidade manifestada foram fundamentais nas aproximações e entrada no terreno.

Um agradecimento especial às jovens que participaram neste estudo. Os retalhos de vida que partilharam comigo ficarão impressos na memória deste trabalho.

Ao Professor Doutor Albertino Gonçalves e à Professora Doutora Manuela Ivone Cunha agradeço o crescimento e amadurecimento intelectual que me proporcionaram na orientação, mas acima tudo a amizade que construímos. À Professora Doutora Helena Machado e à Professora Doutora Raquel Matos agradeço as excelentes intervenções na qualidade de arguentes nas provas públicas de defesa da dissertação, que muito contribuíram para as novas reflexões que se iniciaram com a conclusão deste trabalho. Um agradecimento especial ao Professor Doutor Carlos Silva, sempre presente mesmo na distância, reafirmando a amizade e o estímulo permanente.

Uma palavra de agradecimento ao Instituto Superior da Maia e, especialmente, à coordenação da área da Criminologia, pelas oportunidades e pela confiança que têm depositado em mim. Ao Juiz Conselheiro Manuel Simas Santos agradeço a amizade, as palavras de incentivo, o entusiasmo mas, particularmente, ter acreditado em mim.

Volvidos onze anos de docência, não posso deixar de dirigir palavras de agradecimento aos meus alunos e às minhas alunas, com quem aprendi, como nos diz Paulo Freire, que *há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender*.

Aos meus amigos e amigas agradeço o apoio incondicional. À Célia Carpinteira, à Teresa Castro e à Sofia Neves obrigada pela amizade sólida e verdadeira que nos tem unido ao longo destes anos, que já não são poucos. Ao Paulo Rio agradeço o afeto inestimável, as palavras reconfortantes e a presença generosa. À Maria João Leote de Carvalho agradeço os tantos e inesquecíveis diálogos, as sugestões e ideias valiosas que partilhamos.

À minha Família, não há nada como vos ter, da forma como nos temos. Chegar ao fim deste longo percurso teria sido muito difícil sem o apoio que sempre me transmitiram, sem as palavras de estímulo que nunca se esgotaram e as alegrias que me proporcionaram. Ao Nuno, obrigada por teres aparecido na minha vida e com isso teres trazido tanta felicidade e harmonia.

Como diz Antoine de Saint-Exupéry, *aqueles que passam por nós não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós*.

Introdução

Dos rumores aos rumos

“Dois casos em menos de uma semana fizeram soar os alarmes. Primeiro foi Filipa, 13 anos, pontapeada brutalmente em todo o corpo, inclusive no rosto e na cabeça, por uma rapariga de 15 e outra de 16. Depois foi Bruna, 14 anos, agredida 17 vezes com um x-ato por uma rapariga de 17, em Mem Martins. Os jovens estão mais violentos? Foi tudo um alarme provocado por uma intensa atenção dos *media*? Ou a sociedade tem estado de olhos fechados para a violência juvenil?”¹. As notícias sobre o fenómeno multiplicam-se e parece ter-se instalado mais um alarme social²: os jovens estão mais violentos e, se antes eram só os rapazes, agora também são as raparigas. As opiniões proliferam pelos diferentes meios de comunicação social. Os sentimentos de indignação ecoam nas expressões de que vivemos em sociedade permissivas e com falta de valores, de que a Família e a Escola não têm sido contentoras e que têm falhado nos planos de integração, ou apontando o dedo para a violência gratuita que é veiculada pelos *mass media*. Adensam-se os discursos de “tolerância zero”, mas a questão parece persistir. Esta tendência reflete um aumento real da violência praticada por raparigas ou mudanças na reação social ao comportamento destas?

A constatação de que se tem assistido a um crescimento na ocorrência de comportamentos transgressivos cometidos por raparigas, bem como a uma intensificação na opinião pública da noção de que estas se estão a tornar mais violentas e propensas à delinquência, não tem sido acompanhada de uma real atenção ao fenómeno, que continua a ser explicado a reboque da delinquência juvenil masculina. Argumentar a invisibilidade a que a delinquência feminina tem estado votada é um dos principais desafios que este tema coloca e que aqui devemos introduzir.

Em conformidade com alguns investigadores de diferentes áreas científicas (psicologia, criminologia, sociologia) e variados países – Shaw e Dubois (1995), Leschied *et al.* (2000) no Canadá; Campbell (1984), Chesney-Lind

¹ *Jornal i*, de 1 de junho de 2011.

² Esta ideia de alarme social surge associada ao conceito de *moral panics* desenvolvido por Stanley Cohen (2002).

(1997), Hoyt e Scherer (1998), Miller (2001), Steffensmeier *et al.* (2003a, 2005), Zahn *et al.* (2008, 2010) nos EUA; Burman, Batchelor e Brown (2001, 2003) na Escócia; Gelsthorpe e Worrall (2009), Arnull e Eagle (2009) na Inglaterra; Assis e Constantino (2001) no Brasil; Armott (2010) na Nova Zelândia) –, esta pesquisa pretende sublinhar a falta de investigação sobre o fenómeno da delinquência juvenil no feminino, atendendo às implicações desta invisibilidade nos campos conceptual e analítico, assim como nas dimensões práticas da intervenção. Tal como as teorias criminológicas foram inicialmente concebidas para explicar a delinquência dos rapazes, também o sistema judiciário foi pensado em função da realidade masculina. Então vejamos.

Embora as categorias de juventude, delinquência e género se entrecruzem, a pesquisa realizada tem mantido uma perspectiva de género “por defeito”, ou seja, quer nas (sub)culturas juvenis, quer na delinquência, estabeleceu-se a figura masculina como norma e invisibiliza-se a presença feminina. Retratada pelas características das feminilidades clássicas (branca, de classe média e heterossexual...) ou como vítima, a figura feminina torna-se invisível como agressora e, quando surge no quadro da delinquência, perpetua imagens e representações estereotipadas, eivadas de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização dos comportamentos.

Isoladamente, as teorias não têm sido suficientes para explicar a complexidade do fenómeno, embora seja visível uma reconstrução discursiva em torno da figura feminina e a emergência de uma literatura mais sensível ao género que tem revelado considerações importantes relativamente às diferenças de género nas expressões da transgressão. As investigações (quantitativas e qualitativas) sobre este fenómeno não só têm produzido resultados contraditórios, como têm mostrado que esses resultados são insuficientes para a sua caracterização. É um fenómeno que está em aberto numa multiplicidade de frentes.

Além disto, as estatísticas são parcas, não espelham a realidade e não estão discriminadas por género. As abordagens comparativas entre diferentes países têm sido o reflexo das lacunas apresentadas pelas estatísticas, das diferenças de classificação dos fenómenos e das diferentes molduras penais. A constante secundarização da delinquência juvenil feminina tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países, a ausência de um enfoque autónomo no fenómeno, o qual surge quase sempre diluído em análises mais amplas sobre a delinquência juvenil.

A estas constatações junta-se um outro desafio que se prende com as utilizações do conceito de delinquência juvenil, com os seus recortes conceptuais e com o questionamento das suas fronteiras quando aplicado à realidade

da transgressão feminina. Reconhecendo que qualificar um comportamento como delinquente é tão variável como os contextos socioculturais e jurídicos onde está inserido, optou-se por utilizar o conceito de delinquência juvenil entre aspas.

Além de pretender ser um contributo para desocultar essas invisibilidades, esta pesquisa aspira, também, construir uma entrada teórica e metodológica sensível à situação de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma discursiva como é dado sentido a essas experiências. Esta opção serviu três principais propósitos. Primeiro, responder à propalada insuficiência de estudos que descrevam os cenários vivenciais e quotidianos de jovens delinquentes. A importância em elencar as causas não deve ocultar a necessidade de compreender as lógicas da ação. Segundo, romper com o duplo silenciamento a que a figura feminina tem estado votada na esfera da delinquência. Silenciamento por serem raras as vozes femininas até mesmo quando os conhecimentos são sobre si próprias e porque os sujeitos rotulados como delinquentes raramente são credíveis e, por isso, são remetidos para as margens. Por fim, fazer dialogar narrativas individuais com o debate em torno do binómio *vitimação vs. agencialidade*.

Todas estas inquietações atravessaram as diferentes fases da pesquisa e as relações com e sobre o objeto de estudo. Procurando responder à necessidade de produzir um conhecimento integrado e aprofundado sobre esta problemática, o estudo proposto nesta investigação cruza a caracterização sociológica do fenómeno, inexistente em Portugal à data do estudo, com uma compreensão mais aprofundada das suas dinâmicas. É essencial que o debate se abra, mas que seja baseado em argumentos racionais e conhecimentos profissionais e “não em estereótipos dos meios de comunicação social e em mitos urbanos” (Worrall, 2005: 82). Como refere Pais (2002: 71), “ao basear-se nos rumores quotidianos, a sociologia procura alcançar, através desses rumores, rumos processuais das sociedades e outras ordens de sentido da realidade”.

Focus da investigação

Ao pretender aprofundar o conhecimento e contribuir para o debate em torno da relação entre delinquência juvenil e género, este é um estudo sobre *experiências e significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em cumprimento de medidas tutelares educativas*. A opção por este objeto de pesquisa implicou outros desafios que acabaram por se tornar razões acrescidas para a investigação: estudar, por um lado, um tema pouco investigado em Portugal e, por outro, uma população de difícil acesso.

Assumindo como referente empírico as jovens internadas em Centro Educativo e a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas, da área da Grande Lisboa, desenvolveu-se uma estratégia de investigação intensiva-qualitativa que pretende: compreender os sentidos e os significados que constroem e atribuem à prática transgressiva nos seus percursos de vida; analisar os itinerários biográficos que sustentam as suas escolhas; e descortinar, a partir das suas experiências e olhares, os contextos interativos onde se desenvolvem essas práticas.

Se fazer emergir sentidos e significados através da construção narrativa é um dos grandes propósitos desta investigação, este foi concretizado pela recolha e análise de histórias de vida e pela construção de retratos sociológicos, através da análise de processos individuais e de entrevistas qualitativas. Pretendia-se alcançar a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens se (re)configuram, sem perder de vista que as narrativas são interpretações subjetivas de experiências individuais de vida. Se a experiência é um envolvimento reflexivo e transformativo, narrar as experiências individuais permite aceder não só a ações e sentimentos veiculados por comportamentos, mas também à consciencialização da realidade, acedendo a modos de ver, refletir e agir sobre o mundo.

É a partir do pressuposto de que os sentidos da transgressão são conjuntamente construídos e modificados durante o processo de interpretação desenvolvido no contexto de interação social que o enfoque qualitativo, privilegiado neste estudo, esteve fundamentado epistemologicamente numa visão construtivista da realidade, (re)lida nas interfaces de três principais abordagens teóricas que disponibilizaram conceitos e premissas metodológicas: interacionismo simbólico, teorias da ação estruturada e perspetivas feministas. Embora situadas em níveis analíticos distintos, permitiram que o caminho se fizesse nas rotas do quotidiano e que, ao situar o debate na perspetiva do sujeito (feminino), não perdesse de vista que as subjetividades são permeadas pelas (im)possibilidades do espelho social que molda *performances* (de transgressão e de género).

Organização dos capítulos

Esta obra está dividida em seis capítulos interdependentes, uma vez que no seu conjunto dão corpo à construção sociológica do fenómeno da delinquência juvenil feminina.

No primeiro capítulo, intitulado *Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto*, faz-se uma aproximação ao tema através da discussão dos principais conceitos estruturantes: juventudes, feminilidades e

delinquências. Além disso procede-se a uma análise e questionamento das (in)visibilidades sociais que têm sido construídas. Paralelamente, faz-se uma abordagem ao estado do conhecimento sobre o fenómeno em Portugal. No segundo capítulo – *Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil* – são percorridos os principais quadros teóricos e percursos analíticos em torno do fenómeno, com o objetivo de problematizar a sua construção científica, e é apresentada uma representação corrente da jovem delinquente, retratando, especificamente, que raparigas estão mais em risco de delinquir. No terceiro capítulo, denominado *Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos*, delineiam-se as considerações teóricas que descrevem o *corpus* de análise, justificam-se as escolhas metodológicas, descrevem-se os processos de investigação e contextualizam-se os espaços empíricos da pesquisa.

Os três capítulos subsequentes integram a componente empírica deste trabalho que pretende dar um “olhar de dentro” sobre a delinquência juvenil feminina. Cada um dos capítulos apresenta-se como o confronto e a interpretação das narrativas e dos diálogos sobre percursos transgressivos, a partir de metodologias específicas. Neste contexto, o quarto capítulo, intitulado *Perfil sociológico da população em estudo*, faz o retrato das jovens participantes, a partir, fundamentalmente, da informação obtida da análise dos seus processos individuais. Mais do que um capítulo de caracterização, faz emergir outras linguagens: aquelas que são produzidas pelos principais agentes de controlo formal. O quinto e o sexto capítulos, porventura os mais originais, começam a esboçar os traços definitivos de uma singularidade ao fazer emergir os sentidos e significados e ao dar voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências. Ao longo do quinto capítulo – *Os cenários interativos da vitimação e da transgressão: na periferia das cumplicidades* – são analisados os principais contextos onde se cruzam os diferentes percursos de vitimação e de transgressão. Aqui privilegiaram-se as recorrências dentro de esferas de vida específicas – a família, a escola e o grupo de pares – e analisam-se as experiências e os significados que a transgressão assume para as jovens entrevistadas. O sexto capítulo, intitulado *Itinerâncias e errâncias: discursos e percursos transgressivos*, dialogando com as histórias individuais, explora os discursos dominantes em relação à transgressão e elabora perfis de percursos transgressivos.

As conclusões pretendem retomar as questões iniciais que orientaram a pesquisa, sistematizando e relacionando os principais resultados obtidos à luz das opções teóricas e dos procedimentos acionados. Desta retrospectiva não se dispensa um apontamento sobre as principais limitações da pesquisa que se encetou, bem como uma reflexão acerca dos novos problemas que a

investigação suscitou, fazendo do próprio processo de pesquisa um questionamento aberto.

Não pretendemos com estes elementos de reflexão, aliás insuficientes para esgotar o problema, encontrar respostas definitivas para as questões levantadas. O que se propõe é uma reflexão que permita abrir espaços de leitura sobre a problemática da “delinquência juvenil” feminina, dando corpo ao caráter exploratório que reveste este trabalho.

Capítulo 1

Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto

O tempo é o que dele fazemos e o espaço é um lugar praticado. Tempo e lugar são folhas em branco que só ganham sentido com a inserção, com as assinaturas que os indivíduos nelas fazem. (...). É justamente através desses contextos que podemos perceber as razões pelas quais os tempos e os lugares têm assinaturas distintas. (Pais, 2002: 138)

Neste capítulo pretende-se fazer uma primeira aproximação ao tema da delinquência juvenil feminina, construindo conceptualmente o objeto de pesquisa em torno de dois grandes eixos. O eixo que põe em discussão os principais conceitos que estruturam o tema: juventudes, feminilidades e delinquências, e o eixo que questiona a (in)visibilidade da “delinquência juvenil” feminina. Estes eixos foram, sempre que possível, recontextualizados na realidade portuguesa, permitindo compor um retrato temático, espaço-temporalmente situado.

1.1 Juventudes, feminilidades e delinquências

A opção por estudar percursos de transgressão e subjetividades juvenis femininas encaminha-nos para uma discussão que faz entrecruzar três grandes conceitos repletos de recortes, encruzilhadas e margens: juventude(s), feminilidade(s) e delinquência(s). Compreender como estas realidades se entrecruzam é uma forma de penetrar a invisibilidade do fenómeno em estudo, compreender como a figura feminina tem estado ausente das esferas da juventude e da delinquência e romper com a ideia da homogeneidade das categorias. Não há juventude, mas juventudes; não há delinquência, mas delinquências; é-se rapariga/mulher de muitas formas e jeitos. Diferentes posições que constroem uma diversidade de destinos e possibilidades. Conceitos plurais, como são plurais as vidas.

Construir uma definição de qualquer uma destas categorias não é fácil, principalmente pelo facto de se constituírem construções sociais, histórica

e culturalmente situadas. São vários os autores que se têm debruçado sobre estes conceitos, trazendo contributos fundamentais, mas não é objetivo aqui recuperar essas discussões. É sim explicitar e circunscrever uma posição que dê conta desta diversidade de modos de ser, feito de pluralidades e diferenças. Considerar a juventude como categoria plural e heterogénea (Pais, 1993) e tomar os/as jovens como sujeitos e atores do seu desenvolvimento ajudará a olhar para as reconstruções do papel e do estatuto do/a jovem, enquanto ator social, numa sociedade em mudança; a reconhecer que “o direito à experimentação, ao erro, à tolerância, que tanto se reclama para os jovens, não é seguramente reconhecido de igual modo aos adolescentes dos dois sexos” (Gersão, 1990: 51) e que as construções sociais da “infância” e da “juventude” condicionam as representações sociais da “delinquência juvenil” (Ferreira, 1997; Santos *et al.*, 2010) e a elasticidade do seu conceito. É este o mosaico que se pretende construir.

- As classificações sociais de adolescência e juventude, que ganham corpo na segunda metade do século XIX (Pais, 1990), surgem associadas ao desenvolvimento do conceito moderno de infância, emergente nas sociedades europeias do século XVII, e ao despertar da consciência social para os problemas e as tensões associadas a esta fase, vista como um período de transição e de desenvolvimento individual que envolve grandes mudanças físicas, comportamentais e identitárias. Se há um carácter universal que é dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, desde os trabalhos clássicos de Margaret Mead (1928), que sabemos ser variada a forma como cada sociedade gere esse momento e o representa¹. Como recorda Bourdieu (1993), juventude é “apenas uma palavra”, um conceito relacional, situado num contexto dinâmico, numa paisagem social de poder, conhecimento, direitos e noções culturais de agencialidade. As definições e noções de infância e juventude não podem basear-se apenas em aspetos cronológicos e biológicos. Variáveis como o género, a religião, a classe social ou a etnia desempenham um papel fundamental na definição de quem compõe as categorias de infância e juventude, sendo que este processo varia entre e dentro das sociedades, ao longo dos tempos (De Boeck e Honwana, 2005). Por exemplo, no que se refere ao género, Áries (1981) chama a atenção para o facto de que até o século XVII apenas os rapazes usufruíam do privilégio de uma boa formação escolar. Às raparigas estavam reservados os privilégios

¹ Com base num trabalho de campo realizado em Samoa, a autora refuta o pressuposto generalista de que em todas as culturas a juventude revelava um comportamento social semelhante ao norte-americano. Todas as sociedades organizam a passagem da infância para a idade adulta de formas muito variadas, sendo o modelo ocidental apenas um entre outros.

de uma educação que as preparasse para serem “boas mães” e “boas esposas”. A figura feminina tem estado ausente da história da cultura juvenil, por estar localizada fora da esfera pública. Se a juventude é definida como um processo de emancipação da família de origem e de construção identitária (Pais, 1990; Simões, 2007), para as raparigas a juventude parece consistir no trânsito de uma dependência familiar para outra, reduzido à esfera privada. Embora juventude e género sejam categorias que se entrecruzam, os estudos realizados sobre juventude não têm tido uma perspetiva de género, e ignorar este aspeto implica correr o risco de criar uma categoria vazia de significados e analiticamente frágil.

A tradição dominante tem sido a da ausência das raparigas nos estudos da juventude, que tem dado ênfase aos grupos masculinos, às preocupações masculinas e aos valores masculinos, mantendo as “feminilidades submersas numa condição universal (biológica e psicológica) de adolescentes, permanecendo distantes do ‘ideal cultural’ de ‘individualidade autónoma’” (Fonseca, 2009: 17).

Os poucos estudos realizados em torno das culturas juvenis femininas têm sido feitos, sobretudo, com jovens raparigas de classe média e pequena burguesia urbana de contextos anglo-americanos, refletindo, deste modo, as marcas e as especificidades sociais e culturais desses contextos, nem sempre aplicáveis a outras gramáticas sociais e geográficas (Alder e Worrall, 2004). Skeggs (2002 citado em Fonseca, 2009: 143) dizia que “ser, tornar-se, praticar e fazer feminilidade são coisas muito diferentes para as raparigas de diferentes classes, raças, idades e nações”. E se olharmos apenas para a forma básica clássica de feminilidade (branca, de classe média...) estamos a descrever apenas problemas que estão relacionados com estas pertenças – de classe, étnicas ou religiosas –, descurando as comunidades economicamente marginalizadas e as jovens pertencentes a grupos étnicos (Chesney-Lind e Eliason, 2006: 33). Além disso, a ideia que se generaliza nos anos 90 de que as raparigas estariam mais autónomas, torna-se problemática “porque sob o sucesso das ‘verdadeiras’, ‘fortes’ e ‘poderosas’ prevalece a anulação e posicionamento escondido e/ou marcado das Outras, em ‘risco’, ‘crise’, vulneráveis, ‘disfuncionais’ ou ‘desviantes’” (Fonseca, 2009: 14).

Duits (2008), ao revisitar os principais estudos sobre raparigas, evidencia que é principalmente a partir dos anos 80 que a inclusão das raparigas nas investigações sobre juventude prolifera. Este foi o período áureo das investigações sobre raparigas, que a autora qualifica como *feminism for girls*. Tinha o grande objetivo de educar e fazer crescer uma consciência feminista (*idem*: 16), principalmente pelo questionamento das construções sociais desenvolvidas em torno da figura da rapariga – gentil, graciosa, ingénua, boa ou virtuosa – que representavam uma forma de controlo social e restrição da sua liberdade.

Este é um período que precede a era da *bedroom culture*, introduzida pelos trabalhos de McRobbie e Garber (1976), no Reino Unido, nos anos 70. Nesta altura, o ponto de partida das autoras foi o espaço social que as raparigas ocupavam na sociedade, em geral, especulando que a sua ausência nas subculturas podia estar relacionada com as questões de género e com a gestão do espaço público e privado. As raparigas tenderiam a estar mais na esfera privada, em oposição ao rapaz, que se apoderava da esfera pública e do espaço da rua. Ao transformar o quarto num espaço biográfico (Lincoln, 2001 citado em Nayak e Kehily, 2008: 53), onde desenvolviam um conjunto de atividades tradicionalmente femininas – experimentar roupas e maquiagens, arranjar o cabelo, ouvir músicas, falar de rapazes, entre outras –, desenvolviam essa cultura de quarto que epitomizava a marginalização das mulheres. Apesar desta constatação, McRobbie e Garber (1976) consideraram que as análises não deveriam partir da marginalidade feminina, mas de uma secundarização estruturada; por exemplo, se as raparigas eram “marginais” no *rock*, na sexualidade ou na política, era provável que na sua vida, a vizinhança ou os clubes de fãs ocupassem um lugar central na sociabilidade feminina (Muller, 2004: 6).

Em estudos mais recentes, McRobbie (1994) sugere que a relação entre as práticas de género e as estruturas sociais têm-se alterado muito desde os anos 70 e que se estão a alterar as formas de feminilidade, ajustadas à imagem de que as mulheres se movem das margens para o centro. Segundo Nayak e Kehily (2008), os estudos contemporâneos sobre adolescência feminina mostram que existem diferentes formas de se tornar rapariga e que a feminilidade já não é tão rigidamente definida ou associada ao espaço doméstico. A rapariga tem assumido um papel mais presente e ativo. Ela aparece e a sua visibilidade é parte de uma *new girl order*² (*idem*: 61), que faz entrecruzar dois discursos contraditórios, mas que prevalecem em simultâneo (Aapola *et al.*, 2005; Harris, 2004 citada em Duits, 2008: 19-23): *girl power* vs. *girls at-risk*³.

O primeiro discurso, enquadrado no movimento pós-feminismo, celebra a posição da rapariga como sujeito, invocando a importância da assertividade e das expressões individualizadas de poder. Segundo Duits (2008: 21), “o movimento *girl power* celebra as raparigas e envia a mensagem de que as raparigas estão/são responsáveis”. O segundo discurso destaca a vulnerabilidade das raparigas e os perigos que enfrentam na fase de crescimento, como a gravidez na adolescência, o consumo de drogas ou o envolvimento em práticas criminais e gangues. *Reviving Ophelia: Saving the selves of adolescent girls*, 1994, escrito por Mary Pipher, *Queen Bees and Wannabes*,

² “nova ordem feminina”.

³ “poder feminino vs. raparigas em risco”.

2002, de Rosalind Wiseman, ou *Odd Girl Out*, 2004, de Rachel Simmons, são exemplos de obras que divulgaram este segundo discurso, mostrando como, quebradas as amarras do gênero, as raparigas começam também a conquistar as ruas.

Ambos os discursos enfatizam novas feminilidades, marcadas por momentos de celebração, liberdade e divertimento, num contexto que apela à construção de sujeitos ativos. Segundo Louro (2006), nas sociedades atuais deixamos de lado a “lógica do *ou* isso *ou* aquilo”, para ver que as “coisas, os sujeitos e as práticas podem ser, ao mesmo tempo, isso *e* aquilo”. Segundo a autora, as jovens urbanas das sociedades hodiernas, ao mesmo tempo que pretendem passar uma imagem de rapariga decidida, ágil nas respostas, pouco tímida, sem pudores e com grande à vontade com o seu corpo, identifica-se também com uma imagem de romântica, que adora peluches e que se descreve como carinhosa, colocando a fidelidade e a sinceridade como valores fundamentais. Feminilidades fabricadas, com os recursos e marcas de uma cultura.

Segundo Duits (2008: 29), “em vez de construir as raparigas (como *Ofélias*, como vítimas pós-feministas, como indivíduos neoliberais) e proscrever a construção da nova ‘rapariga feminista’, os estudos sobre raparigas devem investigar como é que estas se constroem a si mesmas”. Além disso, se é necessário perceber como as raparigas constroem essas feminilidades e questionam o discurso dominante, não se deve desconsiderar as formas em que essa autonomia é limitada (cf. Capítulo 2); e que a análise das culturas juvenis, nos diferentes contextos sociais, impõe a procura de (novas) opções teóricas que se aproximem da realidade empírica dos/as jovens pesquisados/as. Em Portugal, os estudos em torno das culturas juvenis femininas continuam a ser escassos e constroem-se ignorando as diferentes formas em que as jovens vivem e experienciam as suas vidas. Duarte-Fonseca (2000) defende que o olhar moralizador, característico dos países da Europa do sul, tem um denominador comum: manter a rapariga no espaço privado e dar mais liberdade aos rapazes. Este denominador comum parece refletir-se, segundo Leote de Carvalho (2003: 241), nas trajetórias de vida dos/as jovens. No seu estudo⁴, a autora mostra como as famílias se mobilizam “em função do gênero emergindo uma mais forte ação por parte de diversos membros da família de origem quando se trata de raparigas, ao contrário dos rapazes onde se revela muito mais diminuto esse papel...”.

⁴ Estudo realizado em 2000, com jovens de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os nove e os dezoito anos, internados em colégios do Instituto de Reinserção Social, por terem sido identificados no desenvolvimento de condutas desviantes e/ou prática de atos qualificados pela lei penal como crime. O objetivo deste estudo era conhecer a natureza e a direção das trajetórias de vida destes/as jovens até à sua primeira colocação em Colégio.

Tese reiterada, também, por Fonseca (2001), quando demonstra que as idiosincrasias das culturas juvenis femininas, retratadas no seu estudo⁵, têm a ver com as formas específicas como as raparigas se relacionam e negociam espaços de autonomia com a família, com as tarefas domésticas, com o trabalho remunerado, com os pares e a gestão dos tempos livres e com as experiências na rua e no bairro. É nestes contextos que, segundo a autora, se constroem as culturas juvenis femininas, marcadas, por um lado, por uma cultura de espaços interiores (sozinhas ou com as amigas/irmãs) – aqui o grupo de amigas, geralmente do bairro, assume uma importância considerável, quer no processo de integração, quer como forma de ganhar espaço, normalmente desafiando a autoridade, as normas e os rapazes –; por outro lado, por uma participação mitigada nas outras culturas juvenis.

Apesar das restrições e constrangimentos, Laura Fonseca (2001: 203) mostra como “as jovens não demonstram estar passivas e vítimas. Encontram estratégias e actividades de diversão, de prazer, nomeadamente estar com amigas e amigos, o prazer de ser confidente e confidenciar (...) e nalguns aspectos ultrapassando e desafiando noções do que é considerado adequado para as raparigas”.

Os constrangimentos de género e o espaço que as raparigas ocupam na sociedade apresentam uma relação estreita com os seus comportamentos, quer eles sejam normativos, como vimos no estudo de Fonseca (2001), quer eles sejam delinquentes, como nos aponta o estudo de Matos (2008) sobre jovens reclusas. Esta convergência não deve, contudo, obnubilar a diversidade de percursos de crescer como raparigas, pois é crucial “perceber como estão as raparigas a ser construídas e a construir-se, material e simbolicamente, em específicas circunstâncias históricas, no espaço que se abriu para elas” (Fonseca, 2009: 15).

- A juventude e os problemas que gravitam à sua volta têm adquirido relevância pública e têm mostrado que os/as jovens vivem, cada vez mais, situações de crescente risco. Vimos como os comportamentos de risco, nesta fase, podem ser normais e normativos, como forma de obter a aceitação dos amigos, adquirir autonomia relativamente aos pais, rejeitar as normas e os valores convencionais, procurar sensações fortes ou lidar com as frustrações e as ansiedades. Porém, a vivência destas situações exige a procura de fronteiras, sob pena de poderem surgir comportamentos com a marca da delinquência.

⁵ Estudo qualitativo, desenvolvido em torno das culturas juvenis femininas e dos processos de transição e preparação da escola para o trabalho pago e para as responsabilidades familiares, realizado com sete raparigas, dos 15 aos 21 anos, nascidas e criadas numa da zona do centro histórico da cidade do Porto – Bairro da Sé.

E são, particularmente, estes comportamentos que tendem a colocar-se de uma forma intensa nas sociedades, pela natureza das questões que levantam. Hoje, mais do que nunca, a proteção social das crianças em perigo e a prevenção da “delinquência juvenil” tem vindo a ocupar um lugar central na discussão pública e na agenda política, nacional e internacional (Santos *et al.*, 2010). Assistimos ao avanço legal, e a este respeito Portugal acompanhou o processo internacional de criação normativa⁶. Criam-se programas de prevenção que se entrecruzam com estratégias de intervenção comunitária ou com estratégias de melhoria dos serviços de proteção social, delineiam-se programas nacionais de intervenção do Estado para a proteção social de crianças e jovens em perigo, criam-se e reforçam-se as comissões nacionais de proteção de crianças e jovens, redigem-se recomendações e pensam-se resoluções, fazem-se protocolos e desenham-se cooperações entre o sistema de proteção e as autoridades (Gersão, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Santos *et al.*, 2004; Jardim, 2006).

Mas a preocupação mantém-se e, apesar de as estatísticas portuguesas⁷ apontarem para uma diminuição da “delinquência juvenil”, esta situação não tem diminuído os sentimentos de insegurança (Lourenço, 1998; Ferreira, 1998; Esteves, 1999; Machado, 2004; Santos *et al.*, 2004), nem controlado um certo pânico moral, criado pela comunicação social (Santos *et al.*, 2010), em torno da criminalidade juvenil urbana e da presença de novas figuras de ameaça, como o gangue da CREL, os bandos da Linha de Sintra, o arrastão

⁶ A assunção pelo Estado Português do exercício de um controlo específico sobre os menores sinalizados como delinquentes, em perigo ou em risco, remonta ao início do século XX, com a implementação da Lei de Proteção à Infância (LPI). As orientações desta lei foram aprofundadas com a Organização Tutelar de Menores (OTM), que surge em 1962 e vigora até 2000. A OTM, acentuando o carácter protecionista do Estado, tratava igualmente os menores em perigo e os menores delinquentes. A partir de janeiro de 2001, a Lei divide-se em Lei Tutelar Educativa (Decreto-lei n.º 166/99 de 14 de setembro) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro). Para além destes dois diplomas, existe ainda um regime especial previsto no Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de setembro, que se aplica a jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos que pratiquem crimes. Estas alterações legislativas foram acompanhando alguns dos principais instrumentos internacionais sobre a matéria: Declaração dos Direitos da Criança de 1959 (ONU); Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de *Beijing*) de 1985; Recomendações do Conselho da Europa adotadas em 1987 e 1988 – R(87) 20 sobre reações sociais à delinquência juvenil e R (88) 6, sobre reações sociais ao comportamento delincente dos jovens de famílias imigrantes; Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989 (ONU). Em 1990 surgiram as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da “delinquência juvenil” (Diretrizes de Riade), as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio) e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana) (Gersão, 2000; Rodrigues e Duarte-Fonseca, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Duarte-Fonseca, 2005; Santos *et al.*, 2010).

⁷ Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (IASI), a “delinquência juvenil”, apesar de algumas oscilações positivas, tem vindo a diminuir desde 2002.

em Carcavelos, o bando da Gisberta, a violência ligada às claques de futebol, os “gunas”⁸, entre outros (Fernandes e Pinto, 2008).

Além disso, estudos como os do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) (Santos *et al.*, 2004; Santos *et al.*, 2010) vêm mostrar que o sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em risco não está a *conter* nem a evitar que os paradelinquentes entrem na criminalidade. Apesar de faltarem estudos de reincidência,

o conhecimento existente e as percepções sobre o fenómeno da delinquência juvenil fazem-nos avançar com a hipótese de que a grande maioria das crianças e jovens a quem é aplicada uma medida tutelar educativa, não só já tinha tido um processo de promoção e proteção, como continuará, na sua vida jovem e adulta, a ser objeto da intervenção das instâncias de controlo formal, quer com mais processos tutelares, quer já no âmbito da ação da justiça criminal. (Santos *et al.*, 2010: 313)

Um dos primeiros problemas que se coloca quando se pretende estudar a “delinquência juvenil” é a constatação de que existem centenas de definições, que refletem o desacordo existente entre os diferentes autores que trabalham nesta área. Mais do que isso, e segundo Le Blanc (2008: 298), “o termo delinquência continua carregado de toda a ambiguidade que marca uma realidade difusa e complexa em que múltiplas manifestações se sobrepõem, em que níveis de gravidade muito distintos se opõem e em que se entrecruzam todos os tipos de desencadeadores sociais e pessoais”. Neste sentido, o melhor ponto de partida, como defende Ferreira (1997), deverá ser o de questionar o próprio conceito de “delinquência juvenil”. Enquanto construção social e institucional, este conceito tem estado diretamente ligado ao entendimento coletivo e às imagens construídas em torno da infância e da juventude, por um lado, porque:

a partir deles é possível estabelecer uma separação entre comportamentos adequados e indesejáveis e definir regras para moralizar o comportamento das crianças e protegê-las da exploração e da corrupção do mundo adulto. Por outro, é possível descrever o comportamento ideal da criança e identificar as situações ou os comportamentos em relação aos quais se justifica uma intervenção. (*idem*: 915)

⁸ Segundo Fernandes e Pinto (2008), os “gunas” são uma figura que nasce do discurso do senso comum na cidade do Porto. Envolvem-se em atividades ilegais regulares, pertencem a zonas empobrecidas, com escolaridades interrompidas, têm marcas de identificação ligada ao vestuário, corte do cabelo, ostentação de acessório, gestualidade específica. Sem estatuto claro de criminosos, situam-se entre o ameaçador/desordeiro/criminal. Sentem a polícia na vizinhança e a prisão ao longe.

Na sua definição legal, a “delinquência juvenil” será definida como a prática de atos proibidos pela lei de uma determinada sociedade, por parte de crianças e jovens. Inclui-se nesta definição o conjunto de respostas e de intervenções institucionais e legais em relação aos menores que cometem infrações criminais ou com comportamentos potencialmente delinquentes. Esta definição restrita da “delinquência juvenil” obriga a mergulhar no Sistema de Justiça Juvenil de cada sociedade. Num campo que foi sempre movediço, a lei convencionou limites e fronteiras. Segundo Ferreira (1997: 916), “crimes são sempre delinquência quando cometidos por menores, excepto quando o crime é cometido por alguém tão novo para poder ser considerado responsável por ele. Outros actos apenas são ilegais quando cometidos por menores”. Vejamos esta questão na situação portuguesa.

Não obstante a Convenção sobre os Direitos da Criança dispor que se é criança até aos 18 anos, e o Código Civil Português acolher essa disposição para efeitos de estabelecimento de maioridade, constata-se que a responsabilização penal⁹ inicia-se aos 16 anos, conforme estabelece o art. 19.º do Código Penal. Daí os menores de 16 anos serem considerados inimputáveis e, no caso da prática de ato qualificado pela lei como crime, fixar-se como idade mínima, para a intervenção tutelar educativa, os 12 anos. Entende-se¹⁰ que, abaixo dessa idade, as condições psicobiológicas do menor exigem uma intervenção não consentânea com o sistema de justiça, que assenta numa educação para a responsabilidade jurídica, que a infância e a primeira adolescência dificilmente poderiam suportar. É neste contexto que se enquadram as seguintes leis:

A Lei 166/99, de 14 de setembro – *Lei Tutelar Educativa* –, aplica-se a jovens, entre os 12 e os 16 anos, que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime (art. 1.º), visando a educação do menor para o direito e a sua inserção na vida da comunidade (n.º 1 do art. 2.º). A Lei n.º 147/99, de 1 de setembro – *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo* – destina-se

⁹ Ser menor de idade penal significa que o sujeito não é considerado criminalmente responsável, de acordo com o Código Penal aplicado aos adultos. Isto implica que exista uma legislação especial e tribunais especiais e que os jovens sejam internados em locais criados especificamente para eles. Não existe uma resposta universal para este problema, sendo que cabe a cada sociedade estabelecer os grupos de idade legal para a maioridade penal. Segundo a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos (2012), “a Rússia com 14 anos, Portugal e Roménia com 16 anos, Turquia, Suécia, Suíça e Dinamarca com 15 anos, Polónia e Estónia com 17 anos, são os únicos países da Europa em que a maioridade penal é inferior a 18 anos. (...) Espanha, França, Alemanha, Itália, Finlândia, Holanda, Noruega, Grécia (...) e muitos outros adoptaram os 18 anos como a idade de inimputabilidade penal”.

¹⁰ Exposição de Motivos da Proposta de Lei que veio a originar a Lei Tutelar Educativa (Proposta de Lei n.º 266/VII que consta no Diário da Assembleia da República – II Série A, n.º 54, de 17/04/1999).

a proteger as crianças e jovens de situações de risco e perigo, bem como de percursos e comportamentos desviantes, como podemos analisar nos números 1 e 2 do seu art. 3.º. Se os comportamentos desviantes configurarem ilícito penal e forem cometidos por crianças até aos 12 anos, cairão no âmbito desta lei.

A legislação portuguesa, como a de outros países, estabelece uma outra diferenciação de idades, entendendo que os jovens entre os 16 e os 21 anos devem estar sujeitos a um Regime Penal Especial, conforme previsto no artigo 9.º do Código Penal Português, e detalhado pelo Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de setembro. Todavia, as suas medidas não têm existência jurídica (Rodrigues e Duarte-Fonseca, 2000). A este respeito, e segundo o último Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (Santos *et al.*, 2010), *Entre a lei e a prática: Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*, tem-se reclamado a reforma deste regime penal, principalmente pela perceção de que a criminalidade de jovens adultos tem vindo a aumentar exponencialmente. Consciente da controvérsia do tema, o OPJ defende que o limiar da imputabilidade, atualmente fixado nos 16 anos, deveria passar para os 18, para evitar que um jovem aos 16 anos seja absorvido pelo sistema prisional. Fazia-se coincidir, desta forma, a idade penal com a idade civil.

Na perspetiva social, a “delinquência juvenil” será o conjunto dos comportamentos problemáticos de quebra com as condutas sociais convencionais, que permitem mostrar que há diferentes padrões de comportamento delincente e diferentes graus de envolvimento nesse comportamento. Nesta definição cabem as situações de pré-delinquência (inadaptação à disciplina da família, do trabalho, da escola ou da instituição onde se encontram) e paradelinquência (vadiagem, mendicidade, prostituição, libertinagem ou consumo excessivo de álcool e drogas), alargando a definição de “delinquência juvenil” a todo o tipo de infração criminal que ocorre durante a infância e a adolescência, e abrindo mão dos limites etários definidos sob o ponto de vista jurídico. Embora estes comportamentos desviantes possam não constituir, de facto, infrações criminais, eles remetem para uma mesma realidade social que o conceito de “delinquência juvenil” procura caracterizar.

Contudo, as perspetivas apresentadas não são mais do que duas faces de um mesmo problema, já que a “delinquência juvenil” comporta essa dupla referencialidade, simultaneamente jurídica e sociológica (Dias e Andrade, 1997), o que contribuiu para a elasticidade do conceito.

Podemos focar o nosso olhar no ato ou no ator, mas não devemos negligenciar a importância da audiência. Qualificar alguém como delincente releva de convenções jurídicas e de compromissos entre forças sociais, espaço-temporalmente situadas. Como defende Becker (1973), o desvio não é uma

qualidade do ato que a pessoa pratica, mas antes a consequência da aplicação, por parte dos outros, das normas e das sanções, ao desviante. Neste sentido, nem todos os indivíduos que cometem delitos são conotados de delinquentes, porque nem todos os delitos ou infratores são “apropriados” para adquirir essa identidade social (Leote de Carvalho, 2005). Segundo esta autora, “mais do que um problema de natureza jurídica é um problema social, que coloca em jogo as condições ecológicas, económicas, sociais e ideológicas de uma sociedade, determinantes na etiquetagem de alguém como delinquente” (p. 72). Por muitas definições que se procurem, a complexidade do fenómeno só tem sentido quando associada à normatividade de uma certa sociedade e analisada à luz das circunstâncias, estatuto e papel dos atores envolvidos. Captar o comportamento delinquente das raparigas obriga-nos a abrir o espectro de análise do conceito, situando-o nesta dupla referencialidade que permitirá apreender as atividades transgressivas em que a rapariga surge representada e associada. Como defende Lanctôt (2008), os estudos empíricos de futuro deveriam definir o seu objeto de estudo levando em consideração o conjunto dos comportamentos desviantes e delinquentes das adolescentes, mais do que em função dos índices de delinquência grave que são frequentemente utilizados nos estudos efetuados junto de amostras masculinas.

É difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras, as ideias e os conceitos, enraizados de visões masculinas, não são capazes de dar conta da complexidade das suas vidas. Será em torno da necessidade de (re)escrever as invisibilidades sociais em torno da “delinquência juvenil” feminina, e as suas consequências no campo conceptual e da intervenção, que se organizará o próximo ponto.

1.2 Contextualização da (in)visibilidade social do fenómeno

“Quando se fala ou se ouve falar em comportamentos desviantes juvenis, sobretudo em delinquência juvenil, raramente ou quase nunca se tem em mente um universo não masculino” (Duarte-Fonseca, 2000: 7), e tudo se combina para a manutenção desta realidade. A comunicação social, os discursos públicos e políticos, as estatísticas e os estudos científicos, partilhando a convicção de que os desvios juvenis femininos são poucos, pouco importantes e não constituem problema social, têm produzido uma “gender blindness”¹¹ (Dougherty, 1993 citado em Shaw e Dubois, 1995), pouco atenta à possibilidade de rapazes e raparigas experienciarem e usarem a violência por

¹¹ “cegueira de género”.

diferentes razões, sob diferentes circunstâncias e como resultado de diferentes histórias e contextos de pertença de gênero. A figura masculina tem sido vista como o “sujeito normal” da delinquência e, neste sentido, os conteúdos de gênero têm sido virtualmente ignorados (Messerschmidt, 1997: 2).

Esta invisibilidade foi tão bem transposta para os escritos científicos, que levou Bertrand (1979) a escrever um livro dedicado a este “não fenômeno” que é a ausência das mulheres na cena da criminalidade oficial e o significado desta ausência. Os motivos apresentados para a ausência de estudos são de várias ordens. Segundo Assis e Constantino (2001: 19), “a sua reduzida incidência – se comparada à masculina –, o papel secundário das mulheres na sociedade e na vida extrafamiliar, o preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social das mulheres e a falta de pressão da opinião pública, que não se interessa pelo tema”. A estes motivos, Lucchini (1997) acrescenta o predomínio da figura masculina nas disciplinas científicas que estudam o comportamento desviante, não esquecendo que os estudos utilizavam, maioritariamente, amostras masculinas.

Além disso, a maior parte dos estudos que têm por objeto a relação entre a figura feminina e a transgressão tem estado relacionada, preferencialmente, com a violência privada ou aquela que é produzida na esfera doméstica, como nos mostram algumas investigações em O’Toole e Schiffman (1997). Retratadas como vítimas, as mulheres tornam-se invisíveis como agressoras. E, quando surge no quadro da delinquência, perpetuam-se imagens e representações estereotipadas relacionadas com a ideia “tradicional” de que a mulher delinquente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina, incompatível com o mundo criminal e com a cultura de rua (Steffensmeier e Allan, 1996: 476). A este respeito, Rafter e Stanko (1982 citados em Belknap, 2000: 21) identificam seis imagens que têm influenciado a forma como as mulheres são percebidas nos sistemas de justiça criminal e na sociedade: um “pião da biologia”; “impulsiva e não analítica”; “passiva e fraca”, e por isso mais vulnerável à vitimação e influenciada pela figura masculina; “necessitando de proteção”; “masculina”, quando empreende ações mais ativas; e “má”. Imagens que criam mitos, mitos que se tornam práticas e, neste sentido, como nos mostram Hannah-Moffat e O’Malley (2007), as histórias, necessidades e experiências da ofensora feminina têm sido (re)formuladas como problemáticas, sob a imposição das premissas masculinas e dos estereótipos de gênero sobre feminilidade e ofensa. Imagens que têm refletido a figura feminina como vítima passiva do risco, sem qualquer agencialidade ou capacidade de escolha. E isso pode ser explicado pela dificuldade de pensar e compreender a violência das mulheres.

A constante secundarização do fenómeno tem justificado, não só em Portugal mas também em outros países¹², a ausência de um enfoque autónomo sobre a “delinquência juvenil” feminina, uma vez que o seu estudo tem surgido, quase sempre, diluído em análises mais amplas sobre a “delinquência juvenil”. Esta ausência tem contribuído para a reiteração da invisibilidade e tem tido consequências quer no campo conceptual, quer nas dimensões das práticas e da intervenção.

No campo conceptual, se revisitarmos as grandes teorias sociológicas sobre a delinquência, concluímos que todas elas explicam o fenómeno utilizando o seu enfoque na delinquência masculina, secundarizando a figura feminina e o interesse que as questões de género têm na explicação da delinquência (Chesney-Lind e Shelden, 1992: 62). Duas situações prevalecem nas teorias tradicionais: a figura feminina como estando assimilada à masculina e/ou a delinquência feminina reduzida a problemas de costumes e de moral sexual. A impressão que nos fica, quando se faz uma revisão da literatura sobre a delinquência feminina, vai no sentido das ambiguidades e dos *puzzles* da investigação.

O interesse crescente pela investigação empírica sobre a delinquência feminina faz-se sentir apenas a partir da década 70 do século XX (Matos, 2008; Lanctôt, 2008; Messerschmidt, 1997; Holsinger, 2000), movido por dois principais elementos: primeiro, o recurso aos inquéritos de delinquência autorrevelada, que vêm desmontar a construção social do fenómeno ao estimar que o desvio entre os sexos diminui em cerca de metade quando a delinquência é avaliada mediante inquéritos de autorrelato; em segundo lugar, a introdução da perspectiva feminista no campo da criminologia, que vem atestar que a “investigação sobre a delinquência feminina deve ser redefinida em torno de uma nova conceptualização do agir delinvente” (Lanctôt, 2008: 343). Não basta apenas corrigir a criminologia masculina, é necessário um saber que provenha do universo social das mulheres. Com estes estudos, e pelo número de criminologistas que começam a olhar para estas questões, os rapazes deixam de ser o “sujeito normal” e, desta forma, a construção das masculinidades começa a ser escrutinada pela criminologia (Messerschmidt, 1997), começando a forjar

¹² Segundo Batchelor, Burman e Brown (2004), “na Grã-Bretanha têm-se produzido muito poucos estudos sobre o modo como as raparigas podem usar ou estar perante a violência no seu quotidiano, embora existam alguns sinais de que o interesse académico está a aumentar” (Archer, 1998; Hardy e Howitt, 1998; Kendall, 1999). Este aspeto contrasta com a situação na América do Norte, onde foram efetuados vários estudos”, principalmente relacionado com o envolvimento de raparigas em gangues violentos (Campbell, 1984; Chesney-Lind e Shelden, 1992; Chesney-Lind, 1997, 1999; Miller, 2002). A realidade brasileira sobre a “delinquência juvenil” feminina também tem sido, segundo Assis e Constantino (2001) e Dell’Aglio *et al.* (2004), pouco investigada cientificamente, o que faz com que as dúvidas na explicação deste fenómeno se venham mantendo, comprometidas pelas limitações estatísticas que mantêm oculta e desconhecido todo um lado desta realidade criminal.

novas direções de trabalho nesta área (Holsinger, 2000). Emergindo como problema, questiona-se a sua crescente (in)visibilidade, as suas especificidades, bem como os novos desafios que coloca ao sistema de justiça juvenil.

Nas dimensões da intervenção, da tese do tratamento cavalheiresco das mulheres pela justiça à tese da discriminação generalizada de que são alvo, defendidas pelas teorias feministas, estas atitudes paternalistas e protecionistas sobre as necessidades das mulheres não deixam de estar relacionadas com estereótipos femininos ligados à fraqueza, à submissão, à passividade e à domesticidade que são construídos, representados e reproduzidos pelo controlo social, formal e informal. Um controlo que pode ser acionado, por um lado, de forma mais institucional pelos meios de comunicação social, pela polícia ou pela justiça. As raparigas parecem ser objeto de um controlo mais estrito do que os rapazes, tendo maior probabilidade de serem institucionalizadas por delitos menores, como promiscuidade sexual, fugas de casa, desobediência, e o seu período de colocação sob guarda ser de maior duração (Lanctôt, 2008: 349). Mas, por outro lado, esse controlo é também acionado no âmbito das relações próximas, como a família, a escola e o grupo de pares (Leote de Carvalho, 2003).

Segundo Holsinger (2000), a reação societal tem um papel fundamental na determinação das formas de comportamento feminino que devem ser tratadas como desviantes e delinquentes. Todavia, o tratamento mais brando que se verifica no caso das ofensoras adultas parece não se verificar quando a ofensora é uma adolescente ou jovem. A história mostra-nos que as raparigas têm sido punidas de forma mais severa por questões relacionadas com a “imoralidade” dos comportamentos e os descaminhos, comportamentos para os quais os rapazes não tinham qualquer tipo de punição. Neste cenário, é fundamental reconhecer as implicações da estratificação de género e do patriarcado nas raparigas, bem como criticar o sistema de justiça juvenil que tem servido para reforçar a subordinação das mulheres na sociedade (Chesney-Lind, 1997; Belknap, 2000). A este respeito, Bartollas e Schmalleger (2010: 116) resumem o “processamento” da delinquência juvenil feminina na base de quatro corolários: **1.** as jovens recebem tratamento discriminatório por causa da reprovação social existente em torno da atividade sexual, ou seja, vários estudos indicam que as jovens são tratadas de forma mais dura do que os rapazes por causa das suas histórias sexuais; **2.** a lei aplicada aos jovens sempre penalizou mais as raparigas e, como documentado em vários estudos, receberam um processamento punitivo pelo sistema de justiça juvenil; **3.** o tratamento opressivo das adolescentes está escondido no próprio sistema de justiça juvenil; **4.** a ação dos controlos sociais é pautada por um duplo padrão, ou seja, e como mostram outros estudos (Steffensmeier e Allan, 1996;

Vuille, 2007), as raparigas estão menos sujeitas aos procedimentos judiciais aplicados aos rapazes e os tribunais tendem a mostrar alguma relutância em internar as raparigas, optando antes por medidas de supervisão ou outras alternativas ao internamento (Miller *et al.*, 1995: 430).

Neste sentido, as críticas tecidas em torno dos argumentos da irracionalidade, da heterodeterminação, da dupla desviância e da dicotomia *mulher vítima/mulher empreendedora* não deixam de ser indissociáveis das questões relacionadas com o tratamento das mulheres no sistema de justiça criminal. Como sugerem Hoyt e Scherer (1998), ao manter uma perspetiva nublada e sexualmente dominada da delinquência feminina, o sistema de justiça tem deixado na invisibilidade o enquadramento maior das infrações e dos desvios cometidos por mulheres/raparigas. Razões que podem explicar, segundo Otto Pollak (1950 citado em Shoemaker, 1996: 229), a remissão da delinquência feminina para as cifras negras da criminalidade. Para este autor, se o envolvimento feminino no crime é maior do que o que é demonstrado nas estimativas oficiais, isso pode ser explicado pelas imagens construídas em torno do papel das mulheres e das probabilidades do seu envolvimento em práticas criminosas (Vuille, 2007: 183).

Noutro campo da intervenção, os técnicos continuam a ter a opinião de que é mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes, por considerarem as raparigas menos controláveis, menos obedientes e mais problemáticas (Baines e Alder, 1996; Assis e Constantino, 2001: 262). A este respeito, Alder e Hunter (citadas em Worrall, 2005: 80) acrescentam que as raparigas não são piores do que os rapazes, são apenas diferentes. E a consciência dessas diferenças deve fazer questionar, por um lado, as respostas institucionais e os programas (re)educativos que continuam a assentar em procedimentos baseados nos conhecimentos obtidos dos estudos feitos com jovens rapazes e, por outro, a formação dos profissionais, que devem ser treinados na diferença de género (Batchelor *et al.*, 2004; Batchelor, 2005; Miller *et al.*, 1995; Cooney *et al.*, 2008).

As construções desta invisibilidade social têm sido acompanhadas, contudo, da crença de que a violência praticada por raparigas está a aumentar. Esta diminuição do hiato de género tem sido visível quer nos estudos científicos, quer na imprensa. Contudo, alguns autores têm avisado que esta avaliação pode ser prematura (Chesney-Lind, 1997; Steffensmeier *et al.*, 2005). A este respeito, Luke (2008) evidencia duas posições discordantes.

Uma perspetiva, possivelmente a mais convencional e construída a partir da leitura global das estatísticas oficiais de países ocidentais como o Canadá (Shaw e Dubois, 1995; Leschied *et al.*, 2000), os EUA (Campbell, 1984; Chesney-Lind, 1997; Hoyt e Scherer, 1998; Miller, 2001; Steffensmeier e

Schwartz, 2003a, 2003b; Steffensmeier *et al.*, 2005; Zahn *et al.*, 2008, 2010) e a Escócia (Burman, Batchelor e Brown, 2001), a Inglaterra (Gelsthorpe e Worrall, 2009), evidencia que se assiste a um crescimento (estatístico) na ocorrência de comportamentos infracionais/delinquenciais femininos, bem como a um aumento da opinião pública de que as raparigas estão a tornar-se mais propensas à delinquência. Um argumento que tem estado relacionado com a constatação de que a sociedade está mais violenta e que a emancipação apoia as mulheres e as raparigas a entrarem no mundo do crime e da violência. O escrutínio desta informação estatística tem, contudo, sugerido outras explicações e olhares (Batchelor, 2005; Steffensmeier *et al.*, 2005; Arnull e Eagle, 2009). As evidências recolhidas de autorrelatos sobre a violência, de inquéritos de vitimização e de estudos empíricos¹³ não são consistentes com as conclusões tiradas a partir de fontes oficiais sobre o aumento da violência das raparigas. O crescimento das taxas de delinquência praticada por raparigas parece surgir como um reflexo das alterações nas políticas de detenção e da reação social ao comportamento violento das raparigas, que têm ampliado as definições do que constitui um comportamento violento. Nem sempre o aumento estatístico do número de detenções por determinada prática de ato ilícito corresponde a uma alteração do padrão do ato em si. A questão sobre se estas tendências refletem um aumento real da delinquência praticada pelas raparigas ou mudanças nas respostas sociais ao comportamento das mesmas, permanece (Zahn *et al.*, 2008). Estes diferentes posicionamentos mais não parecem do que duas faces de uma mesma moeda e, independentemente da posição assumida, é unânime, entre os/as

¹³ Nos EUA, a partir do *National Crime Victimization Survey* (NCVS), do *Monitoring the Future Survey* (MTF) e do *National Youth Risk Behavior Survey* (NYRBS) (numa análise que cobre o período de 1980-2003), Steffensmeier, Schwartz, Zhong e Ackerman (2005) concluíram que a ascensão da violência das raparigas, retratada nos dados de detenção da polícia, não é confirmada pelas fontes não oficiais dos dados longitudinais. Estas conclusões vão ao encontro dos dados apresentados no relatório *Girls and Offending – Patterns, perceptions and interventions*, da Youth Justice Board (Arnull e Eagle, 2009), em Inglaterra, que sugere, a partir dos instrumentos utilizados, maioritariamente quantitativos, que houve um aumento no número de raparigas a entrar no sistema de justiça juvenil de cada ano; no entanto, não há nenhuma evidência de um aumento na taxa de condenações judiciais. Os dados da *MORI Youth Survey*, de 2004, indicam que o nível de criminalidade das raparigas não mudou – mais um elemento que apoia a teoria de que é uma mudança no controlo social que justifica este aumento estatístico. Relativamente à situação francesa, Coline Cardi, numa entrevista dada ao jornal *Le Monde*, relativiza as estatísticas publicadas pela polícia francesa, em 5 de outubro de 2010, que referem que desde 1996 a percentagem de raparigas infratoras passou de 9,9% para 15,5%. Segundo a autora, não estamos perante uma “explosão” de criminalidade entre as jovens. Estatisticamente a polícia deteve mais raparigas, mas a resposta à pergunta – será que há mais passagem ao ato? – continua a não reunir consensos. A tese de que as raparigas estão cada vez mais como os rapazes já foi defendida na década de 70, nos Estados Unidos, e não foi absolutamente confirmada. A outra hipótese é a da transformação do controlo social.

investigadores/as, que as raparigas estão mais visíveis na cena da delinquência e que se alteraram algumas tendências e padrões de detenção. Depois de terem estado ocultadas durante anos, não estão mais invisíveis no sistema de justiça juvenil.

A este respeito, Steffensmeier e Schwartz (2003a: 116-117), com base em dados empíricos norte-americanos, revistos e avaliados, apontam pelo menos nove explicações plausíveis para esta situação: 1. as mudanças na detenção feminina podem estar relacionadas com a diminuição dos preconceitos ou uma maior eficácia das respostas oficiais à criminalidade, mais do que a uma mudança efetiva do comportamento criminal praticado por mulheres/raparigas; 2. assiste-se a mudanças na lei; 3. a melhoria do estatuto das mulheres oferece mais desejo e oportunidades para a prática do crime; 4. assiste-se a um aumento da marginalização económica das mulheres, ou seja, os altos níveis de insegurança económica sentidos pelas mulheres americanas fazem aumentar a pressão para a prática de crimes relacionados com o consumo; 5. os desenlaçamentos urbanos têm conduzido a um enfraquecimento do controlo social e à adoção de estratégias adaptativas, o que tem tido um impacto muito significativo na conformidade feminina; 6. a ampliação das oportunidades para os crimes tipicamente femininos surge como resultado de mudanças nos padrões da atividade económica e no aumento do consumismo; 7. a existência de uma menor oferta de parceiros de crime do sexo masculino, devido à taxa de encarceramento e a emergência do tráfico de drogas, tem argumentado a favor do envolvimento feminino; 8. tendências na dependência de drogas; e 9. programas de prevenção criminal dirigidos a ofensores masculinos obscurecem o hiato de género.

A estas explicações, Arnott (2010: 5, 6) acrescenta a importância dos efeitos que a comunicação social tem tido na perceção pública de que a agressividade das raparigas tem vindo a aumentar, e as mudanças na cultura popular, nos estádios de desenvolvimento das raparigas e no comportamento dos pais. Sabemos que os contextos de produção da investigação são diferentes e, apesar de o corpo de pesquisa sobre esta temática se encontrar, maioritariamente, nos Estados Unidos, os resultados dos estudos americanos podem não ser transferíveis para o contexto europeu, ou outros contextos. Responder às questões – onde, quando, quem e como? – é fundamental para evitar “tomar por universal a investigação que emana de países do centro, esquecendo que ela não é menos regionalizada do que a que emana da periferia, exactamente da mesma maneira que se toma por universal a investigação sobre universos masculinos, não tendo em conta que ela não é menos marcada pelo género (...) do que a relativa a universos femininos” (Cunha, 2007: 3; 2005).

1.2.1 (Re)construindo invisibilidades no contexto português

A realidade portuguesa sobre a “delinquência juvenil” feminina tem sido pouco investigada, quer ao nível da estatística, ainda pouco sensível às questões de género, quer no âmbito da realização e desenvolvimento de estudos, que, em regra, se restringem a pequenos parágrafos, pouco desenvolvidos e quase sempre descritivos sobre o papel da rapariga na cena da delinquência e nos contactos com a justiça juvenil. Em qualquer uma das situações (análise estatística e desenvolvimento de investigação), são visíveis as alterações e as reformas legislativas que se fizeram sentir em Portugal¹⁴ e, como mostra Duarte-Fonseca (2000: 83-84):

antecipa-se a maior expectativa quanto a saber em que medida aquele olhar diferencial segundo o género vai reflectir-se na aplicação dos instrumentos normativos (...). [É] de esperar que a Lei de Protecção seja mais aplicada a raparigas do que a rapazes (...) e que a Lei Tutelar Educativa tenha maior aplicação em relação aos rapazes.

Vejamos alguns estudos apresentados cronologicamente e a forma como estes fazem o retrato sociológico do universo feminino na cena da “delinquência juvenil” em Portugal.

Em 1990, Eliana Gersão apresenta uma comunicação intitulada *Raparigas em internato de reeducação – Porquê? Para quê?*, no I Encontro de Mulheres Juristas dos Países Lusófonos. Trata-se de uma comunicação publicada na Revista Infância e Juventude (Gersão, 1990) e pretende mostrar algumas conclusões da análise dos dados publicados nas Estatísticas da Justiça relativos às raparigas sujeitas à jurisdição tutelar de menores e a sua comparação com os dados referentes aos rapazes. Segundo a autora, algumas dessas conclusões mostram que a percentagem de raparigas sujeitas à jurisdição de menores é bastante significativa e que tem vindo a aumentar. Além disso, nos processos de raparigas, os casos de “inadaptação”, “vadiagem”, “prostituição” ou “libertinagem” estão mais representados do que nos rapazes.

Aliás, o internamento em estabelecimentos de reeducação apenas foi decidido em 3,8% dos casos de crime. A maior percentagem é encontrada, precisamente, nas situações de inadaptação (15,2%) e nos processos que tiveram a sua origem em situações de vadiagem, prostituição ou libertinagem

¹⁴ De forma muito particular a que ocorreu em 2001, com a entrada em vigor da Lei Tutelar Educativa e da Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo, que vêm substituir, no essencial, as limitações e desvantagens do modelo da Organização Tutelar de Menores (OTM – Decreto-lei n.º 314/78, de 27 de outubro), em vigor desde 1962, e que reunia num só texto legal as normas respeitantes às crianças com comportamentos delinquentes ou com outro tipo de problemas ligados à infância.

(23,5%). Como refere a autora, “numa análise de 70 processos, (...) em regra era o comportamento sexual da rapariga que estava na base da intervenção judiciária” (Gersão, 1990: 50).

Em 1994, Eliana Gersão e Manuel Lisboa (Gersão e Lisboa, 2004) publicam *The Self Report Delinquency Study in Portugal*, um estudo pioneiro que teve por objetivo identificar, junto de uma amostra significativa dos jovens de Portugal Continental (mil respondentes, de ambos os sexos, com idades entre os 14 e os 21 anos), as taxas de prevalência de delinquência autorrelatada. Relativamente às questões de género, os autores referem que o comportamento delinvente entre jovens é frequente, indiferentemente da idade, género, classe social e estatuto educacional. As raparigas constituíam 41,4% do total de jovens que admitiram ter tido uma conduta delinvente no ano anterior ao do inquérito (Gersão e Lisboa, 1994: 218); ou seja, quando analisam a relação entre o género e a prevalência de comportamento delinvente (ver Quadro 1), os autores demonstram que, apesar de os rapazes aparecerem mais representados nas diferentes tipologias de comportamento delinvente, a diferença de género não é tão acentuada como a indicada pelas estatísticas oficiais, em geral.

Quadro 1
Género e prevalência de comportamento delinvente

| Tipologia de comportamentos desviantes | Rapazes | | Raparigas | |
|---|---------|------|-----------|------|
| | n | % | n | % |
| | 525 | 52,5 | 475 | 47,5 |
| Prevalência média de delitos contra a propriedade | 135 | 25,7 | 79 | 16,6 |
| Prevalência média de delitos contra a integridade | 197 | 37,5 | 98 | 20,6 |
| Prevalência média de delitos relacionados com drogas | 79 | 15,0 | 34 | 7,2 |
| Prevalência média de delitos relacionados com a juventude (andar em transportes públicos sem pagar, condução sem licença ou seguro) | 253 | 48,2 | 153 | 32,2 |
| Prevalência total de comportamento delinvente | 335 | 63,8 | 237 | 49,9 |
| Prevalência média de comportamentos problemáticos sem uso de álcool (vadiagem e fuga de casa) | 164 | 31,2 | 157 | 33,1 |
| Prevalência média de comportamentos problemáticos com uso de álcool (vadiagem e fuga de casa) | 310 | 59,0 | 238 | 50,1 |

Fonte: Gersão e Lisboa, 1994: 233 [tradução própria].

Relativamente a esta questão, e como ressalva Duarte Fonseca (2000: 8-9), “os dados respeitantes a processos tutelares findos relativos a raparigas com condutas desviantes não parecem mais do que a ponta do iceberg ao terem-se presentes os dados divulgados, resultantes do citado inquérito à ‘delinquência juvenil’ auto-revelada”.

Em 1998, o Observatório Permanente da Justiça publica o relatório *A justiça de menores: as crianças entre o risco e o crime*. Este estudo pretendeu analisar a evolução da movimentação processual tutelar nacional, num período temporal de 54 anos (de 1942 a 1996), abarcando a problemática dos menores em situação de risco e delinquentes. No que se refere à presença das raparigas no sistema tutelar, os autores mencionam o seguinte:

Ao longo do período de 1942 a 1996, as crianças e jovens “seleccionados” têm rondado sempre cerca de 80% de rapazes e 20% de raparigas (...). A presença das raparigas no sistema tutelar, embora sempre minoritário (16,1% – 443 – em 1989, e 23,4% – 661 – em 1996), tem vindo a intensificar-se (...). A presença das raparigas apresenta sempre valores fortes nas situações de abandono (entre os 40 e os 50%), sendo todavia inferior à dos rapazes. Apresenta valores relativamente baixos, mas significativos, nas situações de inadaptação (rondando os 15-20%), os quais aumentam gradualmente ao longo do período considerado (...) queda-se por percentagens ainda mais baixas nas situações de crime, as quais, todavia, tendo estado até 1995 abaixo dos 10%, sofreram em 1995 e 1996 um ligeiro aumento (16,9% em 1993, 21,3% em 1995 e 23,4% em 1996). (Santos *et al.*, 1998: 125-126)

Em regra, os processos iniciados por participação policial tendem a ter maior expressão no caso dos rapazes, ainda que atinjam as raparigas em percentagens significativas. Mas é nos processos ‘da iniciativa da comunidade’ que a diferença se sente. “Os processos iniciados por participação dos pais, de outros familiares (...) são sempre mais frequentes em relação às raparigas do que aos rapazes – o que denota serem aquelas objecto de um maior zelo social protector/controlador” (*idem*: 131).

Em 2000, António Carlos Duarte-Fonseca publica a obra *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*, um estudo que analisa os dados relativos a processos tutelares findos, durante a década de 90, e que pretende caracterizar as menores sujeitas à intervenção dos tribunais. Fazendo o recorte das condutas desviantes das raparigas, o autor procura caracterizar as suas manifestações, indo além da mera comparação com o universo masculino. Descreve-nos as diferenças dentro da própria categoria de género. Segundo o autor, e de acordo com as estatísticas publicadas para os anos de 1990 a

1999, foram julgadas 5863 raparigas. “Este número corresponde apenas a 21,6% do total de menores julgados nesse período (27 109). Ainda assim, este número e esta percentagem são bastante superiores aos registados na década de 80 (...)” (Duarte-Fonseca, 2000: 13-14).

Na linha dos estudos realizados, elas são julgadas, principalmente, por inadaptação à vida social normal (41,9%), paradelinquência e pré-delinquência (39,4% por vadiagem e/ou libertinagem; 6,7% pela prática da prostituição – ainda que represente quase 77% do total de menores de ambos os sexos julgados pelo mesmo motivo; 5% por mendicidade; e 1,3% pelo abuso de bebidas alcoólicas).

Na procura de um maior conhecimento sobre a problemática do desvio e da delinquência juvenil em Portugal, Maria João Leote de Carvalho realizou uma investigação (predominantemente quantitativa) que teve como ponto de partida o universo de jovens de ambos os sexos (N= 685), entre os 9 e os 18 anos de idade que, por decisão judicial, se encontravam internados nos catorze colégios do Instituto de Reinserção Social, nos últimos quatro meses de vigência da OTM, ou seja, de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2000. O resultado deste estudo é publicado em 2003 em *Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajectórias e delinquências*. Segundo a autora, há uma clara predominância do sexo masculino, uma orientação que se tem revelado em outros estudos nacionais e internacionais sobre os sistemas de justiça. Mas, quando olhamos para os motivos de intervenção, os dados mostram-nos outros cenários: 76% dos jovens estavam associados a práticas ilícitas (57% das raparigas e 80% dos rapazes), 15,2% a condutas desviantes (29,4% das raparigas e 12,1% dos rapazes) e 8,8% a casos de vitimação (13,5% das raparigas e 7,8% dos rapazes). Porém, mais do que ressaltar a sua importância, o que estava na base da colocação nestas instituições era a avaliação da personalidade, das condições de vida e da situação familiar.

Segundo Leote de Carvalho (2003, 2005), as raparigas retratadas neste estudo apresentam as seguintes especificidades: entram no sistema mais tarde do que os rapazes (a média de idade de colocação institucional ronda os 15,3 anos), em regra, por iniciativa da escola, ou seja, “as raparigas aparecem sobre-representadas nas iniciativas cometidas à escola, enquanto os rapazes registam uma ligeira e relativa maior presença nas acções identificadas pelas polícias” (Leote de Carvalho, 2005: 76-77). Estão mais representadas como vítimas do que os rapazes (58,3% para 38,3%, respetivamente), sendo mais evidente esta diferença no campo dos abusos sexuais. Neste contexto elas estão claramente identificadas. Além disso,

... apresentam níveis de escolaridade superiores (...), estão mais representadas nos ilícitos contra as pessoas, com uma forte incidência para as ocorrências em espaço escolar (...). Muitos dos seus comportamentos apresentam uma outra natureza e um grau de violência eventualmente superior aos manifestados pelos indivíduos do sexo masculino, porque mais directamente exercidos contra a integridade pessoal em detrimento de bens patrimoniais. As suas principais vítimas foram adultos não familiares e outras menores, predominando uma actuação individual: poucas são as que surgem referenciadas a grupos e quando tal acontece são, sobretudo, grupos mistos, onde a presença de adultos (homens) também se faz mais sentir. Destacam-se ainda nos consumos de drogas duras, assim como nas suas formas mais complexas. (Leote de Carvalho, 2005: 87-88)

Alicerçado no mesmo universo de estudo, surge o trabalho de Hugo Seabra – *Delinquência a preto e branco* – publicado em 2005, que consistiu num estudo de caso de um CAEF (Colégios de Acolhimento, Educação e Formação) da Reinserção Social, situado em Lisboa. Ainda que apoiado, essencialmente, em metodologias de cariz qualitativo (observação, entrevistas, diário de campo), a referência ao universo feminino surge apenas na caracterização geral da população internada em dezembro de 2000.

As raparigas constituem cerca de 18,9% do universo existente (120 no total). Por sua vez, os rapazes (...) são a grande maioria dos internados, 81,1% (514 em valores absolutos) (...). Dos menores institucionalizados (...), 10,4% eram vítimas de maus tratos, abuso de autoridade, abandono ou desamparo. De entre estes destaque-se o contingente do género feminino, 20,8% de todas as raparigas sob tutela, contra 8% dos rapazes. (...) Relativamente à situação de para/pré-delinquência os valores sobem para os 14,8%. De destacar o facto de as raparigas serem aqui maioritárias, com 51,1% deste universo. (Seabra, 2005: 61-62)

O *Relatório de Avaliação de dois anos de aplicação da Lei Tutelar Educativa*, realizado pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e publicado em 2004 (Santos et al., 2004), faz breves apontamentos descritivos sobre a participação das raparigas na delinquência, nos anos de 2001 e 2002. A este respeito, os autores referem que 88% dos jovens que foram objeto de um processo tutelar educativo e aos quais foi aplicada uma medida tutelar são do sexo masculino. No que se refere aos factos qualificados pela lei como crime, concluem que “o furto simples e qualificado são os mais praticados, quer pelos jovens do sexo masculino (46,6%), quer do sexo

feminino (49,4%)” (Santos, 2004: 226). Para as raparigas, o segundo tipo de ilícitos mais cometidos são os factos qualificados como crimes de ofensa à integridade física (14,5% em 2001 e 12,8% em 2002). Este tipo de ilícito, no caso dos rapazes, aparece apenas em quarto lugar. Apesar de constatarem que a medida de internamento é mais aplicada aos jovens de sexo masculino do que aos de sexo feminino, os autores afirmam que este estudo não permite tirar conclusões seguras sobre esta situação. Mesmo assim, deixam alguns dados de interesse. As raparigas praticaram, em média, “57,5% do total de factos qualificados como crime de furto simples e qualificado e de roubo, contra 55% dos factos praticados pelos jovens do sexo masculino” (*idem*: 238).

O trabalho de Raquel Matos (2008) – *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* – traz novos contributos sobre o assunto, por duas principais razões: por um lado, pela proposta de abordar a criminalidade juvenil feminina, olhando para os percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas. E, por outro lado, por ter privilegiado a utilização de metodologias qualitativas, que possibilitassem o acesso às perspetivas das mulheres ofensoras¹⁵. Nos discursos destas mulheres, a autora encontrou especificidades que são do domínio juvenil e que não se encontram nos discursos das mulheres adultas. Apesar de algumas das jovens serem mães, mais do que dos filhos, falam da escola, dos amigos, dos pares, dos namorados, dos pais. Elas posicionam-se como mulheres a quem alguém presta cuidados e não como prestadoras de cuidados. E, no que se refere a percursos e trajetórias, a rua (associada ao prazer e à excitação) representa a oportunidade de controlarem as suas próprias vidas.

Este levantamento serviu aqui um propósito indicativo: o de mostrar como este fenómeno tem ‘emergido’ em Portugal e como tem refletido os olhares, as preocupações e as controvérsias dos agentes de controlo.

Assim como acontece com a população carceral feminina, que raramente excede os 10% da população prisional geral, tanto em Portugal¹⁶ como na generalidade dos países da União Europeia e nos EUA (Cunha 2006),

¹⁵ Neste pressuposto, a autora realiza dois estudos. O primeiro baseia-se numa caracterização sociodemográfica e jurídico-penal da população reclusa feminina, entre os 16 e os 21 anos de idade (N = 49) e serviu para a construção de perfis que se distinguem essencialmente pelo tipo de crime cometido e pelo trajeto percorrido na justiça até ao crime. Estes perfis constituíram o ponto de partida para a realização do segundo estudo empírico, que consistiu numa abordagem aos discursos que as jovens ofensoras constroem sobre os seus percursos de vida e sobre as significações do crime nesses percursos.

¹⁶ Segundo o RASI de 2008, a população carceral feminina é de 8%, tendo diminuído 1% relativamente ao ano anterior.

os números e os recortes da “delinquência juvenil” feminina em Portugal não têm sido muito diferente dos apresentados pelos diferentes estudos, apontando para uma certa estabilização. Em Portugal, uma boa parte dos dados disponíveis em relação à criminalidade participada/oficial¹⁷ não permite a desagregação por género. E, quando há essa separação, não se consegue captar as heterogeneidades de género, por exemplo, em razão da idade.

Segundo os Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), a “delinquência juvenil” tem vindo a diminuir desde 2002. Apesar de se encontrarem algumas oscilações positivas no crescimento da “delinquência juvenil”, em regra, a tendência é de diminuição. Em nome da inexpressividade estatística do fenómeno (correspondente a 1% da criminalidade geral), a parte referente à “delinquência juvenil” deixou de existir nos Relatórios a partir de 2008 (Santos *et al.*, 2010: 179). Além disso, aqueles que chegam até nós não fazem uma discriminação dos números por género, não sendo possível aferir se esta diminuição global da “delinquência juvenil” é diferenciada em razão do género.

Relativamente às Estatísticas da Justiça, a situação não é muito diferente do que constatámos anteriormente. Segundo o OJP, a escassez e a fraca fiabilidade dos indicadores estatísticos da justiça não permitem uma reflexão cabal sobre a temática da delinquência (juvenil). O que se verificou é que, desde 2006, o critério de notação estatística mudou a meio da década, o que gerou grande confusão. Não é possível, hoje, fazer estudos exaustivos como o que foi feito, por exemplo, por Duarte-Fonseca (2000) sobre as *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*.

A Difusão Estatística da Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS) é, possivelmente, o ponto de observação mais próximo; todavia, a informação que fornece circunscreve-se à evolução e natureza dos pedidos recebidos (pelo tribunal) e executados pela DGRS. Não fornece nem a extensão da criminalidade participada (polícias), nem a dimensão da criminalidade julgada. No âmbito do Tutelar Educativo, permite-nos acompanhar e perceber a evolução da aplicação e execução das medidas na comunidade e de internamento em Centro Educativo (Tabela 1).

¹⁷ Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI) – <http://www.mai.gov.pt>; Estatísticas da Justiça, DGPJ – <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>; Difusão Estatística da Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS) – <http://www.dgrs.mj.pt>.

Tabela 1.
Evolução das medidas tutelares educativas entre 2002 e 2009, por género.
Os números referem-se aos jovens com medidas
em execução a 31 de dezembro de cada ano.

| Ano | Medidas na comunidade | | | | | Medidas de internamento | | | | |
|------|-----------------------|------|----------|------|-------|-------------------------|------|----------|------|-------|
| | Masculino | | Feminino | | Total | Masculino | | Feminino | | Total |
| | Freq. | % | Freq. | % | | Freq. | % | Freq. | % | |
| 2002 | 644 | 86,6 | 100 | 13,4 | 744 | 208 | 92,1 | 18 | 7,9 | 226 |
| 2003 | 812 | 90,4 | 87 | 9,6 | 899 | 276 | 93,9 | 18 | 6,1 | 294 |
| 2004 | 931 | 91,5 | 87 | 8,5 | 1018 | 255 | 93,7 | 17 | 6,3 | 272 |
| 2005 | 903 | 90,8 | 91 | 9,2 | 994 | 237 | 94,4 | 14 | 5,6 | 251 |
| 2006 | 904 | 87,9 | 124 | 12,1 | 1028 | 248 | 92,9 | 19 | 7,1 | 267 |
| 2007 | 969 | 89,2 | 117 | 10,8 | 1086 | 184 | 90,6 | 19 | 9,4 | 203 |
| 2008 | 831 | 88,1 | 113 | 11,9 | 944 | 161 | 89,0 | 20 | 11,0 | 181 |
| 2009 | 859 | 88,2 | 115 | 11,8 | 974 | 181 | 88,7 | 23 | 11,3 | 204 |

Fontes: Os dados são referentes às medidas de execução na comunidade retirados da aplicação de verbetes da DGRS. Os dados referentes às medidas de internamento em Centro Educativo foram fornecidos pela Direção de Serviços da Área Tutelar Educativa (DSATE).

À semelhança do que acontece noutros países, a presença feminina nas estatísticas da “delinquência juvenil” é pouco expressiva, quando comparada com a dos rapazes. Mas, quando olhamos para a aplicação de medidas tutelares educativas a raparigas, podemos detetar algumas tendências interessantes. Possivelmente resultante do impacto da reforma legislativa sentida em 2001, verifica-se um decréscimo na aplicação de medidas tutelares educativas a raparigas. Esta tendência começa a inverter-se, a partir de 2004, no caso das medidas na comunidade e, a partir de 2005, no caso das medidas de internamento. A partir destas datas verifica-se um certo crescimento do número de jovens raparigas acompanhadas pela DGRS, ainda que este aumento seja mais sentido (percentualmente) no âmbito da aplicação de medidas de internamento. Um aumento que ocorreu no sentido inverso da aplicação das medidas de internamento em geral¹⁸. Possivelmente, e na esteira do que foi demonstrado nos estudos desenvolvidos por Leote de Carvalho (2003) e pelo

¹⁸ Segundo as difusões estatísticas da Direção-Geral de Reinserção Social de 2002 a 2007, há uma diminuição da aplicação da medida de internamento, em geral.

OPJ (Santos e Gomes, 2004), esta situação pode dever-se ao facto de as raparigas apresentarem uma outra natureza e um grau de violência eventualmente superior aos manifestados pelos indivíduos do sexo masculino, pelo facto de estes comportamentos serem mais exercidos contra a integridade pessoal. A invisibilidade a que as raparigas estão votadas faz com que não se olhe para as dinâmicas das suas ações. Os estudos não as analisam porque elas não são suficientes para permitir inferências estatísticas. As estatísticas não as “captam” porque elas são engolidas pela generalidade dos números. A maioria dos profissionais da área considera que é um fenómeno inexpressivo, como nos mostra o diálogo de alguns participantes do painel de discussão organizado pelo OJP (Santos *et al.*, 2010: 372):

P3 – Houve agora, no caso das raparigas, um aumento das medidas de internamento feminino, mas é um fenómeno recente. Aumentou com as romenas que, em princípio, até não serão menores.

P4 – Sim, mas aumentou quatro unidades. Isto é inexpressivo.

OPJ – Como temos tão poucos, quando dizemos que aumenta, aumenta muito.

P4 – Claro, tínhamos 18 raparigas internadas em 2002, agora temos 24. Isso quer dizer alguma coisa?

Tal não impede que aquela dinâmica seja também bastante complexa, especialmente para quem trabalha diariamente com estas jovens.

A falta de estudos e os dados disponíveis em Portugal não nos permitem inferir se os comportamentos delinquentes cometidos pelas raparigas têm aumentado ou não. A perceção social desse aumento, veiculado, por exemplo, pela comunicação social, não é acompanhada por um tratamento estatístico cabível, como vimos anteriormente. Pode ser que os acontecimentos mais recentes de violência perpetrada por jovens raparigas venha a traduzir-se numa maior atenção conferida a este fenómeno.

Tal como sucede e tem sido discutido noutros países, a perceção de que a delinquência feminina tem aumentado não reúne consensos. As dúvidas mantêm-se e, como questiona Leote de Carvalho (2005), é preciso saber se estas diferenças entre rapazes e raparigas refletem:

padrões de comportamento em função do género, ou se é em sua função que os mecanismos de controlo formal se posicionam e desenvolvem olhares diferenciados, intervindo mais precocemente junto dos rapazes. Nesta ordem de ideias, as raparigas acabariam por ser alvo de intervenção quando à visibilidade dos seus actos estivesse associada uma maior gravidade ou violência. (p. 88)

Capítulo 2

Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil

Ver ou não ver, eis a questão. Parece trivial, mas não é. Será que aquilo que a gente vê é mesmo aquilo que a gente vê? Ou a gente vê não o que olha, mas a relação com aquilo que olha? (Soares, Bill e Athayde, 2005: 172)

Se no capítulo anterior se refletiu sobre a construção social da delinquência juvenil feminina, neste capítulo pretende-se problematizar a sua construção científica, explorando a forma como a delinquência (juvenil) feminina tem sido construída pela sociologia do crime, em ordem a compreender a etiologia do fenómeno, e como alguns estudos fundamentais têm abordado as diferenças de género e especificidades femininas nas expressões da transgressão. A persistência das questões – porque cometem as raparigas menos infrações do que os rapazes? Que especificidades reservam? – e a perceção do aumento da visibilidade de comportamentos transgressivos por parte das raparigas, as quais conduziram ao incremento das investigações e da emergência de uma literatura mais sensível ao género, impuseram a discussão em torno das idiossincrasias da delinquência feminina e dos principais fatores que colocam as raparigas em risco de desenvolver comportamentos transgressivos e delinquentes. O resultado da revisão da literatura sugere que, se os fatores de risco e de proteção da delinquência feminina são, em muitos caminhos, similares aos dos rapazes, existem diferenças-chave entre os géneros, trazendo novos desafios teórico-metodológicos e implicações importantes para o desenvolvimento de programas e políticas de intervenção.

2.1 Construção da delinquência (juvenil) feminina na sociologia do crime

2.1.1. Teorias masculinas para vidas femininas

Albert Cohen, em 1955, afirma: “o delinquente é um homem desonesto” (p. 140). Hirschi, em 1969, relega as mulheres para uma nota de rodapé e

Tracy, Wolfgang e Figlio, em 1985, afirmam que as raparigas são excluídas de um maior aprofundamento porque a sua presença é menor do que a dos rapazes (citados em Chesney-Lind, 1997). Nos discursos tradicionais, a figura feminina tem sido genericamente ignorada ou analisada com base em estereótipos de género. Mais do que isso, muitos autores sugerem que as grandes teorias da delinquência, desenvolvidas para explicar a delinquência masculina, são adequadas para explicar a delinquência feminina.

A análise sociológica sobre o desvio juvenil tem-se desenvolvido em torno de alguns quadros teóricos de referência como as teorias da anomia (Durkheim, 1973 [1879]; Merton, 1970), das subculturas (Cohen, 1955; Miller, 1958), da associação diferencial (Sutherland, 1937), do controlo social (Matza, 1964; Hirschi, 1969; Reckless, 1970) e das perspetivas de base interacionista (Lemert, 1951; Becker, 1973; Goffman, 1988, 1989). As primeiras procuram compreender os fatores de risco social, apontando ora para fatores de desregulação e desorganização social, ora para a influência da(s) (sub)cultura(s) do meio social em que o sujeito está inserido, passando pelas falhas e carências específicas no processo de socialização. Na perspetiva dos teóricos do controlo social, estas teorias são insuficientes para explicar as diferentes respostas dos indivíduos colocados numa mesma posição. Procurando compreender o que causa a conformidade, mostram que a maioria das pessoas não desvia porque existem fortes laços que as ligam ao convencional, mesmo quando existem forças internas e externas que impelem o indivíduo para optar por soluções desviantes. Questionamento feitos, também, pelas teorias da rotulagem, para as quais o desvio já não seria somente a infração de uma norma social, mas a reação da sociedade a essa infração (Becker, 1973). Esta operação de rotulagem, enquanto reação social organizada, procura demonstrar que os desvios não são um mero produto da transgressão de indivíduos e grupos “anormais”, mas uma forma de reação social que provém da própria natureza do controlo social.

Representando diferentes perspetivas sobre o fenómeno e até fazendo emergir novos discursos, de rutura e questionamento das ideias tradicionais, a questão coloca-se: qual a posição das mulheres/raparigas nestes cenários teóricos? De forma mais ou menos declarada, todas estas teorias foram concebidas e verificadas em função da delinquência masculina, partilhando a ideia de que a vida americana é masculina, com uma cultura de onde a figura feminina está excluída. A descrição das mulheres passa pela sua inatividade, por ser pouco ambiciosa, pouco criativa, tímida e cuja esfera de influência seria a casa/família/privado.

Para Merton (1970), Cohen (1955) ou mesmo Cloward e Ohlin (1970), a subcultura delinquente seria uma solução masculina para um problema

masculino. As mulheres envolvem-se menos em atividades criminais pelo facto de não serem parte do problema do sucesso material, ou seja, elas são menos confrontadas com sentimentos de tensão e frustração, uma vez que os objetivos que fixam (casar e constituir família) são facilmente realizáveis (Naffine, 1987; Belknap, 2000). Para Ruth Morris (1964, citada em Belknap, 2000), a questão é bem mais profunda, pois as raparigas não estão apenas interessadas em arranjar um marido, mas também em manter outras relações, principalmente com a família. Elas enfrentam menos suporte sub-cultural e recebem maior desaprovação pelo comportamento delinquente. Em crítica, Naffine (1987: 23) aponta que os teóricos são perversos nas suas crenças de que o comportamento feminino é mais uniforme e convencional do que o comportamento masculino apenas pelo facto de as mulheres não estarem sujeitas ao stress do papel masculino.

Também Sutherland (1937), olhando para a figura feminina como um corpo homogéneo e uniforme, considerou a criminalidade inapropriada para as mulheres. Os papéis de género constroem-na ao espaço doméstico e, como consequência, as raparigas/mulheres não vagueiam nas ruas, não aprendem a roubar nem a lutar, nem tampouco estão em contato com as *aptidões/habilidades* das subculturas criminais. Elas são mais conformistas por serem estas as definições mais favoráveis ao seu comportamento. Esta decisão dos autores em evitar discutir o papel das raparigas/mulheres na cena da delinquência foi, efetivamente, alvo de duras críticas, uma vez que seria um contributo fundamental para examinar as diferentes taxas de delinquência entre rapazes e raparigas e explicar diferenças de género.

Para autores como Reckless (1970) e Hirshi (1969), a conformidade das mulheres seria explicada pelo facto de elas estarem sujeitas a um maior número de contenções, quando comparadas com o homem, e constrangidas a um maior controlo e supervisão social. Foram criticados, principalmente, por ignorar a importância do género como relação de poder significativa.

Também os estudos clássicos do interacionismo destinam a sua análise, de forma quase exclusiva, à figura masculina, e quando as mulheres surgem no seu trabalho assumem ou a figura da esposa, analisada e descrita sob a lente masculina, ou a figura de objeto sexual. As mulheres ofensoras são a antítese do ideal de feminilidade e, neste sentido, na ótica de Harris (1977, citada em Naffine, 1987), as mulheres não ofendem nem surgem como ofensoras tanto quanto o homem, porque o guião que descreve as pessoas que agem em papéis criminais dita que o ator tem de ser homem. E “punir” as mulheres por não se conformarem com papéis de género “apropriados” tem já uma longa história. Na obra *Labeling Women Deviant. Gender, stigma and social control*, de 1984, Schur refere que a falta de poder das mulheres é resultado de um

conjunto de rótulos que lhes são aplicados e que podem levar à interiorização desses rótulos e ao desvio secundário. Baseado nesta relação entre estigma e poder social, o autor lista quatro principais razões que têm estado na base da subordinação social das mulheres: as fortes desigualdades de género no sistema socioeconómico; a percepção generalizada e a objetivação dessas desigualdades de género; a desvalorização da figura feminina em simbolizações culturais; e a relação das mulheres com as definições de desvio. As mulheres são constantemente lembradas do seu ‘lugar’ e (re)colocadas no seu ‘lugar’. Nem estes novos discursos emergentes na criminologia trazem as questões de género para o centro das discussões e, neste sentido, poucos foram os estudos dedicados à participação da figura feminina no crime.

2.1.2 Quando a figura feminina é protagonista...

A discussão sobre a criminalidade feminina tem-se orientado em torno de três grandes eixos: as explicações de base biológica e psicológica, que relaciona a delinquência feminina com o desvio sexual; as teorias que estabelecem a relação entre a delinquência feminina e os papéis de género, a socialização diferencial e o controlo social; e a tese da emancipação/libertação das mulheres que explica que à medida que as mulheres vão conquistando liberdade para atingir os seus objetivos ficam mais expostas a situações criadoras de *stress* e frustração que as induzem ao crime.

Os estudos mais antigos sobre a delinquência feminina reportam-se ao final do século XIX com Lombroso e Ferrero (1895), que acreditavam e defendiam que as diferenças biológicas, inerentes a homens e mulheres, influenciavam o grau e o tipo de envolvimento em práticas delitivas. A figura feminina seria congenitamente menos propensa para o crime devido ao seu papel biológico relacionado com a maternidade e às características que a definiam como sendo “pura, passiva, dependente, submissa, desprovida de identidade, atenciosa e amável, mas também infantil, narcisista, emotiva, malévola, enganadora, sob a influência da identidade e instável” (Morris citado em Lucchini, 1997: 74). Assim, para as mulheres, duas possibilidades opostas pareciam apresentar-se: ser mãe ou prostituta, sendo que as jovens criminosas eram tendencialmente representadas nesta segunda opção. Mesmo em casos de assalto ou furto, as explicações privilegiavam a repressão sexual, a histeria feminina ou ainda, na ótica freudiana, o complexo da castração.

Outros estudos, como os de Pollak (1950), Cowie, Cowie e Slater (1968), Vedder e Somerville (1970), foram sendo desenvolvidos nesta área, mas todos sugerem que a delinquência feminina assume, predominantemente: 1) ou a forma de comportamento sexual e promíscuo, como nos mostra Thomas (1925 citado em Matos, 2008) ao argumentar que as raparigas

delinquentes devido à ânsia por novas experiências e à percepção de que podem obtê-las se manipularem a sua sexualidade; 2) ou a forma de patologização, na medida em que por detrás desse comportamento está a presença de uma perturbação; 3) passando pela ideia de que as mulheres que transgridem apresentam traços físicos de masculinidade, enquanto as mulheres “normais” são femininas. À luz destas perspetivas, as jovens delinquentes são “a fugitiva, a incorrigível e a promíscua” (Vedder e Somerville citados em Chesney-Lind e Shelden, 1992: 60), que reagem a forças que vão além do seu controlo. A maioria destas teorias, segundo Holsinger (2000), foi criticada por se basear em crenças sociais sexistas, balizadas por estereótipos de género.

Mais recentemente, e dentro deste quadro explicativo, o enfoque tem-se dirigido para fatores de vulnerabilidade biopsicológicos como o stress e a ansiedade, défices de atenção e problemas de hiperatividade, défices intelectuais, maturidade sexual precoce e problemas de saúde mental (Bartollas e Schmallegger, 2010: 154).

Apesar de ter havido uma tentativa de ultrapassar estas perspetivas por outras que privilegiassem a estrutura social como responsável pela origem da delinquência, a realidade é que isto não significou uma verdadeira preocupação com a criminalidade feminina. Vejamos os contributos das teorias sociológicas clássicas, desenvolvidas no ponto anterior, cujo enfoque vai exclusivamente para a delinquência masculina, apresentando uma visão das mulheres e do seu comportamento criminal muito centrado no argumento de que a natureza feminina é diferente da masculina. A figura feminina nunca constituiu, para estes quadros teóricos, um desafio de investigação e alguns sugerem que a delinquência mais não é do que uma extensão da masculinidade. O esquecimento das mulheres/raparigas no universo teórico da delinquência veio reforçar a dominação masculina na sua explicação, permitiu desconstruir o carácter patológico do desvio masculino e acentuou o olhar sobre o comportamento das mulheres/raparigas criminosas como inapropriado e não feminino. Os discursos tradicionais sobre a delinquência feminina, como referem os contributos críticos da criminologia feminista, têm estado eivados de interpretações que sugerem a biologização, a sexualização, a patologização e a masculinização das mulheres.

As teorias que estabelecem uma relação específica entre a socialização diferencial de género e a delinquência feminina vêm dar um salto de visibilidade a este fenómeno. Aliás, estas teorias têm dominado a literatura sobre as diferenças de género na violência (Campbell, 1993).

Segundo Shover *et al.* (1979), duas interpretações diferentes foram sendo sugeridas na explicação desta relação. A teoria da masculinidade demonstra

a existência de uma forte relação entre masculinidade e delinquência. Espera-se que os homens sejam mais agressivos e, das mulheres, esperam-se comportamentos e papéis mais passivos. Neste sentido, à medida que as mulheres/raparigas se tornam mais masculinizadas, aumenta a probabilidade de se tornarem mais delinquentes. A teoria do controlo, *a contrario*, procura demonstrar que esta relação entre papéis de género e envolvimento criminal não é direta, pelo efeito de outras variáveis como: a oportunidade de entrar na delinquência, a ligação com outros significativos e as crenças na legitimidade das regras e das leis. Os argumentos mostram que as raparigas são mais controladas, têm menos oportunidades de violar as normas, e têm crenças mais positivas sobre a legitimidade das regras. Neste sentido, segundo esta perspetiva, as mulheres/raparigas ocupam e desempenham papéis no mundo criminal que são definidos pela falta de oportunidade e sexualmente determinados.

Se as diferenças biológicas entre homens e mulheres são uma realidade, esta perspetiva vem mostrar que agir como homem ou como mulher é uma construção social, influenciada por definições culturais e sociais aprendidas em contextos de socialização (Amâncio, 1993). Ao interiorizarem os discursos culturais acerca do que é ser um homem e uma mulher desejável, os indivíduos são orientados para assumir esses papéis nas suas vivências quotidianas, e não é diferente para as questões da violência.

Os rapazes aprendem, pelos próprios modelos sociais, os benefícios de um comportamento agressivo e as raparigas, segundo Schilt (2003), são socializadas para acreditar que as “boas raparigas” são quietas, passivas e que sacrificam as suas necessidades pelos outros. Os homens são recompensados pela violência e as mulheres punidas e ensinadas a reprimir qualquer impulso agressivo. Vários estudos têm mostrado a quantidade de caminhos em que as raparigas são premiadas pelo silêncio e pela passividade. Este tratamento serve para reforçar a mensagem societal sobre o comportamento apropriado de género e encorajar as raparigas a ocupar um lugar na sociedade de acordo com as expectativas (Naffine, 1987). Como demonstra o trabalho de Gilligan, Lyons e Hammer (1990 citados em Simões, 2007: 48), muitas raparigas, na adolescência, separam-se do que sabem e do que sentem para apenas experienciarem sentimentos ajustados a um ideal de rapariga. Esta separação entre o interior e o exterior, ou seja, entre os sentimentos e os comportamentos cria confusão e conflitos interiores.

Neste sentido, quando as raparigas cometem atos delinquentes, estão a violar as expectativas do papel social feminino, que tem surgido como incompatível com o mundo criminal (Shoemaker, 1996; Chesney-Lind e Shelden, 1992). Assim, as mulheres ofensoras passam a ser vistas como sendo

duplamente desviantes, por transgredirem a lei e os papéis de género convencionais (Smart, 1976).

O mesmo argumento dos papéis sociais ajuda-nos a compreender outras realidades, ou seja, os papéis sociais de género são influenciados pela estrutura de classe e pela pertença étnica, como nos mostra Luke (2008: 45) quando refere que:

As raparigas negras nos Estados Unidos, de acordo com algumas críticas culturais, são vistas pela maioria da sociedade como não sendo *realmente* raparigas (Collins, 1998; Hammond, 2001; Hurtado, 1996; White, 2001). Elas são pensadas e representadas como outros indivíduos “desviantes”, embora normalmente, não especificando e muitas vezes de forma contraditória, surjam como uma combinação entre seres hipersexuados ou assexuados e hipermasculinizados. (tradução própria)

O desvio de expectativas sociais sobre a conformidade sexual e moral (*e.g.*, fugas de casa, promiscuidade sexual, desobediência...) seria, assim, mais tolerado e até esperado em raparigas de classe baixa e negras. Contudo, quando raparigas brancas, especialmente de classe média, são violentas, tornam-se um desafio às normas culturais sobre género, classe, raça e um motivo de preocupação. Esta relação entre «crime – estruturas de género, raça e classe – e masculinidades/feminilidades hegemónicas» é muito bem retratada nos trabalhos de Messerschmidt (1997) e Simpson e Elis (1995). Toda esta discussão dá um salto de qualidade com o conceito de *doing gender*¹, proposto por West e Zimmerman (1987: 126):

Quando vemos o género como uma conquista, uma propriedade adquirida de uma conduta localizada, a nossa atenção muda de assuntos internos ao indivíduo para se focar na interação e, em última instância, nas arenas institucionais (...) são os indivíduos que fazem género. Mas é um fazer situado, levado a cabo na presença real ou virtual de outros... (tradução própria)

Para Messerschmidt (2009), as teorias dos papéis tradicionais de género, o feminismo radical e o feminismo marxista foram criticados por ignorar formas distintas de agencialidade. A ação social individual era vista apenas como resultado de um papel sexual ou de sistemas de patriarcado ou do capitalismo. *Doing gender* foi, neste sentido, um avanço conceptual de monta que respondeu ao impasse teórico sentido e veio a influenciar a teoria feminista em todo o mundo.

¹ “fazendo género” (tradução própria).

Atenta às dificuldades que a teoria dos papéis sexuais apresenta na explicação da delinquência feminina e procurando desconstruir os discursos da irracionalidade e da demonização do desvio feminino, Freda Adler (1975) surge com um novo argumento – a tese da emancipação/libertação das mulheres. Este argumento explica que, à medida que as mulheres vão conquistando liberdade para atingir os seus objetivos, se expõe a mais situações criadoras de *stress* e frustração que as induzem ao crime. Para a autora, esta relação também pode ser percebida e explicar o comportamento juvenil feminino. Ou seja, as raparigas tendem a imitar o comportamento das suas mães e irmãs mais velhas quando procuram conquistar a sua liberdade e, neste sentido, todos os tipos de crime que podemos esperar nas mulheres adultas são expectáveis nas adolescentes/jovens. Naffine (1987) resume os principais pressupostos desta teoria: 1) o feminismo deu visibilidade à competitividade das mulheres; 2) o movimento feminino abriu oportunidades estruturais que aumentaram as possibilidades de infração feminina; 3) as mulheres lutaram e ganharam a luta pela igualdade; 4) o feminismo faz as mulheres quererem comportar-se como homens; e 5) o crime é inerentemente masculino.

A perspectiva de Adler foi bastante criticada pela exuberância das suas explicações e pela ausência de suporte empírico que sustentasse a ideia de que as mulheres estariam a cometer mais crimes, e crimes mais violentos ou ‘masculinos’ (cf. Naffine, 1987; Chesney-Lind e Shelden, 1992; Shoemaker, 1996; Vuille, 2007: 183). Por exemplo, um estudo publicado em 1983, por Bunch (citada em Belknap, 2000), vem demonstrar que mulheres encarceradas por crimes violentos partilham papéis de género tradicionais, femininos e conformistas.

Apesar das críticas que se fizeram sentir, esta discussão continua a influenciar o debate sobre a criminalidade feminina e tem contribuído para o reposicionamento discursivo em torno da relação entre figura feminina e infração.

2.1.3 Reconstrução dos discursos sobre a figura feminina: entre a vitimação e a agencialidade

... meninas que se sucedem diferentemente ao longo dos tempos, como se brincassem fazendo, não uma roda, mas um ‘comboio’ em que se iam empurrando mutuamente no(s) tempo(s) e no(s) espaço(s) para sair da(s) sombra(s), do peso que essa(s) sombra(s) constituíram para algumas delas. Como ser capaz hoje de pegar nessas meninas tão diferentes nas maneiras de vestir, e estudar e de amar, e apagar o peso, a opacidade que algumas dela tiveram que viver e em que outras foram capazes de inventar outros fazeres, outras formas de amar e de saber. Até hoje. (Joaquim, 1997: 10)

Segundo Holsinger (2000), os contributos das teorias feministas são indiscutíveis para a reconstrução dos discursos em torno da figura feminina. E são-nos por diferentes razões. Pelo reconhecimento de que a estratificação de género existe nas sociedades patriarcais e que tem implicações estruturais fortes na experiência de se tornar mulher ou homem na sociedade. Por ter desenvolvido um olhar mais apurado para a socialização diferencial dos rapazes e das raparigas, para as diferentes motivações para o crime, para os tipos e contextos criminais e para as diferenças nas oportunidades do crime. Pelo papel na defesa da ideia de que a teorização deve nascer da realidade de vida das raparigas e não de pensamentos estereotipados. A este respeito, e como refere Chesney-Lind (1997), os esforços na construção de uma teoria feminista da delinquência exige que se esteja sensível às situações de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma discursiva como é dado sentido a essas experiências. Expondo a violência, abre-se a possibilidade de olhar para o contexto, o significado social, para o como e o porquê de algumas mulheres se tornarem violentas (Pollack, 2000). Por considerar que o aprofundamento do pensamento feminista tem destacado a necessidade da utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delinquencial feminino, redimensionando e reenquadrando a importância do género na explicação do fenómeno². E, por fim, segundo Smart (1976 citada em Holsinger, 2000: 45), por pretender não apenas tornar visível o invisível, mas encontrar formas alternativas de conceptualizar o mundo social para que os interesses e preocupações femininos sejam considerados e incluídos em vez de ignorados e subsumidos. Historicamente falando, o que se tornou mais visível quando se começou a considerar as mulheres como sujeitos de investigação “foi, em primeiro lugar, a sua sujeição. Em segundo, porém, foi a sua subjetividade – porque as mulheres não são apenas vítimas mas também sujeitos ativos na construção

² As propostas teórico-metodológicas têm sido variadas e, na perspectiva de Figueria-McDonought (1992 citada em Hoyt e Scherer, 1998: 102) podemos agrupá-las em três modelos: investigação-ação, foco feminino e integração universal. O primeiro modelo aponta para a importância da inclusão de amostras femininas nos estudos da delinquência masculina, para poder captar os estereótipos de género e examinar similaridades de comportamentos e diferenças de género. O segundo pressuposto assume a necessidade de se estudar apenas amostras femininas para se poder captar as especificidades da delinquência feminina. A terceira perspectiva chama-nos a atenção para a importância dos estudos integrados, ainda que, a este respeito, Steffensmeier e Allan (1996: 473) afirmem que ainda não foi desenvolvido um instrumento teórico integrado de explicação da criminalidade feminina e das diferenças de género no crime. O que encontramos, segundo estes autores, são ou teorias que neutralizam o género ou teorias específicas de género. Se as primeiras não nos conseguem demonstrar as especificidades das diferenças de género no tipo, frequência e contexto do comportamento criminal, as segundas podem tornar-se menos adequadas se requererem explicações separadas para a criminalidade das mulheres e dos homens.

das suas próprias vidas, sociedade e história” (Bock, 2008: 78). Sabemos que as expressões do pensamento feminista³ apontaram preocupações diferentes. Alguns feminismos chegaram a ignorar e até contribuíram para patologizar comportamentos considerados “não femininos” (Chesney-Lind e Eliason, 2006). Outros têm vindo, crescentemente, a utilizar as vozes femininas para compreender as histórias de vidas que colocam mulheres e raparigas em risco de delinquir⁴, dando à variável género um estatuto central e à figura feminina um protagonismo impensável nos estudos tradicionais da criminologia.

Pode a violência ser uma fonte de construção da feminilidade? Ou quando as raparigas empreendem atos violentos estão a construir masculinidades? Estas questões não têm reunido consensos, como nos mostra, por exemplo, a discussão entre Miller (2001, 2002) e Messerschmidt (2002, 2004). A argumentação de Miller vai no sentido de que existem incompatibilidades entre *agir com violência* e feminilidade, ao afirmar que as raparigas que agem como rapazes abraçam uma identidade masculina: “Eu era aquela que fazia tudo o que os meus amigos faziam (...). Eu era um *gajo* num corpo

³ 1) O *feminismo liberal* clama pela igualdade de oportunidades e pela liberdade de escolha da mulher, acreditando que homens e mulheres podem trabalhar em conjunto para tornar “andróginos” os papéis de género e eliminar as políticas e práticas discriminatórias; 2) O *feminismo fenomenológico* presta mais atenção ao regulador do que ao regulado, ou seja, interessa-se por perceber porque é que as adolescentes recebem um tratamento discriminatório pelo sistema de justiça juvenil e como as leis penalizam as raparigas. O tratamento mais brando que se verifica no caso das ofensoras adultas parece não se verificar quando a ofensora é uma adolescente/jovem; 3) O *feminismo socialista* preocupa-se com a importância da interação entre classe e género, defendendo que o crime é resultado desta relação, porque o que tem mais poder é o que tem mais oportunidades (i)legítimas para o cometimento do crime. As baixas taxas de delinquência feminina estão relacionadas com a posição de pouco poder que a mulher tem na sociedade; 4) O *feminismo marxista*, por sua vez, defende que as desigualdades de género e classe são o resultado das relações de produção capitalista que estruturam o poder das mulheres e das jovens e o tipo de envolvimento no crime; 5) O *feminismo radical* vê o poder masculino como a principal causa de todas as desigualdades sociais e o patriarcado a expressão máxima. A opressão das mulheres é de tal forma profunda que se torna no tipo de opressão mais difícil de erradicar. Focam, especialmente, a violência sexual contra as mulheres; 6) A *terceira vaga do feminismo* foca o papel significativo que o sexismo, o racismo, as diferenças de classe, a orientação sexual, a idade e outras formas de desigualdade socialmente estruturadas jogam na vida das mulheres. Ajuda a clarificar não só os comportamentos criminais das mulheres, mas também os crimes contra as mulheres; 7) O *feminismo pós-moderno* critica os outros feminismos por assumirem que as mulheres são claramente definidas e pouco controversas. Recusam a existência de uma definição universal de justiça para todos (Bartollas e Schmalleger, 2010:159).

⁴ Como são exemplos os trabalhos de Carlen (1988, 2007), Campbell (1984), Naffine (1987), Worrall (1990), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Shaw (1995), Steffensmeier e Allan (1996), Hoyt e Scherer (1998), Assis e Constantino (2001), Burman, Brown e Batchelor (2001), Jody Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002, 2004), Cunha (2002), Alder e Worrall (2004), Batchelor (2005, 2007, 2009), Young *et al.* (2007), Matos (2008).

de mulher (...). Elas reflectem o cruzamento de gênero, assimilando uma identidade masculina que vêem como contraditória da sua categoria sexual (que é a de mulher)” (Miller, 2002: 443). Tese que Messerschmidt (1997, 2002) contra-argumenta ao defender que os gangues femininos agem sem alterar a sua identidade de gênero. Agem como raparigas e legitimam a sua feminilidade. As raparigas usam os recursos disponíveis para construir não masculinidades, mas um tipo específico de feminilidade, por exemplo, para as raparigas que são membros de gangues fazer feminilidade significa também fazer violência. Esta feminilidade de *bad girls*⁵ consiste na combinação de práticas convencionais e práticas atípicas de gênero, que se justificam nos e pelos contextos.

Apesar das diferenças, ambos os autores, segundo Petersson (2005), argumentam que estas raparigas se diferenciam em relação a uma feminilidade normativa. Como demonstram Chesney-Lind e Eliason (2006), quando as características dos papéis de gênero são fortemente polarizadas e dicotomizadas, as raparigas que rejeitam as noções tradicionais de feminilidade ou que descubram que nos seus espaços mais próximos não é seguro exibir condutas tradicionalmente femininas, não têm outro modelo a adotar senão os que estão associados à masculinidade tradicional. A masculinidade é poder e as raparigas que foram vítimas desse poder, muitas vezes, procuram controlo e respeito imitando a violência masculina.

No seu último livro, *Flesh and Blood*, Messerschmidt (2004) avança com uma distinção muito interessante entre prática de gênero e projeto de gênero. Ou seja, a chave de interpretação de como as raparigas constroem masculinidades ou feminilidades, quando empreendem ações de violência, prende-se com a forma como elas desejam ver-se/retratar-se como raparigas ou rapazes nos contextos onde a violência é exercida. Deste modo, as suas estratégias podem ser diversas, consoante o grau e tipo de participação no grupo: podem adotar padrões de comportamento masculinizados e construir uma identidade de gênero que as faça sentir *one of the guys*⁶ (Miller, 1992: 443); podem tornar-se “socialmente invisíveis” para poder minimizar os seus atributos sexuais (Miller e White, 2004: 170); ou fazer valer as suas especificidades e, dessa forma, serem respeitadas pelos rapazes e pelos companheiros (Campbell, 1984).

Também os estudos de Batchelor (2007, 2009), na Grã-Bretanha, têm mostrado que o estatuto, o sentimento de superioridade e a sensação de adrenalina e euforia que as raparigas dizem sentir na prática da infração, apesar de estarem repletos de significações masculinas, não indicam que as raparigas

⁵ “raparigas más”.

⁶ “um deles”.

tenham de abraçar identidades masculinas. Aliás, os dados empíricos do estudo demonstram que o envolvimento em comportamentos delitivos pelas raparigas, ao surgir como forma de proteger ou provar a sua fidelidade à família, aos amigos ou ao local de residência, não deixa de levar em consideração normas que enfatizam a feminilidade, como o altruísmo, a lealdade e o cuidar dos outros.

Esta questão da participação das raparigas na delinquência e a emergência da imagem de que muitas delas não são apenas colaboradoras e acessórios dos seus parceiros masculinos, mas *prime-movers*⁷ (Batchelor, 2009), reaviva a discussão em torno das diferenças entre a imagem da “rapariga-objeto” e da “rapariga-sujeito” (Lucchini, 1997).

A primeira “tem falta de autonomia (...) é caracterizada pelo uso utilitário da sexualidade e pela sua capacidade de manipular as relações sociais com o fim de resolver situações conflituosas” (*idem*: 113). Nesta imagem, aliás dominante na literatura, as raparigas jogam um papel de bastidores, relegadas para crimes específicos de género e que estão lá pelos “seus” rapazes (Aldridge e Medina, 2007, e Kintrea, 2008, citados em Batchelor, 2009). Segundo Steffensmeier e Allan (1996), as raparigas quando praticam crimes tradicionalmente masculinos normalmente não agem sozinhas, mas como cúmplices, principalmente do companheiro. Atraídas pelo *glamour* e pela celebridade dos membros masculinos, frequentemente veem-se exploradas sexualmente ou envolvidas em relações abusivas de dominação/submissão.

A segunda é aquela que realiza tudo o que os rapazes fazem no domínio da delinquência. Nesta imagem, as raparigas delinquentes afirmam a sua especificidade, adquirem a consciência da sua autonomia em relação aos rapazes e formam bandos compostos por raparigas. O seu estatuto depende das competências adquiridas e não dos eventuais favores sexuais prestados. Capaz de ocupar uma posição própria, o seu estatuto não é granjeado pela ligação amorosa, mas pela relação de amizade. Neste sentido, elas decidem quando se associam aos rapazes, e não sentem que sejam influenciadas pelas suas ações (Young *et al.*, 2007; Batchelor, 2007). Não se veem como vítimas exploradas, mas como pessoas que se apropriam das normas e dos valores subculturais para utilizar a violência e desafiar os papéis de género tradicionais.

Esta segunda imagem traz para a discussão o papel ativo e assertivo que as jovens podem encetar na procura e na gestão do próprio risco. Rompendo com os discursos dominantes que descrevem as raparigas como avessas ao risco e explicam a violência feminina pela falta de controlo, é possível, na linha de Katz (1988), conceber que as motivações para o comportamento

⁷ “impulsionadoras”.

criminal podem estar ligadas à estética e às atrações emocionais da experiência criminal, e que a procura de risco, como uma experiência sensível intensa (Lyng, 2004), possa ser uma forma de lhes dar um sentimento de agencialidade e de controle. Se compreendermos a interpretação subjetiva da experiência, podemos perceber que “fazer o mal (...) é motivado por uma busca de transcendência moral, da justiça face ao desafio, ao tédio, à humilhação ou caos (...). Katz acredita que é uma atração que impulsiona, excita e purifica...” (Thompson e Bynum, 2010: 192).

Analisando a forma como os indivíduos se apropriam dos modelos culturais dominantes, os legitimam ou quebram, e constroem os seus projetos e percursos de vida, é possível compreender as suas perspetivas, sem termos de cair, necessariamente, no discurso fatalista que os reduza a vítimas eternas das condições materiais em que vivem. Apesar da importância que as condições objetivas têm no curso de vida dos atores sociais, fixar-se apenas nelas pode contribuir para obscurecer algumas questões como a da transversalidade do fenómeno e da eventualidade de “trajetos improváveis”⁸ dentro de cada classe.

Na realidade, e por detrás destas discussões, encontramos propostas de reconstrução dos discursos sobre as mulheres e a transgressão baseadas numa dicotomia fundamental: “mulher transgressora vítima *versus* mulher transgressora empreendedora” (Snider, 2003).

A noção de “mulher transgressora vítima”, que necessita de “ser salva” através de mecanismos de correção moral, não de punição penal, foi durante muito tempo a imagem dominante que alimentou estereótipos e influenciou discursos e políticas. Ainda que alterado, este discurso não desapareceu completamente. A transgressão feminina continua a ser vista como resultado de experiências prévias de vitimação. Os problemas vivenciados pelas mulheres/raparigas tendem a ser vistos como uma parte de um *continuum* de desenvolvimento associado a problemas antigos (disfunções familiares, sequência de ruturas de vínculos e abandonos, abusos, maus-tratos e negligências) que tendencialmente se repercutem no comportamento problemático posterior (Chesney-Lind, 1997; Assis e Constantino, 2001). Equacionando as

⁸ Bernard Lahire (2004a) na sua obra *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*, procurou compreender, a partir de casos improváveis de sucessos em meios populares, as razões que fazem com que se tenha sucesso onde, estatisticamente, se deveria fracassar, demonstrando que existem razões culturais mais amplas para explicar o sucesso e o fracasso escolar. O autor demonstra que categorias gerais como a de “classe popular”, precisam de ser compreendidas, também, nas suas particularidades e diferenças, isto é, existem dissonâncias entre as famílias, mesmo quando se pensa em consonância de classe social. Assim, faz sentido para o autor olhar as realidades sociais numa perspetiva de multiplicidade individual e de “múltiplas socializações”.

experiências de vitimação com a identidade de vítima, perpetua-se a ideia de que uma vez vítima, sempre vítima. Um discurso que tende a patologizar, individualizar e retirar poder à mulher (Snider, 2003), negando-lhe capacidade de escolha, ainda que, a este respeito, seja interessante notar que este discurso tem sido, também, um instrumento utilizado pelas próprias mulheres em seu benefício, por exemplo como defesa no sistema de justiça criminal (Matos, 2008).

Muitos têm sido os estudos protagonizados nesta esteira, e que podemos enquadrar em duas principais abordagens (Chesney-Lind e Sheldon, 1992; Belknap, 2000): por um lado, investigações que se debruçam sobre criminalidade “tipicamente” feminina, relacionada com a prostituição, com a fuga de casa e com os furtos em lojas, associando estas situações à falta de monitorização e supervisão parental, à iniciação precoce da vida sexual e ao abuso sexual, todos eles emocionalmente destrutivos e que normalizam o comportamento desviante ou o transformam na única alternativa⁹. Por outro, as análises relacionadas com a construção de carreiras femininas que, apesar da diversidade das narrativas, não deixam de integrar discursos que organizam os percursos das mulheres transgressoras em torno ou do contacto/consumo de drogas, ou da pobreza e da marginalidade social, ou do envolvimento dos familiares em atividades criminais (Shaw, 1995; Chesney-Lind, 1997; Giordano, Cernkovich e Rudolph, 2002). As competências de sobrevivência para evitar a vitimação são elas próprias criminais, como nos mostra o estudo de Daly (1994 citada em Matos, 2008: 72), que identifica quatro categorias de mulheres e estilos de vida. São “mulheres de rua” que fogem ou são expulsas de lares e que constroem uma vida de rua, envolvendo-se no crime, na prostituição e nos consumos de drogas. São “mulheres violentas e violentadas” que foram abusadas e negligenciadas na infância e que se tornam violentas, apresentando problemas psicológicos e histórias de abusos de álcool e droga. São “mulheres batidas” que vêm de relações de violência e estão detidas por crimes contra as pessoas, e são “mulheres ligadas às drogas” que traficam e/ou usam drogas em associação com o companheiro ou a família.

Em qualquer uma destas abordagens, os percursos de vida destas mulheres são perspetivados como percursos de vitimação. E como defendem algumas criminologistas, é necessário levar em consideração a agencialidade na violência feminina (Chesney-Lind e Eliason, 2006: 42).

A proposta da “mulher transgressora empreendedora” surge nos atrás mencionados trabalhos de Adler, em 1975, ao defender a ideia de que a emancipação

⁹ Exemplo dos estudos de James e Meyerding (1977) e de Silbert e Pines (1981), retirados de Belknap (2000: 61-63).

conduziria à emergência de uma mulher ofensora mais autônoma e ativa. É a partir desta altura que os discursos em torno do empoderamento das mulheres ofensoras começam a ganhar terreno e a levantar discussões de fundo.

Segundo Pollack (2000), uma parte considerável da literatura tem definido o *empowerment*¹⁰ como uma qualidade/característica psicológica. Mesmo os trabalhos feministas, que deram um salto qualitativo nesta discussão, tendem a posicionar-se num discurso terapêutico que foca os aspetos psicológicos dos efeitos do abuso. Com este paradigma, o conceito de agencialidade torna-se individualizado, os riscos pessoais são privatizados, ignorando ou negando o facto de haver obstáculos sistémicos e estruturais que impedem as mulheres de agir como agentes na sua vida. Neste sentido, uma conceção mais sublimada do conceito de agencialidade é crucial, pois permite compreender e explicar não só como a figura feminina, no passado, tem agido de forma autónoma, apesar das constrições sociais, mas como ela age agora no contexto de processos de reestruturação de género, afastando-se, desta forma, do paradigma psicológico das mulheres ofensoras (Sommers, 1995; Pollack, 2000; McNay, 2000; Hannah-Moffat, 2007).

Pollack (2000) evidencia que a literatura tem assumido, tendencialmente, que os conceitos de vítima e de agente são mutuamente exclusivos. Ou somos agentes ou somos vítimas. E esta dicotomia tem colocado problemas, por um lado, no entendimento das experiências de vitimação feminina, ao encobrir as tentativas ativas de resistência, e, por outro, na conceptualização da agencialidade feminina, ao tornar invisíveis os contextos opressivos em que agem. Como defendem Assis e Constantino (2001: 149), “a visão maniqueísta de vítima e agressor como dois seres totalmente independentes mostra-se bastante inapropriada para se compreender a inserção infracional das raparigas”.

É neste cenário que a conciliação entre estas duas visões – vitimação/agencialidade – tem sido uma tentativa. Por exemplo, nos EUA estas imagens têm sido desafiadas por investigadoras como Campbell (1984), Chesney-Lind (1997) e Miller (2001), que não só têm procurado demonstrar que os membros de gangues femininas aderem às expectativas de género e experienciam elevados riscos e vitimização física e sexual, como também reclamam que a pertença a um gangue fomenta sentimentos de pertença e de empoderamento, oferecendo um refúgio das famílias abusivas e mostrando caminhos para resistir aos estereótipos de género dominantes.

Também os estudos de Batchelor (2005, 2007, 2009), partindo das narrativas construídas por jovens transgressoras na Grã-Bretanha (Escócia),

¹⁰ “empoderamento”.

sugerem que estas podem ser consideradas, simultaneamente, vítimas – uma vez que os seus percursos são contextualizados por circunstâncias sociais adversas – e empreendedoras – na medida em que a violência emerge como uma resposta racional a esses contextos e uma estratégia significativa de lidar com a violência de que são vítimas. Como refere Constantino (2001: 87), “as escolhas são sempre feitas entre possíveis determinados”.

Estas posições são igualmente ilustradas nos trabalhos de Matos (2008: 331-336), com jovens adultas em prisões portuguesas, quando a autora nos enquadra os distintos percursos e posicionamentos destas mulheres em relação ao desvio, em perfis que jogam e entrecruzam a vitimação e o desvio. Como afirma Miller (2001), não devemos descurar que as escolhas feitas pelas raparigas são enquadradas, também, por constrangimentos estruturais que trazem a argumentação de que elas não têm as mesmas oportunidades para aceder a um comportamento completamente livre, criativo e excitante. Para as crianças e jovens “fora do lugar” (Connolly e Ennew, 1996, citados em Bordonaro, 2010), ou seja, para aquelas cujo comportamento não é compatível com as noções ideais de infância e juventude, são advogadas noções limitadas de agencialidade (De Boeck e Honwana, 2005).

Mas as questões tendem a persistir. Porque cometem as raparigas menos infrações do que os rapazes? Por que razão a delinquência feminina aumenta com o passar do tempo? Que especificidades reservam? O que as mantém na invisibilidade?

2.2 Expressões da transgressão juvenil feminina

Até recentemente, acreditava-se que os rapazes eram mais agressivos do que as raparigas. Ultimamente, alguns autores¹¹ e estatísticas têm apontado para o aumento da visibilidade de comportamentos infracionais femininos e com isso houve um incremento das investigações com raparigas que usam estratégias violentas. Esta atenção começou a ser dirigida para as idiosincrasias da delinquência feminina: a natureza e as causas do seu envolvimento no crime, as premissas desenvolvimentais específicas das raparigas, a forma como elas desenvolvem as suas identidades e os relacionamentos com os outros. Segundo Chesney-Lind e Shelden (1992), rapazes e raparigas não usam as mesmas expressões e não fazem as mesmas escolhas. Nem todos os preditores que apontam para a conduta masculina são efetivamente os mesmos quando aplicados às trajetórias femininas e nem a forma como dão sentido

¹¹ Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Burman, Batchelor e Brown (2001) e Assis e Constantino (2001), Alder e Worrall (2004), Luke (2008), Bloom e Covington (2001).

às coisas é semelhante, por serem diferentes as representações e reproduções quotidianas do género.

A emergência de uma literatura mais sensível ao género tem revelado algumas considerações importantes relativamente às suas diferenças nas expressões da transgressão. Por exemplo, apesar de as raparigas constituírem uma percentagem menor dos atores de delinquência, os seus problemas são profundos, refletem questões sociais e fatores de risco singulares, que se interconectam como uma rede e que são, potencialmente, causa e consequência uns dos outros.

Estudos como *The Female Offender*, de Chesney-Lind (1997), *Guiding Principles for Promising Female Programming: An inventory of best practices*, coordenado por Peters (1998), *Violence Research Programme: A view from the girls*, de Burman, Brown, Tisdall e Batchelor (2000), *Girls and Offending – Patterns, perceptions and interventions*, coordenado por Arnull e Eagle (2009), *Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo*, de Vinet e Bañares (2009) ou *Causes and Correlates of Girl's Delinquency*, de Zahn *et al.* (2010), procurando identificar os principais fatores de risco, apontam para: o **abuso sexual e físico**, de que são mais vítimas do que os rapazes e que tem um impacto profundo nas suas vidas; estes eventos traumáticos tendem a ocorrer cedo e são normalmente cometidos por um membro da família. Em consequência destes abusos vários, as raparigas **fogem de casa** e é neste contexto de fuga, ao qual se associam outras práticas como o furto e a prostituição, que são captadas pelo sistema de controlo. Os **consumos de droga e álcool**, ainda que não sejam mais significativos do que nos rapazes, exacerbam outros problemas que podem colocar as raparigas em risco de delinquir. Elas iniciam a sua vida sexual de forma mais precoce do que as jovens não delinquentes e a **gravidez** (na adolescência e não planeada) surgem como uma realidade visível. A **escolha dos/as companheiros/as sexuais e/ou românticos** apresenta, também, uma substancial diferença de género (Cooney *et al.*, 2008); nos rapazes isto pode ser um momento de viragem que leve à diminuição do comportamento delinvente, mas na rapariga tem um efeito oposto. Os **problemas de saúde mental** são um exemplo do “paradoxo de género”¹² defendido por Loeber e Stouthamer-Loeber (1998), ou seja, as raparigas surgem como desproporcionalmente mais problemáticas e apresentam níveis mais altos de distúrbio mental, problemas de ansiedade, depressão, distúrbios alimentares e tendências suicidas; além de maiores taxas de internamento hospitalar. As desestruturações familiares são um fator de risco comum a

¹² Este conceito é aplicado em “distúrbios com uma proporção desigual entre sexos, aqueles com baixa prevalência tendem a ser os mais afectados” (Loeber e Stouthamer-Loeber, 1998).

rapazes e raparigas, mas a **qualidade relacional** tem um impacto superior nestas últimas, ou seja, para elas os relacionamentos são muito importantes. Se o grau de supervisão, monitorização e comunicação instrumental é um melhor preditor da delinquência nos rapazes, a aceitação parental, o respeito e a aprovação dos pares preveem melhor a delinquência nas raparigas (Loper, 2000). Enquanto os rapazes entram em agressão aberta, as raparigas desenvolvem, principalmente, uma agressão relacional (Peters, 2001). A **per tença a bandos juvenis ou gangues** sempre foi um domínio masculino, onde a figura feminina desempenhava um papel sexualizado e periférico; neste contexto, os investigadores têm mostrado alguma resistência em considerar porque é que as raparigas se começam a envolver e que riscos enfrentam. A **puberdade precoce** nas raparigas tem estado associada à disfuncionalidade familiar, interagindo com problemas de saúde mental, défices cognitivos e emocionais, experiências sexuais precoces e maturidades inconsistentes. Contudo, para algumas raparigas, a delinquência pode ser uma forma de alcançar a independência e autonomia do controlo parental e evidenciar maturidade na esfera social, tentando superar a *décalage*¹³ entre o nível de desenvolvimento biológico e o desejo de adquirir estatuto de adulto.

Se a investigação indica que os fatores de risco e os fatores de proteção são diferentes para rapazes e raparigas, mostra também que os mecanismos que estão por detrás dessas diferenças não são claros. Zahn e colaboradores (2010) evidenciam que a investigação sobre delinquência tem limitações muito fortes e que a literatura produzida sobre a delinquência de raparigas ou é baseada em amostras masculinas ou então desenvolvida em torno de amostras pequenas, não representativas da realidade e com poucos estudos longitudinais ou comparação de grupo.

Além disso, se alguns fatores têm sido constantemente associados à delinquência cometida por raparigas, estas não deixam de partilhar os mesmos problemas que os rapazes. Ou seja, quando pretendemos traçar um perfil de jovens infratoras, este perfil, em muitos aspetos, cruza-se com a construção social da “delinquência juvenil”: jovens pertencentes a famílias desfavorecidas no plano económico, desestruturadas na sua composição e nas dinâmicas relacionais; residentes em bairros sociais degradados; pertencentes a grupos étnicos minoritários; vivenciando situações de abandonos sucessivos, maus-tratos e negligências; históricas de institucionalizações; frequência de locais propícios à violência e de grupos de pares violentos; instabilidade relacional, adoção de comportamento de hostilidade e agressividade quando contrariados, atitudes provocatórias e ameaçadoras; insucesso, desinteresse

¹³ “diferença”.

e consequente abandono escolar, ligado a um desenvolvimento cognitivo muito fraco, hábitos e consumos de drogas e álcool, entre outros.

Mas estes fatores de risco parecem diferir na sensibilidade de exposição aos mesmos (Zahn *et al.*, 2010) e, neste sentido, as dificuldades de adaptação das raparigas tendem a manifestar-se de forma diferente das dos rapazes, o que faz com que a agressão feminina seja qualitativamente diferente (Lancôt, 2008: 345). Vejamos, então, algumas das principais asserções deste princípio, que se foram construindo em torno de mitos e desconstruídas pela investigação produzida.

O acesso ao espaço público

Como defendem Roosmalen e Krahn (1996), a figura feminina não tem aparecido na história da cultura juvenil porque a cultura feminina tem estado localizada fora da esfera pública e é caracterizada por formas culturais de expressão próprias. Lucchini (1997: 108-111) defende este argumento quando problematiza o acesso diferencial das raparigas à rua, a partir de uma combinação múltipla de dimensões que interagem entre si. Para o autor, as responsabilidades familiares, normalmente associadas aos trabalhos domésticos e ao cuidado do outro, retêm as raparigas em casa. A vigilância familiar exercida sobre elas é muito mais apertada do que sobre os rapazes, na medida em que o comportamento das raparigas tem consequências intra e extrafamiliares, especificamente nas questões relacionadas com a reputação. Na falta de valorização no interior da família, Lucchini (1997) mostra que as raparigas, ao contrário dos rapazes, não a procuram na rua, por considerarem que é desvalorizante para si próprias. E mesmo no conteúdo dessa valorização encontramos diferenças. Os rapazes procuram, sobretudo, uma valorização ao nível identitário e estatutário. Nas raparigas é mais evidente a procura de uma valorização afetiva, que é encontrada mais na relação amorosa do que no grupo de pares. Na realidade, segundo o autor, as raparigas não fazem uma aprendizagem da rua que as prepare para ir para a rua quando algum fator familiar o espolete. E, nestes casos, elas tendem a procurar, primeiro, uma alternativa no interior da esfera privada – parentes, vizinhos, amigos ou companheiros – apoiada pelas representações que têm da rua como um espaço masculino e perigoso e, por isso, menos atrativo. Tende a ser visível uma certa alternância entre a rua e outros espaços, como a coabitação temporária com homens mais velhos, passagens intermitentes pela casa de amigos e conhecidos (cf. Belknap, 2000: 94) ou internamentos em instituições. A criação de um novo lar para escapar a situações de violência e ao controlo familiar é uma prática tipicamente feminina e as possibilidades da prática da prostituição são mais evidentes nas raparigas, o

que faz com que se tenda a persistir na associação de determinadas práticas desviantes à figura feminina.

A perspectiva de Lucchini (1997) vem reforçar as conclusões de outras pesquisas que mostram que:

O impacto das características da vizinhança nas raparigas vs. rapazes não foi ainda intensivamente investigado. Alguns estudos sugerem que as raparigas são, no geral, mais supervisionadas e mantidas mais perto de casa do que os rapazes; assim, estão menos expostas do que os rapazes à violência de rua em muitos bairros problemáticos. (Zahn *et al.*, 2010: 9)

A investigação de Bottcher (1995, citada em Belknap, 2000: 49-50) é outro exemplo de como a estrutura social de género se constitui numa das maiores formas de controlo social. E demonstra-o através da análise das atividades e definições da juventude. Ao nível das atividades, o autor mostra que os espaços de liberdade dos rapazes são muito maiores do que os das raparigas. Os rapazes circulam num espaço maior e gastam mais tempo fora de casa, assumindo menos responsabilidades domésticas, quando comparados com as irmãs. Têm mais possibilidades de ficar até tarde na rua, movimentando-se de forma mais rápida, mais livre e com maior participação em atividades do que as raparigas. Estas, por sua vez, tendem a ter atividades mais orientadas do que os rapazes, particularmente atividades sociais, têm grupos mais restritos de amigos/as e o enfoque tende a estar mais direcionado para os filhos e para o namorado, o que parece escudá-las da delinquência.

No que se refere às definições, o autor demonstra que rapazes e raparigas diferem em cinco itens: nas definições sobre si próprios, ou seja, os rapazes são mais autocentrados e competitivos do que as raparigas; na pressão dos pares, uma vez que os jovens tendem a passar o seu tempo de lazer com pares do mesmo sexo e os rapazes são mais sensíveis à pressão do grupo no cometimento do crime; nas definições societais, isto é, os rapazes são mais facilmente rotulados pela polícia do que as raparigas e determinados crimes são mais aceitáveis quando cometidos por um dos sexos; nas diferenças físicas, pois a força dos rapazes e a sua rapidez torna-os melhores no crime – além disso, os pais são mais rigorosos com as filhas do que com os filhos, por causa do medo da gravidez precoce –; por fim, nos significados do crime – ou seja, as raparigas cometem menos crimes que os rapazes por serem mais espertas e, na prática do crime, os rapazes são mais arrojadados e pretensiosos. Apesar desse acesso diferencial à rua, não podemos descurar o facto de esta ser também, e cada vez mais, um espaço de sociabilidades e de encontros para rapazes e raparigas, um espaço que possibilita visibilidades e onde a

experiência é emergente e produtora de narrativas próprias, em que a adrenalina, o perigo e a aventura são parte integrante dessas histórias.

Na esfera da família...

As correlações familiares na delinquência e a importância dos relacionamentos têm sido matérias bastante exploradas na explicação da delinquência feminina. Segundo Gilligan (citada em Kerpelman e Smith-Adcock, 2005: 178; Holsinger, 2000), a vida das raparigas é mais afetada pelos relacionamentos do que a dos rapazes, sendo que extensões teóricas deste pressuposto têm sugerido que há um inevitável controlo social que as desencoraja do envolvimento na delinquência, pelo medo de pôr em perigo essas relações. Além disso, argumenta-se que homens e mulheres diferem significativamente no seu desenvolvimento moral e que as escolhas morais das mulheres tendem a constrangê-la em comportamentos que possam “fazer mal” aos outros. Segundo Steffensmeier e Alan (1996), ao estarem mais ligadas às redes interpessoais, as escolhas morais das mulheres são mais influenciadas por uma “ethic of care”¹⁴ que constrói não violência e sugere que o crime sério está fora das fronteiras morais das mulheres. Posição criticada por Naffine (1987), quando questiona: mas será que as mulheres são sempre empáticas e agem sempre sob o princípio da compaixão?

No que se refere à família, tem-se defendido que as raparigas têm menos autonomia e maior controlo no seio familiar, quando comparadas com os rapazes, e que existe uma ligação mais forte das raparigas à família (Hill e Atkinson, 1988). Sendo esta relação um fator de proteção, quando esse laço é enfraquecido pela instabilidade, pela violência ou pela ausente supervisão parental, as raparigas ficam mais vulneráveis a assumir comportamentos de risco que podem conduzir à delinquência (Dornfeld e Kruttschnitt, 1992, citados em Belknap, 2000). A este respeito, Herrera e McCloskey (2001) referem que, apesar de rapazes e raparigas partilharem os mesmos fatores de risco familiares, as raparigas têm mais probabilidade do que os rapazes de serem detidas por ofensas violentas na consequência de maus-tratos.

Além da desestruturação familiar e da presença de um “pinguepongue emocional” (Assis e Constantino, 2001: 81), os resultados das pesquisas apontam consistentemente para uma forte ligação entre vitimação, trauma e delinquência feminina (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Belknap, 2000). As raparigas, normalmente, experienciaram mais situações de abuso sexual do que os rapazes na mesma condição, sendo que as suas histórias, segundo Gersão (1990), contam iniciações sexuais traumáticas e precoces,

¹⁴ “ética do cuidar”.

normalmente feitas por adultos e, muitas vezes, pertencentes à própria família. Luke (2008), revisitando alguns dos estudos realizados sobre esta matéria, mostra que:

Uma grande percentagem daqueles que estão envolvidos no sistema por uso da violência, também foram vítimas de violência (Acoca, 1998; Belknap, 1996; Chesney-Lind e Pasko, 2004; Dohrn, 2004; Simkins e Katz, 2002). Um estudo de 1998 do Conselho Nacional sobre Crime e Delinquência indicou que 92% das jovens que foram entrevistadas no Sistema de Justiça Juvenil da Califórnia contaram histórias de abuso físico, sexual ou emocional (Acoca, 1998); 81% indicaram já terem sido vítimas de um ou mais incidentes de abuso físico e sexual, perto de um terço reportou ter sido expulsa de casa pelo menos uma vez, e 25% indicou ter sido baleada ou esfaqueada pelo menos uma vez. O abuso sexual é um indicador forte de envolvimento do sistema judicial juvenil (Goodkind, Ng, e Sarri, 2006; Sommers e Baskin, 1994). (p. 44)

Apesar desta constatação, outros estudos (citados por Zahn *et al.*, 2010: 7) têm ressaltado as limitações metodológicas da relação estabelecida entre abuso sexual e comportamento delinquent, uma vez que não fica provado que o abuso sexual tenha mais impacto na criminalidade do que outras formas de abuso (*e.g.*, psicológico, negligência).

Unânime tem sido a constatação de que os maus-tratos, nas suas diversas expressões¹⁵, são uma das grandes razões que estão na origem da fuga de

¹⁵ Os maus-tratos incluem: *Maus-tratos físicos* (qualquer ofensa física infligida à criança usando a força física de forma intencional, não acidental, provocando dano físico na criança, deixando ou não marcas evidentes); *Maus-tratos psicológicos ou emocionais* (que incluem – rejeição ativa: o adulto repudia a presença da criança; frieza afetiva; ameaça: o adulto ameaça e aterroriza a criança provocando nela medo intenso; deprecição ou humilhação; corrupção: condutas do adulto não acidentais, em que incentiva na criança padrões de conduta antissociais e desviantes; privação social: o adulto priva a criança de estabelecer amizades e de desenvolver a sua socialização; ignorar (forma passiva): o adulto priva a criança da estimulação necessária ao seu desenvolvimento emocional, ausência de interação que impede que se estabeleça vinculação primária; exercício abusivo de autoridade: prevalência dos interesses dos adultos em detrimento dos direitos e proteção da criança); *negligência* (que pode ser – ao nível da educação: o adulto responsável não acompanha ou apoia a criança/jovem nas suas rotinas e tarefas escolares; ao nível da saúde: o adulto responsável não assegura o cumprimento das rotinas médicas da criança/jovem, nem assegura a prestação de cuidados de saúde; face a comportamentos de risco da criança/jovem: o adulto responsável não assegura o acompanhamento adequado da criança/jovem com vista a pôr-lhes fim; falta de supervisão e acompanhamento familiar: ausência de acompanhamento e supervisão a todos os níveis do desenvolvimento da criança/jovem; exposição a modelos parentais desviantes: o adulto responsável assume comportamentos sociais e parentalmente desviantes em frente da criança/jovem); *abuso sexual* (que inclui suspeita de abuso sexual: situações em que a criança/jovem é afastada da família por suspeita de abuso, ainda antes de obter confirmação; corrupção: condutas do adulto não acidentais que incentivam a criança a padrões de condutas desviantes do ponto de vista da sua

casa, da permanência na rua, da iniciação nos consumos de drogas e álcool e de uma certa desestruturação na vida sexual, como a prostituição, a promiscuidade sexual e a gravidez na adolescência (Chesney-Lind e Shelden, 1992; Chesney-Lind, 1997; Holsinger, 2000: 30). As fugas de casa surgem como um dos maiores fatores de risco que levam as raparigas a entrar nos Sistemas de Proteção e de Justiça (Bloom e Covington, 2001).

Além disso, as raparigas tendem a manifestar mais comportamentos agressivos dentro de casa, com os seus familiares, quando comparadas com os rapazes. Segundo Zahn *et al.* (2008), os motivos subjacentes à violência perpetrada contra os familiares podem ser de duas ordens: ou uma retaliação contra o que elas veem como uma estrutura de controlo excessivo; ou a defesa/expressão de raiva decorrente da vitimação de que são alvo por membros do agregado familiar.

Se os caminhos da delinquência são *genderizados*¹⁶, a vitimação tem sido, efetivamente, uma das explicações centrais. Segundo Holsinger (2000), os estudos têm mostrado que muitas jovens que entram no sistema de justiça juvenil passaram pelo sistema de proteção, por motivos de negligência, maus-tratos familiares e abuso sexual. Ao fugirem de casa como forma de escapar desse contexto familiar agressor, as raparigas tendem a desenvolver um estilo de vida que facilmente as conduz para a delinquência e para novas formas de vitimação. Segundo a autora, existe uma interação única entre a vitimação e o envolvimento das raparigas na justiça juvenil. Elas são influenciadas pelas condições de vida relacionadas com o género. E apesar de os atos de delinquência praticados pelas raparigas serem menos crónicos e menos sérios que os dos rapazes, estas ofensas menores tendem a mascarar problemas sérios que as raparigas experienciaram ao longo da vida (Zahn *et al.*, 2010). Como refere Luke (2008: 44), continuamos a punir as raparigas por se tornarem violentas sem melhorar os sistemas e serviços que lhes falharam.

Embora a família destas jovens seja eminentemente matrifocal, a relação familiar das raparigas com as mães é mais ambígua, uma espécie de relação amor-ódio (Assis e Constantino, 2001: 260-263) que faz com que seja comum “demonstrar um ideal de proximidade familiar que emerge, em simultâneo, com a descrição de sentimentos negativos face a abusos prévios, de que são vítimas directas ou indirectas no âmbito familiar” (Matos, 2008:

sexualidade, implicando-a em contactos sexuais com outras crianças ou adultos; pornografia infantil: designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais). Estas definições foram retiradas do *Plano de Intervenção Imediata – Relatório de Caracterização das Crianças em situação de acolhimento*, do Instituto de Segurança Social.

¹⁶ Do inglês *gendered*.

122). As raparigas tendem a dar muita importância aos laços familiares, demonstrando grande lealdade à sua família, ainda que esta seja, também, uma importante fonte de raiva, desapontamento e frustração, porque normalmente ela é a perpetradora de abusos vários, falhando na sua função de proteção (Batchelor, Burman e Brown, 2004).

Esta falha reflete-se também na influência que a criminalidade dos pais e de outros membros da família pode ter na prática delinvente das jovens. Apesar de esta relação não ter sido extensivamente estudada no caso das raparigas, estudos qualitativos que marcaram os anos 80¹⁷ sugerem que a entrada das raparigas em alguns comportamentos de risco e a aprendizagem de estratégias de sobrevivência na rua foram impulsionadas por primas, tias, mães e avós, muitas delas já com envolvimento criminal.

Esta intergeracionalidade faz-se sentir, também, na manutenção de papéis de género tradicionais, que o estudo de Sybille Artz (1998) desenvolve de forma interessante. A autora, a partir de entrevistas em profundidade realizadas a seis raparigas e às suas famílias, concluiu que as mães destas jovens são frequentemente mal tratadas por figuras masculinas (pais, maridos, companheiros...), e que esta situação as impede de proporcionar um bom modelo do que é ser uma mulher independente e forte. Neste sentido, as jovens tendem a reportar objetivos tradicionais, centrados no casamento e na família, o que faz com que deem mais prioridade aos relacionamentos e às relações com os rapazes. Neste sentido, as raparigas acabam por ver poucas consequências positivas em ser mulher, atribuindo uma certa inevitabilidade à discriminação de género e à experiência abusiva, desculpando o comportamento masculino através de explicações biológicas. Ainda que se descrevam como fortes, atribuem poder à figura masculina e, neste sentido, o mundo é experimentado em termos dessa hierarquia.

Também Chesney-Lind e Rodriguez (1983, citadas em Holsinger, 2000), num estudo com mulheres encarceradas, mostram que estas normalmente querem trabalhos tradicionalmente femininos e relações românticas com homens. Apesar desta aparente subordinação, as autoras consideram que este desejo de uma relação baseada na dependência pode ser instrumental no seu envolvimento no crime, pois as mulheres exibem fortes competências de sobrevivência, como a assertividade e a independência; contudo, nunca se identificam com tais competências. As mulheres interiorizam mais facilmente as crenças relacionadas com os papéis de género e atitudes mais positivas para com a lei.

¹⁷ São exemplo os estudos de Miller (1986) sobre as mulheres de rua, e os estudos de Brown e Mills (1987) sobre a juventude e os altos riscos de consumo de drogas, referenciados em Zahn *et al.* (2010).

Neste rol de experiências desproporcionadas de violência interpessoal e estrutural, algumas formas de violência tendem a ser normalizadas (Batchelor, 2007, 2009). E muitas vezes assumir o risco pode ser compreendido como uma forma de as “fazer sentir” e recordar que estão vivas, construindo sensações de autocontrole e autoeficácia (*idem*). Neste sentido, falar em gestão de sentimentos implica, também, olhar para a forma como as raparigas dão sentido e significado à violência, e como esta pode ser profundamente significativa na construção identitária. Se, segundo a autora, a violência pode ser “divertida”, esta questão traz uma outra: o comportamento agressivo das raparigas surge como uma situação de “descontrolo” ou, pelo contrário, como uma tentativa de exercer controlo sobre as suas vidas? Diferente das conclusões de Campbell (1993), Batchelor (2005, 2009) mostra que as suas entrevistadas são capazes de distinguir entre diferentes formas de violência: a violência que é controlada, isto quando a vítima é percebida como merecedora da ação, e a violência fora de controlo, que é cometida no pico do momento. A primeira é assumida como sendo mais divertida, reservando-se os sentimentos mais negativos para a segunda opção. Isto não significa que não exista uma certa tendência para que as raparigas se sintam ambivalentes, principalmente no que cabe à gestão dos sentimentos de culpa; mas não podemos afirmar, segundo a autora, que o comportamento das raparigas seja um comportamento sem controlo. Bem pelo contrário, para muitas é uma forma de escolha integrativa e de autoproteção, embora a autora não exclua que o é de entre um campo limitado de opções.

A importância das amizades

A importância do grupo de pares como fonte de identidade está bem documentada e sabemos que, para os/as jovens, passar tempo com os/as amigos/as é a primeira das atividades sociais, por neles concentrarem a função de pertença e sociabilidade.

A maioria das jovens em conflito com a lei provém de lares problemáticos, sendo comum transformar os pares em fonte de apoio emocional e social, fonte de identidade, aprovação, suporte e proteção. Segundo Batchelor, Burman e Brown (2004), a maioria das raparigas entrevistadas nos seus estudos, desenvolvidos na Escócia, descreve as relações de amizade como uma das coisas mais importantes da sua vida. Os seus contextos de vida levam a que passem muito do seu tempo fora de casa. Faltando às aulas¹⁸, andam

¹⁸ Têm sido conduzidas muitas investigações sobre a relação entre a *performance* académica e o comportamento desviante, e esta relação não tem apresentado diferenças significativas de género. A ligação à escola constitui um fator de proteção face à delinquência para ambos os géneros.

“por aí”, a beber e a consumir drogas com os amigos, e fazem-no, principalmente, para manter as solidariedades, reforçar as amizades e ganhar *status* no grupo. A assunção do risco pode passar, então, pelo desejo de estabelecer novos relacionamentos ou de manter a já existente ligação com os pares (Batchelor, 2009).

A este respeito, os estudos realizados sobre a importância da amizade e do grupo de pares no comportamento adolescente e na delinquência, compilados por Zahn *et al.* (2010: 7-8), demonstram que rapazes e raparigas que se envolvem em atividades estruturadas, associadas à escola ou a grupos pró-sociais, têm menos probabilidades de se envolverem em comportamentos delinquentes. Igual resultado surge no estudo realizado por Assis e Souza (1999: 141), com adolescentes infratores e seus irmãos/primos não infratores, quando nos mostra que para este último grupo os “seus amigos são mais comumente de fora do universo infracional, não utilizam drogas rotineiramente (...); possuem mais responsabilidade familiar; muitos frequentam a escola; têm atividades de lazer mais diversificadas; (...) e relatam um planeamento futuro mais ambicioso (...)”.

Apesar desta relação, existem outros fatores que devemos levar em consideração como os défices de competências sociais (*e.g.*, o insucesso com os pares, os sentimentos de rejeição) e as conexões sociais dos adolescentes (jovens agressivos tendem a associar-se a outros jovens com comportamentos ofensivos). Os resultados encontrados por Haynie (2001: 1013), contudo, apelam a alguma prudência nestas relações. Esta autora considera que é necessário tomar em linha de conta as propriedades estruturais subjacentes às redes de amizade de forma a compreender o impacto da influência dos pares na delinquência juvenil.

Apesar desta influência fundamental dos pares, tem sido assumido, em alguns estudos, que as amizades na delinquência são menos significantes na vida das raparigas do que na dos rapazes, sendo que aquelas são substituídas pela dos companheiros amorosos (Assis e Constantino, 2001). A este respeito, Haynie, Giordano, Manning e Longmore (2005) mostram que o papel dos companheiros amorosos tem sido largamente negligenciado, apesar de terem sido encontradas evidências de que a prática desviante dos parceiros amorosos tem um forte efeito no envolvimento das raparigas em práticas delinquentes menores.

Para Steffensmeier e Allan (1996), quando as raparigas praticam crimes “tradicionalmente” masculinos, normalmente não agem sozinhas, mas como cúmplices, principalmente do companheiro. Esta questão levanta uma outra, que é a de perceber os moldes em que as raparigas participam na infração. Fazem-no sozinhas ou em grupo? E se em grupo, que contornos assume a sua

participação? A resposta a estas questões não tem sido unânime, como nos mostram, por exemplo, os estudos sobre a relação entre raparigas e gangues. Até muito recentemente, esta participação surgia como uma extensão dos gangues masculinos, em que as raparigas eram vistas como objetos sexuais (Campbell, 1984), desempenhando papéis secundários e auxiliares. Outras visões, como a de Miller (2001), demonstraram que as raparigas em gangues não só aderem a expectativas de género muito rígidas e experienciam riscos mais elevados de vitimação, como também sentem esta pertença como uma forma de se refugiar de famílias abusivas. Investigações mais recentes têm sugerido que as raparigas em gangues são mais dinâmicas e independentes, não surgindo apenas no papel de namoradas, mas relacionando-se entre si na base da amizade (Young *et al.*, 2007; Batchelor, 2009).

Independentemente da composição do grupo, é consensual considerar-se que as raparigas que pertencem a grupos cometem mais infrações, com mais frequência e mais violência (Zahn *et al.*, 2008; Pettersson, 2005; Belknap, 2000), ainda que tendam a participar em diferentes tipos de atividades, quando comparado com a participação masculina. Mesmo assim, as raparigas que se associam a gangues do sexo masculino tendem a apresentar níveis mais elevados de violência do que aquelas que pertencem a grupos só de raparigas, possivelmente porque, como aponta Lucchini (1997: 120), “estes grupos parecem ser, de uma maneira geral, mais pequenos, mais exclusivos e menos estruturados que os dos rapazes (...)”.

As faces da violência

Será a delinquência feminina menos grave e menos frequente do que a masculina? Que contornos assume? Será que podemos afirmar que os tipos de prática delitativa e a violência entre pares expressam as qualidades do ser masculino ou feminino?

Segundo Gelsthorpe e Sharp (2006), pouco se sabe sobre a natureza e a gravidade da transgressão perpetrada por raparigas. De modo transversal à maioria dos estudos, defende-se que, quando as raparigas cometem delitos, eles são tipicamente menos sérios que os dos rapazes, e que o grande hiato encontra-se, principalmente, nos crimes graves contra a propriedade e nos crimes violentos (Chesney-Lind e Shelden, 1992). O furto, especialmente em lojas, e as fugas de casa continuam a ter um papel significativo na detenção de raparigas (Belknap, 2000: 93; Arnull e Eagle, 2009: 5). Este argumento mais favorável à existência de uma criminalidade “tipicamente” feminina tem sido criticado por alguns autores que consideram que as diferenças entre homens e mulheres residem essencialmente na frequência e severidade e não tanto no tipo de crime (*cf.* Matos, 2008).

No que se refere às vítimas, Artz (1998) defende a existência de uma “violência horizontal”, isto é, as raparigas tendem a perpetrar violência junto de outras raparigas. Além disso, é comum haver uma relação com a vítima e o sentimento que esta, por diferentes motivos, merece o ato de violência (Arnull e Eagle, 2009).

Além da prática delituosa propriamente dita, rapazes e raparigas diferem, também, na forma como resolvem os conflitos entre si. Segundo Lucchini (1997: 118), “as disputas entre rapazes dizem respeito sobretudo a manter a lealdade no grupo e solidariedade entre os rapazes do grupo. Pelo contrário, o confronto entre as raparigas é mais frequentemente de natureza pessoal”. Também para Leschied *et al.* (2000: 33), as raparigas parecem usar mais de agressão indireta ou relacional do que agressão física, especialmente quando comparada com os rapazes.

Nesta esteira, Holsinger (2000) mostra que os rapazes resolvem os conflitos rapidamente, normalmente através de confrontação direta e agressão física, enquanto as raparigas tendem a utilizar formas indiretas de raiva que podem passar, por exemplo, por isolar um par, ignorar, evitar alguém, lançar mentiras, criar boatos e ostracizar socialmente. Normalmente, as grandes disputas entre raparigas, marcadas por um elevado nível de abuso verbal (Batchelor, 2009), estão relacionadas com a quebra da confiança, a inveja e o “diz-que-não-disse”. A violência entre raparigas tende a crescer no interior do círculo de amigos e, como nos mostram Miller e White (2004), a violência desencadeada pelos ciúmes e por outros problemas relacionais pode contribuir para a delinquência feminina.

Durante muito tempo as noções de agressão estavam confinadas a manifestações físicas, mais características dos rapazes; no entanto, pesquisas recentes têm ampliado a definição de agressão ao incluir as ameaças verbais e as intimidações, e têm mostrado que, quando estes tipos de agressão são considerados, as raparigas aparecem como mais agressivas do que se pensava anteriormente (Leschied *et al.*, 2000; Chesney-Lind e Eliason, 2006).

Esta “agressão relacional” intenta prejudicar os outros por meio da manipulação intencional e por danos causados nas relações entre pares. Expressivamente feminina, neste tipo de agressão os indivíduos tendem a interiorizar os seus sentimentos e a experienciar mais tristeza e ansiedade do que aqueles cuja agressividade é desafiante e impulsiva. Isto pode explicar, em parte, o porquê de os técnicos considerarem mais difícil trabalhar com raparigas do que com rapazes (Baines e Alder, 1996)

A violência em contexto escolar surge como um exemplo pertinente deste tipo de agressividade relacional. Nos estudos sobre *bullying*, Olweus (1993) conclui que os rapazes são, tendencialmente, perpetradores e/ou vítimas

diretas de *bullying*, por ações físicas, palavras ou gestos, e as raparigas, em contraste, são mais perpetradores e/ou vítimas indiretas de *bullying*, por exemplo, pela disseminação de rumores. Os trabalhos de Belknap, Dunn e Holsinger (1997, citadas em Zahn *et al.*, 2008) mostram que, apesar de as raparigas não serem frequentemente violentas na escola, podem intensificar comportamento violentos quando lutam para parar processos de vitimação ou quando sentem que essa vitimação é ignorada pelos professores e pela própria escola. Os próprios professores, quando colocam rapazes e raparigas em diferentes níveis e esperam deles o que consideram ser comportamentos apropriados, criam uma atmosfera que indiretamente encoraja as raparigas para o uso da violência.

O resultado da revisão da literatura sugere que os fatores de risco e de proteção da delinquência feminina são, em muitos caminhos, similares aos dos rapazes. Contudo, diferenças-chave entre os géneros existem e com implicações importantes para o desenvolvimento de programas e políticas de intervenção. Trabalhar especificidades de género e conhecer quem são as raparigas infratoras têm sido passos fundamentais para dar visibilidade ao que, durante muito tempo, esteve submerso. E é fundamental continuar a desmitificar ideias e a desconstruir estereótipos (Artz, 1998).

Capítulo 3

Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos

Não é fácil estudar os desviantes, uma vez que estes são tidos como estrangeiros pelo resto da sociedade, e eles próprios têm tendência a considerar que o resto da sociedade lhes é estrangeira, o investigador que pretende descobrir os fenómenos do desvio deve ultrapassar difíceis obstáculos antes de ser admitido a ver o que pretende ver. (Becker, 1973)

Incidindo sobre o desenho teórico-metodológico, este capítulo organiza-se em torno da problematização das principais questões de investigação: como se transformam as jovens em delinquentes? Que “itinerários biográficos” sustentam as suas escolhas? Que sentidos dão à prática delincente? Em que contextos interativos se desenvolvem as práticas desviantes? Situando o debate na perspetiva do sujeito e nos significados que ele atribui às suas experiências, apresentam-se aqui as principais escolhas teóricas e premissas metodológicas estruturantes da investigação. Assume-se, assim, que o desenho teórico-metodológico proposto será sensível à compreensão da problemática de como as pessoas convertem influências objetivas em iniciativas subjetivas, assegurando ainda que os eixos conceptuais confirmam visibilidade às raparigas, através do acesso aos seus discursos.

3.1. Eixos conceptuais estruturantes da investigação: a delinquência como ação estruturada

A importância adquirida pelo fenómeno da delinquência juvenil no discurso público e mediático, associada à necessidade de conhecer melhor as causas do fenómeno para repensar o sistema das políticas de prevenção, intervenção e reinserção social, tem contribuído para dar maior visibilidade aos estudos que têm procurado encontrar regularidades e continuidades entre os contextos de socialização e as práticas delinquentes. Esta procura de padrões logrou estabelecer relações diretas entre as práticas delinquentes e as condições sociais de existência, transformando num lugar-comum a ideia de que a

delinquência juvenil é uma trajetória típica da classe popular, integrada em contextos de grande “vulnerabilidade societal” e marcada por um conjunto de clivagens nos processos de socialização familiar e escolar (Walgrave, 2000; Leote de Carvalho, 2003; Chaves, 1999; Fernandes, 1998; Ferreira, 1997, 2000; Lourenço e Lisboa, 1998; Agra, 1998; Agra e Matos, 1997; Sebastião, 1998; Le Blanc *et al.*, 2008). Estas conclusões têm sido, aliás, espelho dos grandes estudos sobre a delinquência juvenil, em que as teorias da anomia e da transmissão cultural, incluindo as teorias do controlo social, são exemplos paradigmáticos¹.

Contudo, a importância em elencar as causas explicativas do fenómeno e compreender as formas como os comportamentos juvenis refletem condições sociais, culturais e económicas mais vastas, não deve ocultar a necessidade de analisar as lógicas de ação social dos indivíduos e a produção de si próprios e das suas identidades, na relação com os outros e na construção de percursos de vida. Como refere Pais (2005: 291),

muito se fala da delinquência dos jovens, dos seus acidentes de percurso. Mas o essencial da questão é saber analisar o acidental sem descuidar o substancial. Os seus riscos de vida (acidental) encontram-se em associação estreita com os seus traços de vida (substancial). É o substancial das suas vidas que os empurra para a delinquência.

Estas orientações têm dado visibilidade à insuficiência de estudos que descrevem as atividades quotidianas de jovens delinquentes, que atendem ao que estes pensam de si, das suas atividades e da sociedade (Pinheiro, 2004). Trata-se de um exercício que obriga a encarar o fenómeno da delinquência juvenil de forma dialética, privilegiando os processos de interação dinâmica que ganham sentido quando perspetivados a partir de cenários vivenciais e quotidianos.

A análise do fenómeno, a partir de uma perspetiva que toma em consideração o olhar do ator social, abre-nos outros caminhos que passam pela compreensão do ator como entidade ativa na construção da sua realidade social. Este é o propósito desta investigação, que situa o debate na perspetiva do sujeito, um sujeito feminino, que constrói subjetividades, permeadas pelas (im)possibilidades do espelho social, e que tende a moldar as suas *performances*, pelas trajetórias que produz e pelas narrativas que constrói

¹ *The Hobo* (1923), de N. Anderson; *The Gang* (1927), de F. Thrasher; *The Ghetto* (1928), de L. Wirth; *The Jack Roller* (1931) e *Natural History of a Delinquent Career* (1938), de C. Shaw; *Street Corner Society* (1943), escrito por W. Whyte; *Delinquent Boys: The culture of the gang* (1955), de Cohen; *Causes of Delinquency* (1969), de Travis Hirschi.

sobre si e sobre o mundo. As experiências vividas permitem ver para além da transmissão cultural, observando a produção e a luta na prática quotidiana. Segundo Katz (1988), o comportamento delincente não pode ser bem compreendido ou explicado se não se mostrar como é experienciado e o que significa para o ator social.

A opção por este caminho preceitua a construção de um quadro teórico que, por um lado, dê conta desta complexidade ao procurar compreender como é que as pessoas convertem influências objetivas em iniciativas subjetivas; e, por outro, garanta que os seus eixos conceptuais permitem dar visibilidade às raparigas. Afinal, temos visto como ao longo da história o universo feminino tem sido omitido, e como o universo masculino moldou a análise e o conhecimento.

Tendo presente a necessidade de fazer convergir abordagens de análise do quotidiano, como uma “espécie de lançadeira de tear, de um lado para o outro, num movimento pendular, cerzindo no universo social as micro e as macroestruturas” (Pais, 2002: 121), trabalharam-se conceitos e premissas metodológicas disponibilizadas por três grandes abordagens teóricas: o interacionismo simbólico², as teorias da ação estruturada e as perspetivas feministas³. A compreensão dos processos de género e a forma como estes se relacionam com a transgressão exigem combinar análises macro e micro. Do interacionismo simbólico, esta investigação reteve a noção de que as pessoas agem de acordo com os sentidos que os objetos e situações têm para elas, e que essas significações se constroem e produzem num sistema de interações sociais dinâmico, em contextos específicos e sob uma matriz comunicacional comum que foi fundamental na análise dos discursos das entrevistadas. Além disso, a perspetiva de que esses sentidos são modificados durante o processo de interpretação desenvolvido pelos atores em interação permitiu uma focalização nas atribuições de sentido que as jovens dão às experiências transgressivas e como estas foram moldadas e moldaram os contextos interativos das suas trajetórias de vida. Sabemos que as jovens estão sujeitas a uma rede complexa de mecanismos de controlo formal (escola, polícia, sistema de justiça juvenil...) e informal (pais, interação com o grupo de pares, dinâmicas de rua...) que constituem processos sociais contínuos, que se influenciam mutuamente e surgem como impercetíveis na rede de interações diárias. À luz destes pressupostos, assume-se, contudo, que

² Strauss (2002 [1959]), Mead (1962), Matza (1964), Becker (1973), Goffman (1989), Lemert (1951), Tornberry e Krohn (2004).

³ Smart (1986), Carlen (1983), Campbell (1984), Naffine (1987), Chesney-Lind e Shelden (1992), Chesney-Lind (1997), Steffensmeier *et al.* (2003), Burman, Brown e Batchelor (2001), Miller (2001), Giordano, Cernkovich e Rudolph (2002), Messerschmidt (2002, 2004).

essa rede é fluida e muda no tempo e no espaço. As jovens movimentam-se em diferentes domínios e requerem estratégias para negociar os sistemas de valores dentro de cada domínio.

Nesta esteira, convocar as perspectivas da rotulagem (Becker, 1973; Goffman, 1989), pela sua importância na compreensão dos fenômenos delinquentiais, foi elementar. Focando-se no processo pelo qual os indivíduos se envolvem em comportamentos desviantes e sublinhando o papel das audiências sociais e das suas respostas (formais e informais) às transgressões normativas dos indivíduos, estas perspectivas permitiram: enquadrar os processos de invisibilidade social a que os percursos transgressivos das raparigas têm estado votados; perceber de que forma alguns rótulos têm uma qualidade duradoura de moldar as percepções, não só dos indivíduos, mas também de estereótipos que podem ser bastante resistentes ao longo do tempo; discutir as dinâmicas que as transformaram em delinquentes, especificamente através do debate entre desvio primário e desvio secundário, introduzido por Lemert (1951).

As teorias da ação estruturada, destacadas por autores como Bourdieu (1998, 2001) através do conceito de *habitus*, Giddens (2000) com a “dualidade da estrutura”⁴, Lahire (2005) com o “social individualizado”, ou Messerschmidt (1997) com a “teoria da ação estruturada”, permitiram revistar a relação entre agência, estrutura e ação social, retendo-se a ideia de que a estrutura social torna-se compreensível pela ação humana e os sujeitos agem pondo em prática o seu conhecimento estruturado (Bourdieu, 1997, 1998b; Giddens, 2000). Estudar este “social individualizado”, ou seja, o social refratado num corpo individual que tem a particularidade de atravessar instituições, grupos, campos de forças e de luta (Lahire, 2005) permitiu contextualizar o posicionamento discursivo das jovens ofensoras, destacando a construção de género como um compromisso situado social, interacional e incorporadamente (Messerschmidt, 1997). Aqui, o conceito de ação estruturada toma forma, ao olhar para a maneira como o género opera em ambos os níveis (ação social e estrutura).

Assumir que as estruturas sociais são percebidas apenas pela ação social e a ação social requer estrutura como condição permite, também, superar os discursos dicotómicos da vitimação *versus* agência. Ao assumir a vitimação como uma dimensão da experiência mais do que uma identidade individual, é possível ultrapassar a experiência da vitimação como um estado permanente. E ao mudar o foco dos indivíduos para as questões sociais que produzem as experiências de vitimação, abre-se espaço para a agencialidade. Como expõe Bourgois (1995), na sua obra *In Search of Respect*, é dentro das limitações

⁴ Para Giddens (2000), a estrutura é, simultaneamente, condição e resultado da ação. É fator de constrangimento mas também possibilita a ação/agência.

estruturais e das evidências de sofrimento social que o crime pode ser para os jovens uma estratégia alternativa para a autocapacitação. Falar sobre as suas ações delinquentes surge como uma espécie de declaração de existência, uma maneira de afirmar orgulhosamente que eles conseguiram “fazer algo” e que comprova que foram capazes de moldar, de alguma forma, o seu destino, num lugar onde toda a independência e autonomia foram sendo desafiadas e potencialmente negadas. Como regista Constantino (2001), se a pessoa é determinada por um tempo e espaço sociais e por uma herança cultural, ela é também a consciência desse determinismo. Esta situação “permite a acção transformadora que, a partir da consciência das causas, constrói um projecto de acção. Não se rompe o nexo causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência – que o transforma em ser actuante, e não simples efeito passivo” (*idem*: 86).

Das abordagens feministas, convocou-se a discussão crítica nas definições e construções de género e a sensibilidade para a utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delitivo feminino e observem as situações de vida das raparigas, quer na dimensão das experiências, quer na forma como os discursos enformam essas experiências. As suas abordagens e premissas permitiram refletir a relação entre a construção social do género e os discursos sobre a transgressão, explorando três grandes caminhos: as trajetórias, contextos e fatores sociais que levam as raparigas à prática de comportamentos transgressivos; os crimes de género e como é que as diferentes práticas transgressivas se estruturam pelo género; e as vidas *genderizadas*, isto é, como é que o género afeta a vida diária das raparigas, como é que estrutura as suas identidades e ações e como é que estas experiências se intercetam com a transgressão.

O conceito de género que aqui se pretende adotar é também ele enformado pela noção interacionista da produção de género. *Doing gender*⁵ foi um avanço conceptual fundamental (West e Zimmerman, 1987) e uma poderosa ferramenta intelectual para conceptualizar o comportamento de género e as interações nos contextos sociais. A construção social de género envolve acordos sociais e interacionais devidamente situados e, neste sentido, existe uma pluralidade de formas em que o género pode ser construído. As pessoas configuram e orquestram as suas ações em relação àquilo que consideram ser a interpretação dos outros nos determinados contextos sociais (Messerschmidt, 1997: 4). Como defendem West e Zimmerman (1987), o género é influenciado pela estrutura social como nós a experienciamos. Esta performatividade do género, segundo Messerschmidt (1997), tem impacto na forma como nos

⁵ “Fazendo género”.

construímos como pessoas e como interpretamos os acontecimentos sociais. Como afirma Butler (2008: 151) “não só somos construídos culturalmente, como também, em certo sentido, nos construímos a nós mesmos/as”.

Esta perspectiva tem sido incorporada nos estudos sobre o crime como uma forma de explicar as diferenças entre a transgressão feminina e a masculina. E, neste enquadramento, a violência é descrita como um recurso para a realização do género (Simpson e Elis, 1995). Mas a questão impõe-se: como podemos conceptualizar a transgressão como uma linha de ação marcada pelo género sem estabelecer novamente a figura masculina como norma, diferenciando-se de tudo o que é feminino? Segundo Messerschmidt (1997), o crime não ocorre baseado num só género; contudo, é a *performance* de género, baseada nos padrões sociais de género, que contribui para o cometimento do crime e a forma como este é socialmente percebido e justificado. Se a forma como o género se ativa varia em conformidade com a cultura dos indivíduos, as suas práticas significam *doing gender*, mesmo que não exista intencionalidade de que as práticas sejam atos *genderizados*.

Os trabalhos de Miller e White (2004) e de Messerschmidt (2004) deram corpo a esta perspectiva ao analisar a relação entre *doing gender* e *doing violence*⁶. Nos seus estudos sobre gangues de raparigas e a construção do género na criminalidade de rua, Miller (2002) e Miller e White (2004) apontam que, para as raparigas, a estratificação de género e os desequilíbrios de poder entre homens e mulheres – juntamente com os estereótipos associados à figura das mulheres – são contextos situacionais que devem ser confrontados nos seus processos de decisão relativos às formas como elas usam a violência. As técnicas e as ações *genderizadas* representam escolhas práticas que elas fazem levando em consideração a natureza de género dos seus contextos vivenciais. Os resultados do estudo de Messerschmidt (2009) sobre violência, género e juventude, mostram que o género é algo que os jovens constroem em interação com os outros e em contextos sociais específicos, que as práticas juvenis são avaliadas em relação aos conceitos normativos de género e que as categorias sexuais servem como uma fonte para a interpretação de condutas sociais específicas e usadas como forma de desacreditar/aceitar as práticas masculinas ou femininas. Conceptualizar o género como ação estruturada permite uma formulação profunda não só do que tem sido visível, mas também do que tem sido escondido ou atipicamente considerado masculino, como é exemplo a violência feminina.

É importante focar que na literatura sobre género e violência é difícil encontrar exemplos de investigações que discutam o uso da violência pelas

⁶ “Fazendo género” e “fazendo violência”.

raparigas, de forma *genderizada*. Para o fazer, segundo Miller e White (2004: 168), deve-se levar em consideração três orientações, interligadas entre si: as definições culturais de masculinidade e feminilidade, analisando o seu impacto no comportamento das raparigas; as diferenças de poder entre homens e mulheres e como isso regula e constrange o uso da violência pelas raparigas; e o impacto do grupo e da composição de género na modelação da violência. O uso da violência pelas raparigas varia através das circunstâncias e é modelado pelos motivos e objetivos, pelo género e pela situação em que ocorre. Neste sentido, para as autoras, mais do que rotular as raparigas como violentas, é necessário examinar e compreender os contextos sociais onde a violência emerge como estratégia.

Segundo Chesney-Lind (1997), as raparigas são vítimas de “múltiplas marginalidades” porque a sua condição social (género, classe e raça) as colocou na periferia económica da sociedade. A rotulagem das raparigas como delinquentes toma lugar num mundo onde o género continua a moldar vidas.

3.2. Enquadramentos e fundamentação do método.

A opção por metodologias qualitativas

Apresentado o problema e as perspetivas teóricas que enformam a sua abordagem, interessa formular algumas considerações sobre as escolhas, as estratégias e os procedimentos metodológicos. Não há métodos certos ou errados, mas há escolhas, e essas escolhas têm de ser enquadradas e discutidas.

O estudo dos percursos de vida de raparigas delinquentes pretendeu seguir o caminho delineado pelo método da análise intensiva, numa abordagem centrada na construção narrativa de histórias de vida, tomando como alvo de observação jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas institucionais e não institucionais. Como se transformam estas jovens em delinquentes? Que “itinerários biográficos” sustentam as suas escolhas? Que sentidos dão à prática delincente? Em que contextos interativos se desenvolvem as práticas desviantes? Eis as questões que animaram esta investigação e moldaram as escolhas metodológicas, fundamentadas em torno das experiências femininas e da entrada nos seus mundos de vida.

Esta investigação almejou não apenas analisar como é que os atores sociais veem a sua realidade social e como contribuem as suas experiências para a construção dessa realidade, mas também dar visibilidade à figura feminina, através do acesso aos seus discursos. Neste sentido, as metodologias propostas são as que se centram na pessoa e nos significados que ela atribui às suas experiências, levando em consideração como é que os discursos dominantes são utilizados e cooptados pela pessoa na construção das suas identidades.

O recurso às premissas do método biográfico e à construção de histórias de vida surge como um caminho indispensável. Ao permitir captar a interpretação subjetiva das trajetórias de vida e das experiências individuais, este método permite incluir não apenas o local dos acontecimentos, mas também as suas opiniões, os motivos, os planos para o futuro e as interpretações do passado (Born, 2001: 245). Assumindo que não há precisão na pintura da vida, mas apenas imagens diversas e traços do que aconteceu, do que poderia ter acontecido e do que é agora, as histórias movimentam-se para fora das próprias pessoas, em direção aos grupos que proporcionam significado e estrutura (Denzin, 1989).

Neste quadro, a escolha de uma metodologia qualitativa mostrou-se mais ajustada, uma vez que enforma a exploração dos relatos biográficos e a construção das histórias de vida que possibilitam o acesso a dimensões essenciais da construção da identidade social: a dimensão dos desejos, dos sentimentos e das angústias, a dimensão da sociedade a que pertence e da dinâmica existencial que a caracteriza (Passeron, 1989; Conink e Godard, 1989). Pela produção destas narrativas de vida, os indivíduos contam a história, para si e para os outros, sobre o que eles são e o que gostariam de ser. Ora, através delas pode-se lograr a compreensão sociológica dos contextos onde os percursos de vida das jovens (delinquentes) se configuram, sem perder de vista que as narrativas são interpretações subjetivas de experiências individuais da vida. Como aponta Bruner (1986), a vida possui três dimensões: como é vivida, como é experienciada e como é contada. A vida vivida é aquele que de facto acontece; a vida experienciada surge das imagens, dos sentimentos, dos desejos e das sensações que a pessoas tem da vida; a vida contada (história de vida) é uma narrativa influenciada pelas convenções culturais de quem está a contar, de quem a ouve e do contexto social no qual está inserida.

Sem querer retirar o seu carácter hermenêutico, mas reduzir o efeito de efabulação e os jogos discursivos, pretende-se articular as subjetividades com as estruturas objetivas, apoiados na ideia defendida por Bertaux (1997: 14) de que as lógicas que regulam o conjunto do mundo social (mesocosmos) estão igualmente em funcionamento em cada um dos microcosmos que o compõem. Os atores não são feitos de um só pedaço, mas de colagens compostas, já dizia Lahire (2005: 32). Se a regulação institucional e o comportamento/ação individual são igualmente relevantes para a compreensão de padrões de trajetórias e percursos de vida, são também desafiantes ao nível metodológico. Optar por uma metodologia qualitativa, na base deste pressuposto, implica dois grandes desafios: primeiro, o de assumir uma postura analítica e de reconstrução do sentido que, ao considerar o sujeito uma 'síntese ativa' do todo social, procure interpretar a relação entre o sentido subjetivo da

ação, as práticas sociais e o contexto social em que decorrem essas práticas; segundo, o de assumir um modo particular de pensar o projeto científico, nomeadamente a respeito da representatividade da amostra e da capacidade de generalização das conclusões apresentadas. Fazer um estudo baseado na recolha biográfica e construção de histórias de vida implica assumir que são as qualidades teóricas dos sujeitos escolhidos que determinam o seu valor de representatividade, pois são escolhidos por serem sociologicamente representativos (Hamel, Dufour e Fortin, 1993; Yin, 1994; Glaser e Strauss, 1999; Pais, 2005).

Métodos de recolha e análise dos dados

Da diversidade de meios disponíveis nas metodologias qualitativas, utilizou-se, nesta investigação, três grandes métodos/técnicas para a recolha de informação: análise documental de processos individuais ou dossiês tutelares, observação direta presencial e entrevistas com o objetivo de construção de histórias de vida. Para o tratamento da informação recolhida, a opção inicial foi o método da análise de conteúdo, utilizando um processo de categorização mista; contudo, a imersão nos dados conduziu à necessidade de complementar esta análise com uma análise de discurso. Vejamos o papel de cada um destes métodos e a importância que tiveram no desenvolvimento desta investigação, deixando as descrições mais práticas para a altura em que falarmos da entrada no terreno.

A **observação presencial**, incluída no processo mais lato da observação direta, teve como objetivo apreender os ambientes, procurando, de uma forma aberta, discernir as várias dimensões e abordagens do problema. Através de um diário de campo, registaram-se os dados da observação, registos que foram transversais às várias técnicas utilizadas, mas que privilegiaram os acontecimentos que ocorreram nos espaços ecológicos, mais ou menos naturais, das jovens. Um desafio na utilização deste método é, também, o desenvolvimento de relações e de acordos práticos com os intervenientes. Ganhar confiança é uma parte elementar do envolvimento do/a investigador/a na cena social, mas a escolha do melhor papel está limitado, também, ao contexto de observação. Nesta esteira, adotou-se um papel de observador-participante (Gold citado em Burgess, 1997: 87) e assumiram-se os desafios éticos deste posicionamento. A não ocultação do papel de investigador/a é também positivo ao permitir uma maior liberdade de deslocação para onde a investigação era relevante.

A **análise documental dos processos individuais** foi outro método utilizado. Os processos individuais dos/as jovens com medidas tutelares educativas, ou dossiês tutelares, são instrumentos individualizados, para onde se encaminha

toda a informação oficial da intervenção judiciária (e.g., relatórios sociais; relatórios sociais com avaliação psicológica; informações sociais no âmbito de processos de promoção e proteção; relatórios periódicos de execução de medida tutelar, relatórios de perícia sobre personalidade, autos policiais, decisões do tribunal, entre outros). Apesar de não serem dados que reflitam os sentidos e os significados que estas jovens constroem e atribuem à prática transgressiva, como é proposto nesta pesquisa, são fundamentais em dois principais quadrantes. Primeiro, para uma primeira aproximação e sistematização da informação sobre “delinquência juvenil” feminina registada em Portugal, “numa tentativa de objectivação na estrutura espacial e temporal da vida quotidiana” (Leote de Carvalho, 2003: 36). Segundo, um esforço que serviu para auxiliar na seleção das jovens para a entrevista. Não se procurou, no âmbito desta investigação, analisar o grau de subjetividade e os padrões de linguagem inerentes a estes dossiês, produzidos por técnicos, nem tampouco discutir as metodologias e instrumentos utilizados para a sua elaboração. A sua análise serviu para recolher informações e indicadores sobre os contextos de socialização das jovens e seus percursos jurídico-legais.

Considerando que se pretendia aceder aos discursos construídos pelas jovens em torno dos seus percursos delinquentes, a técnica mais adequada foi a **entrevista**. Como refere Machado Pais (2005a: 18), se pedimos aos jovens que nos ajudem a interpretar os seus quotidianos, para ser possível confrontar o nosso ponto de vista com os seus pontos de vista, então, “quando se investigam os traços de vida juvenis, porque não auscultar as opiniões e os sentidos subjectivos que os jovens dão aos seus próprios traços de vida?”. Questionamentos como este e os desafios impostos pelas escolhas teóricas, enformaram o tipo, a forma e a intensidade de aplicação desta técnica. Optou-se pela entrevista em profundidade, ao pretender que os sujeitos relatem episódios, ações e situações que permitam identificar as experiências passadas e presentes, bem como o modo como se projetam no futuro. Para alcançar este propósito, decidiu-se por uma entrevista mais flexível em que, embora guiada por um conjunto de tópicos, as questões fossem emergindo no contexto imediato e no curso natural da conversa.

Enquadrada na escolha metodológica, pretendia-se que a entrevista sustentasse a ideia de que “um indivíduo (...) é resultado de um processo, é o produto de uma história que se pode dizer tanto ‘social’ como ‘pessoal’ (...). Desta forma pode ler-se a sua história, a sua trajectória, como o encontro de várias histórias colectivas” (Beaud e Weber, 2007: 198).

Aceitar que os discursos revelem as práticas não implica que se aceite como verdade tudo o que é dito pelas entrevistadas. Aliás a comparação entre as narrativas e outras fontes de informações, especificamente os processos

individuais, revelou algumas contradições. A postura crítica que se exige procurou estar presente no momento de análise das entrevistas e na triangulação com os outros métodos e fontes de informação.

No que se refere ao **tratamento da informação recolhida**, a primeira leitura dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdo. Invocada ou suscitada pela investigadora, e segundo uma matriz de análise qualitativa, a informação sujeitou-se quer a uma análise de conteúdo para efeitos de descrição do conteúdo manifesto nos discursos, quer a uma análise mais interpretativa, para efeitos de inferência e atribuição de sentido (Ghiglione e Matalon, 1993).

A análise da informação recolhida dos processos individuais das jovens seguiu uma lógica muito mais descritiva. Uma opção que se deveu à natureza e ao volume dos dados, mas também ao objetivo que cumpria: fazer uma caracterização das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas. A análise de conteúdo dos dados das entrevistas envolveu utilizar procedimentos particulares de codificação. Após a transcrição de todas as entrevistas e a constituição do *corpus* documental, fez-se uma leitura flutuante das entrevistas (Guerra, 2006; Ghiglione e Matalon, 1993). Depois desta leitura, iniciou-se o processo de codificação aberta, que implicou separar os dados em diferentes unidades de observação. O processo de categorização fez cruzar procedimentos mais fechados, ao utilizar classificações teóricas predefinidas pelo quadro teórico adotado, com procedimentos mais abertos e exploratórios, ao procurar, no próprio material, as categorias emergentes. Daqui resultou a possibilidade de *análises verticais*, que se debruçaram sobre cada jovem separadamente, passando em revista os diferentes temas abordados e construindo uma síntese individual, e *análises horizontais* que permitiram ver como cada tema foi abordado pelo conjunto das jovens entrevistadas.

Além destas leituras, a análise de conteúdo possibilitou, também, a emergência de outras análises, diretamente relacionadas com os objetivos do estudo, e que permitiram a construção das histórias de vida. Da triangulação de todos os métodos e da informação recolhida em cada momento foi possível construir grelhas analíticas de contrastação de discursos em função das experiências de vida das jovens e dos significados decorrentes dos seus discursos. As suas histórias de vida foram construídas e organizadas em torno dos principais contextos de vida e das suas experiências – contexto de residência, família, escola, grupo de pares e relacionamentos amorosos, institucionalizações e trajetórias institucionais e atividades marginais e analisadas levando em consideração os discursos, os significados e as representações produzidas em torno das experiências vivenciadas nos diferentes contextos de vida, os quais se organizaram em torno de oito itens: representações da

infância; representações em torno dos amigos; sentidos e significados da violência/período desviante; significações do(s) internamento(s) [na Proteção e na Justiça]; formas de lidar com as emoções negativas; construções e controlo social de género; representações do futuro e organização discursiva (retratados nos capítulos seguintes).

A imersão nos dados, a necessidade de perceber as densidades biográficas e a constatação de que os usos da linguagem assumem uma importância indelével na construção dos discursos e na forma como as jovens se posicionam face aos mesmos, criaram a necessidade de ir além do processo de categorização para nos embrenhar nas tessituras discursivas (*cf.* Capítulo 6). Ao abrir esta janela, levando em consideração o enquadramento teórico-metodológico desta investigação, optou-se por evidenciar os usos da linguagem, mais do que a linguagem em si mesma. Deste modo, foi possível destacar a importância da interação na construção do discurso, as formas como os sujeitos podem ser constrangidos pelo contexto interativo e, também, como utilizam a linguagem para os seus próprios fins (Potter e Wheterell, 1987; Bruner, 1986; Nogueira, 2001).

Considerações éticas

Vimos que a investigação qualitativa tem como objetivo compreender as situações a partir do ator, e o objetivo deste estudo passa pela análise dos significados e das experiências de raparigas delinquentes, assumidas como sujeito e não como objeto de conhecimento. Porém, temos verificado que a “delinquência juvenil” feminina, enquanto objeto de análise científica, tem características específicas relacionadas com a sua invisibilidade social e científica, com as indisponibilidades das fontes de informação, com a ambiguidade e controvérsia em torno das definições utilizadas, com a dificuldade e seleção da população-alvo, com a validade dos dados ou com as opções metodológicas. Todas elas transformam este fenómeno num objeto saturado de problemas metodológicos e, por isso, de desafios éticos.

Como proteger os indivíduos da exposição pública, mas conduzir a pesquisa de forma livre? Levando em consideração os objetivos deste estudo e a natureza da informação que se pretendia recolher, como conseguir o consentimento dos indivíduos sem omitir os objetivos da investigação? Como gerir o tempo dos/as inquiridos/as quando não temos tempo? Questões que se foram levantando e que trouxeram a necessidade de construção de um “roteiro ético”, guia da investigação, que se pautou por três pilares fundamentais (Alderson, 1995; Arnott, 2010): defender o direito a uma participação devidamente informada, garantindo a liberdade de participação e o respeito pela privacidade e confidencialidade; certificar-se que os métodos

e procedimentos utilizados são adequados aos participantes, trabalhando a sensibilidade social e cultural para as diferenças de gênero, idade, etnicidade, religião ou classe social; e minimizar danos para as partes envolvidas, evitando conflitos de interesse e decepções desnecessárias. Estas foram algumas das principais preocupações éticas que nortearam a pesquisa, mas, como a questão ética só adquire pertinência perante os problemas concretos, serão analisados alguns desses dilemas ao longo deste capítulo.

Uma outra questão, não menos importante, é a de refletir sobre o papel do/a próprio/a investigador/a na pesquisa qualitativa, concordando com Dawe (citado em Burgess, 1997: 96), que considera que os sociólogos são participantes nas suas próprias análises. Como pensar em neutralidade se a escolha do objeto perpassa o desejo de conhecer algo que nada tem de neutro? Assumir uma investigação qualitativa é assumir que o campo social não é transparente e que pesquisador e pesquisados interferem de forma dinâmica na construção da realidade. Se estas ‘intromissões’ são importantes, elas exigem uma vigilância epistemológica e metodológica capaz de orientar as práticas de investigação e esclarecer as tensões de papéis que nascem no decorrer da pesquisa.

3.3. Incursões metodológicas no terreno: (re)construções das condições de pesquisa

Passemos às coisas ‘sérias’. Você refletiu, leu, tem um tema e um local de pesquisa. Falta dar o passo decisivo, ir ao local, encontrar as pessoas que serão seus pesquisados, experimentar recusas, dar explicações, impor-se a desconhecidos, chatear-se, às vezes, questionar-se, muitas vezes, sobre o porquê dali estar... (Beaud e Weber, 2007: 37)

Depois de refletidas e discutidas as escolhas metodológicas e seus desafios, torna-se fundamental abordar a forma como os métodos qualitativos escolhidos para esta investigação foram operacionalizados e (re)construídos nas várias excursões no terreno. A compreensão dos dados que são apresentados e analisados ao longo dos capítulos subsequentes, exige conhecer o processo de investigação com os seus avanços e retrocessos, obstáculos e superações, adaptações e reorientações.

A opção por uma metodologia qualitativa obriga a reconhecer a não linearidade do percurso investigativo, mas não nega a importância de uma descrição panorâmica dos diferentes momentos da pesquisa de terreno (Bogdan e Biklen, 1994), que pressupõem a presença do investigador nos contextos

sociais em estudo e o contacto direto com os atores e suas “situações de vida”. Por este motivo, as incursões no terreno foram tendo pinceladas etnográficas, de quem quer uma experiência direta do terreno e um diálogo inter-subjetivo.

Aproximações ao terreno

Numa fase inicial da pesquisa, coincidente com os primeiros esforços de contacto com a realidade empírica, realizaram-se entrevistas a informantes privilegiados⁷, com um fim exploratório. A figura do informante privilegiado é fundamental numa pesquisa deste tipo; estava-se numa fase de descoberta de ideias e de factos bem como de iniciação ao processo de negociação da entrada no terreno e, neste sentido, foi fundamental estreitar contactos, mais ou menos informais, com estes “observatórios localizados” de informação. De todas estas experiências, destaca-se a passagem por um Lar especializado⁸, antigo Centro Educativo, transformado num centro de acolhimento de jovens em risco/perigo e transferido do Ministério da Justiça para o Ministério da Solidariedade Social⁹.

Nesta fase ainda era inconsistente e indefinida a escolha do contexto de investigação, mas sabia o quão importante era esta escolha: “não há um bom objecto de pesquisa sem ‘bom campo’, nem ‘bom campo’ sem ‘bom objecto’” (Beaud e Weber, 2007: 37). Se, por um lado, se aguardava por uma resposta da DGRS ao pedido de realização do estudo, por outro sentia-se a

⁷ No decorrer do primeiro ano de investigação, estabeleci contacto com três instâncias que me pareciam estruturantes nesta aproximação ao terreno: A Direção-Geral de Reinserção Social (neste contexto, contactei diretores de Centros Educativos e técnicos, quer dos serviços centrais, para assuntos relacionados com estatísticas e estudos existentes, quer das Equipas de Reinserção Social, mais direcionadas para as experiências e os perfis das raparigas em cumprimento de medidas), o Tribunal (entrevista a um Procurador do Tribunal de Menores) e o CEJ – Centro de Estudos Judiciários (entrevista a um dos responsáveis pela área de estudos e investigação judiciários).

⁸ O primeiro contacto estabelecido foi em agosto de 2007, durante um périplo feito às instituições que, na altura, estando ou tendo estado ligadas à justiça, acolhessem raparigas. Mas foi no período de fevereiro a julho de 2008 (após autorização do Centro Distrital de Segurança Social) que se intensificaram as visitas e que partilhei o espaço da instituição de forma mais assídua com a equipa técnica, a equipa educativa e as jovens acolhidas à data.

⁹ Esta medida governamental insere-se no âmbito da reorganização e requalificação dos centros educativos (Portaria n.º 102/2008, de 1 de fevereiro), espaços destinados ao internamento de menores que tenham cometido factos qualificados pela lei como crime e que tenham idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, podendo o internamento prolongar-se até aos 21 anos. A nova rede nacional de Centros Educativos passa a ser constituída por nove espaços: Santa Clara (Vila do Conde), Santo António (Porto), Mondego, Olivais (Coimbra), Padre António Oliveira (Caxias, Oeiras), Bela Vista (Lisboa), Navarro de Paiva (Lisboa), Madeira (Funchal) e Açores. Por outro lado, são extintos os centros educativos Corpus Christi (Vila Nova de Gaia), São José (Viseu), São Fiel (Castelo Branco), Dr. Alberto do Souto (Aveiro), São Bernardino (Peniche) e Vila Fernando (Elvas).

necessidade de entrar no terreno, explorar os vários planos da investigação e testar os instrumentos construídos. Sem dúvida, a proximidade à realidade e as especificidades do Lar especializado transformaram-no no contexto ideal para alcançar esses objetivos iniciais¹⁰.

Estão acolhidas, nesta instituição, 10 raparigas, entre os 13 e os 17 anos, que o Estado considerou estarem em situação de perigo. São casos especiais, os casos que os outros Lares não conseguem lidar... são os casos de jovens que apresentaram condutas agressivas graves, comportamentos desviantes e delitos não “entradados” no tribunal... (Nota de campo, 16/08/2007)

Enquanto Lar especializado, surgiu como uma (nova) resposta aos “espaços de ninguém”, que foram criados pela própria Lei¹¹, onde cabem as situações de pré-delinquência e paradelinquência que, não sendo abrangidas pela Lei Tutelar Educativa, também não encontram “verdadeiro” lugar na Lei de Promoção e Proteção. Exigia-se pensar soluções de encaixe para estas situações, que se fazem sentir cada vez mais nas instituições de promoção e proteção: jovens mais velhos/as, com comportamentos desviantes e indícios de práticas delinquentes. O agravamento destas situações tem vindo a reconfigurar os cenários da proteção e tem estado na base de mudanças políticas e legislativas, no que se refere à intervenção junto de crianças e jovens em perigo¹².

Esta experiência permitiu adentramentos vários ao tema e o estabelecimento de fronteiras conceptuais; ajudou a reduzir a extensão do assunto e a limitar o campo de observação; materializou o interesse sociológico da questão; permitiu o apuramento dos instrumentos e ferramentas que se pretendia utilizar (guião de entrevista, grelha de análise dos processos individuais e grelha de observação); e possibilitou o erro e a aprendizagem com o erro, ou seja, tornou-se num espaço de aprendizagem, de tentativa-erro e de autoanálise. Após esta incursão tateada e exploratória, a questão mantinha-se: como saber e garantir que a escolha do contexto de investigação seria capaz de satisfazer, do ponto de vista empírico, os objetivos e objeto teórico?

¹⁰ A experiência da passagem pelo Lar Especializado e a caracterização das jovens são desenvolvidas na minha tese de doutoramento (Duarte, 2011).

¹¹ Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, que aprovou a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJ) e Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, que aprovou a Lei Tutelar Educativa (LTE).

¹² Um exemplo dessa mudança foi a implementação do Plano DOM (Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio), da responsabilidade do Instituto de Segurança Social, com o objetivo de implementar medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

Se a passagem pelo Lar especializado foi fundamental para iniciar o processo, revelou-se insuficiente para o terminar, levando em consideração os objetivos propostos para esta pesquisa. A opção pela DGRS parecia surgir, então, como o melhor caminho a trilhar, uma vez que, entre outras competências e áreas de intervenção, a DGRS é o serviço responsável pela execução das medidas tutelares educativas aplicadas a jovens que, entre os 12 e os 16 anos, praticaram factos qualificados pela lei penal como crime¹³.

Ainda assim, a questão permanecia. Que jovens e em que contextos?

A escolha inicial recaiu sobre as jovens institucionalizadas em Centro Educativo, ou seja, se a passagem pelo sistema judicial e pela vivência do internamento são cruciais para pintar os seus quadros de vidas, não se pretendia transformar as jovens institucionalizadas, nem os efeitos da institucionalização, em objeto de estudo. Mesmo sabendo que o internamento é modelador de identidades e potenciador de “adaptações secundárias”, que isso poderia influenciar os relatos de vida das jovens, e que, por fim, apesar de se construírem em torno “de percursos perdidos do passado e na memória desse passado” (Pais, 2005a), o fazem a partir do presente, a opção por jovens em Centro Educativo surgia como uma estratégia metodológica e como forma de afunilamento do campo de observação. Se pretendemos analisar trajetórias de delinquência, a passagem pelo sistema judicial surge como condição, sendo que a presença num Centro Educativo é disso expressão. Face a este propósito, foi estabelecido um contacto inicial com a DGRS, no sentido de obter autorização para a realização do estudo.

Entretanto, o contacto com o terreno, a análise de documentos oficiais e estatísticas, as conversas com informantes privilegiados e as leituras exploratórias sobre a matéria mostraram a pertinência de estender o objeto de estudo a raparigas que estariam a ser acompanhadas pelas Equipas de Reinserção Social, no âmbito da execução de medidas na comunidade. Foi feito um segundo pedido, solicitando autorização para alargar o estudo às referidas equipas que tivessem raparigas a cumprir medidas não institucionais e, se possível, sem restrição geográfica, considerando que a presença das raparigas, neste universo, é reduzida. Com este alargamento seria possível diminuir os constrangimentos inerentes a uma análise centrada apenas nos percursos de raparigas institucionalizadas, o que faria perder de vista, no sentido vivenciado da questão, os vaivéns entre o cumprimento da medida e os contextos socializadores como a escola, a família, o grupo de pares, entre outros.

¹³ Decreto-lei n.º 126/2007, que aprova a Lei Orgânica da Direção-Geral de Reinserção Social.

Em resposta aos pedidos, a DGRS autorizou que o estudo se realizasse num Centro Educativo – na altura o único, a nível nacional, com uma unidade residencial feminina¹⁴ –, e nas Equipas Tutelares Educativas da zona de Lisboa¹⁵. Foi estabelecido um conjunto de parâmetros que estabeleciam a garantia do anonimato, confidencialidade e impessoalização em todos os atos de exposição pública dos resultados, garantido através de um comprometimento formal e escrito. Após esta autorização, estavam criadas as condições para entrar em contacto com os respetivos responsáveis, traçar e negociar o plano de trabalho, em conformidade com as rotinas e as especificidades de cada organismo, negociar a natureza do papel e os limites de atuação da investigadora e iniciar a pesquisa de terreno.

¹⁴ Desde outubro de 2010, existe mais uma unidade residencial feminina no Centro Educativo de Vila do Conde.

¹⁵ Os Centros Educativos e as Equipas Tutelares Educativas são duas estruturas da DGRS enquadradas pela LTE (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro) e são responsáveis pela execução de medidas tutelares educativas que visam a educação do/a menor para o direito e a sua inserção de forma digna e responsável na comunidade. As Equipas Tutelares Educativas podem ser solicitadas a assegurar, na fase pré-sentencial, o apoio técnico aos Tribunais na tomada de decisões judiciais e, na fase pós-sentencial, a execução das medidas tutelares educativas aplicadas, a qual implica supervisionar, orientar, acompanhar e apoiar o/a jovem. Apesar de manterem uma abordagem integrada e articulada com os Centros Educativos, têm sob a sua responsabilidade a intervenção em meio não institucional e a execução de medidas na comunidade. De entre as várias medidas existentes, o maior número de solicitações para acompanhamento de medidas em meio livre centra-se nas medidas de acompanhamento educativo (a mais grave das medidas não institucionais e a única, dentro destas, que é da exclusiva responsabilidade da DGRS – art. 16.º da LTE), de imposição de obrigações (art. 14.º da LTE) e de tarefas a favor da comunidade (art. 12.º LTE).

Os Centros Educativos (Decreto-Lei n.º 323-D/2000, de 20 de dezembro, que aprova o regulamento geral e disciplinar dos centros educativos) destinam-se à execução de medidas de internamento ou outros internamentos, consistindo no afastamento temporário dos/as jovens do seu meio habitual de vida, com vista à educação para o direito. À data da investigação, só existia um centro educativo misto do país, com uma lotação prevista para 24 jovens do sexo masculino e 12 jovens do sexo feminino. Executa(va) medidas em regime aberto e semiaberto, no caso da unidade residencial masculina, e medidas em regime aberto, semiaberto e fechado, na unidade residencial feminina (art. 13.º a 15.º do Decreto-Lei n.º 323-D/2000, de 20 de dezembro). Os jovens estão separados em unidades residenciais autónomas, não havendo contacto entre eles e, relativamente aos espaços comuns, preconizava-se uma utilização alternada e previamente programada. O funcionamento e as dinâmicas do Centro são estabelecidos pelo Regulamento Interno (RI), e as atividades e os métodos pedagógicos adotados estão consignados no Projeto de Intervenção Educativa (PIE). A intervenção obedece a um Programa de Faseamento e Progressividade onde, a cada fase, corresponde um conjunto de prémios e privilégios. Além disso, os/as jovens frequentam um conjunto diversificado de programas educativos e terapêuticos, organizados em função das suas necessidades. As ações e atividades dos/as jovens são constantemente acompanhadas pelos Técnicos Profissionais de Reinserção Social (TPRS) e supervisionadas pelos Técnicos Superiores de Reinserção Social (TSRS).

Já no terreno... primeiro estranha-se, depois entranha-se

A estratégia metodológica para a entrada no terreno (que é simultaneamente a estratégia metodológica de pesquisa) estruturou-se na triangulação das várias técnicas de recolha de informação, que alternaram entre: a observação presencial nos diferentes contextos, a análise dos processos individuais das jovens e a aplicação das entrevistas. A divisão destes momentos é apenas a nível descritivo, uma vez que, em termos temporais, houve uma sobreposição dos mesmos. A recolha dos dados decorreu, de forma continuada, entre setembro e novembro de 2008, com regressos pontuais durante o ano de 2009.

A observação dos lugares, dos acontecimentos, das pessoas, das interações, das rotinas e das práticas foi um procedimento essencial para a pesquisa. A recolha e a construção dos dados iniciaram-se, precisamente, com estes momentos de observação que serviram, principalmente, para o estabelecimento dos primeiros contactos com o contexto de investigação e o estabelecimento de uma relação com as jovens e com a equipa técnica e profissional. Esta foi uma fase crucial para o estabelecimento de acordos práticos de relação, mas também geradora de tensões entre a aproximação e o distanciamento, entre a observação e a participação.

As observações foram sendo feitas nos vários momentos do trabalho de campo, na certeza de que o espírito da análise compreensiva se recria, precisamente, a partir destes contactos com o terreno, que permitem registar o diretamente observável mas, também, o mais subtil que se esconde por detrás dos comportamentos exteriorizados.

A observação teve diferentes graus de intensidade e assumiu contornos diferenciados, que exigiram adaptações e a necessidade de transpor algumas barreiras.

No Centro Educativo foi negociada, com o diretor, a possibilidade da presença diária da investigadora para que fosse possível captar e acompanhar os quotidianos. Esta presença foi autorizada; contudo, estaria sujeita às rotinas institucionais.

A entrada no terreno foi facilitada pela própria equipa técnica e profissional, que foi bastante acolhedora. No primeiro dia, o diretor apresentou-me ao pessoal técnico, levou-me a conhecer todas as unidades, explicando a função de cada uma, e apresentou-me às jovens. Neste itinerário, foi-me falando sobre as regras do Centro e a importância do seu cumprimento, por exemplo: as minhas entradas e saídas teriam sempre de ser autorizadas; as portas sempre fechadas; as chaves das salas que utilizasse teriam de ser solicitadas à entrada e entregues à saída; a circulação pelo Centro (pelas diferentes unidades residenciais) estaria condicionada à presença de um técnico ou um segurança (...). (Nota de campo, 1/09/2008)

Antes de iniciar o período letivo, procurou-se estar com as jovens nos diferentes contextos permitidos pela instituição, intercalando a análise dos processos e as entrevistas que se iniciaram na altura. Rapidamente tornou-se evidente que os tempos da investigação e da investigadora não eram os tempos das jovens que estavam a ser investigadas. E que a marcação das entrevistas teria de obedecer às contingências próprias das disponibilidades (pessoais e institucionais) e do estabelecimento de uma maior proximidade com elas.

Quando cheguei ao Centro, dei-me conta de que o plano de fazer entrevistas iria ter de esperar, não podia desperdiçar aquela situação. Estavam todas cá fora como os técnicos (...). Fiquei por lá, fui-me sentando, fui conversando com elas. (Nota de campo, 3/09/2008)

Quando começaram as aulas, a presença cingia-se aos intervalos e às atividades lúdicas. Tentou-se que estes momentos, mais limitados no tempo, fossem igualmente ricos no estabelecimento dos referidos acordos práticos de relações.

Estavam no intervalo das 16h. Fui muito bem recebida, aliás uma das técnicas disse-me que elas já tinham perguntado por mim. Estavam no recreio a lanchar. Umas, simplesmente sentadas, outras, como é habitual, a gritar, a pular, a meterem-se umas com as outras. Isto tudo ao som da kizomba, que se ouve todos os dias e a todas as horas possíveis. (...) Foram avisadas que o professor de educação física ia faltar e por isso elas teriam de fazer caminhadas no recinto. Optei por caminhar com elas (...). Conversámos sobre imensos assuntos. (Nota de campo, 17/09/2008)

As jovens foram sendo convidadas a fazer as entrevistas. Mais um processo difícil. Em algumas jovens as resistências foram visíveis. As questões não eram tanto: quem era a investigadora e o que estava ali a fazer, uma vez que isso já tinha sido esclarecido, mas que contrapartidas teriam. Além disso, as experiências negativas que algumas jovens tiveram com profissionais e técnicos dos serviços e instituições por onde já tinham passado suscitaram reações de maior suspeição e agressividade.

... estes primeiros dias têm sido muito intensos (...). Uma das jovens, desconfiada com a minha presença, senta-se ao meu lado e começa, num tom de voz suficientemente alto para que todos/as ouvissem, a disparar uma série de questões muito objetivas, incisivas, mas ardilosas, sobre o que eu estava lá a fazer. É preciso

argumentar muito para que ela nos comece a ouvir. As questões dela eram principalmente sobre o que eu estava ali a fazer, que não vinha ajudar ninguém, que ela ia falar comigo e que eu não lhe dava nada em troca, nem um chocolate, que nós, os doutores, só lhes prejudicamos a vida... nitidamente, o objetivo era testar-me, tanto que no fim ela diz: até se safou bem... (Nota de campo, 4/09/2008)

O processo de negociação foi uma constante em todos os momentos. Este foi certamente um dos grandes dilemas éticos que só o tempo e o estabelecimento da relação foi minimizando.

Esta fase de observação nas Equipas Tutelares Educativas não teve tanta expressão como no Centro Educativo, por dois grandes motivos. Por um lado, pela geografia dos próprios espaços e o âmbito de intervenção de cada unidade, como vimos anteriormente. Por outro, porque a deslocação às Equipas era agendada previamente e realizada apenas nos dias em que estavam marcadas as entrevistas.

... fui a uma das Equipas com o grande objetivo de traçar um mapa das entrevistas. Soube que não tem sido um processo de negociação fácil, porque não é fácil que elas apareçam, muito menos para este efeito. (...). As faltas às entrevistas são uma constante, principalmente nesta Equipa. (Nota de campo, 15/09/2008 e 16/09/2008)

A intermitência da observação foi sendo compensada, contudo, pelas longas e proveitosas conversas que fui tendo com a equipa técnica.

Procurou-se que as notas de campo fossem organizadas não apenas em registos descritivos de situações, acontecimentos ou conversas, mas também em notas substantivas, conceptuais e metodológicas. Estas anotações de campo foram sendo registadas após as idas ao terreno, em momentos de recolhimento. Uma opção com o seu preço, uma vez que estas observações foram produzidas na base de uma memória recuperada e muitas vezes repleta de intensidades, como são intensas as vidas e os relacionamentos destas e com estas jovens. Acredita-se, contudo, que o que foi registado será suficiente para auxiliar nas análises que decorreram do material.

Apesar da importância que este momento de observação presencial teve, a análise de processos individuais das jovens e as entrevistas em profundidade foram efetivamente os principais meios de recolha de informação.

Para uma melhor sistematização da informação contida nos processos individuais foi construído um instrumento (previamente aprovado pelos serviços da DGRS), com os seguintes parâmetros: dados pessoais, dados familiares, *performance* escolar, histórico de institucionalizações, comportamento

institucional, situação jurídico-legal e dependências, consumos e saúde. Da análise dos processos foram construídos quadros-síntese com a informação recolhida que, permitindo leituras quantitativas e qualitativas, moldaram o retrato feito das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, desenvolvido no Capítulo 4. Antes de iniciar o trabalho de leitura e análise, estes quadros foram enviados aos responsáveis das equipas, a quem foi solicitada a verificação e confirmação da informação.

Em qualquer um dos contextos de observação, o contacto direto com as jovens, para fim de entrevista, só foi autorizado e concretizado após a assinatura do consentimento livre e esclarecido pelas três partes envolvidas: a investigadora, a participante e o/a responsável legal, no caso de a jovem participante ser menor. Neste consentimento informado era esclarecido o objetivo do estudo e os procedimentos utilizados, bem como a garantia de confidencialidade dos dados e anonimato. Mesmo assim, as entrevistas foram sempre precedidas de uma apresentação e explicação sucinta de objetivos, bem como o pedido de consentimento para a gravação áudio.

Segundo Beaud e Weber (2007), não existem receitas simples para conduzir uma entrevista. Utilizou-se um guião flexível, que permitiu que as questões se fossem soltando (orientadas por tópicos), fluindo na conversa e enformando a entrevista. Procurou-se garantir, às entrevistadas, a liberdade de discurso e de pensamento, tanto que, em algumas entrevistas, foi atingido um grau de profundidade considerável. O guião de entrevista compreendeu duas grandes componentes¹⁶: na primeira, designada por ‘contextos de vida’, pedia-se às jovens que falassem sobre o contexto familiar e escolar, a zona de residência, o grupo de pares e os relacionamentos amorosos, as atividades marginais, as motivações para o ato infracional e as trajetórias institucionais; na segunda componente, denominada ‘as cenas da tua vida’, pretendia-se que as jovens descrevessem de forma detalhada cenas/episódios significativos no contexto global da sua história de vida (*e.g.*, episódio mais feliz e mais triste, a melhor e a pior coisa que fez, o mais e o menos importante na vida, pessoas ou instituições que tenham marcado positiva e negativamente, projeções para o futuro).

Em consonância com as considerações e preocupações éticas, as entrevistas tiveram uma duração média de 45 minutos e foram realizadas numa sala cedida para o efeito. Procurou-se que o lugar da entrevista garantisse alguns

¹⁶ A construção deste guião apoiou-se na proposta de entrevista utilizada por Matos (2008) no seu estudo com jovens mulheres reclusas. A adequação dos itens da entrevista à população em estudo foi feita pela análise das principais categorias e dimensões que os estudos realizados com adolescentes e jovens têm apontado (*e.g.*, Assis e Constantino, 2001; Burman, Batchelor e Brown, 2001; Pais e Cabral, 2003; Carvalho, 2003; Simões, 2007).

pressupostos: não ter muito barulho para que a gravação ficasse audível e evitar espaços sujeitos aos olhares exteriores e onde se pudesse falar à vontade, sem receio de ouvidos indiscretos. Nem sempre foi possível reunir todos estes pressupostos, mas, em regra, as entrevistas foram realizadas em espaços tranquilos. Cada entrevista foi acompanhada por um registo de observação, onde se anotaram comentários relativos ao comportamento não verbal das entrevistadas, bem como pequenas sínteses da conversa tida, complementos de informação ou questões a esclarecer.

Foram realizadas dezanove entrevistas, distribuídas da seguinte forma: nove entrevistas foram feitas a jovens com medidas não institucionais, acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas e dez entrevistas a jovens internadas em Centro Educativo. Que critérios foram utilizados para definir esta amostra? Se a estratégia inicial passava por entrevistar todas as jovens ‘disponíveis’ para investigação à data do trabalho de campo, a entrada no terreno, a análise dos processos individuais e o contacto direto com as jovens foram selecionadores “naturais”¹⁷.

Após ter saído do campo, o exercício de autocrítica e de análise da informação recolhida nos vários momentos foi muito importante na medida em que tornou possível clarificar pontos negligenciados, estereótipos produzidos e etnocentrismos assumidos. As distâncias exigidas pela metodologia foram uma postura difícil de manter. As jovens ensinaram-me, na prática, o que a literatura vem questionando: a ilusão da neutralidade científica.

¹⁷ No Centro Educativo não foi possível fazer a entrevista a duas jovens. Uma estava em situação de fuga e a outra não falava português. Ainda foi tentada uma aproximação conversacional com esta jovem, mas sem sucesso. Nas Equipas Tutelares Educativas não foi possível contactar com seis das jovens em cumprimento de medida. A todas elas foi enviado um pedido e agendada entrevista, mas não compareceram.

Capítulo 4

Perfil sociológico da população em estudo

Os seus caminhos desiguais assemelham-se nas bifurcações
(Pais, 2005a: 16)

Após incursão pelo desenho teórico-metodológico, com a clarificação das opções teóricas e metodológicas para a concretização do estudo empírico, chegamos ao primeiro capítulo da parte prática desta investigação. Neste capítulo pretende-se produzir um retrato sociológico da população em estudo, caracterizando as jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas que, à data, estavam internadas em Centro Educativo ou a executar medidas não institucionais sob acompanhamento das Equipas Tutelares Educativas, da área da Grande Lisboa. Esta caracterização, realizada fundamentalmente a partir da informação obtida da análise dos processos individuais das jovens, estrutura-se em torno de quatro grandes áreas: caracterização sociodemográfica; percursos institucionais e situação jurídico-legal; estruturas e dinâmicas familiares; e percursos escolares. Dentro de cada área é possível encontrar caracterizações descritivas e gráficas, excertos de relatórios técnicos e sínteses integradas que permitem compreender as convergências e divergências entre as jovens. Considera-se que o conhecimento destas dimensões mais objetivadas, que marcam as vidas destas jovens antes da entrada no sistema de justiça juvenil, é imprescindível para a compreensão do sentido das suas trajetórias, mas também dos significados que elas constroem e atribuem à prática transgressiva nas suas vidas, como é propósito desta investigação. Ainda neste capítulo, é feita uma primeira apresentação das jovens entrevistadas, através de uma pequena síntese das suas histórias de vida, abrindo caminho para a análise das trajetórias, tal como elas as constroem discursivamente.

4.1 Caracterização das jovens com Medidas Tutelares Educativas

Torna-se importante agora produzir um retrato da população em estudo, à luz de um conjunto de variáveis que permitirão fazer a caracterização das jovens

com medidas tutelares educativas que, à data do estudo, estavam internadas em Centro Educativo e acompanhadas por Equipas Tutelares Educativas. O conhecimento destas dimensões mais objetivadas, que marcam as vidas destas jovens antes da entrada no sistema de justiça juvenil, é imprescindível para a compreensão do sentido das suas trajetórias, mas também dos significados que elas constroem e atribuem à prática transgressiva nas suas vidas. Esta caracterização será apresentada em torno de quatro grandes áreas: 1. caracterização sociodemográfica (idade, nacionalidade, origem étnica e local de residência); 2. percursos institucionais e situação jurídico-legal (percursos institucionais das jovens antes da aplicação da medida tutelar educativa; caracterização da situação jurídica atual: tipos de ilícito, medida tutelar educativa aplicada, duração da medida); 3. contexto familiar (estruturas, dinâmicas e principais problemáticas do agregado familiar, existência de familiares com contactos com a justiça, situações de gravidez e/ou existência de filhos); 4. percursos escolares (situação escolar das jovens à data da aplicação da medida e no âmbito da medida).

Este retrato foi traçado, fundamentalmente, a partir da informação obtida da análise dos processos individuais das jovens. Foram analisados 27 processos individuais, de um total de 31, à data do trabalho de campo. Doze processos de jovens com medida de internamento em Centro Educativo, e quinze processos de jovens com medidas não institucionais, acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas (ver Tabela 2).

Tabela 2
População-alvo distribuída pelos contextos de observação
e por procedimento metodológico
(em novembro de 2008)

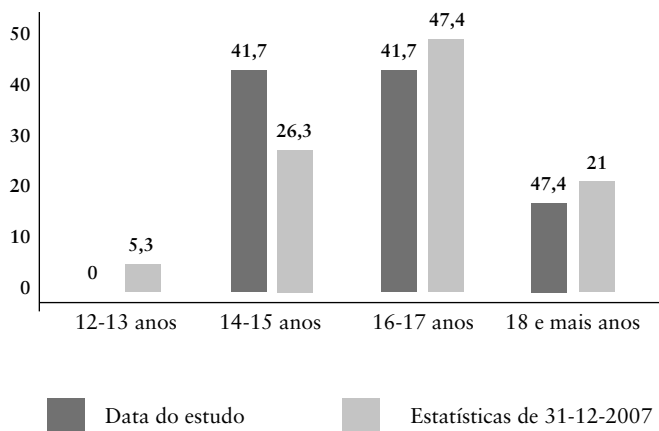
| | Total de jovens | Análise de processos individuais | Entrevistas |
|--|-----------------|----------------------------------|-------------|
| Centro Educativo (unidade residencial) | 12 | 12 | 10 |
| Equipas Tutelares Educativas | 19 | 15 | 9 |
| Total | 31 | 27 | 19 |

Jovens em Centro Educativo

No que se refere à idade, cerca de 42% (5/12¹) das jovens têm entre 14 e 15 anos, igual número entre 16 e 17 anos, e 16% (2/12) entre 18 e 19 anos. Comparando com as estatísticas de 31 de dezembro de 2007 (ver Gráfico 1),

¹ Deve ler-se: cinco casos no total dos doze processos analisados das jovens em Centro Educativo.

Gráfico 1
Idade das jovens em Centro Educativo,
à data do estudo (novembro de 2008)
e comparado com as estatísticas (31-12-2007) (%)



Fonte: Estatísticas da Direção-Geral de Reinserção Social [retiradas da base a 17 de março de 2008] e informação retirada dos processos individuais.

verifica-se que houve um aumento de representatividade das jovens na classe de idades entre os 14 e os 15 anos e uma relativa diminuição nas outras classes. Quanto à nacionalidade, metade das jovens é portuguesa e a outra metade estrangeira, proveniente, maioritariamente, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Detalhando a situação, é possível constatar que a maioria das educandas de nacionalidade portuguesa é luso-africana ou de origem africana [9/12]. Não menos significativa é a presença de uma jovem croata, não pelo valor estatístico em si, mas pela importância sociológica desta presença. Durante o ano de 2009², verificou-se um aumento significativo do número de jovens provenientes dos Balcãs, as quais têm sido colocadas em Centro Educativo (devido à sua putativa idade) pela prática de ilícitos relacionados com o assalto a residências. Esta prática veio alterar os cenários dominantes da criminalidade juvenil feminina e não pode ser separada das novas configurações criminais relacionadas com redes internacionais.

² Em março de 2009, quatro meses após o trabalho de campo realizado no Centro Educativo, foi solicitado aos serviços (apenas para fins informativos) uma listagem atualizada das jovens que, no momento, estariam a cumprir medida de internamento. Constatou-se que, nesse período de tempo, houve a entrada de quatro jovens provenientes dos Balcãs, associadas à mesma prática de ilícito criminal: assalto a residências.

A maioria destas jovens reside na Zona Metropolitana de Lisboa, maioritariamente em bairros de realojamento social. Apenas uma jovem era do Norte do País e não residente em bairro social. Como refere Messerschmidt (1997), na vida destas jovens, parecem jogar os três grandes eixos estruturadores e diferenciadores da vida social: género, etnicidade e classe social. Quando se pretende aferir os seus percursos institucionais, é visível a existência de uma elevada mobilidade nos sistemas de proteção e de justiça juvenil. Setenta e cinco por cento das jovens (8/12) tinham sido institucionalizadas, pelo menos uma vez, em Lares de Infância e Juventude, no âmbito de processos de Promoção e Proteção. A esta situação juntam-se os casos de passagem por várias instituições e de acumulação de processos (quer no âmbito da promoção e proteção, quer no âmbito do tutelar educativo). As jovens, em média, são sinalizadas na Promoção e Proteção aos 10-11 anos, entram na justiça, com medidas não institucionais, com 14-15 anos e são colocadas em Centro Educativo aos 15-16 anos (ver Quadro 2).

Quadro 2
Percursos institucionais das jovens em Centro Educativo

| Idade | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 |
|--------|------|------|---|------|-----|------|-----|----------|-----|----|---------|----|---------|
| P_ce1 | CPCJ | | | | | | LIJ | ETE e CE | | | | | |
| P_ce2 | | | | | | | | LIJ | LIJ | CE | | | |
| P_ce3 | | CPCJ | | | | | | | LIJ | | ETE/ CE | | |
| P_ce4 | | | | | | CPCJ | | | | | CE | | |
| P_ce5 | | | | | LIJ | | | | | | CE | | |
| P_ce6 | | CPCJ | | | | LIJ | | CE | | | | | |
| P_ce7 | | | | | | | | | | CE | | | |
| P_ce8 | | | | | | | | | LIJ | CE | | | |
| P_ce9 | | | | CPCJ | LIJ | | | CE | | | | | |
| P_ce10 | | | | | | | LIJ | CE | | | | | |
| P_ce11 | | | | | | | | CE | | | | | |
| P_ce12 | | | | | | | | ETE | | CE | | | Em fuga |

Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre setembro e novembro de 2008.

Legenda: CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
LIJ – Lar de Infância e Juventude
ETE – Equipa Tutelar Educativa | CE – Centro Educativo

Enquanto Marteleira (2007: 123) sugere que os Centros Educativos aparecem como paragem deste trajeto, Matos (2008), no seu estudo junto de mulheres com menos de 21 anos detidas em prisões portuguesas, aponta para o facto de cerca de um terço dessas reclusas ter, no seu percurso, contactos anteriores com o sistema de proteção e de justiça juvenil (18,4% por decisão do tribunal de menores). Segundo a autora, a entrada nas instituições acontece, maioritariamente, entre os 12 e os 14 anos e o principal motivo para a colocação são as situações de pré-delinquência (consumos de drogas, fugas de casa e roubos), situações de abandono escolar precoce ou falta de condições do agregado familiar. Como refere Santos *et al.* (2010), a maioria das crianças e jovens com medidas tutelares educativas não só tende a ter processos de promoção e proteção anteriores, ou a correr em simultâneo, como continuará a ser objeto da intervenção das instâncias de controlo formal, no futuro.

Para mais de metade das jovens que passaram por Centros de Acolhimento Temporário ou Lares de Infância ou Juventude³, esta passagem ficou marcada por relatórios assinalando fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, como nos relatam alguns exemplos referidos pelos técnicos:

A permanência no Lar X foi marcada por situações de grande agressividade contra os bens da instituição e contra as pessoas. Partia o mobiliário com socos, dirigia palavras ofensivas aos colegas e funcionários. A menor agrediu fisicamente com estaladas, pontapés e murros um auxiliar, duas técnicas e um utente. (Relatório urgente do Lar X em 2005, PCE3⁴)

Os comportamentos agressivos têm sido uma constante em todo o histórico de institucionalizações. No Lar X (...) pôs em risco as outras crianças. Não cumpria os horários da instituição. Quando chega a meio da noite, se não lhe abrem a porta de imediato, apedreja os vidros da instituição. (PCE5)

Para algumas jovens, esta passagem significou, também, o agravamento da prática de atos ilícitos. Ainda na perspetiva dos técnicos, não raras vezes

³ LIJ é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a seis meses, com base na aplicação de medidas de promoção e proteção. CAT é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medidas de promoção e proteção (consultar em: <http://www.seg-social.pt/>).

⁴ PCE3 significa Processo 3 de Centro Educativo.

estes comportamentos estão relacionados com a criação de novos grupos de amigos/as, que se formam dentro da própria instituição.

Quase diariamente era solicitado apoio à PSP na contenção dos comportamentos violentos de um grupo organizado de jovens acolhidas atualmente no Lar X, que estão institucionalizadas mediante um processo de Promoção e Proteção e na sua maioria tem vindo a cometer atos considerados ilícitos.

O grupo é liderado por uma utente com um largo período de institucionalizações e fugas, que controla os movimentos das outras jovens, aliciando-as para fugas...

Assaltam o próprio estabelecimento e violentam as outras jovens. Este grupo não sabe o que é a autoridade, verbalizando, em exibição, tudo o que fizeram e vão continuar a fazer, pois sabem que “ninguém lhes toca” e que “vão continuar a estar ali.

(Relatório do Lar X em 2006, PCE9)

Em termos de situação jurídica atual, a quase totalidade das jovens, com a exceção de um caso, estava com medida tutelar de internamento, com os seguintes regimes de execução: 67% (8/12) em Regime Semiaberto, 25% (3/12) em Regime Fechado e 8% (1/12) em Regime Aberto. Valores que, com os devidos ajustamentos, são a expressão da realidade estatística nesta matéria. Cinquenta e oito por cento (7/12) das jovens encontravam-se a cumprir medida cautelar de guarda, aquando da data da decisão que lhes aplicou medida de internamento.

A média da duração da medida é de dezoito meses, sendo expressivo o facto de não encontrarmos nenhuma jovem a executar uma medida de internamento de duração inferior a doze meses e de ainda em cinco das situações ter sido aplicada a duração máxima prevista na lei, que é de 24 meses.

No que se refere ao tipo de ilícitos dominantes pelos quais as jovens estão internadas, surge, em primeiro lugar, o ilícito qualificado como crime de roubo (9/12); surgem depois os crimes de ofensa contra a integridade física (7/12) e de ameaça e injúria (2/12). É comum encontrar situações de cumulatidade de ilícitos.

Quando comparamos estes dados com as estatísticas de 31 de dezembro de 2007 (ver Tabela 3) e com os estudos e notícias mais recentes, fica em aberto a possibilidade de as raparigas estarem a usar de mais violência, principalmente quando damos conta de um aumento significativo dos crimes contra a integridade física.

Tabela 3
Jovens existentes em Centros Educativos, em 31 de dezembro de 2007,
segundo o motivo de intervenção

| Agentes de facto qualificados pela lei penal como crime | Tipos de ilícitos penais dominantes a) | Rapazes | Raparigas | Total |
|---|--|--------------|-------------|--------------|
| | | TOTAL | 184 | 19 |
| | Crime contra a propriedade | 153 (83%) | 17 (90%) | 170 (84%) |
| | Crime contra a integridade física | 14 (8%) | 2 (11%) | 16 (7,9%) |
| | Crime contra a liberdade e autodeterminação sexual | 6 (3,3%) | | 6 (3%) |
| | Crime contra a vida | 3 (1,6%) | | 3 (1,5%) |
| | Crime respeitante a estupefacientes | 3 (1,6%) | | 3 (1,5%) |
| | Outros crimes | 5 (2,7%) | | 5 (2,5%) |

a) Regista-se o tipo de ilícito penal dominante, independentemente de ser agente de mais do que um facto do mesmo tipo ou de tipos diferentes

Fonte: Estatísticas da Direção-Geral de Reinserção Social
[retiradas da base a 17 de março de 2008]

Esta questão levanta uma outra que se prende com o número de crimes praticados em coautoria. Segundo Marteleira (2007: 88), num estudo de caracterização do perfil dos educandos internados em CE a 30 de junho de 2005, os jovens que atuavam em grupo eram todos do sexo masculino. Os dados deste estudo permitem apontar que 42% das jovens internadas em Centro Educativo praticaram crimes em coautoria, o que nos remete, por um lado, para a problemática geral dos bandos juvenis e, por outro, para o papel da figura feminina nestes contextos, ainda considerada periférica, com colagens a estereótipos de género e a definições de papéis.

Além de todas estas considerações, há uma outra que não devemos negligenciar: o facto de a categoria “droga” não ser o eixo em torno do qual se desenvolvem os atos ilícitos destas jovens, assumindo mais uma componente de consumo recreativo.

Feito o levantamento dos consumos de substâncias lícitas e ilícitas, especificamente, álcool, tabaco e drogas (haxixe, heroína, cocaína), foi possível

verificar que 58% das jovens (7/12) estavam associadas pelo menos a um tipo de consumo, em fase anterior à sua entrada no Centro Educativo. Os consumos são principalmente recreativos (álcool, tabaco e haxixe) e realizados em contexto de grupo. Apresentam, contudo uma iniciação precoce (11, 12 anos) e uma componente de habituação. O haxixe não só é a substância mais consumida isoladamente, como absorve o maior número de situações, quando se agregam outras substâncias, como a heroína e a cocaína. A experimentação de drogas “duras”, particularmente a cocaína, surge em quatro casos, todos eles relacionados com vivências de rua ou práticas de prostituição e pequeno tráfico mais ou menos confirmados. Mas é apenas numa situação que este consumo de drogas está associado a uma carreira de toxicodependência, em torno da qual se estrutura a sua carreira de desvio. Apesar de a “droga” não ser o principal motivo para a prática dos ilícitos, ela não deixa de estruturar as vivências e as sociabilidades destas jovens, para quem os consumos assumem padrões de regularidade. Pela natureza da informação recolhida, não foi possível especificar melhor esta situação. Da análise efetuada aos processos foi ainda possível verificar os hiatos de tempo que medeiam entre as datas dos factos, da decisão judicial e do início de execução das medidas. Contudo, ressalva-se que a aferição e a leitura destes dados estão condicionadas pela ocorrência de uma série de variáveis que podem estar relacionadas, por um lado, com questões legais e processuais como: a circunstância de a jovem, à data da decisão, estar a cumprir ou não uma medida cautelar de guarda, que tem um prazo máximo de seis meses; a possibilidade de estar a cumprir uma outra medida tutelar de internamento, aplicada em data anterior e no âmbito de outro processo, o que influencia o início da execução de uma outra medida de internamento; e a suscetibilidade de poder ser interposto recurso da decisão que lhe aplicou a medida. E, por outro lado, com questões que saem do foro processual, como é o caso das situações em que não se conhece o paradeiro da jovem.

Neste sentido, no caso das jovens que não estavam, em data anterior, a cumprir nenhuma outra medida em Centro Educativo, o hiato temporal entre a data do primeiro ilícito praticado e conhecido e a data da decisão judicial é de dezoito meses, e o hiato da data da decisão à data de início da medida atual é de cinco meses.

No caso das jovens que à data da decisão se encontravam a cumprir medida cautelar de guarda, este hiato entre a data do facto e a data da decisão reduz-se para dez meses, ressalvada a circunstância de a grande maioria ter cumprido seis meses da referida medida. A média de tempo que dista entre a data da decisão e a data de início da medida é muito próxima, uma vez que apenas poderá estar em causa o período reservado ao trânsito em julgado da

decisão ou, noutros casos, a possibilidade de a jovem ainda estar a executar, no âmbito de outro processo, uma outra medida tutelar de internamento. Nesta análise constata-se que é real a possibilidade de uma jovem que pratica um ilícito aos 14 anos ser julgada aos 17 anos e cumprir uma medida até aos 19 anos.

No que se refere à caracterização familiar, as jovens estão integradas principalmente em agregados recompostos (4/12), nucleares simples (3/12), monoparentais (3/12) e, em dois casos, em agregados sem núcleo conjugal. Dos 67% de agregados marcados pela ausência de um dos progenitores biológicos, os principais motivos são: falecimento de um (três casos) ou de ambos (dois casos) e separação/divórcio (três casos). Vejamos alguns fragmentos destas trajetórias.

1.º Relatório Social, em 1999: os progenitores de X eram ambos toxicodependentes. O pai passou largos anos detido. A menor foi entregue à avó materna, logo após o nascimento. Segundo Relatório Social com avaliação psicológica de 2006, desde 2004 a menor mora com a avó e o companheiro num apartamento de realojamento social (...). (PCE3)

(...) Vivência precoce da morte do progenitor (...) tendo permanecido no agregado com a madrastra e o irmão consanguíneo. Dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrastra, numa altura em que ainda decorria o luto pela perda do pai, facto que levou à deterioração do relacionamento da educanda com a madrastra e companheiro. (PEP de 2008, PCE8)

A configuração parental dominante é a que liga a jovem a um dos progenitores, maioritariamente a mãe, com quem estabelece relações privilegiadas. O pai tende a ser uma figura ausente no processo educativo das jovens, ou pela ausência física propriamente dita, ou pela relação predominantemente conflituosa que se mantém (quer nos casos de separação, quer nos casos em que o pai está presente).

Em regra, pertencem a longas fratrias (83% tem três ou mais irmãos), e não raras vezes compostas por irmãos germanos, uterinos e consanguíneos. Em algumas situações, os irmãos não vivem no mesmo agregado familiar, ainda que, em regra, o relacionamento com os irmãos seja muito positivo.

Menos positivas são as relações estabelecidas com as figuras substitutivas dos progenitores – padrastos/companheiros da mãe e madrastras/companheiros do pai – que estão presentes em metade dos agregados familiares das jovens, e que aqui conseguimos vislumbrar ao dar espaço a mais alguns excertos dos processos:

... são referidas dificuldades de relacionamento da menor com a mãe e com o seu companheiro. São relatados episódios de alegados maus-tratos, procurando a menor refugiar-se com a tia materna, recusando regressar ao agregado familiar. O ambiente familiar é irregular e ambivalente. (...). A mãe demite-se da sua função parental, que é assumida, por vezes, pela tia. (Relatório Social de Avaliação Psicológica de 2005, PCE5)

... aos 7 anos foi viver com o progenitor, sua companheira e filhos desta. A vivência da menor neste agregado foi bastante conturbada, sofrendo maus-tratos físicos por parte da madrastra (...). (Relatório Social de 2007, PCE6)

As dinâmicas familiares destas jovens surgem como pouco estáveis, o que marca significativamente a natureza e a dimensão das relações afetivas, associadas a situações com cargas emocionais negativas. Estas instabilidades são marcadas, principalmente, pelas dificuldades económicas às quais se associam as problemáticas do alcoolismo, da violência familiar e da ausência de supervisão parental.

Proveniente de família multiproblemática (relação conflituosa entre cônjuges, com agressões verbais e físicas, pai com hábitos de consumo de álcool e com uma relação extraconjugal), mantém-se a situação de disfuncionalidade observada nas dinâmicas familiares (...). (PCE1)

A mãe admite não ter qualquer controlo sobre ela e desconhece o que a filha faz antes das 20h quando regressa a casa. Falta de coesão familiar e inconsistentes práticas educativas. Mostra preocupação com a filha, mas não efectuou nenhuma diligência com vista a alterar o quadro vivencial da jovem afirmando que os técnicos é que deveriam resolver os problemas da mesma. (PCE4)

Abrem-se vazios por mudanças abruptas e perdas, que reativam, no quotidiano, sentimentos de abandono.

Quando a menor nasceu os pais estavam separados desconhecendo-se o tipo de relacionamento mantido. A progenitora já tinha uma nova relação (...). A menor nunca se relacionou com o pai, que faleceu quando tinha 3, 4 anos de idade. Sempre viveu no agregado materno, descrevendo-se uma dinâmica familiar equilibrada. Há cerca de dois anos a mãe adoeceu e faleceu (...). Os problemas iniciam-se quando a mãe adoece. (Relatório Social com avaliação Psicológica de 2008, PCE10)

Juntam-se a este cenário os 42% de jovens (5/12) que têm familiares identificados com contactos com a justiça. Não foi clara, nos processos individuais, a existência de namorados/companheiros com contactos com a justiça. Esta é uma informação que se conseguiu obter, de forma mais completa, através das entrevistas realizadas.

Da informação recolhida constatou-se que apenas uma jovem tinha uma filha que, à data do estudo, estava acolhida num Lar de Infância e Juventude, com medida de Promoção e Proteção.

No que se refere à situação escolar à data de entrada para o Centro Educativo, foi possível verificar que as jovens apresentavam níveis de ensino baixos para a sua idade. Duas jovens (17%) apresentavam o 1.º Ciclo. Das oito jovens (66%) cujo último nível de ensino frequentado e completado foi o 2.º Ciclo, cinco têm o 5.º ano e três o 6.º ano. Apenas duas jovens tinham o 3.º Ciclo. Todas registam insucesso escolar, sendo comum as retenções/reprovações várias. O 5.º ano parece surgir como um ponto de viragem e um grande obstáculo que a maioria não consegue transpor.

Integrou a escola com 6 anos e o seu percurso foi muito turbulento, tendo a menor ficado retida na 1.º e na 3.º classes. Com a passagem para o 5.º ano, e consequente mudança de escola, a situação agrava-se, tendo a menor ficado retida 3 vezes neste nível. (Relatório Social com avaliação psicológica de 2006, PCE3)

Até à 4.º classe a menor apresentou bom desempenho escolar, tendo problemas comportamentais quando ingressou no 5.º ano (absentismo, problemas disciplinares e consequente insucesso escolar, com retenções sucessivas no 5.º e 6.º anos de escolaridade). (PCE4)

As experiências escolares são marcadamente negativas, às quais se associa, para 50% das jovens, comportamentos agressivos e violentos no próprio contexto escolar, como referem os seguintes excertos dos processos individuais de duas jovens:

No interior de uma sala de aula a menor dirigiu-se à professora e diz “sua puta de merda, sai daqui que eu parto-te a cara; desaparece para não levar nos cornos; eu é que mando na merda da sala”. Para a contínua: “contínua de merda, é agora que te vou foder os cornos. (Informação Social de 2006, PCE1)

A menor apresenta um percurso regular até ao 6.º ano de escolaridade, passando posteriormente a verificar-se alterações em termos de adesão e motivação face à escola com registo de distúrbios comportamentais que originaram

vários processos disciplinares e suspensões, e de elevados níveis de absentismo. (Relatório Social com Avaliação Psicológica de 2007, PCE12)

Em várias situações, o insucesso, o abandono escolar e os comportamentos agressivos transformaram-se num trampolim para a entrada no sistema de promoção e proteção:

... O 5.º ano começou a correr mal. Novos amigos, mais velhos, faltava para ir passear, chegava às 2 da manhã e ficava na rua até tarde a brincar com as amigas. No 6.º ano a situação agrava-se. Reprova e vai para o Lar X. (PCE9)

No âmbito da medida, todas as jovens frequentaram Programas de Formação (Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação), para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos.

Jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas

No que se refere à idade, 67% das jovens têm entre 16 e 17 anos (10/15⁵), 27% têm 18 anos (4/15) e uma jovem tem 15 anos. Noventa e três por cento das jovens acompanhadas pelas Equipas são de nacionalidade portuguesa e residentes na Zona de Lisboa, Cascais, Amadora, Sintra (Cacém e Queluz) e Oeiras. A zona de residência das jovens está relacionadas com as áreas geográficas de intervenção das Equipas, logo não é representativa da distribuição espacial de todas as jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas. Em 60% dos processos das jovens com medidas na comunidade, não há registos de passagem por outras instituições ou a abertura de processos no âmbito da promoção e proteção. Três jovens tinham sido institucionalizadas em Lares de Infância e Juventude, no âmbito de medidas de promoção e proteção, sendo corrente a acumulação com outros processos a decorrer na CPCJ e nos tribunais. De acordo com relatos técnicos, alguns destes pedidos de intervenção foram efetuados pelos próprios pais:

O pedido de intervenção do tribunal por parte dos pais teria sido uma forma de procurar alterar o comportamento da menor (...). (Relatórios do Lar X de 2006, PETE6⁶)

A progenitora da menor efectuou uma sinalização à CPCJ, queixando-se da não obediência da menor e de fugas de casa para conviver com o namorado de

⁵ Deve ler-se: dez casos no total dos quinze processos analisados das jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas.

⁶ PETE6 significa Processo 6 das Equipas Tutelares Educativas.

30 anos – ex-recluso, a cumprir pena de liberdade condicional. (Relatório Social com Avaliação Psicológica de 2007, PETE12)

De acordo com os mesmos relatos, a passagem pelas instituições de promoção e proteção fica marcada pelas fugas consecutivas, por comportamentos agressivos dentro da instituição e pelo agravamento de comportamentos delinquentes:

Em 2005 estive no Lar X. Durante a sua passagem por aqui, a jovem foi acumulando outras participações, especificamente de furto. Pernoitava fora e regressava apenas no dia seguinte, quando regressava. (...) Numa dessas fugas foi viver com o namorado para o Bairro. (PETE5)

... a menor narra a presença de conflitos, agressões e roubos, posicionando-se como observadora. No entanto assume diversas fugas, com grupo de pares (outras jovens acolhidas), durante a noite. Iam para o Bairro Alto, onde bebiam até de madrugada, altura em que regressavam com a polícia. (Relatório Social com Avaliação Psicológica de 2007, PETE12)

Em termos de situação jurídica atual, as principais medidas aplicadas a estas jovens foram: Medida de Acompanhamento Educativo (7/15), Medida de Imposição de Obrigações (6/15) e Medida de Prestação de Tarefas a Favor da Comunidade (2/15).

Entre a data do(s) ilícito(s) e a data da decisão judicial foi possível aferir um hiato de tempo médio de doze meses. A falta de informação mais detalhada não permitiu estender a análise.

No que se refere ao tipo de ilícitos dominantes, em primeiro lugar surge o ilícito qualificado como crime de roubo (60%), seguido dos crimes de ofensa contra a integridade física (27%). Com igual percentagem (13%) surgem o furto e vandalismo, e o tráfico/posse de drogas. Apesar de as drogas continuarem a não estar no centro da prática dos ilícitos, duas jovens surgem referenciadas com ilícitos diretamente relacionados com tráfico destas substâncias. Tirando estas situações, não há, nos processos, registos de consumos significativos de substâncias (i)lícitas por parte das jovens. Estes consumos parecem assumir a face da experimentação ocasional, característica da juventude.

Quando analisamos a estrutura familiar das jovens com medidas não institucionais, verificamos que 33% (5/15) mantinham a presença física de ambos os pais em simultâneo no agregado familiar, 20% (3/15) estavam integradas em agregados recompostos e 20% em agregados monoparentais (3/15). Três jovens não estavam integradas no núcleo familiar de origem, configurando

agregados diferentes: uma vivia sozinha, outra coabitava com o namorado e a terceira morava com a irmã e o cunhado. Numa outra situação, encontramos uma jovem a morar com a avó e a irmã.

Na maioria dos casos, os agregados familiares destas jovens são marcados pela ausência de um dos progenitores biológicos, em regra a figura paterna. Os principais motivos encontrados são o divórcio, em 63% dos casos, o falecimento, em 38%, e a reclusão, apenas numa situação. Mais do que ausência física do progenitor, a vivência do abandono é certamente a mais difícil de gerir. A este respeito, o Relatório Social de uma das jovens apontava o seguinte:

Apesar de serem descritos diversos maus-tratos físicos e psicológicos à progenitora, a relação do pai com os filhos era boa (...). Segundo a progenitora, o pai nem sempre foi uma pessoa violenta, apenas estava alcoolizado. Com o divórcio foi atribuída a guarda dos filhos à mãe, com visitas regulares do pai. O pai só contactou os filhos uma vez. Desde essa altura a menor não tem contactado com o pai, situação que lhe causa grande sofrimento (...). (Relatório Social de 2006, PETE8)

Relativamente às fratrias conhecidas, todas as jovens têm irmãos, sendo que em 80% dos casos vivem com eles. Quanto mais numerosa é a fratria, com irmãos germanos, uterinos e consanguíneos, maior é a possibilidade de não residirem com todos. Sessenta por cento das jovens (9/15) têm até dois irmãos/ãs, 27% (4/15) têm entre três e quatro irmãos/ãs e 13% (2/15) têm cinco irmãos/ãs.

Quando olhamos para as dinâmicas familiares, encontramos dois principais cenários. Por um lado, agregados com dinâmicas familiares atuais relativamente sólidas e com liames relacionais, que em algumas situações foram conquistados após recomposições familiares. Apesar desta constatação, foi possível verificar a presença de algumas fragilidades no campo da supervisão parental e a existência de conflitualidades com o(s) progenitor(es) ou com os seus “substitutos”, que acaba por espoletar sentimentos ambivalentes em relação à situação vivida, fugas e pernoitas fora de casa, ou saídas de casa para viver com o namorado.

A mãe afirma que a jovem chega a pernoitar fora de casa, acompanhando grupos de jovens conotados com alegados comportamentos de risco. Apesar de serem verbalizadas algumas preocupações com a filha não existe uma valorização objetiva das consequências do comportamento. (Relatório Social de 2007, PETE15).

... Há cerca de 4 anos a mãe iniciou uma nova relação afectiva e de coabitação (...). A dinâmica familiar é harmoniosa e contentora, apesar de serem referidas algumas dificuldades no relacionamento da menor com o padrasto. (Relatório Social de 2006, PETE8)

Por outro lado, encontramos agregados com dinâmicas menos estáveis, normalmente associadas a um conjunto de situações de natureza pessoal e social, como a violência familiar, o alcoolismo, a toxicod dependência ou as situações de pobreza, como podemos apurar ao dar espaço a mais um excerto dos processos:

A menor integra um agregado familiar considerado muito disfuncional, com problemas relacionados com promiscuidade, agressões, toxicod dependência e negligência. A mãe é conotada com todas estas disfuncionalidades. A menor foi vítima, aos 6 anos de idade, de um abuso sexual por parte do pai de seus irmãos mais novos, situação que foi sinalizada à CPCJ. Esta intervenção resultou na institucionalização dos três irmãos mais novos. A progenitora foi recentemente despejada de casa, no âmbito de uma acção judicial, residindo presentemente com um namorado. A avó revela-se impotente para controlar os comportamentos e postura dos netos. O ambiente familiar é bastante conflituoso, existindo má relação entre todos os elementos. (Relatório Social da Equipa Tutelar Educativa de 2005, PETE9)

Mesmo que parte destas esferas familiares não pareça ser um contexto de realização afetiva, é possível ressalvar uma ligação especial a pessoas com quem sempre viveram ou que cuidaram delas, especialmente a figura dos avós.

Quarenta e sete por cento das jovens (7/15) têm familiares (pais ou irmãos) e namorados/ex-namorados com contactos com a justiça. Na maioria dos casos, os motivos estão relacionados com percursos de toxicod dependência e crimes relacionados com droga.

Quatro jovens têm filhos e uma estava grávida à data do estudo. Todas têm apenas um filho. Em três das situações a criança está ao cuidado da jovem, e numa o filho está entregue, com guarda efetiva, aos cuidados da avó.

No que concerne ao percurso escolar, à data do início da execução da medida, 60% das jovens tinham frequentado ou completado o 2.º Ciclo (duas no 5.º ano e sete no 6.º ano), 33% o 3.º Ciclo (uma tinha o 7.º ano e quatro o 8.º ano) e apenas uma jovem tinha o 1.º Ciclo.

A quase totalidade das jovens estava integrada no sistema escolar, ainda que sejam expressivas as situações de retenção/reprovação (11/15), em regra relacionadas com o desinteresse e desmotivação, o mau aproveitamento e o

absentismo escolar, e os problemas comportamentais em contexto escolar (6/15).

Segundo o Relatório Social de 2007 da Equipa de Família e Menores de X, a menor apresenta um percurso pautado pelo desinteresse pelo processo ensino-aprendizagem, desadequação comportamental e mau aproveitamento... (PETE11)

O percurso escolar tem sido marcado pelo absentismo e fraco aproveitamento que terão conduzido a 2 retenções. No ano lectivo 06/07 estava inscrita no 8.º ano, tendo a menor referido que já atingiu o limite de faltas, pelo que entrou num processo de abandono. Segundo o relato de um professor, a jovem era problemática, com comportamentos perturbadores, estando conotada com alegadas condutas desviantes e práticas de ilícitos em contexto escolar. Em 2008, por motivos decorrentes da sua gravidez, decidiu abandonar a escola. (PETE15)

Apesar de estarem inscritas no sistema escolar, estas situações colocam as jovens com um pé mais fora do que dentro da escola. O abandono escolar é a sua melhor expressão. Antes da execução da medida, duas jovens não estavam integradas no sistema escolar e uma estava em processo de abandono. Além destas situações precipitantes, a influência do grupo de pares e o desenvolvimento de novas amizades são fatores que não devemos desconsiderar.

Em casa é obediente, não questiona a autoridade dos pais. O problema começa com a transição para o 6.º ano (...). Fazia-se acompanhar com uma jovem problemática. (PETE2)

Criança dócil, sem problemas até ao 5.º ano de escolaridade, altura em que integra grupo de pares problemático e começa a faltar à escola. (PETE4).

Mais uma vez, o 2.º Ciclo parece surgir como um grande obstáculo a transpor. “Já chumbou por faltas no 6.º ano. Apresentava problemas de comportamento” (PETE8) parece ser o discurso-tipo nos processos destas jovens. Contudo, algumas não só ultrapassaram este “obstáculo”, como apresentam, também, desempenhos escolares médios. É, em regra, no âmbito da medida e das suas imposições, que o “regresso” à escola se faz sentir, nas suas diferentes expressões, conteúdos, sucessos e fracassos, como podemos depreender da apresentação de extratos dos processos individuais de duas jovens:

Segundo o Relatório Social de 2007 (...) a menor apresenta um percurso pautado pela (...) desadequação comportamental e mau aproveitamento. Segundo o PEP

de 2008, a menor tinha transitado para o 9.º ano de escolaridade, sem qualquer avaliação negativa, encontrando-se já matriculada para o próximo ano lectivo. (PETE11)

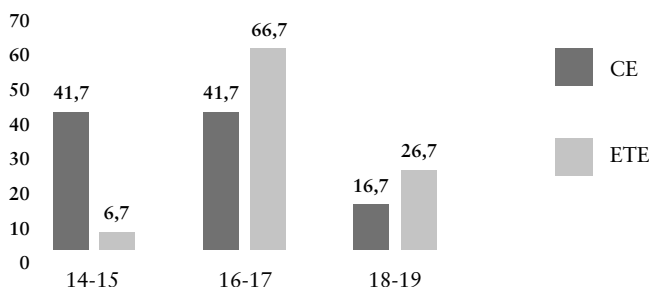
Concluiu o 6.º ano, já em medida. A segunda parte do acompanhamento pretendia que a jovem fizesse o 9.º ano, mas não conseguiu. Frequentou um curso que lhe daria habilitações de formação profissional e o 9.º ano. Desistiu a menos de um mês de terminar. Justificou a situação pela distância geográfica entre a casa e o curso, aliado às próprias vivências de bairro que não valorizam a escola, o trabalho e o esforço. (PETE3)

O primeiro dá conta dos fatores de sucesso e do facto de dez jovens (67%) estarem integradas no ensino escolar. Seis estavam a frequentar Cursos de Formação Profissional e quatro o ensino regular. O segundo extrato procura exemplificar o caso das jovens que não estão integradas no ensino (3) e o daquelas que desistiram dos cursos de formação (2).

Síntese integrada

Sabendo-se que as medidas tutelares educativas, no âmbito da legislação em vigor, são aplicadas a menores com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, e que a execução dessas medidas pode prolongar-se até o/a jovem completar 21 anos, torna-se relevante verificar que as raparigas com medidas tutelares educativas apresentam, na sua maioria, idades compreendidas entre os 16 e os 17 anos, como podemos constatar no Gráfico 2, com uma média de início de execução de medida que ronda os 15,7 anos.

Gráfico 2
Idade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre setembro e novembro de 2008.

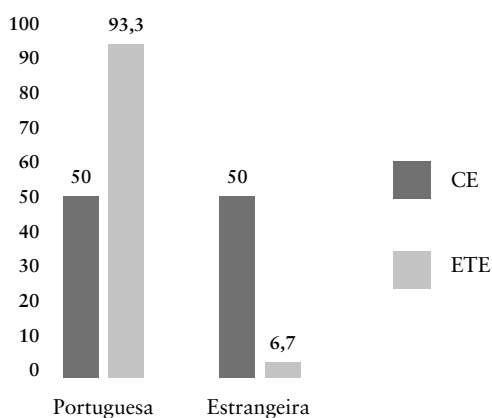
Apesar desta constatação, que nos encaminha para a ideia que tem sido generalizada de que as raparigas entram mais tarde no sistema de justiça, devemos considerar que as jovens com medidas de internamento em Centro Educativo são percentualmente mais novas do que as jovens com medidas não institucionais, onde a faixa dos 14-15 anos é bastante representativa.

No que concerne à nacionalidade encontramos, também, diferenças expressivas entre os dois grupos (ver Gráfico 3).

Em média, a maioria das jovens é de nacionalidade portuguesa, ainda que, a este respeito, não possamos descurar duas situações: por um lado, a sua representatividade é mais expressiva junto das jovens com medidas não institucionais e, por outro, as jovens em Centro Educativo são maioritariamente de origem africana, mesmo que de nacionalidade portuguesa. O fenómeno migratório que tem vindo a caracterizar a sociedade portuguesa e os problemas de integração das segunda e terceira gerações de imigrantes e que têm enformado a discussão em torno das marginalidades, como nos mostram os trabalhos de Machado (2002) e Seabra (2005), parecem espelhar-se neste estudo.

No que se refere ao local de residência, e excluindo daqui observações analíticas e de generalização sobre a distribuição geográfica, pelas razões atrás apontadas, a quase totalidade das jovens reside na Zona Metropolitana

Gráfico 3
Nacionalidade das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre setembro e novembro de 2008.

de Lisboa. Apesar de as jovens, em regra, residirem em zonas mais desfavorecidas do ponto de vista económico e social, são as jovens em Centro Educativo as que aparecem mais representadas em Bairros de realojamento social, identificados como bairros problemáticos.

Em Portugal, vários têm sido os estudos que têm procurado mostrar como a zona onde se reside influencia as opções e facilita o acesso a estruturas de oportunidades ilegais (Fernandes, 1998; Chaves, 1999; Leote de Carvalho, 2003, 2010; Fernandes e Pinto, 2008). Aliás, apoiados neste pressuposto, têm sido lançados programas de prevenção dirigidos a jovens em risco, de bairros identificados como problemáticos, como é exemplo o *Programa Escolhas*. A maioria destas jovens vive nesta “parte da cidade” e é nela que constrói e reconstrói os seus percursos.

No que se refere aos percursos institucionais das jovens com medidas tutelares educativas, antes da aplicação da atual medida, em 48% dos casos (13/27⁷) houve abertura de processo no âmbito da promoção e proteção, sendo que na quase totalidade dos casos foi aplicada medida de acolhimento em Lar de Infância e Juventude.

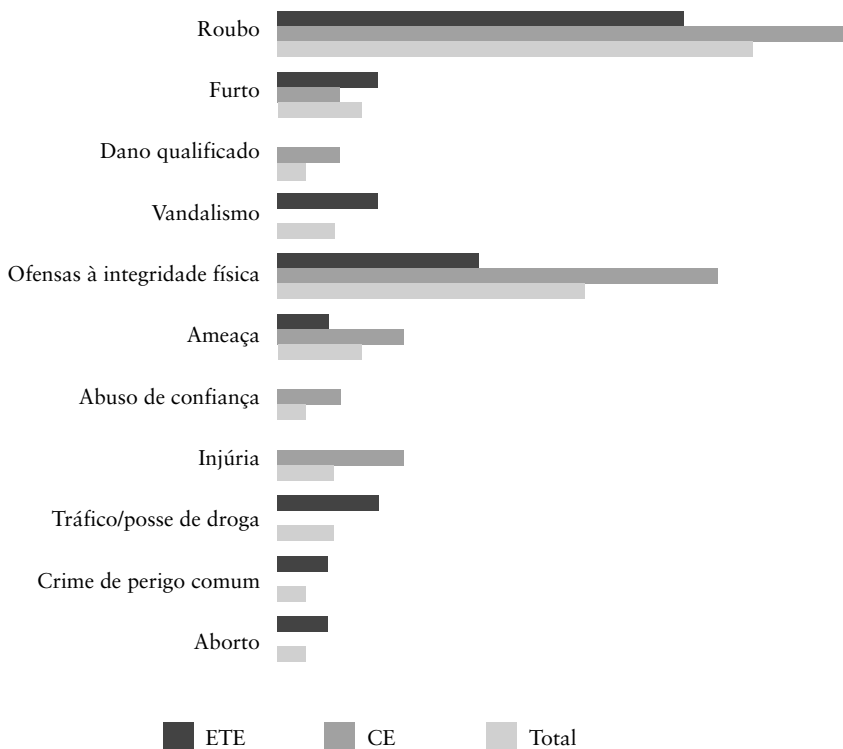
Esta passagem pelas instituições, para todas as jovens, fica marcada pelas fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, a que se junta o agravamento dos comportamentos, inclusive a prática dos ilícitos criminais que estiveram na base da aplicação das medidas tutelares educativas. As jovens em Centro Educativo são aquelas que apresentam mais percursos institucionais e percursos mais complexos, com maior acumulação de processos (quer no âmbito da promoção e proteção, quer no âmbito do tutelar educativo) e em idades mais precoces.

Em ambos os contextos de observação, a prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo (17/27), e contra a integridade física (11/27) é a mais expressiva (ver Gráfico 4).

A presença de uma maior violência na prática de ilícitos cometidos por raparigas continua a ser bastante discutida e questionada. Porém, a presença das raparigas nos crimes contra a integridade física mantém-se, a par do aumento da prática de roubos, em detrimento do furto, que era o mais comum. Possivelmente, e como aponta Batchelor (2007: 209), o comportamento das jovens pelos vários percursos de violência é motivado por uma interação complexa que envolve uma ativa procura e gestão do risco, cujas motivações estão, maioritariamente, no divertimento, na adrenalina e na desocupação, ampliado pela posição de subalternidade de quem vive e é olhado como margem.

⁷ Deve ler-se: treze casos no total dos 27 processos analisados.

Gráfico 4
Tipos de ilícito das jovens com Medidas Tutelares Educativas (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre setembro e novembro de 2008.

Além das questões da violência, é importante destacar que a categoria “droga” não surge como o eixo em torno do qual se desenvolvem os atos ilícitos destas jovens, à semelhança daquelas que referimos atrás (supra: 151), ao contrário do que se verifica em estudos realizados com mulheres reclusas, em Portugal (Cunha, 2002; Matos, 2008):

76% das reclusas do EPT vêm condenadas ou acusadas (no caso das preventivas) por tráfico de estupefacientes, crime este que dez anos antes, apesar de já registar cifras significativas no estabelecimento, ficava a menos de metade desse valor (37%) (...) Pelo menos 63% das reclusas que aqui se encontram por crimes patrimoniais (...) surgem referidas como “toxicodependentes”. (Cunha, 2002: 61, 63)

Para além do tráfico de droga ser responsável por 65,3% das detenções destas mulheres, verificámos também que de entre as que estão detidas por crimes contra a propriedade, 63,6% são consumidoras de drogas duras. Assim sendo, cerca de 80% das mulheres da nossa amostra estão detidas por crimes que têm a droga como pano de fundo. (Matos, 2008: 150)

Isto não significa que os consumos de substâncias ilícitas não estruturam as vivências e as sociabilidades destas jovens. E aqui encontramos algumas diferenças entre elas. Enquanto as jovens em Centro Educativo apresentam padrões de consumo mais regulares e problemáticos, na maioria das jovens com medidas não institucionais os consumos parecem assumir a face da experimentação ocasional, característica da juventude.

No que se refere ao hiato de tempo entre a prática do ilícito e a data da decisão judicial, constata-se que, em suma, seja a medida institucional ou não institucional, este nunca é, em média, inferior a doze meses.

Dando continuidade à apresentação e caracterização das jovens com medidas tutelares educativas, centra-se agora o interesse nas estruturas e dinâmicas familiares que enformaram os seus processos de socialização. Vários têm sido os estudos (Hill e Atkinson, 1988; Ferreira, 1997; Herrera e McCloskey, 2001; Fonseca, 2002; Loeber, Farrington e Petechut, 2003; Simões, 2007) que têm demonstrado como a influência da família nos problemas de comportamento é significativa e como a supervisão, monitorização e disciplina parentais têm sido fatores preditores para o desenvolvimento de comportamentos antissociais. O tema das famílias (disfuncionais) tem estado sempre presente nas teorias da delinquência. As variáveis estudadas têm sido muito diversas, “afinal, os fatores familiares no domínio da delinquência são tantos e as suas interações tão complexas que seria muito redutor centrar-se apenas num deles” (Fonseca, 2002: 2).

No que se refere à estrutura do agregado familiar das jovens com medidas tutelares educativas, grande parte é nuclear (15/27) – biológica (8/27) ou recomposta (7/27) –; noutros casos, é monoparental (6/27), sem núcleo conjugal (3/27) ou sem integração na família biológica, no caso de três jovens. Nas jovens em Centro Educativo são mais expressivos os agregados familiares recompostos, enquanto nas jovens a cumprir medidas na comunidade são mais evidentes as famílias nucleares e mais expressivas as situações de jovens a viver autonomamente.

Nestas estruturas familiares é significativa a presença de novas figuras, como o padrasto/companheiro da mãe e a madrasta/companheiro do pai, com os quais, em regra, as relações são conflituosas e difíceis. Vidas e famílias marcadas por muitas transições, decomposições e recomposições, que não

contribuem para o desenvolvimento dos espaços de conforto, tão importantes na fase da adolescência.

Sessenta e três por cento dos agregados não contam com a presença de um dos progenitores biológicos (17/27), e os principais motivos apontados para essa ausência são o falecimento (13/27), a separação/divórcio (13/27) e a detenção (2/27). Mais uma vez encontramos diferenças significativas entre os dois grupos. A ausência por falecimento de um ou dos dois progenitores é mais sentida junto das jovens em Centro Educativo, enquanto a ausência por separação/divórcio assume maior expressão junto das jovens a cumprir medidas não institucionais. Para a generalidade das jovens é a figura paterna que tende a estar ausente do processo educativo, não apenas pelo facto de não integrar fisicamente o agregado familiar, mas também pelo tipo de relacionamento que se mantém, predominantemente conflituoso.

Além destes desencontros e afastamentos que marcam a vida destas jovens, a convivência com os seus pais é afetada, também, pelas dificuldades económicas da família, pelo número de irmãos, pela difícil relação com as figuras substitutivas dos progenitores, o não cumprimento de horários, as fugas de casa, as vivências de rua ou a escolha dos namorados.

A maior parte destas jovens (16/27) pertence a fratrias de mais de três irmãos. Em regra elas não convivem com a totalidade dos irmãos, por vários motivos que passam pela separação precoce ou pelo facto de terem crescido espalhados por diferentes núcleos familiares, que misturam irmãos oriundos de vários relacionamentos da mãe e do pai. Expressão das estruturas e configurações domésticas apresentadas, estas fratrias são, também, o reflexo de instabilidades no quadro familiar. Com os irmãos mais próximos, tendem a manter relações de proximidade, preocupação e proteção.

A quase totalidade dos agregados familiares (23/27) apresentava, no passado e/ou no presente, dinâmicas disfuncionais e modelos familiares pouco estáveis, normalmente associados a um conjunto de situações de natureza pessoal e social, como o alcoolismo, a toxicodependência, a violência familiar e situações de pobreza, muitas vezes cumulativas entre si. A maioria mantém, no presente, esses registos de disfuncionalidade, ainda que seja visível, principalmente no caso das jovens em cumprimento de medidas não institucionais, situações de estabilização familiar, conquistada após recomposições familiares. Apesar desta constatação, não deixa de ser comum a presença de algumas fragilidades no campo da supervisão parental e a existência de conflitualidades com o(s) progenitor(es) ou com os seus “substitutos”.

A existência de jovens com familiares e namorados/ex-namorados identificados com contactos com a justiça é significativa (12/27). Na maior parte dos

casos, os motivos estão relacionados com percursos de toxicodependência e crimes relacionados com drogas.

No que se refere às situações de maternidade, da análise dos processos foi possível verificar que cinco jovens tinham filhos e uma estava grávida. Das jovens com filhos, quatro estavam com medidas não institucionais e uma internada em Centro Educativo. Em três das situações, a criança estava ao cuidado da jovem e nas restantes duas estava com medida de promoção e proteção (uma com guarda efetiva aos cuidados da avó e outra acolhida num Lar de Infância e Juventude).

A escola, a par da família e do grupo de pares, é um dos mais importantes contextos de socialização. E se o desempenho escolar, as aspirações académicas e a ligação à escola são fatores de integração, eles podem representar, também, os desencontros entre os modelos de ação propostos pela escola (cultura meritocrática, sucesso e competição) e os quotidianos de vida de alguns jovens. Um espaço de oportunidades que facilmente se transforma num contexto de risco para o desenvolvimento de comportamentos antissociais. Quando analisamos os percursos escolares das jovens em cumprimento de medida tutelar educativa, vemos como a ausência do papel sedutor da escola ganha forma.

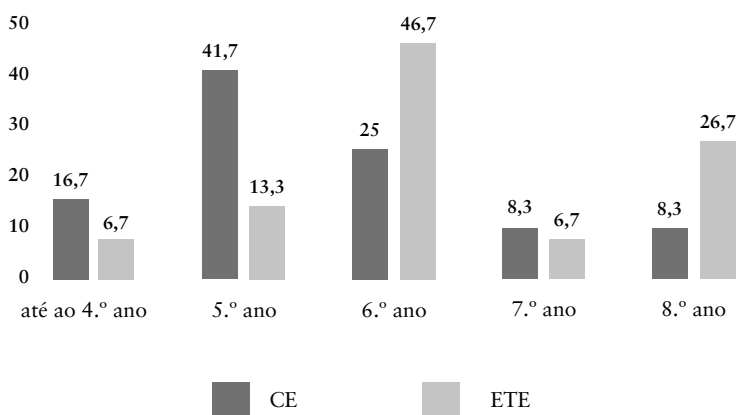
Atendendo à situação escolar identificada à data de início de execução das medidas, é possível organizar a informação em torno de duas principais questões: a escolaridade (último nível de ensino frequentado e completado) e o percurso escolar.

Relativamente à escolaridade (à data de início de execução das medidas), dezassete jovens (63%) tinham o 2.º Ciclo, sete (26%) o 3.º Ciclo e três (11%) o 1.º Ciclo. Cruzando o último nível de ensino frequentado com a idade das jovens à data da execução da medida, apercebemo-nos de que, em regra, as jovens apresentavam níveis de escolaridade baixos. Contudo, quando comparamos os grupos (ver Gráfico 5), são as jovens em Centro Educativo que manifestam níveis de escolaridade mais baixos.

No que se refere ao percurso escolar, e apesar de alguns estudos apontarem para o facto de esses percursos serem de maior sucesso para as raparigas, quando comparados com os dos rapazes (Leote de Carvalho, 2003: 118), estas jovens manifestavam, em regra, percursos de insucesso. O 2.º Ciclo parece surgir, neste contexto, como um obstáculo difícil de transpor e onde se intensificam as situações de absentismo, desmotivação e as consequentes reprovações, que são transversais aos dois grupos. Em onze dos casos, associam-se a este percurso problemas comportamentais em contexto escolar.

É no âmbito da medida que grande parte destas jovens “retorna” à escola. E aqui, pelas características inerentes às próprias medidas, este retorno teve diferentes expressões e sentidos. Para as jovens em Centro Educativo,

Gráfico 5
Escolaridade das jovens à data de início de execução da medida (%)



Fonte: Processos individuais das jovens, consultados entre setembro e novembro de 2008.

significou a frequência de Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação, para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos. Para as jovens com medidas na comunidade, os caminhos foram diferenciados. As que estavam integradas no ensino escolar (67%) optaram entre frequentar Cursos de Formação Profissional (60%) ou continuar no ensino regular (40%). As restantes ou não estavam integradas no ensino ou desistiram dos cursos de formação.

4.2 Dando um nome às protagonistas

Dos processos individuais analisados, foram realizadas dezanove entrevistas. Dez em Centro Educativo e nove nas Equipas Tutelares Educativas. A partir de uma pequena síntese das suas histórias de vida, também ela integrando elementos dos dossiês registados pelos técnicos de acompanhamento, pretende-se apresentar as protagonistas deste trabalho. Ainda que estes fragmentos sejam uma interação entre as suas vidas e o olhar da investigadora sob o seu mundo, pretende-se que as suas histórias, nos capítulos seguintes, apresentem as vivências experimentadas e refletidas de forma única, por cada uma. Para isso, e como forma garante do anonimato, escolheu-se um nome fictício para cada jovem. Será uma maneira de continuar a nomeá-las de modo personalizado, porque, quando o tempo fizer desaparecer da memória os seus nomes verdadeiros, ficarão sempre as suas histórias, que foram inesquecíveis. Quem foram, então, as jovens entrevistadas?

• *Joana, 15 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa num bairro social problemático. Tem o 5.º ano e o seu percurso escolar ficou marcado pelo absentismo escolar e mau comportamento. Provém de uma família multiproblemática, marcada pela relação conflituosa e violenta entre cônjuges, associada a hábitos de consumo de álcool por parte do pai. Ambos os progenitores apresentam dificuldades em lidar com o processo educativo dos filhos. Tem três irmãos e um deles está preso. Desde cedo (7 anos) manifestou comportamentos disruptivos e de desafio à figura da autoridade. Iniciou-se no consumo do haxixe aos 11 anos e no álcool aos 12 anos. Associação a grupo de pares conotado com a prática de comportamentos desviantes e consumo de estupefacientes. Passa por uma instituição da proteção e entra na justiça por crimes de ameaça, injúria e ofensas à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

• *Verónica, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa, residente no norte do país. Tem o 7.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo e abandono escolares. Proveniente de família reconstruída, faz parte de uma fratria de cinco irmãos com quem tem pouco relacionamento, com exceção do irmão mais velho que a inseriu no mundo das drogas. A mãe é uma figura submissa e sem capacidade de controlo parental. O pai é uma pessoa preocupada, mas pouco presente por motivos profissionais. O relacionamento familiar é pautado por alguma instabilidade; para tal contribuíram o percurso de toxicod dependência e conseqüente prisão do irmão mais velho e a vida de marginalidade adotada pela jovem, com frequentes fugas de casa por períodos longos, práticas de atos ilícitos e consumo de drogas. Passou por várias instituições da proteção, de onde fugia, e entra na justiça por crimes de roubo. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

• *Maria, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa, residente na Região de Lisboa, num bairro social problemático. Tem o 5.º ano e um percurso escolar pautado pelo insucesso e por repetidas retenções. É órfã de pai e mãe, ambos toxicod dependentes. Foi entregue à avó, logo após o nascimento, com quem vive em situação de precariedade. Desde que a avó adoeceu deu-se uma inversão de papéis. Vivências traumatizantes e precoces em termos de história de vida reativam, no quotidiano, sentimentos de abandono e rejeição, que culminam em episódios de automutilação e agressão. Consumos de drogas (haxixe e cocaína). Passa por uma instituição da proteção, onde agrava os seus comportamentos, e entra na justiça por crimes de dano qualificado e ofensas à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Eliana, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num bairro social problemático. 5.º ano com um percurso escolar marcado pelo absentismo, insucesso, retenções e problemas disciplinares. Reside com a mãe e faz parte de uma fratria de seis irmãos. Não tem contacto com o pai. A mãe apresenta dificuldades em lidar com o processo educativo da filha, que se integra num grupo de pares associado a práticas desviantes. Com eles mantém rotinas desajustadas, marcadas pela ausência de limites. Sem histórico de institucionalizações, mas com processos na Segurança Social e na CPCJ, entra na justiça por crimes de roubo em coautoria. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Isabel, 17 anos*, de nacionalidade guineense, residente na Região de Lisboa. Frequentou o 5.º ano sem aproveitamento e abandonou a escola. O agregado familiar é composto pela mãe e os três irmãos fruto de diferentes relacionamentos. Filha de mãe adolescente, durante parte da infância permaneceu a cargo da tia materna, que é uma figura de suporte emocional. Dificuldades de relacionamento com a mãe e com o seu companheiro, que resulta em fugas de casa. O ambiente familiar é irregular e ambivalente. A mãe demite-se da sua função parental e o padrasto assume uma atitude de rejeição. A jovem passou situações de fome, dormiu na rua e teve vivências de rua. Histórico de institucionalizações marcado por fugas sucessivas e comportamentos agressivos. Entra na justiça por crimes de ofensa à integridade física e roubo na forma tentada. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Elisabete, 14 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num bairro social problemático. Faz parte de uma fratria de nove irmãos, sendo seis uterinos, dois consanguíneos e um germano. Após a separação dos pais, a jovem tem circulado por diferentes agregados familiares: primeiro o da avó materna, depois o do progenitor, onde sofreu maus-tratos físicos por parte da madrastra, mais tarde o de uma tia/madrinha. A mãe reaproxima-se e é assumido um novo acordo de medida de apoio junto desta. A jovem começa a destabilizar e passa a entrar em conflito com os colegas da escola e a efetuar fugas da casa da mãe. Foi colocada numa instituição de proteção e entra na justiça por crime de roubo agravado e coautoria material de crimes de ameaça. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Anita, 17 anos*, de nacionalidade angolana com Autorização de Residência, residente na Região de Lisboa. Tem o 6.º ano. Abandonou a escola. O

agregado familiar é composto pela mãe, o padrasto e um irmão. O progenitor faleceu. Tem uma filha de dois anos. Entra na justiça por crime de furto, agressão e coação física. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Vera, 16 anos*, de nacionalidade guineense, residente na Região de Lisboa. Percurso escolar marcado pelo elevado absentismo e comportamentos agressivos, culminando em abandono. Separação precoce da figura materna. Viajou da Guiné para Portugal com o pai, com apenas 5 anos. Vivência precoce da morte do progenitor (12 anos), tendo permanecido no agregado com a madrasta e o irmão consanguíneo. Dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrasta. Aos 13/14 anos começou a ter problemas de comportamento, desafiando as regras familiares, e problemas em contexto escolar e social. Foi encaminhada para uma instituição de proteção. Acionou comportamentos disruptivos, agindo de forma agressiva, e desencadeou fugas. Entra na justiça por crime de prática em coautoria material de um crime de ofensas à integridade física qualificada e prática em coautoria material de roubo. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Mara, 15 anos*, de nacionalidade angolana, residente na Região de Lisboa. Tem o 5.º ano e um percurso escolar marcado por retenções e consequente abandono. O agregado familiar é constituído pela mãe, irmã e padrasto. O pai faleceu quando tinha 4 anos. Com 12 anos associa-se a um grupo de pares mais velho e de zonas problemáticas. Começa a manifestar comportamentos de risco, sem adequada supervisão por parte da mãe. Foi encaminhada para uma instituição de proteção. Continuou a manter uma atitude caracterizada pelo teste dos limites, pela dificuldade em aceitar normas e pelo cometimento de agressões físicas. Consumos de cocaína e haxixe. Entra na justiça por crimes de injúria e roubo em coautoria. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Cristina, 14 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana, residente na Região de Lisboa, num bairro social problemático. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, retenções, suspensões e comportamentos de grande agressividade. Quando nasceu, os pais estavam separados. Sempre viveu no agregado materno (mãe, padrasto e irmão), descrevendo-se uma dinâmica familiar equilibrada. Não há históricos de comportamentos problemáticos ao longo da infância. A mãe falece, vítima de doença, e os comportamentos problemáticos iniciam-se, com algumas vivências de rua. É encaminhada para uma instituição de proteção de onde

foge sucessivamente. Entra na justiça por crimes de roubo, abuso de confiança e ofensa à integridade física. Cumpre medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

- *Célia, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e abandonou a escola. Vive com os pais e com a irmã. Os pais são toxicodependentes, ambos frequentam programas de metadona. O pai mantém alguns comportamentos aditivos. A jovem viveu as consequências desta situação: instabilidade familiar e mudança de residência. Os avós maternos não residem no agregado, mas têm sido figuras importantes. Esteve grávida e fez um aborto, com 16 anos. A prática dos ilícitos foi feita maioritariamente em contexto de grupo. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de roubo em forma tentada e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

- *Fátima, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 4.º ano e um percurso escolar com sucessivas reprovações. Vive com a mãe, o padrasto, o irmão, a avô materna e uma tia com deficiência. O pai biológico está preso. Sempre foi uma criança dócil até passar para o 5.º ano, altura em que integra um grupo de pares problemático e começa a faltar às aulas. Sem registos de passagem por instituições, ou outros processos, entra na justiça por crime de agressão e roubo e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

- *Anabela, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa. Frequenta o 3.º Ciclo do ensino recorrente. Vive no agregado paterno com o pai, a madrasta e o irmão. A progenitora apresenta problemas de foro psiquiátrico, relacionado com consumos de álcool. Vive num agregado familiar cuja dinâmica é caracterizada pela afetividade entre os seus membros e pela capacidade do progenitor em exercer uma supervisão adequada; contudo a relação com a mãe pode ser um fator de desestabilização emocional. O grupo de amigos apresenta um estilo de vida normativo, ainda que se faça acompanhar, em algumas situações, por pares com estilo de vida desviante. Não tem registos de outros processos, entra na justiça por crime de roubo na forma consumada, roubo na forma tentada e agressões corporais. Cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

- *Marta, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa. Estudou até ao 8.º ano, altura em que ficou retida pela primeira vez por absentismo. Integra um agregado familiar disfuncional e conflituoso, com problemas relacionados com promiscuidade, toxicodependência agressões e negligência. Marta é a

terceira de uma fratria de seis, dos quais apenas um é seu irmão consanguíneo. Os outros são filhos de diversos relacionamentos da progenitora. Foi vítima, aos 6 anos, de abuso sexual por parte de um companheiro da mãe. Tem um filho de 4 anos, de pai incerto e um namorado heroinómano e agressivo. É consumidora de haxixe e protagoniza comportamentos autodestrutivos. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de tráfico de estupefacientes e cumpre uma medida tutelar de imposição de obrigações.

- *Sónia, 18 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo e pela reprovação, especificamente no 2.º Ciclo. Vive com os pais e dois irmãos. A nível económico, os pais encontram-se desempregados e vivem do RSI. Mantém uma relação difícil com a mãe e mais afetuosa e fácil com o pai. O percurso de vida tem sido marcado por alguma indisciplina, apresentando dificuldades no cumprimento de regras familiares, situação que se precipitou por influência do namorado, que os pais não aceitavam. Apresenta passagens por uma Instituição da proteção, a pedido dos pais, como forma de procurar alterar o seu comportamento. Engravidou e fez uma IVG. Na altura ainda era considerado crime, pelo qual cumpre a medida tutelar de imposição de obrigações. Com novo relacionamento amoroso, tem um filho de quatro meses. A estrutura familiar mantém-se instável e disfuncional na proteção e cuidados à jovem, situação que parece reforçar a imaturidade e impulsividade da mesma.

- *Ivone, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Tem o 6.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, sanções disciplinares e suspensões escolares. Vive com a irmã, o cunhado e dois sobrinhos. Os pais estão divorciados e ambos voltaram a casar. Após separação, houve maior contacto com o pai. Atualmente há maior proximidade com a mãe, que vive no mesmo bairro. Influenciada pelo namorado, de 30 anos e ex-recluso, adota comportamentos de desobediência, fuge de casa e envolve-se em práticas delinquentes. Integra uma casa de proteção de onde fuge, com outras jovens na mesma situação, e desenvolve comportamentos disruptivos. Entra na justiça por crime de roubo como autora material e cumpre uma medida tutelar de acompanhamento educativo.

- *Inês, 17 anos*, de nacionalidade portuguesa, origem africana. Tem o 7.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, fraco aproveitamento e retenções. Vive com a mãe, os irmãos, uma tia materna e uma sobrinha. O pai já faleceu. A dinâmica familiar é caracterizada pela existência de laços

afetivos, ainda que existam fragilidades no que concerne à supervisão educativa. A jovem tem um filho de mês e meio. Posiciona-se positivamente face ao atual comportamento de rebeldia e sente admiração pelos elementos da família que se encontram presos, sentindo-se identificada com as suas histórias de vida. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crime de furto e ofensas à integridade física e cumpre uma medida tutelar de acompanhamento educativo.

- *Teresa, 16 anos*, de nacionalidade guineense. Tem o 8.º ano e um percurso escolar marcado pelo absentismo, retenções e mau comportamento. Atualmente frequenta o 9.º ano numa outra escola. É uma aluna regular, com desempenho médio e competências escolares. Ao nível da dinâmica familiar, está a atravessar uma fase de alguma oposição – fuga de casa. Mantém uma relação difícil com o pai pelo seu autoritarismo. Com alguns processos relacionados com o seu comportamento agressivo e por ter sido identificada como pertencente a um grupo de raparigas que efetuavam assaltos na sua área de residência, entra na justiça pelo crime de ameaça agravada e cumpre uma medida tutelar de prestação de tarefas a favor da comunidade.

- *Luísa, 16 anos*, de nacionalidade portuguesa. Frequenta o 9.º ano e apresenta uma reprovação, por desadaptação escolar. O agregado da jovem é composto pela mãe, uma irmã gémea e um tio materno. Os pais separaram-se quando tinha 8 anos de idade e não valoriza negativamente esta separação. Mantém o contacto e o pai colabora na educação das filhas. A mãe é uma figura presente e protetora, mas apresenta algumas dificuldades na supervisão educativa. Sem registos de passagem por instituições, entra na justiça por crimes de perigo comum – detenção de arma branca – e cumpre uma medida tutelar de prestação de tarefas a favor da comunidade.

As vidas que foram desfilando na análise dos processos põem-nos a pensar o que fez estas jovens serem como são. Apesar das especificidades, as suas trajetórias dão-nos conta da existência de ‘nós’ de vida comuns que nos permitem perceber as deambulações entre as disposições duradouras que influenciam o espectro possível de escolhas e probabilidades e as transgressões que nos alertam para pequenos jogos de proximidade e afastamento que constituem a trama da vida destas jovens. É o que se propõe para o próximo capítulo.

Capítulo 5

Cenários interativos de vitimação e transgressão

O que é ser rapariga delinquente, concretamente? Felizmente não tenho nada além de sinais da complexidade de sua subjetividade. (...). É ser lobo mau no meio de capuchinhos vermelhos, mas também capuchinho vermelho entre lobos maus.¹

Fazendo emergir sentidos e significados através da construção narrativa e dando voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências, pretende-se, ao longo deste capítulo, apreender e analisar os cenários interativos onde se cruzam os seus percursos de vitimação e de transgressão. Numa primeira parte, procuramos recorrências dentro de esferas de vida específicas, que constituem os principais contextos socializadores das jovens, designadamente a família, a escola e o grupo de pares. Seguidamente, analisamos as experiências e os significados que a transgressão assume para as jovens.

5.1. A entrada das jovens no mundo da delinquência: 'nós' de vida comuns

Partilhando com Isabel Dias (2004) a ideia de que na pesquisa qualitativa não existe a melhor fórmula para analisar os dados, cabe ao investigador escolher o método de exposição da informação que mais se adegue à demonstração das relações implícitas nas questões da investigação. Este esforço, contudo, deve garantir que essa escolha permita aos leitores “ter acesso à multiplicidade de significados existentes” (*idem*: 267). Neste sentido, optou-se por ficar o mais perto possível da informação, procurando recorrências dentro de esferas de vida específicas que constituem os principais contextos socializadores das jovens: família, escola e grupo de pares. Dentro de cada uma destas esferas procurou-se captar dinâmicas, práticas e interações sociais, que enformam e dão vida às narrativas.

¹ Adaptado de Silveira (1999: 132, citado em Constantino, 2001: 158).

Sabemos como estes contextos estão interconectados e como várias situações de risco podem ser, simultaneamente, causa e consequência umas das outras. A partir daqui impõe-se considerar que estes riscos estão intrinsecamente relacionados com premissas desenvolvimentais que podem conduzir as raparigas à delinquência (Peters, 1998). A necessidade de sentir segurança física é desafiada pela pobreza, pelas vivências de rua, pela violência e pelo abuso de substâncias. A necessidade de sentir confiança, amor, respeito e relacionamentos positivos é afrontada pelo abandono, pelas disfunções familiares ou por comunicações pobres. A necessidade de modelos e de papéis femininos positivos, que desenvolvam identidades saudáveis, é posta em causa pelas mensagens sexistas e pela falta de apoio comunitário. A necessidade de segurança para explorar a sexualidade é desafiada pelo abuso sexual, pela exploração ou pelas mensagens negativas sobre a sexualidade feminina. A necessidade de pertença e de se sentir competente e necessária é ameaçada pelos laços familiares fracos, pelas influências negativas dos pares, pelo insucesso escolar e pela falta de autoestima (Chesney-Lind, 1997; Peters, 1998; Burman, Brown, Tisdall e Batchelor, 2000; Arnull e Eagle, 2009; Zahn *et al.*, 2010). Como referem Soares, Bill e Athayde (2005: 208):

A adolescência é mesmo uma época especialmente difícil da vida. Isso se aplica a todos. Mas é claro que tudo se complica e fica muito mais difícil quando às vicissitudes da idade somam-se problemas como a rejeição em casa, vivida à sombra do desemprego, do alcoolismo e da violência doméstica, e a rejeição fora de casa – a rejeição vivida em casa, por vezes, estende-se ao convívio com uma comunidade pouco acolhedora e se prolonga na escola, que não encanta, não atrai, não seduz o imaginário jovem e não valoriza seus alunos.

Tentando equilibrar a descrição com a interpretação, procura-se analisar os significados, ao mesmo tempo que se dá voz às interpretações das entrevistadas sobre as suas vivências e experiências.

5.1.1. O puzzle familiar: quando as peças faltam...

*Eu sempre sonhei em ter aquela coisa da família feliz,
mas na realidade as coisas não são bem assim...*

Se a família constitui um dos contextos de socialização mais importantes para o desenvolvimento dos jovens, os fatores e os processos com ela relacionados refletem-se no seu ajustamento. Vimos como os contextos familiares destas jovens são marcados por muitas transições, decomposições e recomposições e que a quase totalidade dos agregados familiares apresentavam,

no passado e/ou no presente, dinâmicas disfuncionais e modelos familiares pouco estáveis, relacionados com situações como o alcoolismo, a toxicodependência, a violência familiar e situações de pobreza, muitas vezes cumulativas entre si.

Se, como aponta a literatura, existe uma ligação mais forte das raparigas à família e esta ligação é um fator de proteção, quando esse laço é enfraquecido, as raparigas podem ficar mais vulneráveis a assumir comportamentos de risco que as podem conduzir à delinquência (Hill e Atkinson, 1988). A este respeito, e no que se refere ao contexto familiar, observaram-se dois aspetos principais nas narrativas das jovens: a vivência de repetidas ruturas nos vínculos afetivos e relacionais e a exposição a diferentes formas de maus-tratos. Razões que estiveram na origem das fugas de casa, da permanência na rua, da iniciação nos consumos de drogas e álcool e de uma sexualidade precoce, materializada em casos de promiscuidade sexual, prostituição e gravidez na adolescência.

A minha infância não foi propriamente fácil. Fácil é aquelas: vamos passear para o jardim, vamos brincar, dou-te isto, dou-te aquilo, dou-te aqueloutro... mas não, não foi bem assim... Tem momentos bons, tem outros menos bons. Passou-se... [Célia]. É deste modo que a maioria das jovens entrevistadas se exprime sobre a infância, sendo que são, normalmente, os fatores familiares que estão na origem deste sentimento.

Joana aponta para os conflitos familiares: *A minha infância foi má. Haviam muitas discussões em casa.* Ivone salienta a violência entre os pais: *Desde os seis anos que assistia a porradas do meu pai a bater na minha mãe.* Elisabete põe em relevo os maus-tratos que sofreu por parte da madrasta: *Dos 7 aos 10 anos o meu pai retirou-me da minha mãe e começaram os maus-tratos por parte da minha madrasta.* E Verónica menciona as fracas ligações com os pais: *Se eu sentisse carinho por parte deles [pais] como sentia pelo meu irmão!*

Igualmente importantes são os discursos que nos falam de perdas. Maria refere o falecimento dos pais como um acontecimento que lhe provoca grande angústia: *Os meus pais morreram. O meu pai morreu quando eu tinha 13 anos e a minha mãe quando tinha dois. Sempre vivi com a minha avó. Conversávamos muito sobre os meus pais. Ela dizia para eu ter calma, mas eu chorava muito.* O agravamento das condutas de Inês culmina com a morte do pai: *Com a morte dele senti mal...* A infância de Vera é marcada pela separação precoce da mãe aos cinco anos, a vivência da morte do pai aos 12 anos e as dificuldades de aceitação do novo companheiro da madrasta.

Marta e Célia mostram como a (con)vivência com a toxicodependência dos pais e a sua ausência física e emocional foi marcante nas suas vidas:

O meu pai era toxicodependente, morreu de overdose. A minha mãe já foi, deixou de ser, mas aquilo deve ter-lhe baralhado o sistema do tico e do teco. Eu tinha 6 anos quando ele morreu. (...). Vi-o poucas vezes e as vezes que o vi foi assim... a gente mora em frente de um monte e aquilo na altura ainda tinha as árvores e não sei quê, havia umas mantas e uma agulhas e eu andei pra lá a dormir (...). A minha mãe é muito desligada, (...) acomoda às situações, deixa-se 'tar (...).
[Marta]

Os meus pais, quando eu tinha mais ou menos 6 anos, estavam mesmo... agarrados², prontos! Depois, ele fazia com que faltasse coisas em casa para a gente... e já estava a ficar uma situação pesada. [Célia]

Anabela viveu a separação dos pais e o agravamento dos problemas psíquicos da mãe, endurecidos pelo consumo de álcool, dizendo: *Quando eu fui para a primária, a minha mãe começou-se a meter na bebida, e depois começou a dar umas confusões, a gente dava-se mal e depois discutíamos... havia montes de problemas, (...). Depois houve uma noite que ela já estava meia modos que enfim, eu cheguei a casa e comecei aos berros com ela, e ela disse – eu quero é que vás pra casa do teu pai, não sei quê não sei que mais... e eu fui.*

De todas as jovens entrevistadas, Luísa e Sónia foram as únicas a referir que tiveram uma infância feliz. Nas palavras de Luísa: *Melhor não podia ser, a minha avó deu-me a melhor infância que eu podia ter (...). Foi a minha avó que me criou desde pequenina. Ela foi a minha mãe até aos seis anos de idade. Depois, aos seis começou a escola... tinha escola cá ao pé da minha mãe, e vim viver com a minha mãe.* Sónia diz: *Tive uma infância feliz. Nunca tive razão de queixa dos meus pais. Até começar a andar com o meu ex, tinha tudo o que eu queria, dentro dos possíveis, fui feliz... não tenho razão de queixa.*

O discurso de Sónia conduz-nos a uma outra questão que é transversal às narrativas das jovens e que Teresa sintetiza de uma forma muito clara: *Até um período tudo correu bem, mas depois estragou-se de repente.* Sem desconsiderarem os acontecimentos da infância, uma vez que muitos deles são coincidentes, as jovens tendem a destacar determinados acontecimentos que marcam as suas vidas, normalmente na fase da adolescência, e que são vistos como o trampolim para as escolhas que passam a fazer.

² Dependentes de drogas.

Umam falam, especificamente, da influência dos namorados (*Comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe*, Ivone); da perda do pai e/ou da mãe (*Até aos 12 anos correu tudo bem, com a morte da minha mãe senti-me mal, não me apetecia fazer nada*, Cristina); das más companhias (*voltava para os 10 anos. Porque, se eu tivesse 10 anos, não ia para más companhias... foi quando comecei a fazer porcarias*, Isabel); do envolvimento no mundo das drogas (*A partir dos 10 anos comecei a andar com ele a vender droga*, Verónica); ou das transições habitacionais (*aos 10 anos saí do bairro, e a minha vida mudou para pior porque eu não queria*, Inês).

Outras, como Vera, falam da dificuldade da passagem da infância para a adolescência, mostrando como a entrada na adolescência pode ser difícil: *Em todas as fases há pontos positivos e pontos negativos, mas na infância só encontramos pontos positivos. A fase da adolescência está a ser mais difícil para mim. As coisas passaram a ser diferentes. Tudo mudou, tudo mudou. Não é só uma mudança pessoal, as jovens mudaram. O vestuário, a maneira de conviver... De repente eu dei um pulo, de repente as crianças com quem eu brincava às bonecas já têm filhos... e essas bonecas onde foram parar? Nem eu sei delas!!!... Tudo mudou!*

Mais do que a dificuldade da passagem, Vera fala-nos, também, das mudanças bruscas que estão a ocorrer na sua geração. Emergem raparigas com maior liberdade no espaço público, com *modos mais adultos*, mais estimuladas pelo consumo e mais autónomas em relação ao controlo familiar.

Eu senti-me traída pela minha mãe, pensei que ela se queria ver livre de mim e como ela já me tinha deixado (...) foi mais uma peça, como um puzzle!

Na vida destas jovens são comuns as histórias de abandonos vários, normalmente em idades precoces. Estes abandonos foram vividos distintamente por cada jovem, mas, no seu conjunto, possibilitam analisar os efeitos desse abandono nas suas trajetórias e escolhas. Da análise das narrativas foi possível discernir três principais tipos de abandono no contexto familiar.

O primeiro é o sentimento de abandono pela ausência de um dos progenitores (ou dos dois). Vimos, no capítulo anterior, que a maioria (63%) dos agregados familiares das jovens não conta com a presença de um dos progenitores biológicos e que os principais motivos apontados são o falecimento, a separação/divórcio e a detenção. Essa ausência tende a ser vivida com sentimentos que vão da tristeza e da revolta a um certo conformismo.

De todas as histórias, a de Maria é aquela que ilustra uma sucessão de abandonos “irrecuperáveis”. Órfã de pai e mãe, foi entregue à avó materna, logo após o nascimento, e lá permaneceu apesar da precariedade global. Nunca

conheceu a mãe e nunca esteve com o pai, que passou largos anos detido. A mãe faleceu quando ela tinha 2 anos e o pai quando tinha 13 anos, ambos seropositivos. Apesar de com a avó ter encontrado carinho e afeto, Maria revela vivências traumáticas e precoces em termos de história de vida, que reativam no quotidiano sentimentos de abandono e rejeição. A avó sofreu um AVC que a deixou acamada e, desde essa altura, os papéis inverteram-se, sendo Maria quem cuida da avó, acompanhando-a e tratando das tarefas domésticas.

Também Cristina e Inês nos contam como a morte de um dos progenitores pode despoletar a iniciação de comportamentos desviantes, associado a sentimentos de perda e solidão. A dinâmica familiar de Cristina sempre foi equilibrada até 2006, quando a mãe adoece e falece, altura em que surgem os comportamentos problemáticos: *Com a morte da minha mãe senti-me mal, não me apetecia fazer nada.* Inês, apesar de apresentar algumas condutas desviantes anteriores, mostra como a morte do pai agrava essa situação: *... Foi por isso que comecei a reagir desta maneira, assim com crimes; ficava mais calma, mais feliz, não sei...*

No conjunto das narrativas que nos contam histórias de separação dos pais, observa-se que após esta separação, e considerando que as jovens ficam, normalmente, com as mães, a relação dos pais com as filhas tende a tornar-se mais distante. Para umas, essa distância é física e emocional e transforma-se, paulatinamente, em conformismo e desinteresse; em situações mais extremas, torna-se completamente ausente dos seus discursos. Anita nunca fala da figura paterna e são os relatórios técnicos que dizem que ele faleceu. Cristina nunca pediu à mãe para conhecer o pai: *Eu nunca me interessei.* Quando nasceu, os pais já estavam separados e a mãe já tinha uma nova relação. O pai biológico de Fátima está preso há três anos, situação que desencadeou a separação entre os seus pais, e relativamente à ausência do pai Fátima diz: *Já estou habituada a isso. (...) desde bebé que não moro com ele. Antes mandava-me cartas, mas depois deixou de mandar. E eu respondia-lhe. Liga-me de vez em quando, mas é quando se lembra. Já estou habituada.*

Para outras, que mantêm contacto com o pai, os sentimentos de ausência não são menos reais. A falta de diálogo entre os pais de Joana, e a consequente necessidade em dividir a sua disponibilidade entre os dois, provoca-lhe dificuldades em gerir os seus sentimentos: *... É difícil eles estarem assim separados na mesma casa a dividirem tudo... Mas prefiro assim a que eles estejam separados. Porque depois eu não... Como é que eu hei de explicar... não sei por quem eu vou viver. Prefiro que eles estejam assim.* Ivone, após a separação dos pais, manteve um contacto regular com o pai, ainda que admita que a violência familiar, de que foi vítima indireta, desmoronou os

seus conceitos de família: *Desde os seis anos que assistia a porradas do meu pai a bater na minha mãe. (...) Tudo isto perturbou-me porque, sei lá, não estava à espera porque eu pensava que nós éramos uma família feliz (...). Os sonhos que eu tinha não eram sonhos, eram pesadelos. Eu hoje em dia ainda sonho que os meus pais ainda se vão juntar e, prontos, vamos ser felizes, (...) mas se for para voltar aos tempos de antes, prefiro que eles fiquem assim os dois. Ao menos não sofrem eles e não sofremos nós.*

Estas histórias de fronteira permitem-nos dar o salto para um outro tipo de abandono que é aquele em que a jovem se sente insegura na relação, não encontrando, nas figuras parentais, o equilíbrio emocional necessário para um desenvolvimento saudável. Os pais de Anabela separaram-se quando ela tinha um ano e só há cerca de dois anos é que ela integrou o agregado paterno, devido ao agravamento da situação de saúde da mãe que começou a apresentar hábitos de consumo de álcool. Os problemas da mãe e a transição para a casa do pai criaram, em Anabela, sentimentos ambivalentes. Incompatibiliza-se com a mãe, apesar de sentir a necessidade de a proteger e de estar ao lado dela, e não aceita a supervisão e a imposição de regras pelo pai: *A minha mãe criou-me até aos 13 anos, tudo aquilo que eu sou devo a ela! Não é agora o meu pai, depois de 13 anos, que vai chegar ao pé de mim e dizer, fazes isto assim... para ele... o perfeito de mim era eu ter a mentalidade de uma miúda de 10 anos... Mas ele não põe na cabeça que eu já não tenho essa idade, e que tenho outra maneira de pensar, e que tenho as minhas escolhas e as minhas decisões.*

Não raras vezes, estas situações surgem relacionadas com o facto de as jovens crescerem espalhadas por vários núcleos familiares. Quando os pais de Elisabete se separaram, ela ficou ao cuidado da avó materna e aos sete anos foi viver com o pai e com a companheira. Como resultado dos maus-tratos sofridos na casa do pai, é acionado um processo de promoção e proteção que entrega Elisabete aos cuidados da tia/madrinha. Entretanto a mãe reaproxima-se e é assumido um novo acordo de medida de apoio junto à mãe. Isabel tinha 8 anos quando a mãe estabeleceu outro relacionamento afetivo, a que estão associados episódios de alegados maus-tratos, que faziam Isabel refugiar-se na casa da tia materna, recusando regressar ao agregado familiar. Vera reside com a mãe, o padrasto e três irmãos, mas nem sempre foi assim. A sua infância é marcada pela separação precoce da mãe, quando viaja com o pai para a Guiné, aos 5 anos. Viveu a morte do progenitor, quando tinha 12 anos, tendo permanecido no agregado com a madrasta e o irmão consanguíneo até rejeitar o novo companheiro da madrasta.

A este tipo de vaivém familiar está associada a falta de uma convivência estruturada no tempo e no espaço. Não raras vezes fica implícito, nos

discursos das jovens, o estranhamento e a dificuldade de mais uma adaptação, de “passar na mão de um e de outro como bolinha de pingue-pongue” (Assis e Constantino, 2001: 81). Desilusões, revoltas e sofrimentos parecem ser a expressão destas transições.

O terceiro tipo de abandono surge quando, face à prática reiterada de maus-tratos, a criança/adolescente não encontra apoio na/da família, atingindo o seu núcleo fundamental de proteção, afeto e dependência. As palavras de Marta e de Elisabete exemplificam bem este sentimento:

Não tenho ninguém à minha volta. Não tenho apoio de ninguém. A minha mãe nunca acreditou em mim. [Marta]

... fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater, mas uma pessoa estranha, que conheciam há pouco tempo. [Elisabete]

E quando esses maus-tratos significam a experiência de abuso sexual, este sentimento é ainda mais intenso. *São marcas que ao fim de não sei quantos anos estão abertas, mas ‘tão lá na caixinha fechadas à chave... ninguém a abre* [Marta].

De todas as entrevistas, o caso de Marta é o único que, explicitamente, refere a prática de abuso sexual. Em outras duas situações, há apenas suspeita de que a prática tenha ocorrido, mas as jovens não quiseram falar sobre isso. A narrativa de Marta faz-nos perceber o quão desestruturadora essa prática pode ser nas trajetórias de vida e, mais ainda, quando o abuso acontece na família. Aos 6 anos, Marta foi vítima de abuso sexual por parte do companheiro da mãe, o que resultou na institucionalização dos seus irmãos mais novos. A revolta de Marta é visível em toda a sua narrativa. E esta revolta é causada não apenas pelo abuso em si, mas também pelo facto de a mãe não estar lá e não ter acreditado nela: *Eu tinha 6 anos quando isso aconteceu. Foram quatro anos dessa coisa toda (...). A minha mãe na altura, aquilo que me levou mais a consumir e a fumar e a dar-me com más companhias e coisas assim, foi o facto de essa situação ter acontecido. (...). E a minha mãe saía durante a noite, não sei p’ra fazer o quê e a gente ficava lá com o senhor sozinhos. E... aquilo que me levou ao consumo foi... a minha família não acreditou, e disseram-me: – Isso é mentira, tu ‘tás é mas é a chamar à tenção.* Negar o acontecimento e o apoio à filha foi a estratégia da mãe de Marta, que assumiu manter o companheiro abusador. Esta negação parece transferir-se para Marta: *Olho para o espelho e penso assim, foi um assunto que*

passou, esqueci, está ali guardado naquela gaveta... e ficou ali parado no tempo.

O abuso sexual tem sido identificado, pelos vários estudos, como um dos principais fatores de risco de delinquência nas raparigas. Todavia, a informação retirada das entrevistas não permite afirmar que o abuso sexual tenha mais impacto na criminalidade do que outras formas de abuso físico, psicológico e negligência.

Tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo...

A rutura da estrutura familiar e a privação afetiva e emocional³, resultante destes consecutivos abandonos, tornam-se fatores ativos na composição de um quadro de sofrimento e na dificuldade em estabelecer relacionamentos afetivos (ou no estabelecimento de relacionamentos desalinados). As consequências são diversas e, não raras vezes, cumulativas entre si.

A história de Maria é um exemplo de como, em consequência destes sentimentos, resultam impulsos agressivos voltados contra si mesma. O seu aspeto desprotegido e carente é subscrito pelo diagnóstico dos relatórios técnicos que a descrevem como uma jovem com um quadro grave de alterações de personalidade e comportamentos auto e hetero-agressivos como mecanismo de descarga emocional. *Estive internada no hospital durante duas semanas, porque me cortei com um prato.* A esta história de internamento juntam-se outros episódios: problemas gastrointestinais pela ingestão de champô e automutilação. Apesar de se ter destacado o caso de Maria, os problemas de saúde mental não deixam de pontilhar grande parte das histórias, quase sempre associados a processos de vitimação e a adoção de comportamentos de risco, particularmente os consumos problemáticos de substâncias lícitas e ilícitas.

Outra consequência é a fuga de casa e as subseqüentes vivências de rua. As razões que estão na base das fugas de casa são, maioritariamente, a falta de

³ Ainsworth (citado em Sá, 2001) propõe três tipos de privação emocional: “*Privação emocional por relações insuficientes*: quando a mãe, ainda que com esforço e boa vontade, não dá ou não consegue dar, no tempo e intensidade necessários, a presença, a atenção e o carinho de que a criança necessita (...). *Privação emocional por relações distorcidas*: quando a percepção que a mãe tem do filho e a conduta que assume perante ele vêm contaminadas por seus problemas pessoais, suas angústias, suas experiências passadas e suas frustrações (...) Incluem-se entre as relações distorcidas os casos de rejeição, hostilidade, indulgência excessiva, controle repressivo, falta de afecto, entre outros. *Privação emocional por relações descontínuas*: trata-se concretamente da interrupção da convivência mãe-filho por um intervalo de tempo que seja significativo para a criança. É a mãe que se ausenta da criança, ou para uma viagem mais longa ou por motivo de doença ou morte da mãe ou de separação do casal, ou por motivo de afastamento da própria criança, que passa a viver em outro lar ou em instituição. Há uma rutura real, concreta na relação mãe-filho” (pp. 14-15).

condições relacionais de inclusão na estrutura familiar (tentativas de se afastarem dos problemas familiares e de contornarem o excessivo rigor dos pais ou responsáveis). Como descreve Célia: *Tinha de arranjar uma maneira de pôr fim àquilo... E foi o que me veio à cabeça! Fugi... O ambiente em casa estava muito pesado... Não nasci para isto, tenho de me ir embora daqui. Fui-me embora.* A procura de divertimento é também uma razão recorrentemente explicitada. Teresa conta: *Nós era mais pelo convívio, pelo divertimento,* ou, como diz Mara: *Fugi de casa porque a minha mãe não me deixou ir a uma festa. Fugi outra vez e ela foi-me buscar com a polícia e levou-me para um colégio.* Este último discurso mostra o quão complexa pode ser esta trama. Fala das fugas, deixa em aberto as experiências transitórias despoletadas pela fuga e encaixa uma das principais consequências das fugas de casa: a entrada no sistema de promoção e proteção.

Fugir de casa foi uma realidade para a maioria das jovens. Um fugiram por pouco tempo, outras apresentaram ausências mais prolongadas, mas todas procuraram alternativas na esfera privada. Célia relata que, quando fugiu de casa, esteve a maior parte do tempo na casa de amigos: *Estive na casa de um amigo meu. Entretanto conheci uma rapariga, ficamos melhor amigas e eu fui viver para a casa dela. Fiquei um mês e tal na casa desse tal amigo e cinco meses na casa da minha amiga.* Tende a ser visível, nas trajetórias destas jovens, uma certa alternância entre a rua e outros espaços sem ser a rua, como a passagem intermitente pela casa de familiares, amigos e conhecidos. Nesse período, e por mais intensa que seja a experiência, procuram ir a casa, preferencialmente quando os pais não estão, ou são procuradas pela família, como nos conta Anita e Teresa:

Dormia fora de casa e ia a casa quando a minha mãe não estava. Eu já vivi na casa de uma amiga, a mãe não vivia lá e vivíamos muitas raparigas... Iam lá os nossos amigos... Estive a viver com elas um ano e tal e depois a minha mãe quis mandar-me para Angola e eu bazei. (...) Fui para Setúbal ficar lá uns tempos. As minhas amigas, algumas roubavam [eram quatro amigas], e depois havia outras que iam lá dormir apenas. As outras tinham família, às vezes as mães iam procurá-las. (...) [Anita]

Não ia à escola... Não ia a casa... 'Tava dias fora... Não fazíamos nada. (...) À noite já não voltávamos... Um iam a casa no horário que sabiam que os pais já 'tavam a trabalhar, coisa assim, tipo tomar banho e mudar de roupa... Outras nem isso. Quase que ia a casa quando supostamente sabia que a minha mãe não estava em casa... Mas depois como ela foi à polícia isso começou-se a complicar. [Teresa]

Não raras vezes, e como consequência da fuga, as jovens são conduzidas para instituições, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção. Aliás, a literatura tem sido unânime a demonstrar que as ausências de casa são um dos maiores fatores de risco que levam as raparigas a entrar nos Sistemas de Proteção (Bloom e Covington, 2001).

A história de Isabel conta com a passagem por vários Lares de Infância e Juventude. A primeira institucionalização dá-se aos 11 anos, onde esteve um ano e três meses por ter fugido do agregado familiar. Os motivos da primeira intervenção, descritos nos relatórios técnicos, foram as situações de abandono, negligência e maus-tratos físicos e psicológico que sofria em casa. Depois foi colocada num outro Lar, por mau comportamento na escola. Em 2003 foi transferida para um outro Lar, de onde fugia consecutivamente e onde punha em risco as outras crianças.

No caso de Ivone, foram as situações de desobediência, de fugas de casa e de convívio com o namorado mais velho e ex-recluso que levaram a mãe a efetuar uma queixa à CPCJ. Segundo os relatórios técnicos, foi aberto processo de Promoção e Proteção e assinado um acordo que Ivone não cumpriu. Este incumprimento fez com que o tribunal decretasse medida de acolhimento institucional. Esteve institucionalizada aproximadamente sete meses.

Os casos de Isabel e de Ivone personificam as duas formas de entrada nos sistemas de promoção e proteção, experienciadas pelas jovens com históricos de institucionalização em Lares: através de um processo mais formal, desencadeado por iniciativa da comunidade (Escola e CPCJ), ou através de processos iniciados por participação dos pais e de outros familiares.

Nessas intermitências que constituíram quer as fugas de casa, quer as fugas das instituições, as vivências de rua foram também uma realidade. Espaço amplo, livre, movimentado e cheio de desafios, a rua é vista como um lugar relacionado com o prazer e com o divertimento, como relata Vera: *A rua é mais livre, achamos que podemos fazer tudo o que queremos, é mais divertido.* Mas não deixa de ser percecionada, também, como um “espaço ambíguo onde rondam os perigos e onde é possível um sentimento de fruição de liberdade, de novidade e de aventura” (Constantino, 2001: 129).

Maria fugiu de casa durante um período de tempo, que não consegue precisar. Na rua, *passava o dia a fumar e a ir a discotecas nos dias em que não se pagava. Já fiquei em coma porque misturei bebida com haxixe e já experimentei cocaína. Fiquei mesmo mal. Quando andava na rua, sentia-me bem (...) mas ao mesmo tempo sentia medo que alguém pegasse em mim e me metesse num carro (...) e por isso andava sempre com o meu amigo, com quem viveu na rua. Voltou para casa porque estava farta desta vida.*

Célia, quando fugiu de casa, passou duas noites na rua na companhia de um rapaz, como explica: *Estivemos nas escadas de um prédio na primeira noite, e na segunda noite já foi mais luxuoso e estivemos num carro. (...) Depois de manhãzinha andamos às voltinhas a fazer tempo para a junta de freguesia abrir, que era para onde a gente íamos. Não tínhamos mais nada para fazer... fomos lá para os computadores. Ou então depois à noite juntava-se mais os grupos todos ali do bairro, punham-se a fumar... fumavam, uns bebiam, outros fumavam... uns dava para ficar fixe, e começavam na brincadeira, a outros davam-lhes vaípes, desapareciam e depois uma pessoa nunca mais os via e quando sabíamos – ei, foram apanhados.*

As experiências de rua também se fazem nas fugas que as jovens desencaideiam das instituições onde estão acolhidas. A história de Joana é exemplo do que encontramos em outras narrativas. Joana foi conduzida para um Lar de Infância e Juventude no seguimento de comportamentos de risco e absentismo escolar: *Aí também, apesar de estar fora do meu bairro, também fazia porcarias. A toda a hora estava de fuga, fumava muito, muito, muito... era uma vida muito má. Nós lá [no Lar X] tínhamos horário, mas às vezes dormíamos na rua... Era uma fase muito má (...).*

Eles [os pais] não têm culpa, mas têm...

As relações familiares surgem então marcadas por ambiguidades e contradições, em quatro principais aspetos: no demonstrar um ideal de proximidade familiar que é concomitante com a descrição de sentimentos negativos face a abusos de que foram vítimas diretas ou indiretas; no discurso de culpabilização e desculpabilização das famílias; na relação com as figuras educativas e na ligação com os irmãos. Vejamos cada um destes aspetos.

• Do ideal de proximidade familiar aos sentimentos negativos face aos abusos

As raparigas tendem a dar muita importância aos laços familiares, demonstrando grande lealdade às suas famílias, ainda que estas sejam, também, uma importante fonte de raiva, desapontamento e frustração, uma vez que falham numa das suas funções primárias, a função de proteção. As respostas a estes sentimentos ambivalentes são várias.

Isabel, por exemplo, tende a construir um discurso idealizado. A história contada pelos relatórios sociais e psicológicos tende a colidir com os relatos verbalizados por Isabel que idealiza quotidianos: *Durante o dia brincávamos e ríamos (em casa). A minha mãe trabalha, chegava cansada; projeta relacionamentos com as figuras parentais: a minha mãe ajuda-me sempre, e o meu pai telefona-me todos os dias, mas desde que tenho andado nos*

colégios... tem sido mais difícil. Tenho uma fotografia dele. Ele manda-me coisas; e mostra que os pais têm preocupação com ela: Tínhamos bom relacionamento. A minha mãe perguntava se eu ia à escola e eu dizia que sim para ela não ficar triste. Quando soube que vinha para o Centro Educativo, a minha mãe ficou mal. Ela não se quis mostrar, mas ela estava triste.

Marta, por outro lado, mostra como o sentimento de desamparo e abandono pela família é contraposto pelo ímpeto de proteção familiar: *Não tenho apoio de ninguém (...). Eu já cheguei a... partirem paus de vassoura nas costas para proteger os meus irmãos mais novos, eu fui violada para proteger os meus irmãos mais novos... Um monte de coisas aconteceram pra proteger aquela família.*

Esta ideia de proteção é manifestada também nos discursos de Elisabete e Anabela. Elisabete canaliza para as figuras da mãe e dos irmãos as forças que precisou de ter para suportar os maus-tratos de que foi vítima: *Se não fosse ela (a mãe) e os meus irmãos, eu não tinha aguentado metade do que passei.* Anabela, por sua vez, incompatibiliza-se com a mãe, mas sente a necessidade de a proteger e de estar ao lado dela: *Eu sei que ela precisa de mim, e às vezes sinto isso.*

Os sentimentos de revolta para com uma família que lhes falhou em aspetos tão importantes da sua vida – a proteção, o afeto, a presença, o interesse – e tão valorizados pelas jovens são igualmente característicos nas narrativas analisadas. Marta, enquanto vítima direta dessas ausências familiares, constrói a sua narrativa em torno desse sentimento de revolta. Sente-se revoltada com os pais, com os irmãos, com os abusos de que foi vítima. Célia, por sua vez, dirige a sua revolta para os pais. Fugiu de casa na sequência dos conflitos entre eles, dos quais era vítima indireta: *Lidar, lidava... Mas sentia, sei lá, não era revolta, mas era por aí.* Anabela expressa a sua revolta por se sentir incompreendida pelo pai: *Mas pra ele, ele nem se tenta pôr no meu lugar, ou pensar no que eu alguma vez senti, ou uma porcaria assim... pura e simplesmente acha que eu tenho a melhor vida do mundo... Se for preciso ainda me deita à cara aquilo que me dá...*

• (N)O processo de (des)culpabilização

Se talvez ele não tivesse agido daquela maneira, nem ela feito aquilo, (...) eu não tinha ido prali, eu não tinha saído... Eles não têm culpa, mas têm... eles têm indiretamente. Este posicionamento de Anabela ilustra, mais uma vez, os sentimentos ambivalentes das jovens em torno da sua família. Todos os diálogos, no que se refere a esta questão, expressam uma luta interna constante para compreender e justificar as atitudes dos pais (e/ou outros familiares).

Célia, apesar de não compreender a opção de vida dos pais pela toxicod dependência, procura justificar os seus comportamentos e escolhas dizendo: *Para a parte de eles terem começado a consumir acho que não há justificação (...). O facto de ela ter fugido, já estando a consumir, porque aquilo muda um bocado a cabeça da pessoa... e a relação deles... isso sim, eu justifico.*

Também Anabela se exprime através desta luta e tentativa de compreensão: *Eu compreendo ela [a mãe] ter começado a beber, eu compreendo, mas ao mesmo tempo não aceito; ou seja, dava-me mal com ela e discutia com ela, e havia montes de problemas por causa disso, mas eu no fundo sabia que ela, entre aspas, até tinha motivos para querer enfiar-se noutras coisas, 'tá a perceber?*

Esta necessidade de encontrar justificações e apontar causas para o comportamento dos pais ou outros familiares vai sendo recorrente, ainda que coexistente com esta ambivalência discursiva. As histórias de Elisabete e Marta são, a este respeito, exemplares.

Durante o período que esteve a viver com o pai e sofreu maus-tratos por parte da madrasta, Elisabete procurou não só desculpabilizar a ausência da mãe, como, em parte, justificar os maus-tratos de que era vítima: *Durante esse tempo todo não tive contacto com a minha mãe. A minha mãe não sabia onde ele vivia e por isso não me procurou. Ela [madrasta] batia-me constantemente. Mas a [Elisabete] de antigamente era muito rebelde. Não gostava de fazer nada.*

Marta, que nos conta uma história de vida em tom de revolta e decepção em torno da família, conta-nos, também, uma história de busca de explicações e de resposta aos acontecimentos negativos da sua vida: *Hoje em dia já entendo o porquê de tanta coisa que a minha avó nos fez a nós e o porquê de a minha mãe nos ter largado também...*

• *Mães presentes, pais ausentes e outros pendent*

Vimos no capítulo anterior que a configuração parental dominante é a que liga a jovem a um dos progenitores, preferencialmente a mãe. O pai tende a ser uma figura ausente no processo educativo das jovens (mesmo quando está presente fisicamente), mas nem por isso sai do universo simbólico destas famílias. Presente ou não, ele está sempre lá. E é em torno dessas sombras que as jovens também constroem as suas narrativas. Quando a ausência da figura paterna é precoce, principalmente por falecimento, parece haver uma tendência implícita para construir um ideal em torno do pai. Quando o pai está presente, as jovens deixam transparecer as conflitualidades, a rigidez relacional e a severidade educacional, como nos retrata Anabela: *O meu pai não me deixa sair de casa, não me deixa fazer nada, anda sempre em cima de mim, (...)*

uma pessoa não lhe faz nada e ele responde mal. A minha mãe, por exemplo, sempre foi de ligar às coisas que eu fazia, tinha boas notas e era capaz de me dar um beijinho; [ele] obriga-me a ter boas notas mas não liga nenhuma a isso. A figura da mãe é central e transversal a todas as narrativas. É relativamente a ela que expressam frustrações, desamparos e alegrias. E é em torno do não cumprimento das expectativas maternas que as jovens vivem e experienciam os seus fracassos. Anita considera que teve uma boa educação, *mas não soube aproveitar. A minha mãe é uma boa mãe, mas eu gostava de ir passear com as minhas amigas.* No mesmo sentido vai o discurso de Vera: *Devia ter ouvido mais a minha mãe quando ela dizia para ficar em casa e eu respondia: – Quero ir ter com as minhas amigas. Ela [mãe] deu-me muitos conselhos, mas eu não quis aproveitar.* Ou, como diz Joana, os pais *‘tiveram corretos na educação que nos deram, mas por vezes os filhos não ouvem. Foi o meu caso e o caso do meu irmão mais velho.* Mas a questão parece persistir: *Com a educação que a minha mãe me deu quem é que “preveu” que eu ia fazer isto? Nem sempre a educação ajuda, não é? Posso educar bem, mas... [Inês]. É às mães que pretendem “regressar”, para dar alguma felicidade e orgulho [Mara]. Como diz Elisabete: Entrei [no CE] com dois polícias, mas vou sair com a minha mãe.*

A este respeito, são comuns sentimentos ambivalentes de aproximação/afastamento, apoio/abandono, raiva/ternura. Sentimentos estes que são suportados, quase sempre, pela mesma razão, bem sintetizada por Mara: *Eu senti-me traída pela minha mãe, pensei que ela se queria ver livre de mim e como ela já me tinha deixado... foi mais uma peça, como um puzzle!*

Esta traição de que Mara fala não deixa de significar as ausências afetivas que estas jovens reclamam. Sentirem-se acarinhadas, desejadas e compreendidas pela mãe parece ser um elemento-chave na explicação destas posturas. Para Elisabete foi importante sentir que a mãe não a tinha esquecido: *Quando voltei para a casa da minha mãe, senti que não me esqueceram. Vi que continuava a ser a querida menina da minha mãe, mesmo tendo irmãos mais novos.* Sónia desejava que a mãe a compreendesse: *A minha mãe nem sempre foi muito compreensiva, nunca me senti à vontade para falar com a minha mãe, então eu fiz o meu próprio mundo.* Também Ivone canaliza as suas frustrações para a figura materna: *Antes, não obedecia à minha mãe, falava mal pà minha mãe... Dizia-lhe: – Ó pá, tu não sabes o que é melhor para mim; ó pá, não me chateies; ó pá, vai dar uma volta... E atirei-lhe com a porta na cara.*

A história de Inês, a este respeito, distancia-se um pouco do que encontramos nas outras narrativas. Se, como vimos, a relação com a mãe, mesmo que ambivalente, tende a ser central e marcada por processos de identificação,

Inês afasta-se do estereótipo da mulher, retratado nas figuras da mãe e das irmãs, e aproxima-se da rebeldia masculina do pai e do irmão: *Eu tinha mais a ver com o meu pai do que com a minha mãe. Ela é uma pessoa calma, humilde, meiga, carinhosa, é muito boa de mais. O meu pai não, eu tenho tudo a ver com o meu pai... Eu sou mais rebelde. (...) Eu e ele [irmão] somos duas pessoas dos quatro irmãos com problemas com a polícia. (...) As minhas irmãs são muitas boazinhas. Elas não são de experimentar... Elas são muito diferentes de mim.*

Novas relações se formam com a rutura do núcleo familiar original e metade das jovens relata a presença de novas figuras, como o padrasto/companheiro da mãe e a madrasta/companheira do pai. O desafeto tende a ser o sentimento mais comum nos seus relatos, expresso de formas e intensidades diferentes. Fátima gosta do padrasto e dá-se bem com ele, *mas pai é pai, né?* Outras apresentam dificuldades na aceitação dos novos companheiros e companheiras dos progenitores. Vera, porque na altura ainda decorria o luto pela perda do pai. Ivone, porque implicitamente deseja que os pais voltem a estar juntos e, por esse motivo, não empatiza nem com a nova companheira do pai, com a qual mantém pouco contacto, nem com o companheiro da mãe, com quem teria uma relação conflituosa: *Eu nunca fui c'a cara dele e... nunca o aceitei como padrasto, e descontrolei-me, muito mesmo.* Anabela briga com a madrasta devido aos sentimentos ambivalentes que mantém na relação com os pais.

Para outras jovens este desafeto está relacionado com experiências de agressões físicas, como nos contam as histórias já referidas de Elisabete e Marta. E para outras, a expressão da desafeição está na ausência desta figura das suas narrativas.

• *Relação com os irmãos: da identificação à proteção*

A relação dos pais com os filhos e a relação (protetora) das jovens com os irmãos não só são algo recorrente nos discursos, como são um assunto que, mais uma vez, demonstra a ambivalência discursiva destas jovens.

Verónica fala-nos de como considerava injusta a forma como o pai tratava o irmão e como isso pesou nas fugas de casa e no envolvimento em práticas transgressivas: *O meu pai não gostava muito do meu irmão porque ele não é filho dele. Dava-lhe muita porrada e assim, depois, eu e ele decidimos sair fora de casa porque eu também não aguentava ver o meu pai bater-lhe. Batia-lhe por estar lá em casa a dormir sem fazer nada. Se não lhe dão dinheiro ele arranja, não acho mal!*

Esta questão sugere uma curiosidade: quando as jovens têm irmãos com percursos transgressivos (normalmente são mais velhos), é com eles que se

identificam, sentem mais afinidades e proximidade, ainda que seja com os mais novos que elas mantêm mais relação e sentimentos de proteção, como veremos mais à frente.

Ao contrário da história de Verónica, que inicia o seu percurso desviante *pelas mãos do irmão*, os irmãos das outras jovens tendem a desaprovar as condutas das irmãs. Inês conta que a relação com o irmão *é fixe. Ele também não gosta do que eu faço. Ele tem 22 anos e trabalha...Ele diz para não fazer isso, porque agora tenho uma filha e ela segue os meus exemplos (...). Mas o meu irmão não é certinho! ... Eu e ele somos duas pessoas dos quatro irmãos com problemas com a polícia. Andava com o carro bêbado, ter assim... estupefacientes... ele consome!* Também o irmão mais velho de Joana *não é certinho* e, apesar de *ser apenas da parte do meu pai, eu gosto muito dele. Fazíamos muitas coisas... como hei de explicar... o meu irmão fuma, eu também fumo... Antes ele não aceitava que eu fumasse, mas agora estou aqui no colégio, já cresci mais... agora ele aceita.*

Contraditando os sentimentos de injustiça vividos por Verónica, Elisabete e Anabela falam-nos de como o tratamento preferencial relativamente aos irmãos, em regra não consanguíneos, é perturbador para elas. Elisabete explica: *Uma coisa que ainda penso... O meu pai dava muito mais atenção aos filhos da madrasta do que a mim... é o que eu penso. O meu pai não me dava ouvidos e então arranjei meios de chamar a atenção... na escola, pela agressão.* No caso de Anabela, o nascimento do irmão, ao mesmo tempo que foi um dos momentos mais felizes, significou igualmente alguma tensão: *Nasceu o meu irmão, o filho do meu pai, e comecei a ver algumas diferenças em relação às maneiras de ser e de tratar, não lhe sei explicar... O meu pai, se for preciso eu chego a casa, cumprimento, bom dia, boa tarde, qualquer coisa, ele comigo diz boa tarde e só me chama para comer. O meu irmão não, passa a vida a agarrar nele sempre a dar-lhe beijos e não sei quê.*

Vera, de uma forma um pouco diferente, dá-nos conta de que o nascimento do irmão roubou a atenção da mãe: *Senti que precisava de mais atenção e a minha mãe não me podia dar porque tinha o irmão que tinha acabado de nascer.* Mas introduz, também, uma questão que é muito interessante nas narrativas destas jovens: a relação de proteção, quase maternal, pelos irmãos mais novos: *Era menino, era como meu filho, mimava ele muito, comecei a compreender que não era apenas eu que precisava de atenção. (...) Ele chama-me de mãe.* O mesmo acontece com Joana: *Os meus irmãos pequenos, fui eu que os criei, era eu que os levava à escola, que os ia buscar... que fazia o jantar, às vezes.* Assim como descreve Joana, também Marta teve, desde cedo, responsabilidades parentais para com os irmãos: *Eu tinha oito*

anos quando comecei a ir buscar os meus irmãos à escola. Não tinha idade para isso. Se fosse mais velha, mas pronto. A minha mãe é muito desligada. Sabemos que esta responsabilização, extremada no processo de parentificação⁴, é relativamente comum, nomeadamente nos estratos socioeconómicos mais baixos (Alarcão, 2002: 332), por serem menores as oportunidades de organização das responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa, sobretudo quando os filhos são pequenos (Soares, Bill e Athayde, 2005). Além disso, é uma função atribuída, particularmente, às raparigas, fruto das próprias socializações de género. Neste sentido, e ainda que esta situação *de per si* não singularize os contextos de vida destas jovens, estes sentimentos de proteção que elas desenvolvem relativamente aos irmãos tendem a estar relacionados com as ausências físicas e/ou emocionais da figura materna, por razões de trabalho e/ou de desinteresse, e com ligações familiares frágeis.

Como resultado de todas as experiências, as raparigas tornam-se muito protetoras dos membros mais vulneráveis, de uma forma muito especial os irmãos e as avós, procurando prevenir outros abusos. Não raras vezes veem como sendo da sua responsabilidade pessoal evitar que outras pessoas se magoem e expressam sentimentos de culpa e revolta quando não conseguem proteger outros de um mesmo destino. Esta situação é claramente exposta por Marta quando fala dos seus irmãos:

O meu único irmão que eu tenho de sangue, que na escola tem 18, 19 e 20, e cá fora só faz é asneira. E fico assim um bocado chateada com ele, (...) é o que eu costumo dizer-lhes a eles: – Vocês têm sorte, têm sorte de estarem fechados e não terem a família por perto, mas têm sorte não terem a família toda a contar os trocozinhos ao final do mês para pagar os livros, a comida, a roupa... isto, aquilo. Os meus irmãos mais novos entenderam que têm a oportunidade de tirar *n* cursos que vão dar *n* de futuro (...) Agora o meu irmão, não consigo fazer nada dele. Entendo ele um bocado porque já lá estive... eu entendo, mas não percebo porque é que ele, se tem uma oportunidade tão boa, não a aproveita, não a agarra...

Aos sentimentos ambivalentes em torno das relações e das figuras familiares juntam-se outros aspetos importantes: a carência de limites intrafamiliares, a falta de supervisão e comunicação parentais e a ideia de que os quotidianos

⁴ O processo de parentificação acontece quando, em determinados momentos e ocasiões, são solicitadas às crianças/adolescentes funções parentais, levando a uma inversão de papéis. A criança vê-se como responsável por suprir as necessidades físicas e emocionais dos irmãos mais novos, mas também por dar suporte emocional ao pai ou à mãe (Alarcão, 2002).

são geridos pelas próprias jovens. *A minha mãe está sempre a trabalhar e o meu está sempre fora. A mãe vem tarde para casa e o meu pai vem para Portugal de quinze em quinze dias. O meu pai estava fora, a minha mãe estava a dormir. Eu ia para o quarto e às onze horas [da noite] iam-me buscar e voltava às quatro da manhã. E a minha mãe nem dava por isso* [Verónica]. As ausências retratadas no discurso de Verónica exigem, contudo, uma análise cuidada, que chame a atenção para a infraestrutura sociológica deste quadro. Se algumas histórias nos falam de negligência num cenário familiar desestruturado, as omissões nas competências parentais não se esgotam neste pressuposto e trazem outros à colação, como, por exemplo, as ausências motivadas pelo trabalho. Como refere Elisabete: *Uma mãe que está quatro horas com a filha não consegue dar tanta educação do que uma mãe que está o dia inteiro.* E quando regressa a casa, *chegava cansada*, diz Isabel. Quase todas as progenitoras trabalham em setores indiferenciados e pouco qualificados (em nada diferente da situação da figura paterna e/ou seu substituto). A maioria trabalha no setor das limpezas (empregadas domésticas, limpeza de escritórios e cafés), seguido da restauração e cozinha. Os relatórios técnicos apontam para horários, tendencialmente, extensos e instáveis.

A dificuldade na interiorização de limites e regras sociais é igualmente transversal e importante nos discursos destas jovens: *Ao princípio não aceitava as regras* [Joana]; *em muita verdade, para mim não havia regras* [Elisabete]; *sentia-me mais livre... também é por não ter regras... não gosto muito de regras* [Célia]. A falta de controlo sobre os seus comportamento e a ideia partilhada por Ivone de que: *a minha mãe já não tinha mão em mim*, estão relacionadas com esta postura desafiante face a figuras de autoridade (pais, professores e outros educadores) e de defrontar perigos (fugas de casa, experimentações e consumos de drogas, prática de crimes, práticas sexuais precoces, entre outros).

A relação com as regras parece ser um obstáculo nas trajetórias destas jovens, porque, se a ausência de limites abre portas para essas posturas desafiantes, o rigor excessivo e a rigidez familiar parecem surgir como um estímulo à procura de autonomias precoces. No caso das jovens com filhos, esta relação com as normas expressa-se de forma mais reflexiva e projeta-se na educação dos mesmos, como nos conta Sónia: *Acho que vou deixar ele [filho] ser um bocadinho mais livre. A minha mãe não deixava ir para festas... Não vou dizer com ele [que] deixe de andar ou não, só vou dar a minha opinião. (...) Vou deixar andar com os amigos dele, desde que não ande a consumir drogas... de resto...*

... Mas rapariga... é estar em casa, trabalhar, ser mãe...

Temos visto como a família é o espaço, por excelência, onde a criança aprende os valores da sua cultura, da sua classe social, mas também a construir-se como homem ou mulher. A este respeito, Vera tem uma visão muito interessante, corroborando a ideia de que a diferença entre rapazes e raparigas é normal, por ser normal a diferença de género: *Os rapazes têm tendência de fazer mais porcaria, como dizia a minha mãe; se fosse o meu irmão a estar aqui [Centro Educativo], ela não ficava muito surpreendida. É rapaz, é normal, eles começam a andar em grupos, nessa vida... mas rapariga... É muito feio, porque é estar em casa, trabalhar, ser mãe, e tu concordas? Eu concordo! Mas também há umas partes que só de pensar que o homem tem de trabalhar muito, tem de trabalhar na obra, arranjar dinheiro para a família... não é assim tão bom ser rapaz. Depois essa coisa de ter filhos... A mãe tem mais responsabilidade. Eles vão fazendo... agora para criar! Esta visão naturalizada de género estende-se às construções de ser mãe e pai. Segundo Marta, a mamã é aquela coisa do beijinho, do abraço, de mudar fralda... o pai é mais autoridade, impor a ordem.*

Nesta esteira, e no que se refere às regras do género, as jovens entrevistadas tendem a operar com conceções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que têm um papel-chave na modelação dos seus pontos de vista em torno das responsabilidades familiares, da escolha de parceiros, da forma como vivem a sexualidade e a afetividade e dos graus de maturidade.

Encontramos esta manutenção de papéis de género em quase todas as narrativas, mesmo naquelas que procuram estratégias de autonomia precoce e de independência, por exemplo, por meio da saída de casa. O cumprimento das responsabilidades familiares e/ou domésticas é uma preocupação transversal. Maria e Isabel demonstram como o tempo de rua tem de ser negociado, constantemente, com essas responsabilidades: *Fazia o jantar e dava à minha avó lá para as sete e tal e depois voltava para a rua [Maria]. Em casa, cozinhas... podias sair. Aqui [Centro Educativo] ficas sempre trancada [Isabel].* Joana destaca a preocupação constante com os irmãos, mesmo quando saía com os amigos: *Bebia muito, não ia à escola, mas estava sempre com a cabeça nos meus irmãos.*

Anita, apesar de ter fugido de casa, conta como as responsabilidades domésticas e a função de cuidadora estão sempre presentes: *Eu já vivi na casa de uma amiga... Arrumávamos a casa (...) cuidávamos da avó [da amiga]. Os vizinhos às vezes ficavam chateados porque nós púnhamos a música alta, fazíamos barulho, mas arrumávamos sempre a casa.* Esta preocupação em garantir cuidados está, também, bem retratada por Marta que, apesar de já não viver com a avó, diz: *Vou lá todos os dias. Vou ver com'é qu'ela está.*

Tratar dela, dar-lhe o pequeno-almoço. (...) Uma questão de consciência e acho que é meu dever... por muito mal que ela já me tenha feito...

Como sugere Silva (2010: 155) num estudo sobre itinerâncias juvenis e fragilidades sociais⁵, as raparigas surgem representadas, principalmente, num percurso-tipo marcado pelo género: os percursos encurralados. Elas “têm em comum o peso de responsabilidades familiares que as obriga a fazer cortes com mundos juvenis ou mundos escolares. (...) Conhecem empregos precários e inseguros e são recrutadas pelas famílias para actividades relacionadas com o cuidar”.

Além das responsabilidades familiares, que espelham essa menor autonomia e maior controlo da rapariga por parte da família, uma outra razão que leva a restringir a rapariga ao espaço doméstico é a de resguardá-la de usufruir da sua sexualidade, enquanto não tiver maturidade suficiente. Vera conta: *Eu gostava de estar com os rapazes, mas a minha mãe não me deixava. (...) A minha mãe descia do prédio e dizia logo – vem pra casa. Quando era com meninas, ela deixava. Elisabete completa a informação dizendo: As raparigas (...) estão muito mais fechadas em casa e os pais não as deixam sair. Cá fora pode engravidar... e por isso reservam mais as filhas dentro de casa. Eu sei que é isso. No meu prédio é assim.*

O namoro atinge níveis de comportamento que preocupam os pais, passando a ser um drama quando é encarado como proibido por razões de idade ou pelas suas consequências: más companhias, iniciação sexual precoce, gravidezes indesejadas e doenças.

Nem todas as jovens quiseram falar sobre os seus relacionamentos amorosos, mas todas assumiram as suas vivências sexuais em idades precoces. E são muito comuns os sentimentos de que já são adultas, e que isso as coloca numa posição diferente, como refere Anabela: *Prefiro ter atitudes mais adultas, não ter atitudes, como por exemplo têm algumas amigas minhas, que começa com um e acaba, daqui a uma semana já tem outro e acaba e depois vai ao Hi5 e: – Ai és a minha vida, és tudo para mim, e passado uma semana já acabaram e ficamos a olhar pr’áquilo (...). Tenho uma mentalidade diferente, mais de mulher [risos].*

Sabemos como a puberdade precoce tem sido apontada como um dos fatores de risco na sexualidade precoce e no desenvolvimento de comportamentos desviantes e delinquentes nas raparigas. *A minha mãe deu-me liberdade, educou-me, mas... muitas de nós já pensamos como adultos*, defende Elisabete. A este respeito, Vera mostra como a adolescência tem sido uma

⁵ Estudo etnográfico realizado entre 2005 e 2008 no Porto, do qual resultou a construção de percursos ideais-típicos protagonizados pelos/as jovens: os percursos errantes, encurralados, em suspensão, à bolina e para a autonomia.

fase difícil, *uma idade em que somos mais rebeldes. Hoje em dia as jovens de 12-13 anos já sabem mais do que os adultos. (...) Senti que já era uma adulta e que queria curtir a vida, que era responsável e que tudo dependia de mim, e que já não precisava da ajuda de ninguém, nem da minha mãe... e que era adulta.*

Antes gostava de brincar com nenucos e depois passei a gostar de brincar com o action man, o boneco dos homens... É mais rebelde!

Das dezanove jovens entrevistadas, cinco delas contam-nos histórias de gravidez e aborto. Anita, Inês, Marta e Sónia contam-nos histórias de gravidez na adolescência. Para nenhuma delas a gravidez foi planeada mas, para todas, foi um momento decisivo e de viragem.

Anita engravidou no período em que tinha fugido de casa e permanecia na casa de uma amiga. Ficou lá até aos quatro meses de gravidez. *Depois voltei para casa, comecei a ter de fazer as consultas, e vi que isto não era vida, estava farta. A filha não foi planeada, aconteceu! Mas a minha mãe apoiou e eu seguí em frente.* Também Inês explica que a filha *não foi pensada... aconteceu!!! (...) Posso dizer que foi acidente... ele estava de prisão domiciliária... depois ele disse que não vale a pena tirar... que se já tem um pode ter outro (...).* *Antes eu era sempre..., mas agora com o nascimento da minha filha tudo mudou. Tenho de pensar mais nela do que em mim.*

As próprias narrativas giram em torno deste acontecimento, como se houvesse um antes e um depois, associado à ideia de amadurecimento e de mudança interior após o nascimento do filho, como nos mostra, por exemplo, a história de Marta. Marta é mãe adolescente e engravidou com 14 anos. Não sabe quem é o pai porque na altura tinha tido relacionamento com vários rapazes. Mas, apesar de toda a situação inerente ao nascimento do filho, este acontecimento constitui, para Marta, um momento de transição e mudança de vida. A experiência de ter sido mãe *fez-me ver o mundo com outros olhos, se não fosse ele eu estaria noutra fase de toxicod dependência. É a luz da minha vida. (...) Preferi agarrar-me ao meu filho do que agarrar-me à droga.*

O apoio e o suporte emocional dos pais e/ou do namorado parecem ser um ingrediente importante na decisão de avançar ou interromper a gravidez, como nos desvendam as histórias de Sónia e Célia.

Sónia engravidada de um relacionamento não aceite pelos pais e decide interromper a gravidez em consequência da reação do namorado e por prever a reação dos pais. *Fui ter com o meu namorado, o atual na altura, contei-lhe e ele disse que não... Eu tinha 14 anos e ele tinha 17 e disse que não... que era muito novo e que se eu não abortasse que ia voltar para França. Eu, com*

medo que a minha mãe me metesse na rua e o meu pai, tomei uma decisão por mim própria. Entretanto, conheceu um outro rapaz, com quem tem um filho e explica que desta vez ele disse para eu ter, que ele queria o bebê. Que ele ia assumir e que não ia deixar faltar nada. (...) Ele também tem 25 anos e eu agora tenho 18. O meu pai logo que soube, ele ficou contente. A minha mãe ficou um bocadinho entre o sim e o não mas depois ficou contente.

Célia esteve grávida e fez um aborto aos 16 anos. Apesar de ter tido apoio, queria apoio noutro sentido... da minha mãe, do meu namorado. (...) Não no sentido de acabar com, mas no sentido de seguir (...) Não há criam-se, não há condições arranjam-se. (...) Não pensaram assim, pensaram logo de uma maneira mais fácil... (...) Eu percebo o ponto de vista dele, só queria que ele tivesse compreendido o meu.

Para qualquer uma destas histórias, a gravidez não fez parte de um projeto de vida, tornou-se numa realidade que as jovens têm de “gerir” e que se reflete nas perspetivas que elas têm para o futuro. Enquanto grande parte das outras jovens sonha em ter filhos, em casar ou viver junto, estas desenharam o seu futuro em torno da educação dos seus filhos. Anita diz que quer ser *uma boa mãe... ter juízo, estudar, trabalhar para poder comprar coisas para a minha filha*. Sónia deseja dar tudo ao filho, não lhe deixar faltar nada. *Inês queria que a minha filha crescesse bem, muito bem-educada. E saber tudo da vida. E ter orgulho de mim*. Marta idealiza acabar a escola, *arranjar um trabalhinho estável, arranjar estabilidade para mim e para o pequenino. Garantir um futuro a ele... sozinha... só eu e ele*.

No caso de Célia, a experiência de aborto transversaliza-se no seu discurso no que se refere à importância da maternidade na sua vida: *Eu quero ter filhos, eu já podia ter filhos... mas não, vou esperar um bocadinho mais, ter as coisas organizadas. Também não é justo estar a mandar uma criança ao mundo sem ter meios para aguentá-la cá. Se não corta-se o mal pela raiz... não é que seja fácil, fogo! Mais vale ser logo ao princípio do que fazer a criança estar a sofrer*.

A forma como as jovens encaram os relacionamentos amorosos e a própria sexualidade é influenciada pelas suas trajetórias de vida, experiências e contextos de sociabilidade. *Até tenho medo de namorar... não sabemos de onde vêm!!! De repente serem presos! Como lidar com isso? Não lhes vou perguntar: – Tu roubas? Ele não vai dizer!* [Vera]. Vejamos dois exemplos opostos desta premissa, ilustrativos da riqueza e diversidade de narrativas.

A história de Marta personifica o impacto que as experiências de vitimação, particularmente sexual, têm nas escolhas afetivas e sexuais das jovens. Aos 6 anos, Marta foi vítima de abuso sexual por parte do pai de um dos seus irmãos mais novos. *Foram quatro anos dessa coisa toda, quatro anos isso*

aconteceu todas as férias de verão, e em outras ocasiões quando me apanhava sozinha. E... aquilo que me levou ao consumo foi... a minha família não acreditou, e disseram-me: – Isso é mentira, tu ‘tás é mas é a chamar à atenção. Esta situação foi o despoletar de uma vida feita de desestruturas. Engravidei na fase do haxe e do álcool e das raves... e foi um dia um, um dia outro. Antes de engravidar, não havia sexualidade. Via como uma violação, como uma coisa assim. Comecei a encarar isso melhor depois de ter sido mãe e começado a encarar a vida com outros olhos.

A narrativa de Anabela, em oposição, relata comportamentos-tipo da fase da adolescência, no que se refere às relações amorosas: a romantização dos momentos, as primeiras experiências sexuais, a densidade e o drama emocional das decisões, as tentativas de contornar a vigilância parental. Anabela partilha a sua experiência:

Passsei por coisas que não sei se vou voltar a passar com outra pessoa, ou seja, como foi a pessoa que me marcou mais, com quem perdi a virgindade, etc., mas sem ser isso vivemos tantas coisas, por exemplo, quando a gente não tínhamos aulas e uma vez fomos de barco para a outra banda e outra vez fomos à foz... Essas coisas, esses momentos quando a gente se partia a rir, fazer cócegas um ao outro, ríamos do nada, passeávamos na praia. Agora tenho um novo namorado, vejo-o dois dias por semana [risos]. Às vezes levo-o lá até casa, mas se o meu pai o apanha lá... sei lá. Pronto... [risos] é complicado [risos]. Passamos o dia todo a mandar mensagens ou vamos à net. (...) Sou muito romântica, muito lamechas, identifico-me com tudo o que é músicas, choro quando me sinto triste... quando preciso de desabafar escrevo imenso.

5.1.2. A Escola: uma vitrina de insucessos

A minha mãe dizia: – Vai para a escola, não para as aulas!

E eu ia para a escola...

O discurso negativo sobre o contexto escolar é transversal nas narrativas das jovens que, como constatámos no capítulo anterior, manifestam percursos de insucesso, marcados pelo absentismo, pela desmotivação e pela consequente reprovação.

Mais do que não gostar da escola, que surge para as jovens como um lugar de encontros e sociabilidades, é com as aulas que elas não se identificam. *Gosto da escola, mas não das aulas* [Vera]. *Não gosto das matérias... não percebo nada daquilo* [Fátima]. *Não gosto de ficar assim fechada, a ouvir blá blá blá* [Célia].

Assim, se as razões subjacentes aos maus percursos escolares são várias, o não gostar de estudar surge como o principal motivo apontado pelas jovens. Assim como Maria que nos diz: *Ia à escola, de vez em quando... não gostava de estudar. Faltava e ia para ao pé dos meus amigos do bairro*, Cristina relata que: *Saía das aulas a meio, não aparecia na escola.... Não gosto de ir às aulas, é uma seca... Era bom que fosse menos tempo de aulas e mais tempo de intervalo*. As faltas são recorrentes e como diz Anabela: *Foi a falta de estudo, foi falta de interesse... não quis mesmo saber... pronto! (...). O nosso problema é sempre a escola... É sempre palhaçadas*, reafirma Ivone.

Menos expressivos, mas igualmente significativos, são os discursos que canalizam a culpa para os professores. Como mostra Inês, *só me dava mal com os professores... eles provocavam-me. Às vezes estava calada, arranjavam pretexto para eu me exaltar com eles! Por tudo e por nada... o que eu não fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar, o que eu fiz, ficam a reclamar, reclamar, reclamar... se eu faço queixam-se, se eu não faço queixam-se...*

Se o 2.º Ciclo parece surgir como um obstáculo difícil de transpor é porque nesta etapa se intensificam as reprovações, principalmente por absentismo. *Até ao 5.º nunca chumbei, quando cheguei ao quinto chumbei a primeira e no segundo 5.º comecei a faltar* [Fátima], *já fiquei três anos no 5.º ano* [Joana]; *comecei a chumbar por faltas* [Mara], são alguns exemplos que transversalizam os discursos das jovens e que, associados à falta de interesse, acabam por resultar no seu afastamento da escola. Fátima explica: *Fui chumbando sempre, depois não quis saber da escola, depois quis desistir. A minha mãe não me deixou, e eu faltava. Depois eu disse que ia desistir e ela disse – tá bem! Não ia ‘tar a comprar livros para eu não ir à escola*. E mesmo quando os pais fazem esforços para resolver a situação de insucesso escolar dos filhos, nem sempre se verifica uma mudança efetiva de comportamento, como é exemplo a história de Verónica. *O meu pai pagava uma senhora para me levar à escola*, e mesmo a mudança de escola não teve os resultados esperados, o que conduziu ao abandono escolar no 8.º ano.

Segundo Fonseca (2009: 318), estas jovens preenchem as “feminilidades de raparigas rebeldes que se constroem num maior distanciamento e desafectação da vida académica e que procuram investir em mundos de ‘experimentação’ (...), face à pressão para estar na escola e ao cinzentismo das aulas”.

Umaz vezes ficava em casa, outras vezes ia passear

As razões apontadas para o absentismo são várias, mas, em regra, organizam-se em torno do estar com os amigos e/ou namorados ou então ficar em casa. Eliana, quando não lhe apetecia ir à escola, *ficava em casa a dormir. A minha mãe estava a trabalhar. Os meus irmãos iam para a escola. Ficava*

sozinha em casa. Mara ia passear, ia fumar drogas, prontos! Comecei a faltar para estar com as minhas amigas. No caso de Sónia, o absentismo é justificado pelo início do namoro: *Comecei a faltar à escola, ia de manhã cedo para a casa dele, ia ter com ele.*

Uma outra razão que emerge da análise dos discursos é a ideia partilhada por Fátima: *Não gosto nada de pessoas mais novas do que eu, na escola e tudo, nunca gostei (...). Como as minhas turmas... como eram todos assim mais novos, não gostava. 'Tar numa turma com vinte e tal alunos e eu ser a mais velha! É complicado...* Apesar de não ter representatividade discursiva, esta reflexão aponta-nos para uma outra realidade que, possivelmente, é transversal a todas as jovens: o efeito da diferença de idade no crescente desinteresse que manifestam pela escola.

Em algumas situações, aos percursos escolares de insucesso associam-se problemas comportamentais e disciplinares, em contexto escolar, que resultam em suspensões e expulsões. Inês foi suspensa e depois expulsa porque *furtava, dentro da escola.* Marta diz: *A minha alcunha era o Bin Laden. Era maria rapaz, ainda sou assim, mais ou menos, mas prontos era a terrorista da escola.*

Se os discursos em torno do bom comportamento e do gosto pela escola são menos consensuais, é curioso notar que, em quase todos os casos, as jovens fazem referência ao facto de serem boas alunas, ainda que esta situação surja, para elas, como algo que sai do que se espera ser o seu comportamento. Joana dizia: *Eu era boa aluna, por acaso.* Verónica repetia: *Eu sempre fui preguiçosa. Levantar-me cedo, não conseguia, mas eu era boa aluna, por acaso.* E Sónia remata dizendo: *Tenho pena de não ter concluído o 9.º ano. Porque era uma aluna exemplar... apesar das faltas, tinha boas notas.* É recorrente considerarem que a escola é positiva e que sem ela o seu futuro fica mais comprometido: *O mercado de trabalho está uma porcaria, pronto! Mas se já com os estudos é complicado, sem eles é muito pior* [Anabela]. As justificações são sempre as mesmas: *Sei que é importante, mas não gosto* [Célia]. *Sei que é preciso, mas não gosto* [Fátima]. *A escola é bom para nós aprendermos. Deram-me muitas oportunidades, mas eu nunca quis aceitar. Eu ia à escola, mas era só para gozar os s'tores. Não queria aprender* [Isabel]. Como refere Bourdieu (1998a: 54), "... a miséria da relação com a escola (...) não faz apenas os destinos sociais, mas também as imagens que as pessoas para si fazem desse destino". Se a escola constitui um contexto fundamental na definição das posições e projetos dos jovens, ela parece surgir esbatida nas biografias e na construção identitária destas jovens. A escola vai sendo vivida mais do lado de fora.

5.1.3. As contexturas da amizade e do namoro: as influências e a experimentação do risco

Tudo nesta vida tem risco...

O desenvolvimento normal do/a adolescente envolve a necessidade de se tornar independente e autónomo da família, tendendo a associar-se mais aos seus pares, onde satisfazem as necessidades de formação identitária, de pertença e sociabilidade (Simões, 2007; Ferreira e Nelas, 2006). Abrindo novos horizontes e experimentando novos comportamentos, constroem espaços para a experimentação do risco, longe dos limites estabelecidos ou da proteção dada pelos pais.

No caso das jovens entrevistadas, esta experimentação do risco, muitas vezes normativa para os/as adolescentes, colocou-as em situação de risco. Nuns casos, para iniciar comportamentos problemáticos (consumo de substâncias, comportamentos sexuais precoces e promíscuos, prática de ilícitos, entre outros). Noutras situações, em que a prática destes comportamentos já era visível, arriscam consequências negativas para a saúde. Sabemos que muitos desses comportamentos são considerados de risco por ocorrerem num momento em que não era suposto terem lugar, e porque os estudos têm mostrado que, “se estes comportamentos ultrapassam a experimentação, isto é, se com o passar do tempo estes comportamentos são mantidos, encontra-se mais um sinal de possíveis problemas futuros” (Simões, 2007: 160).

Uma outra questão que também é transversal nos discursos das jovens, e tem sido apontada na literatura, é a perceção e avaliação do risco. São recorrentes expressões como a que Inês partilha connosco: *Mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido*. E os laivos de consciência associados aos potenciais perigos desses comportamentos parecem ser secundarizados em nome de experiências e vivências a curto prazo. Vera fala-nos no divertimento: *Achava que era divertido sair à noite... Era divertido curtir, gritar, correr, fazer coisas dos adultos (...)*. Inês aponta para a importância da experimentação e da adrenalina: *Se não experimentares, como é que vais saber? Tudo nesta vida tem risco... Por mim, faço por diversão... sim, diversão, adrenalina, quero ver o limite*. Célia destaca a compensação material: *Na altura nós dizíamos, não vamos fazer nada, mas se corresse bem vínhamos com os bolsos cheios... não perdíamos nada, só ganhávamos*. Enquanto Elisabete exalta compensações de índole mais emocional e simbólica: *O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... por mais louco que isso pareça*. Ou como retrata Marta, quando fala das suas experiências de consumo: *Vivia suspensa ali... sem pensar em nada, sem pensar nos outros, sem pensar em consequências... só pensava fazer aquilo e ficar ali e pronto*.

A associação a pares desviantes situa-se, para a maioria destas jovens, num acumular de riscos, relacionado com o número de contextos com os quais têm ligações negativas. Já falámos dos desligamentos familiares e escolares, mas não devemos descurar um cenário que triangula família, escola e amigos, que é o espaço do bairro.

A maioria das jovens (com exceção de dois casos) reside em zonas desfavorecidas do ponto de vista económico e social e partilha entre si as categorias sociais existentes em torno da ideia de bairro, como espaço social problemático, marginalizado e construído em torno de um estereótipo negativo:

Tinha muito mau ambiente. Tinha muita polícia por causa da droga [Maria];

É muito problemático, tiroteio, roubo de carros, muita confusão, muitos ciganos e pretos. Era tudo a matar, e ‘num sei quê’... [Joana]

... Ali tudo trancado em casa, não vejo ninguém na rua, tudo nos seus prédios, nas suas casas... As únicas pessoas que a gente tem na rua são ciganos e pretos... prontos... fico sempre com medo, vou ser assaltada, e prontos! É complicado. [Anabela]

É, a rua em si é calma... o bairro, nem por isso... Isso já não é muito calmo. O que, o que os jovens fazem torna com que a zona, torna-se uma zona um bocado violenta. (...) [Ivone]

Estas perceções surgem, contudo, associadas a sentimentos de pertença e identificação significativos, que Joana resume desta forma: ... *O meu bairro pode cair, mas é o meu bairro, cresci lá*. Esta identificação ajuda a explicar os constantes retornos (físicos e simbólicos) ao bairro, mesmo nos casos em que a mudança de residência levou algumas jovens para outros territórios, como nos relata Inês: *Comparado onde eu vivi, é calmo... Vivi no Bairro X... Quando estava lá, estávamos na rua principal, as pessoas a venderem droga. (...) Lá é mais melhor do que aqui. (...) Lá sinto-me mais à vontade do que aqui...*

Este processo de identificação não retira, porém, o peso que o “bairro” tem no discurso das jovens. Fátima diz: *É um bairro, mas gosto...* Inês põe em destaque esta ideia de que: *Bairro é bairro... nenhum bairro é certo, não tem pessoas certas*; Elisabete e Vera, por sua vez, chamam a atenção para os processos de rotulagem e marginalização das pessoas que vivem nos bairros sociais:

Se vêm parar aos Centros Educativos, ou estiveram em colégios anteriores ou em bairros sociais. [Elisabete]

... Além disso está mais sujeita a estas situações por ser pobre, por ser negra, por morar em zonas menos boas... Mas sim, são boatos... tudo boatos. Isto de que os pretos fazem, os bairros fazem... [Vera]

Célia conta como utiliza o rótulo do bairro para a prática do crime: *Eu gosto muito de fazer bluff, numa situação destas têm de acreditar... Olha que eu vivo num bairro bué de mau, tens de me dar as coisas, senão eu chamo as pessoas do meu bairro...*

O bairro, mais do que local de residência, é um espaço de socialização, de encontros e aprendizagens. O que a umas provoca adrenalina, a outras estimula medos, mas, para todas, o bairro é uma montra de disponíveis, em que tudo *está mesmo à porta* [Célia]. Esta ideia alimenta uma outra de carácter mais reflexivo: *Se eu continuasse aqui, ia continuar com as pessoas com que eu andava, isso ia-me prejudicar muito... Ia ter graves consequências... Não sei* [Teresa].

Segundo Fernandes (citado em Pereira, 2009: 172), “a deriva juvenil é um espaço-tempo intersticial, a recriação de uma outra cidade feita de ruas, de percursos, de esquinas (...) para aqueles que vivem o vazio das não-inscrições na escola, no mundo do trabalho, na família”.

Andava por lá... com os meus amigos... passávamos o dia sem fazer nada

É da escola que fogem e, associando-se ao seu grupo de amigos, andam por aí. *Eu dizia aos meus pais que ia para a escola, mas depois não ia. Ia para o centro comercial, ia ter com algumas amigas, que também não iam à escola... Andávamos por aí só... andar à toa... a ver as coisas* [Célia]. Para muitas jovens, este “andar por aí” significava também beber, consumir drogas com os amigos e praticar ilícitos.

A postura de rebeldia e de violência de Joana surge associada a um grupo de pares conotado com a prática de comportamentos desviantes e consumo de estupefacientes, com o qual se iniciou no consumo de haxixe, aos 11 anos, e no consumo de álcool aos 12 anos. Durante o dia *bebia muito, não ia à escola... bebia e fumava chamon⁶... andava por lá... com os meus amigos... (...)* Não nos cansávamos de não fazer nada.

Isabel conta que *durante o dia ia para a escola, mas não ia para as aulas, ia ao bairro, ia ter com eles [amigos] e depois era quando fazíamos porcarias,*

⁶ Cigarros com haxixe, charro, erva, ganza, haxe, maconha, entre outras, são as designações mais ou menos comuns para a Cannabis e seus derivados.

esperar pessoas de outras escolas para roubar, partir janelas e portas, roubar carros. Tínhamos sempre uma coisa para fazer. Às vezes ou eu ou uma amiga minha estávamos com os outros a fazer porcaria, mandávamos mensagem para eles virem ter connosco para fazer porcarias... Assim, mais ao final da tarde.

É sem dúvida com o grupo de pares que preenchem os seus quotidianos e fazem as primeiras experimentações. É com ele e/ou por ele que regresam ao bairro, onde moram ou moraram. É através dele(s) que incorporam uma identidade social e se distanciam dos outros grupos, como refere Célia: *Vamos lá definir, uma rapariga nova e era naquela de ver as coisas, experimentar as coisas, e depois ou uma pessoa se vai dar logo com pessoas de bem ou com pessoas de mal. Se tem o azar de se dar com pessoal de mal, pronto, está tudo estragado. Se temos a sorte de, nós chamamos-lhe de betinhos⁷, porque não queremos encarar a realidade, porque eles são atinados, têm as coisinhas todas certas e não sei quê, e nós não gostamos disso. Então vamos pegar com eles! Nós temos a nossa maneira de ser, mas eles também têm a maneira de ser... atinados! O que não é mau... se formos a ver bem, é bom para eles.*

Tendencialmente, integram-se em grupos alargados, de diferentes contextos (de infância, do bairro, da escola....) e constituídos por rapazes e raparigas. Todavia, e recorrentemente, as jovens entrevistadas mostram que as amizades se desenvolvem em grupos mais restritos, corroborando o discurso de Anabela: *Tenho amigos em vários sítios, tenho aqueles, mesmo, mesmo importantes, e depois tenho os conhecidos, mas importantes, tenho poucos, tenho pr'aí uns três ou quatro.*

A maior parte destas jovens integrava grupos de pares mais velhos. *Eu era a mais nova. Andava sempre com raparigas mais velhas [Mara]; são mais velhos do que eu... eu sou mais nova [Inês]; não gosto nada de pessoas mais novas do que eu. Estou habituada a mais velhos. Os mais novos não têm conversa nenhuma, não sei! [Fátima]* são alguns exemplos deste pressuposto.

É, normalmente, junto das raparigas que procuram companhia para ir a festas, passear na comunidade ou sair com rapazes, como refere Vera: *Andava com um grupo só de raparigas, e em vez de irmos à escola passávamos por outras zonas para conhecer rapazes e ir a festas, e para falar assim coisas de raparigas, como complementa Fátima.*

⁷ Betos/as são jovens certinhos, dependentes da família, que vão à escola e estudam, deitam-se cedo e vestem roupas de marca.

Às vezes sentia-me sozinha, e fui procurar amigas para me fazer companhia...

As relações de amizade são descritas, pela maioria das jovens, como uma coisa muito importante na sua vida, surgindo como fonte de apoio emocional e social, em grande parte compensador das destruturações e disfuncionalidades familiares. O grupo de pares torna-se o substituto afetivo de uma família que, no seu entendimento, negou-lhes o apoio de que necessitavam. Foi nos amigos que Cristina encontrou um apoio fundamental: *[eles] ajudaram-me a passar os maus momentos. Tinha tantos amigos, fogo! Ai, eu tinha muitos... eram grupos diferentes... passeávamos, divertíamos. Ou, como conta Vera: Nos momentos que estava com os amigos não pensava tanto nos problemas como quando estava sozinha em casa. A minha mãe não tinha tempo para mim e às vezes sentia-me sozinha, e eu fui procurar amigas para me fazer companhia (...) mas que me ajudaram a arejar a cabeça (...) e a melhor forma foi divertir!*

E quando fogem de casa é, normalmente, com as amigas que passam o tempo e é na casa das amigas que procuram abrigo. Sónia conta que começou a fugir de casa para poder estar com o namorado, mas *depois quando era para dormir ficava na casa de uma amiga*. Teresa, por sua vez, descreve o período que passou fora de casa e como a influência dos amigos é basililar, sobretudo se eles portarem modelos de liberdade que incitam à rutura familiar: *... Não fazíamos nada, ficávamos na rua... às vezes até íamos à escola, mas nunca entrávamos nas aulas sequer... Não íamos à primeira nem à segunda aula e decidíamos ir passear. E andávamos pelo Cacém. Éramos só raparigas. E fazíamos de tudo um pouco... tudo. Às vezes íamos a festas... não sei. Chegava à noite ou porque tínhamos uma festa aqui e que se eu for a casa não me vão deixar sair, assim também decidimos ficar todas juntas até à hora da festa... depois íamos. À noite já não voltávamos (...) Praticamente não dormimos essa semana. A única vez que dormimos foi na casa de uma das raparigas.*

Quer as vivências de rua, resultantes dos processos de fuga, quer a intensificação do percurso transgressivo de algumas jovens, tiveram como pano de fundo as amizades “levadas para” e/ou feitas nas instituições de promoção e proteção. Das jovens entrevistadas com histórico de institucionalização, todas descrevem episódios de fugas e, com exceção de Verónica, estas fugas eram protagonizadas por grupos de raparigas da instituição. Ivone conta-nos que: *Fugia do colégio quase todas as noites para ir para o Bairro Alto com as minhas amigas, aparecia no dia a seguir e pronto. No Bairro Alto...divertíamos, ficávamos lá a conviver, a dançar, mas depois íamos sempre à polícia, para nos levar à instituição... [risos]. Mas depois tínhamos*

consequências... ficávamos sem semanada e depois ficávamos de castigo. Mas reagíamos bem, porque no dia seguinte já estávamos a fazer porcaria [risos]. Compensar, não compensava, mas já era mesmo por gozo.

Mais do que fugir, Vera relata: *Participei em alguns roubos, agressões, principalmente quando fui para o Lar, fugia muitas vezes com as meninas de lá. Duas das amigas foram para o Lar... e vieram para aqui [Centro Educativo] comigo.* A história de Mara não é muito diferente. Segundo ela, arranjou novas amigas quando foi para o Lar e, com elas, *comecei a consumir algumas drogas, comecei a fugir, saltava o muro, agredia as pessoas... comecei a fazer porcaria.*

Metade das jovens que estão em Centro Educativo conhece-se. Os seus caminhos cruzaram-se na infância, no bairro, e juntas entraram nas instituições da promoção e proteção e da justiça. Vera mostrou-nos, no parágrafo acima, que foi com duas amigas para o Lar de Infância e Juventude e dali foram para o Centro Educativo. Eliana está com o mesmo processo que Joana: *Somos amigas desde pequenas.* Mara fez um assalto com uma jovem que também está no Centro Educativo. Não estamos perante um fenómeno com a dimensão retratada no estudo de Cunha (2002: 311), com mulheres reclusas, que, “provindo dos mesmos bairros, (...) chegam à prisão articuladas em teias de interconhecimento, combinando laços de parentesco, amizade e vizinhança”. Mas é possível sublinhar, no caso destas jovens, que as relações intramuros são também relações extramuros e, por isso, como diz Vera, há coisas em que vai pôr *uma vírgula, para depois continuar a escrever. Outras coisas vou pôr um ponto final, porque as coisas têm de mudar... mas não vou mudar tudo, tudo, tudo (...).* Nas amigas de mais tempo, ponho *uma vírgula.*

Essas miúdas, tu contas A, elas percebem X, depois do X faz o abecedário todo...

Apesar de ser com outras raparigas que as jovens mais se relacionam e até com quem mais se envolvem na transgressão, como analisaremos mais à frente, não deixam de ser curiosas as expressões negativas relativamente às pertenças e comportamentos de género, que emergem nos seus discursos.

Não consideram as raparigas confiáveis, preferindo a companhia de rapazes. Esta dificuldade relacional está muito bem descrita nos discursos de Vera, de Cristina e de Anita, todas com prática de ilícitos em coautoria com outras raparigas:

Eu gostava de estar com os rapazes, mas a minha mãe não me deixava. Gostava de estar com eles para ouvir a conversa deles... eles diziam... olha! Já comi

aquela dama... eu achava graça. Mas as meninas, quando estávamos juntas a conversar era sempre: porque esta isto, porque aquela aquilo... não gosto nada destas coisas. [Vera]

Eu penso que é mais fácil ser rapaz, as mulheres são muito intriguistas e acho que os rapazes arranjam menos confusão que as mulheres. As raparigas falam da vida das pessoas e isso gera muita confusão... Os rapazes já falam de carros, de motas e coisas assim... não gosto de confusão! Mas com os rapazes é preciso ter cuidado... porque são malandros. [risos] [Cristina]

... Tinha muitos amigos e parava no meio dos rapazes... e elas como são interesseiras vinham para o meu lado por causa dos rapazes. Não me juntava mais porque essas miúdas, tu contas A, elas percebem X, depois do X faz o abecedário todo, e vão inventando histórias, e isso para mim não dá. Os rapazes são fixes. As raparigas são muito cínicas e interesseiras... são invejosas. Isto é normal nas raparigas quando veem assim muitos rapazes. [Anita]

Esta dificuldade relacional é visível, também, no caso das jovens internadas em Centro Educativo, onde os conflitos são frequentes e as amizades marcadas por alguma fluidez e inconsistência. Segundo Elisabete, *há sempre confusão todos os dias, intrigas, por causa disto e daquilo... é assim nas casas das mulheres*. A mesma ideia é partilhada por Vera, que diz: *Estar aqui é muito chato porque eu não gosto de meninas... Ah!!! Casa de meninas!!! Tu não viu lá fora?... Fogo... as meninas são muito confusionistas, epá!!! Os rapazes são mais... Os monitores do outro lado dizem que os rapazes lutam, socos... mas estão amigos no dia seguinte. As raparigas dizem – eu não falo com aquela, aquela cheira mal. (...) Por isso casa de menina é sempre confusão. Por isso! Recorrentemente, associam os (amigos) rapazes a duas principais ideias: proteção e liberdade. No que se refere à proteção, Anita diz: *Eles são muito protetores. A mim ninguém me tocava, eles protegiam-me*. Uma ideia corroborada por Joana: *Eles são fixes, protegem-nos... vão saber tudo o que se passa, o que a gente fez e a gente não fez. Eu gosto deles*. Mesmo Verónica, contando uma história diferente, mostra como sentia essa proteção: *Quando o meu irmão foi preso, eu continuei com os amigos dele e com eles experimentei branca⁸ e fiquei viciada. Estava a morar na casa deles e eu era a menina mimada deles. Era droga para mim... no Natal trouxeram tudo só para mim. Nós íamos roubar carros, eles não me deixavam ir roubar com eles, ainda que eu quisesse ir com eles*.*

⁸ Cocaína.

Além da proteção, os rapazes têm mais liberdade e, por este motivo, como refere Vera, *numa parte eu gostava de ter nascido rapaz, ser rapaz ou então maria rapaz. Porque os rapazes têm mais liberdade; por exemplo, o meu irmão podia chegar mais tarde, enquanto eu às oito horas [da noite] já tinha de estar em casa. Depois o meu irmão não tinha de lavar a loiça e quem tinha de lavar era eu!!! Porque é que a minha mãe não me pariu rapaz?*

As raparigas que apresentam trajetórias mais sistemáticas de consumos de droga são aquelas que, em regra, se relacionam mais com grupos masculinos, normalmente mais velhos, e Marta procura explicar porquê: *A maior parte eram rapazes, porque as raparigas todas certinhas não se metem nisso. Na altura andava eu e uma amiga... eu via-a como alguém do mesmo sexo que eu, com quem eu posso falar... Os rapazes simplesmente era beber uns copos, jogar umas cartas, fumar umas ganzas e olhar para a televisão, mais nada...*

Nesta dificuldade relacional, a socialização de género parece assumir uma função crucial. *Ando mais com raparigas... se calhar por ser rapariga...!*, responde Cristina. *Menina deve ficar com menina e menino com menino*, retorque Vera ao normalizar as diferenças de género, como vimos anteriormente.

Acho que amigas são aquelas que nos avisam...

O grande investimento afetivo na amizade faz com que a falta de confiança entre as raparigas as torne mais vulneráveis, o que pode ajudar a explicar a ambiguidade discursiva em torno dos amigos. Se, por um lado, como descreve Luísa, *são muito importantes, porque eu não falo muito sobre mim à minha mãe, então, escolhemos os amigos para contar coisas*; por outro lado, são transfigurados em algo negativo: *Acho que amigas são aquelas que nos avisam*. Esta ideia de Mara dá corpo a um dos temas recorrentes entre as jovens – a falta de lealdade e a traição, que as deixa encolerizadas.

Por causa das suas experiências em relacionamentos abusivos, muitas destas jovens dizem que não confiam facilmente nas pessoas e sentem-se particularmente magoadas se alguém que elas deixam entrar nas suas vidas lhes falha. Descrevem, frequentemente, relacionamentos instáveis e intensos, caracterizados por um período inicial de intimidade e de aproximação, seguido de rejeição e depreciação. Há um sentimento de se tornar incapaz de confiar nos outros. Muitas delas dizem que sentem não ter muitas amigas. Anita não confia em ninguém: *Não confio em ninguém mesmo. Só tenho uma amiga, sempre nos apoiámos*. Para Sónia: *As amigades que eu tive foram todas falsas (...). Porque, quando a gente 'tá bem, todas são nossas amigas, mas na altura em qu'a gente 'tá mal, não nos ligam importância nenhuma. Quando*

‘tamos mal, aí vemos as verdadeiras amigas. Deixei as minhas amizades antigas, não tou com elas. Posso parar e falar um bocadinho com elas, mas não saio com elas, fico em casa com o meu filho.

A tentativa de se proteger de outros desapontamentos faz com que algumas jovens se isolem de forma deliberada, enfatizando a sua autodeterminação: *Eu não tinha grupo nenhum. Eu estava sozinha. Dava-me bem com rapazes e tinha algumas amigas... não, conhecidas... sempre fui muito independente* [Anita]. Ou levam a cabo ações protetoras, magoando os outros de forma deliberada. *O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti* [Elisabete].

Qualquer uma destas posições surge associada à crença de que, se permitires que alguém te desrespeite, serás deixada sem nada (Batchelor, 2009), como expressam as palavras de Cristina e Isabel:

se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas... (...) Se uma pessoa me responde mal eu respondo mal, se alguém me levanta a mão eu também levanto... Às vezes é a única forma de “sobreviver”! [Cristina]

Lá fora, tipo, ninguém vai gozar de nós... se prejudicam, nós prejudicamos também. [Isabel]

***Aqui dizem que somos influenciados,
mas nós só somos influenciados se nós quisermos***

A literatura tem vindo a apontar que, além dos/as amigos/as, o envolvimento criminal dos familiares e dos namorados/companheiros tem uma influência significativa nos percursos e nas escolhas das jovens raparigas. A análise dos dados das entrevistas, contudo, não permite concluir que familiares e namorados/companheiros influenciam mais do que os amigos.

Relativamente aos familiares, não se ignora a força das vivências que algumas jovens tiveram junto de pais toxicodependentes e traficantes de drogas, nem a identificação com os irmãos com percursos delitivos, nem tão-pouco as experiências de detenção de um dos progenitores. Claro que todos estes aspetos, juntamente com a idade das jovens entrevistadas, são favoráveis à aprendizagem subcultural. Mas, da análise das entrevistas, o que parece sobressair é o contacto e a aprendizagem com os amigos e a procura e gestão dos comportamentos de risco.

Verónica e Marta são as únicas em que fica clara esta relação entre o envolvimento criminal de familiares e as suas práticas desviantes, que, em ambos os casos, se materializou num percurso de consumos abusivos de drogas.

Verónica diz: *A partir dos 10 anos comecei a andar com ele [irmão] a vender droga.* Marta é envolvida no tráfico de drogas por uma das irmãs mais velhas, consumidora e traficante, e que, segundo os relatórios técnicos, utilizou Marta como correio para o tráfico.

Quanto aos relacionamentos amorosos, também não foi possível comprovar que é com o namorado ou o parceiro que elas se iniciam na prática infracional. Vimos atrás que, na maioria das jovens, a prática infracional foi cometida com outras raparigas, em contexto de grupo, sendo que, no que à transgressão diz respeito, as amizades parecem ter maior influência do que o namorado/companheiro.

Esta situação não afasta, contudo, o facto de estas jovens escolherem, frequentemente, parceiros com trajetórias delinquentes. O ex-companheiro de Inês e pai da sua filha *tem antecedentes criminais. (...) ele já ‘teve em prisão domiciliária, por furtos.* Ivone começou a namorar aos 13 anos com um rapaz mais velho e *que já ‘teve preso e, neste momento, está preso também. Foi ele a ir preso e fui eu a ir para o colégio no dia a seguir. Pra onde ia, se ele ia roubar carros eu ia-lhe fazer companhia, e foi isso também que me levou a ir para o colégio.* O namorado de Mara *também fazia porcarias, já foi traficante.* A história dos relacionamentos amorosos de Marta tem sido pausada pela instabilidade e desajustamento: *Eu engravidei na fase do haxe e do álcool... e foi um dia um, um dia outro... Aquele com quem ele é mais parecido é toxicodependente, é maluco da cabeça, é todas essas coisas. (...) Dei-lhe oportunidade, este ano, de ver o miúdo duas ou três vezes, ele apareceu lá bêbado e drogado e eu não... vai-te embora (...). Já tive mais dois namorados depois de o ter [o filho], um tinha 32 anos, foi uma pessoa que me prendeu, foi uma paixão, e que desapareceu de um momento para o outro porque era casado, tinha filhos e eu descobri isso assim um bocado, e pronto. O outro que eu estive, esteve em França, veio para cá, esteve preso lá, e começou a consumir outro tipo de drogas e eu... xauzinho, bye, bye... até à próxima.*

Esta escolha de parceiros com trajetórias delinquentes não deixa de estar relacionada com mudanças comportamentais, principalmente na relação com os pais, e com o início de práticas desviantes, como nos explicam Ivone e Sónia:

Comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe. (...) Pra onde ia, se ele ia roubar carros eu ia-lhe fazer companhia, e foi isso também que me levou a ir para o colégio. Ao princípio a minha mãe deu autorização para eu andar com ele, mas depois quando ele começou a fazer outra vez asneiras é que começaram a reagir mal. A dizer pra eu não andar mais com ele... mas eu por trás andava. Não obedecia...

estava mesmo... tapada [risos]. Ele ao princípio era tudo muito bonito, tudo muito lindo, mas depois começaram a meter-lhe coisas na cabeça... [Ivone]

Os meus pais não gostavam do rapaz que eu namorava porque o rapaz era agressivo comigo e essas coisas. (...) Queria estar com o meu ex e a minha mãe e o meu pai não me deixava... então comecei a fugir de casa pra poder estar com ele. (...) Comecei a fazer porcarias, a falar mal aos meus pais, a tratar mal os meus pais. Foi tudo por causa dele. [Sónia]

Nestas duas histórias destacam-se as tentativas de fugir à vigilância e à reprovação parentais, mesmo quando essa reprovação era relacionada com o esforço dos pais em proteger as filhas de relacionamentos abusivos.

Temos vindo a mostrar que o grupo de pares constitui um espaço relacional fundamental para estas jovens, e que a associação e a pertença a um grupo de pares que sustente crenças favoráveis ao desvio constituem uma fonte de influência para os seus membros. Mas a questão parece persistir e, mais do que discutir se são os amigos, os familiares ou os namorados que estão na base do desenvolvimento de comportamento transgressivos das jovens, é importante, também, perceber como é que elas se posicionam face à procura e/ou gestão dos comportamentos de risco.

Da análise das narrativas das jovens entrevistadas, foi possível discernir dois grandes discursos: o da identificação e o da pressão. Estes discursos não deixam, contudo, de compreender a dificuldade sentida em traçar as fronteiras que definem onde começa e acaba o comportamento por influência, principalmente devido à ação reflexiva que é constante na construção narrativa destas jovens, como nos mostra Isabel: *Vi os outros a fazerem e quis fazer também, quis-me armar em supermulher. Se fosse agora, não ia para más companhias... não mudava de amigos, mas se os visse a fazerem porcarias não fazia com eles.*

O primeiro discurso – o da identificação – apela a percursos que partem das suas próprias decisões, relacionados com a excitação e o prazer que retiram desse(s) comportamento(s). Ou seja, as jovens que se encaixam neste discurso (metade das entrevistadas) afastam-se da ideia de pressão dos pares, sugerindo que a decisão pelo caminho da transgressão, mesmo feito em contexto grupal, é, em última instância, das próprias. *Eu fui porque quis* [Anita] ou *fui eu que fui com a minha própria cabeça* [Cristina], são as expressões que melhor representam este pressuposto.

Fica subjacente, nos seus diálogos, a importância da experimentação, mas também a ideia de que as jovens assumem riscos pelo desejo de manter relacionamentos e por questões de identificação com o grupo. Inês, por exemplo,

sente uma grande admiração pelos elementos da família alargada que se encontram presos, sentindo-se identificada com as suas histórias de vida. Viver situações de risco é o que dá sentido à sua vida. Conta que começou a experimentar furtos e assaltos porque viu uma amiga a fazer *e quis experimentar, não é? Depois disso comecei a fazer, a fazer, fazer, fazer... foi para experimentar, para saber com'ê que é. (...) Eu sou assim, gosto de saber qual é o meu limite. Nesta vida ou morres, ou vais preso, ou foges! O meu objetivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último.*

A agencialidade que emerge do discurso é igualmente utilizada por Mara e Anita. *Andava porque quis. Eu via elas a divertirem-se em sítios que nunca tinha estado, então tinha curiosidade. Queria experimentar [Mara]. Ia a festas com as minhas amigas, comecei a entrar noutro mundo... o mundo da favela [Anita].*

Na esteira do que tem sido defendido por Miller (2001) e Batchelor (2009), não podemos descurar que as escolhas feitas pelas jovens são enquadradas por constrangimentos estruturais e circunstâncias sociais adversas que podem ser limitativas da sua própria agencialidade. Como vimos anteriormente, a opção por percursos e comportamentos de risco está relacionada com o número de contextos com os quais as jovens têm ligações negativas.

O segundo discurso, menos dominante, mas igualmente significativo, apoia-se na vulnerabilidade à pressão do grupo (*Sozinha não era capaz de o fazer. Não penso em voltar a falar com elas [Maria]*) ou na influência de drogas ou outras substâncias na ação (*Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada. Com 10€ só dava para comprar um paco⁹ de branca, mas não tinha 5€ para a heroína, e para isso comecei a entrar na prostituição [Verónica]*).

Relativamente à influência dos amigos, Teresa considera que as experiências que teve foram *mais pela influência. Não sei, talvez... dantes era mais influenciável. É mais naquela, por exemplo, num grupo de amigos em que todos fumam se um não fuma depois ele fica mal, depois: – Ah! tu não fumas és isto e aquilo, uma pessoa acaba por se sentir pressionada. E houve uns tempos que me senti pressionada.* Esta opinião é partilhada por Sónia: *Quando fugia ia ter com ele, fugia só para ir ter com ele. Foi tudo por causa dele.* Aliás, toda a sua história reflete este peso da influência do namorado no seu comportamento.

Em nenhuma destas situações se encaixa a história de Luísa, que apresenta um percurso normativo até ao momento em que a transgressão ocorre e se demarca deste posicionamento expresso nos discursos anteriormente relatados. A entrada de Luísa no sistema de justiça, por posse de arma

⁹ Pacote, dose.

branca, em nada se deveu à influência de pares, nem à pressão grupal, mas a questões situacionais e à reação a elas.

As experiências e os significados atribuídos à transgressão são variados. *Há pessoas que já nascem para aquilo. Uns roubam por necessidade, outros roubam porque sim* [Vera]. *Umhas porque são influenciadas, outras porque lhes está no sangue, outras porque têm pancadas* [Célia]. *Se calhar porque veem as pessoas que fazem coisas, tipos de crimes, e se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas* [Cristina]. São inúmeros os motivos que as jovens descortinam e, nos seus discursos, esses motivos não têm género, aliás, como aponta Elisabete: *Hoje em dia não há nada que um rapaz faça que uma rapariga não saiba fazer. As raparigas só não cometem tantos crimes como os rapazes porque são betas.*

5.2. As experiências e os significados da transgressão

5.2.1. No trilho da infração

Foi a cena do momento

No Capítulo 4 vimos que os ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo, e contra a integridade física são os mais expressivos, e que a presença das raparigas nos crimes contra a integridade física é significativa, a par do aumento da prática de roubos, que em si implica a utilização de violência. Mais do que dividir as jovens por tipo de ilícitos praticados, que a análise não aponta como significativa, são as motivações e as dinâmicas do seu comportamento que parecem surgir como pertinentes. À imagem do que tem sido apontado pela literatura mais recente (Batchelor, 2007, 2009), e ao contrário dos discursos (teóricos) dominantes, o comportamento das jovens, pelos vários percursos de violência, parece ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais ativa do risco, da experimentação e da busca de sensações euforizantes, relacionadas com o divertimento e a “adrenalina”.

Esta questão ajuda a compreender, em parte, a dose de imprevisibilidade que as jovens referem no que concerne à passagem ao ato. Segundo Joana: *Não foi combinado, nem nada... a gente dizia: vamos àquela! E íamos. Vamos àquela! E íamos. Assaltávamos as pessoas na rua.* Também Elisabete destaca a importância da decisão do momento: *Naquela noite nem pensámos em fazer nada daquilo, foi a cena do momento, deu-nos na cabeça e dissemos: vamos lá assaltar aquelas miúdas. Foi assim. A partir daí foram assaltos, agressões...*

Para a maioria, a ofensa não parece surgir como algo planejado, ou um fim em si mesmo, mas como um meio onde encontram divertimento, onde testam limites, onde expressam emoções e gerem sentimentos. Talvez por este motivo, fazem-no em grupo e, como vimos no ponto anterior, com o grupo de amigas. Apenas, pontualmente, a atividade criminal é descrita como uma atividade solitária. Célia conta que *houve uma vez que fiz sozinha. Depende da situação. Se for um grupo para um grupo está certo, mas se for um grupo para uma só ou para um só, aí também já é um bocadinho de cobardia (...). Quatro ou cinco quando é só uma rapariga, entra logo em choque, bloqueia ela e bloqueia-nos a nós...* Também Inês começou por influência de uma amiga, mas rapidamente começou sozinha *a fazer assaltos assim na rua, telemóvel, Mp3, Ipod. Depois fui, fiz um assalto, digamos fiz vários assaltos no vestuário, roupas, assim, em lojas e já me apanharam duas vezes...*

Se a passagem ao ato pode ter uma certa dose de imprevisibilidade, como vimos, a escolha das vítimas e a abordagem parecem ser mais criteriosas. Os discursos de Joana e Célia parecem ser bons exemplos desta questão. Segundo Joana, selecionam *os betos, o bom griffe*. Além dos betos, é visível, também, o que Artz (1998) chamou de “violência horizontal”, ou seja, as raparigas tendem a perpetrar violência junto de outras raparigas. A este respeito, Cristina diz: *São mais as raparigas que são assaltadas. Porque são alvo mais fraco... às vezes dão pena*. No mesmo sentido explica Célia: *Normalmente sempre foi mais aos da nossa idade, da nossa altura e raparigas, ou então miúdos pequenininhos*. Apesar de esta ser a prática, não deixa de considerar que acaba por ser um pouco *indiferente... rapazes ou raparigas vai dar ao mesmo... bloqueiam... uma rapariga assaltar um rapaz! É um bocadinho...* As expectativas de género parecem jogar, aqui, a seu favor. A abordagem também não é inocente e a finalidade passava quase sempre por pedir o telemóvel, o Mp3, o dinheiro ou a carteira. Célia descreve uma das suas abordagens: *Era sempre da mesma maneira, perguntávamos as horas, mas tínhamos de ter atenção àqueles que não tinham relógio no pulso, para tirar o telemóvel para ver... Tirávamos os telemóveis e começávamos a correr. Outras vezes era pedir para mandar uma mensagem, a gente fingia que estava a mandar uma mensagem e depois dizíamos: – O que é que queres? O telemóvel? Esquece! O telemóvel já não [risos]. A pessoa ficava abanada, é normal também.*

Se estes podem ser os objetivos e o *modus operandi* prevalectente, nem todas as posturas e discursos se identificam com esta racionalidade comportamental, assumindo papéis mais secundários e colocando-se numa posição de espectador. Para Anabela, os ilícitos foram uma casualidade em nada

premeditada. Conta que tinha saído de casa por ter discutido com a mãe e que ficou enredada na situação sem que para isso tenha contribuído:

Nessa noite a minha mãe começou a beber e não sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído, resultado... essa minha amiga 'tava lá e tentou assaltar duas raparigas, e eu estava com ela mais os outros. (...) ela pediu 1€, e elas disseram que não tinham, depois ela puxou o Mp3 e tirou-lhes os fones. Depois chamou-lhe estúpida ou atrasada, ou o que é que foi, e mandou-lhe um estalo, depois eu gritei: – O que 'tás a fazer e não sei quê (...) ? Eles começaram a correr e eu fui atrás. 'Tava sozinha com eles, e depois ela (...) pediu-me para guardar e eu era a única que tinha a mala e feita estúpida fiquei com o mp3. (...) mas depois até as raparigas disseram que não tinha feito nada. Se eu tivesse em casa, não me tinha acontecido nada disto!

Com o dinheiro ou com a venda/troca do resultado do roubo, as jovens normalmente compram *droga, digo chamon, coisas para nós, tipo roupas... Puma, Lacoste, Nike, Salsa e ténis de marca* [Joana]. A cultura do consumo incide diretamente sobre todas as jovens.

Acho que o que eu fiz não foi nada grave

Para lidarem com os impulsos de obediência às normas, as jovens procuram encontrar razões e justificações para o seu comportamento transgressivo, recorrendo ao que Sykes e Matza (in Becker, 1977) chamaram de “técnicas de neutralização”.

As justificações apontadas foram variadas, e retirando aquelas que estão relacionadas com os (dis)funcionamentos familiares e com a influência e pressão dos amigos, que abordámos nos pontos anteriores, podemos organizá-las em seis principais tipos:

A mais comum é a **desvalorização do ato e da nocividade do seu comportamento**. As jovens consideram que *não tinha nada de mal* [Célia] e que *não fazíamos assim coisas do outro mundo* [Teresa]; aliás, como refere Isabel, *são atos normais dos jovens da sua idade*. Esta desvalorização tende a acompanhar a ideia de que os seus atos não são graves, como descreve Eliana: *Acho que o que eu fiz não foi nada grave. Nem devia estar aqui. Ameaçar uma pessoa é grave? Ameacei com um pau. (...) Ameacei por ameaçar. A redução da significância dos seus atos é ainda maior quando os comparam com outras ofensas. Inês diz que há crimes e crimes... para mim roubar não é assim um crime. Matar alguém, assim, é um crime... não sei bem dizer, mas para mim não tem significado de crime*. No mesmo sentido vai a opinião de Célia: *Eu acho que, vendo bem as coisas, não foi assim uma coisa muito*

grave, porque há quem ande aí a matar e ande solto, quem ande aí a violar e está solto. Nós por roubar um telemóvel temos uma medida ... e quem anda aí a matar e a violar não tem medida nenhuma, anda de cabeça erguida se for preciso.

Associada a esta desvalorização do ato, Célia fala-nos, também, de uma certa desvalorização do ator, seja ele vítima ou agressor. Ou seja, o processo de desqualificação quer das vítimas, quer dos agressores é feito através de um mesmo processo – o de afastamento identitário: ... *Para já eu não passava o telemóvel para a mão de um estranho, isso era logo a primeira, porque acho um bocado de estupidez da parte... vamos lá ver... os assaltantes são estúpidos, mas os que são assaltados também são estúpidos, um bocado, porque passam os telemóveis assim, não dão luta, não dão nada! E depois ainda para mais na rua, há gente a passar, podiam gritar – aquela está a assaltar!* Quando os assaltados dão luta, Célia tende a afastar-se do estereótipo de agressor: *Um assaltante a sério nunca faria isto, ou seja, não mostraria condescendência pela vítima, nem utilizaria estratégias soft, como descreve: ... Nestas alturas mais vale não dar luta. Eu não falo por mim, (...) porque não seria o meu caso, mas se eu tivesse uma arma e se alguém me quisesse dar luta mesmo e eu me passasse da cabeça, assim de repente, lá vai o carmo... mas eu sei que há pessoas assim, prontos! Eu já não dou luta, mas foi mais conversa... eu gosto muito de fazer bluff (...) ou então era mais fazermo-nos nós de vítima (...).*

A esta incapacidade de dimensionar os efeitos que os seus atos provocam sobre outros, junta-se uma certa **inabilidade para determinar a consequência dos seus atos**. Eliana e Ivone falam-nos da vontade do momento e de uma certa incapacidade para refletir sobre os seus comportamentos. Eliana diz: *Apeteceu-me. Não pensei nas consequências.* E para Ivone: *Eu antes fazia tudo de cabeça quente, sem pensar.* Mara, Inês e Célia, por exemplo, falam do impulso da curiosidade, da experimentação, de *ver onde chegas, qual é o teu limite!* [Inês]. Para Marta e Verónica, esta incapacidade advém da dependência e do consumo de drogas. Marta relata que naqueles momentos não pensava se estava certo ou errado, *vivia suspensa ali... (...) sem pensar nos outros, sem pensar em consequências... só pensava fazer aquilo e ficar ali e pronto.* Já Verónica atribui as culpas do seu comportamento transgressivo às alucinações causadas pela dependência de droga e à necessidade de dinheiro para comprar drogas: *Bati numa vizinha minha para ter dinheiro [por causa das alucinações]. Ela não desmaiou, eu só lhe desfigurei esta parte toda [apontando para a cara]. Ela reconheceu-me. Outra vez, também, porque precisava de dinheiro, assaltei uma rapariga que eu conhecia e roubei-lhe o dinheiro todo.*

Ainda no esforço para compreender esta incapacidade para determinar as consequências dos seus atos, surgem os discursos construídos em torno da ideia de que se a primeira vez correu bem *a segunda também há de correr... não quer dizer que seja, mas no nosso pensamento é assim* [Célia]. Esta ideia transforma-se num mecanismo justificativo da continuidade da prática transgressiva. *Já tínhamos feito muitas vezes, e nunca tinha acontecido nada de mal*, replica Célia. Ou como descreve Inês: *de tantas coisas que eu fiz ainda não fui penalizada*. Aliás, não raras vezes, consideram que foram apanhadas por *estupidez*, como nos conta Célia e Marta:

A primeira correu bem, a segunda já não tanto. Também foi um bocadinho de estupidez nossa. Estávamos ali mesmo ao pé da esquadra, foi estupidez, mas pronto aconteceu. [Célia]

... Fui apanhada pela polícia com uma quantidade de haxe que não era para consumo. Fazia anos, comprei para me divertir e partilhar com as outras pessoas. (...) aquilo não era nada. Nós éramos seis pessoas dentro da casa abandonada e eu feita estúpida tinha a caixa dentro do bolso, tive *n* oportunidades para tirar o casaco... ou dizer que era de todos... mas... [Marta]

Outras explicações são direcionadas para a **passagem por Lares de Infância e Juventude**, sendo à instituição que tendem a atribuir as culpas dos seus comportamentos. *Fui para o Lar X por causa da escola e foi lá que fiz o roubo e vim parar ao Centro Educativo*, afirma Joana. *Participei em alguns roubos, agressões, principalmente quando fui para o Lar X*, refere Vera. Sabemos que nem todas as jovens passaram por instituições da promoção e proteção, mas, para as que passaram, os discursos sobre “o colégio” centram-se profusamente nas fugas e nas vivências de rua. Aliás consideram que a passagem pelo colégio piorou os seus comportamentos. Segundo Elisabete: *Eu já me portava mal, mas na rua eu chegava a casa e tinha quem me ‘desse de comer’, lá não, tinha muita mais liberdade, andávamos por onde queríamos. Os educadores não tinham mão (...)*. Joana vai mais longe: *Lá era uma casa muito triste. As miúdas ‘tão a sair de lá e ‘tão a vir todas para aqui [Centro Educativo]*.

Menos comuns, mas igualmente significativas são:

A “**condenação dos condenadores**”, mencionada por Anita e por Elisabete: *mas eu fui a única a ser condenada, é sempre, sempre o elo mais fraco!* [Anita]; *eu achei que foi por questões de racismo. (...). Paga o justo pelo pecador* [Elisabete].

As **explicações mais fatalistas**, que se orientam, ora pela ideia de um destino que parece já estar traçado, como refere Inês: *Nesta vida ou morres, ou vai*

preso, ou foges! ou Ivone: *aprendi a aceitar a vida como ela é, aprendi... posso morrer hoje ou amanhã, posso ir presa hoje ou amanhã. É normal; ora, por considerarem que uma pessoa com mais problemas tem mais probabilidade de fazer algo mal do que uma pessoa que não tem problemas... no fundo todos temos problemas, mas aquelas que têm problemas mais sérios... agem mais mal do que uma pessoa sem problemas, né!* [Célia].

E, por fim, a necessidade de serem **respeitadas**, ou seja, *se queremos ser respeitadas fazemos essas coisas... depois fazemos erros*, lembra Cristina. O comportamento agressivo às vezes é a única forma de sobreviver! [Cristina], e por isso é necessário não ceder e passar uma imagem de força, porque a qualquer altura as vítimas ou os pares ofensores podem tentar tirar vantagem disso. Mara conta que: *ver a miúda a chorar à minha frente, fiquei mal, mas queria fazer-me de forte e fui mantendo*. Marta, por sua vez, associa a força à natureza e à figura masculina e mostra como passar essa imagem é fundamental para obter respeito: *É a minha proteção, é o lado másculo a falar, o lado mais da força. (...) A figura masculina é importante para meter medo aos que não me conhecem. Eu sei e sinto que meto medo a muita gente (...). Porque já me viram à pancada com homens... não com miúdos da minha idade. E já viram que eu não saio magoada, quem sai são os outros. É a figura que eles constroem sobre mim, a partir daquilo que veem e daquilo que ouvem*.

A minha pena não foi justa

Todos estes mecanismos referidos anteriormente ajudam-nos a compreender os sentimentos de injustiça sentidos na aplicação das medidas tutelares educativas. A maioria partilha da opinião de Eliana: *A minha pena não foi justa*. E vão construindo as suas opiniões entrelaçando várias ideias.

Umás consideram que a medida foi dura e procuram encontrar justificações principalmente na ideia de que estão a cumprir por tudo o que já fizeram. Para Joana a medida é muito pesada, mas *se calhar ele [o juiz] achou que eu merecia. Tinha outras coisas para trás*. Inês faz um mesmo comentário: *Dois anos é muito para uma coisa que eu fiz... que eu faço. Acho que estou a cumprir por tudo o que já fiz!* Esta ideia de um percurso transgressivo longo e que vai além do que está registado levou Elisabete a exclamar: *Dois anos por causa de um processo... então quando vierem os outros vou morrer aqui... eu tenho mais onze processos*. Ou, como reflete Verónica, com um suspiro de alívio: *Aquilo que fiz dos 10 aos 15 anos pensava que ia levar cadeia. Mas vim para aqui [Centro Educativo]*.

Outras sentem-se injustiçadas por considerarem que tiveram um papel secundário na prática do ilícito. Vera relata: *Participei em alguns roubos,*

agressões (...) apesar da medida ser injusta. Afinal eu só fiquei a ver. Mas o juiz disse que tanto é ladrão quem rouba como quem fica a ver. Estou a pagar medida pelo que as outras fizeram. Não fiz mal a uma mosca. Também Célia considera que o que fizeram não foi grave: *Eu acho que não foi assim uma coisa muito grave (...). Nós por roubar um telemóvel temos uma medida. Daí acho que não está justo. Porque, antes de se preocuparem connosco, deviam preocupar-se com os mais graves.* Aliás, face a estes sentimentos, é comum considerarem que as medidas não são adequadas àquilo que fizeram: *Acho que por bater não é justo, há coisas piores. Um castigo, trabalho comunitário... agora todos os meses vir aqui!* [Fátima].

Apesar de a maioria das jovens considerar que a medida que lhe foi aplicada é injusta, pelas mais variadas razões, em regra consideram que esta constituiu um momento de viragem *para não continuar nesta vida* [Mara]. De forma diferente pensam Inês e Anita. Para Inês, a medida que lhe foi aplicada não tem qualquer significado: *Estou aqui por estar, por obrigação, porque se não fosse obrigada não estava aqui.* E Anita, apesar de aceitar a medida aplicada, explica: *Eu só estou aqui para obter a guarda da minha filha, porque se não fosse isso nem me viam cá. (...).*

Outras ainda falam das medidas injustas dentro da injustiça que é o sistema, e que a expressão de Anita resume de forma peculiar: *Quando metem o olho, como se diz, cada um com a sua sorte.* Também Elisabete expressa os seus sentimentos relativamente a esta questão dizendo: *... Senti-me com muita raiva dentro de mim. (...) Elas são as duas brancas e eu era a única preta lá no meio. Só me veio à cabeça que estão a cometer a maior injustiça da vida deles (...). Eu agarrei a jovem e ela é que apontou a navalha. Acho que é muito mais grave apontar uma butterfly do que agarrar.*

Além de uma “justiça” injusta, as jovens consideram também que a justiça é lenta, não é eficaz e interrompe as suas vidas. Segundo Sónia: *Na altura já estava melhor, só depois de uma pessoa estar melhor é que nos chamam para ir a tribunal e depois aí é que nos fazem os castigos... acho que deve ser na altura em que uma pessoa se está a portar mal... Vimos, no capítulo anterior, que o hiato temporal entre a data do primeiro ilícito praticado e conhecido e a data da decisão judicial, quer esteja em causa a aplicação de uma medida institucional ou não institucional, nunca é inferior a doze meses. Vera disse que ia esquecer, que ia dar a volta à minha vida, mas o tribunal não esquece, nem as pessoas ofendidas. E no momento que a nossa vida está a correr bem eles mandam-nos para aqui. (...). Quando estava tudo mal, não vim... agora que está tudo bem... vim para aqui. Senti-me mal com a vida.*

5.2.2. Refletindo sobre as coisas que fizemos...

Num estudo que tem como objeto os trajetos de raparigas a quem foram aplicadas medidas tutelares educativas, estas medidas assumem, de forma inevitável, um papel de destaque. “Estar aqui”, como referem recorrentemente, marca os seus discursos. É em torno deste acontecimento das suas vidas que constroem um antes e um depois, que põem vírgulas ou pontos finais nos seus trajetos, que refletem sobre as suas práticas, que fabricam arrependimentos e edificam presentes e futuros.

Agora que estou aqui, acho que me arrependo

Temos visto que as raparigas não são avessas ao risco e que a experimentação, o divertimento e as sensações de adrenalina fazem parte dos seus discursos quando falam das experiências transgressivas. Temos pesado a importância do processo de desvalorização dos seus comportamentos transgressivos, na justificação dos mesmos e como fator desencadeador de sentimentos de injustiça.

À normalização da agressão, associam-se os sentimentos de arrependimento, que assumem aqui duas principais expressões.

Por um lado, o arrependimento que surge no momento da prática transgressiva, e que habitualmente está relacionado com sentimentos de condescendência e preocupação com o outro. *Apertar uma pessoa... ver a miúda a chorar à minha frente, fiquei mal*, conta Mara. Ou, como explica Célia: *quando elas começavam a chorar, aí a minha mãe e não sei quê, a minha mãe vai-me bater por eu perder o telemóvel... eu ficava assim, e agora o que é que faço? Coitado! (...)* Às vezes acabava por desistir. *Pegava nas coisas e desatava a correr e, tipo, mudaste de ideias???* Pois... Por outro lado, encontramos construções funcionais de arrependimento que emergem do processo reflexivo iniciado com a aplicação da medida tutelar educativa e desenvolvido ao longo do tempo. Como refere Elisabete: *Penso na pessoa que foi assaltada... por vezes penso, mas na altura nenhuma de nós pensou, senão não estávamos aqui*. Ou, como verbaliza Eliana: *Agora que estou aqui [Centro Educativo], acho que me arrependo*.

Este arrependimento exprime-se, também, na ideia de que *foi tudo em vão*. [Sónia], que *não rende uma pessoa estar a fazer estas coisas. Nunca tem um final feliz. Acaba sempre mal. A verdade vem sempre ao de cima...* [Célia], pois, na realidade, *perde-se muito mais. (...)* *Ganhar não vejo ganhar muita coisa. Às vezes tem o seu certo gozo... mas não devemos arriscar muito* [Ivone].

Está implícita, nestes diálogos, a percepção da fatalidade dos mecanismos de punição, formais e informais.

Inês é das únicas jovens que, de forma aberta, exprime que não se sente mal com a prática de ilícitos, aliás diz: *Agora que estou mais acostumada, não sinto nada*. Mesmo assim, confessa: *Sei que não está correto, porque não gostava que fizessem isto comigo. Não sou boa pessoa por aquilo que faço, mas sinto-me boa pessoa*.

À medida que constroem narrativamente os sentimentos de arrependimento e a ideia de que se perde mais do que se ganha, misturam-se outras reflexões associadas à vergonha e à rotulação. Para Ivone, *perde-se a confiança de muita gente... as pessoas acabam por não falar connosco, sofremos uma certa discriminação*. Cristina refere: *Vamos na rua e alguém diz: Olha lá vai a rapariga que me assaltou! É uma vergonha!* De vergonha também nos fala Verónica: *Naquela altura eu achava bem, que era tudo bem, mas agora [...] como eu andei pela cidade! Até dá pena, até tenho vergonha! Se algum vizinho viu!*

Mudei três vezes: eu era boa, mudei para a segunda que já era má, e agora mudei outra vez...

O facto de todas estas jovens estarem a cumprir medidas tutelares educativas faz com que construam discursos que se organizam em torno de um antes e de um depois e, como diz Joana, *faz-nos refletir sobre as coisas que fizemos*. Apesar de a maioria das jovens se sentir injustiçada com a aplicação da medida, são principalmente as jovens internadas em Centro Educativo que nos falam das “vantagens” da medida na sua vida. Segundo Joana: *Acho que também há vantagem de ter vindo para o Centro Educativo; é que aprendi muitas coisas, acho que vou sair daqui uma senhora. Há males que vêm por bem. Antes eu era malcriada, não cumpria com as ordens dos meus pais, fumava, bebia, não respeitava as pessoas na rua. Mudei muito... muito tempo num Centro Educativo... acho que é assim!* O discurso de Joana, representativo da maioria das jovens internadas em Centro Educativo, dirige a nossa atenção para os efeitos do processo de ‘normalização’ a que as jovens estão sujeitas ao entrar ali. Por um lado, porque esta entrada implica romper com o meio e com os modos de vida habituais e, por outro, porque o Centro Educativo representa a ordem e a autoridade a que se obedece.

É em torno do excesso de regras que as jovens constroem as suas narrativas sobre a permanência no Centro Educativo. A este respeito, Cristina diz: *Sinto-me mal com tantas normas e regras.... Tudo o que faço tem uma regra... isto não é normal tantas regras... cruzes!* Às regras associam o estar fechado: *Não queria estar aqui, não sei! Vim para aqui, tem muitas regras. Em casa cozinhavas... podias sair. Aqui ficas sempre trancada. Só algumas vezes somos recompensadas, e, pelas asneiras de umas pagamos todas, não*

é justo! [Isabel]. A característica de instituição total que subjaz aos Centros Educativos faz com a gestão do dia a dia e dos relacionamentos entre as jovens e com os diferentes agentes educativos surja como uma grande dificuldade que elas tendem a assinalar. *Estamos a viver no mesmo teto 24 sobre 24 horas*, comenta Joana, havendo *sempre confusão todos os dias, intrigas, por causa disto e daquilo... é assim nas casas das mulheres* [Elisabete].

Se recordam o ingresso no Centro Educativo como um momento triste, marcado pela perda de autonomia, de liberdade, de vontades próprias, gradualmente vão apre(e)ndo essas “normalidades”. Mara, por exemplo, recorda que no início *senti-me mal... mas depois senti-me bem, porque permitiu-me fazer coisas que na rua não fazia, como estudar... mas agora já sei sorrir*.

Assim, se inicialmente as jovens tendem a reagir mal à medida – como expressa Elisabete: *ao princípio quando nos colocam aqui pensamos que não vamos fazer nada e que quando sairmos vamos partir tudo* –, quando confrontadas com a situação de internamento, (re)pensam estratégias de adaptação (Gonçalves, 2000). Mais conformistas ou mais conflituosas, Anita mostra como essas adaptações podem ser funcionais: *Eu sei-me conter. Eu posso estar contente aí, mas ninguém sabe o que está dentro*.

Longe do mundo “lá de fora”, a vida é colocada entre parênteses e, como diz Vera: *Quando cheguei aqui, pensei pôr um ponto final, mas depois pensei melhor e decidi pôr uma vírgula e continuar depois (com ainda mais juízo)*. A questão que se coloca (e que só estudos de *follow up* e de reincidência conseguiriam responder) é a de saber o que estas jovens escreverão depois dessa vírgula que constituiu a passagem pelo Centro Educativo. Segundo Pinheiro (2004: 146), “ tudo indica que ‘lá fora’ os problemas se mantêm e as referências identitárias passam a ser diferentes das do Centro”. Se a passagem pelo sistema de promoção e proteção parece tê-las “empurrado” para o sistema de justiça, fica em aberto se o sistema de justiça juvenil as “empurrará” para o sistema de justiça penal, como tem vindo a ser alertado em diferentes estudos, destacando aqui o trabalho de Matos (2008) que mostra que um terço das mulheres com menos de 21 anos detidas em prisões portuguesas tem, no seu percurso, contactos anteriores com o sistema de proteção e de justiça juvenil. Se com as jovens internadas em Centro Educativo se materializam as ruturas com os modos e hábitos de vida anteriores, isso não acontece, de forma tão expressiva, com as jovens em cumprimento de medidas na comunidade. Esta situação não afeta nem a construção dos sentimentos de injustiça relativamente à aplicação da medida – *há um monte de pessoas que fazem coisas bem piores do que eu e não têm de estar a vir aqui sempre* [Anabela] –, nem o processo reflexivo iniciado após a aplicação da medida: *a Ivone que era antes não é a Ivone de agora* [Ivone]; *Acho que fui uma má filha, mas estou a mudar*.

*Acho que devemos sempre aprender com os erros [Sónia]. Ambos os processos são transversais a todas as jovens com medidas tutelares educativas. As grandes diferenças encontradas entre estes dois grupos são sobretudo duas. Por um lado, a aplicação das medidas não institucionais é mais afetada pelas transições que ocorrem nos percursos de vida das jovens e, caso estas não se identifiquem com a medida, são mais frequentes as ausências, as interrupções e os pequenos incumprimentos. Célia, por exemplo, no âmbito da medida tutelar, retomou a escola para a frequência de um curso de Formação Profissional; entretanto abandonou o curso por ter dificuldade em acordar cedo para apanhar os transportes públicos e em sair do bairro (contam os relatos técnicos). Outra história é contada por Sónia. Cumprindo uma medida de imposição de obrigações, Sónia não se identifica com algumas das obrigações a que foi sujeita e diz que: *Andar num psicólogo para mim não dá, porque eu não me sinto à vontade com o psicólogo, para mim falar com um psicólogo é a mesma coisa que falar com ninguém. O curso, cumpri dois meses e meio, mas depois fui para a Bélgica, depois fui-me inscrever outra vez no curso para poder cumprir o que me fizeram cumprir...**

Por outro lado, a verbalização dos efeitos da “normalização” pretendida é menos comum nas jovens em cumprimento de medidas não institucionais. Inês, por exemplo, recusa e rejeita a medida: *Para mim estar aqui não tem significado... (...) Não gosto de cumprir regras, não gosto de ser obrigada a uma coisa, de ser obrigada a estar cá. (...) Isso não ajuda nada. Piora... não saio daqui contente... saio daqui zangada.* Célia, apesar de aceitar a medida, não lhe confere reconhecimento, ou seja, *não foi pela medida que deixei de praticar estas coisas, foi porque realmente acho que não vale a pena (...). A medida ajudou, no meu caso ajudou, mas conheço casos em que eram várias medidas e continuam na mesma. Não é uma medida que vai mudar a pessoa, apenas pode ajudar, dar assim um abanão.*

Qualquer uma das jovens a cumprir medidas não institucionais acrescenta às suas narrativas outras preocupações e desafios de quem “ficou cá fora”, (con)vivendo nas mesmas condições estruturais e nos mesmos cenários socializadores, procurando estratégias num horizonte desprovido de projetos viáveis e aberto a inserções precárias e instáveis. Vejamos algumas histórias. Fátima conta que *entre a escola e o trabalho, optei por trabalhar... comecei num cabeleireiro. Quando saí da escola, fui para lá trabalhar. Depois fechou e eu procurei num loja de telemóveis, mas era muito longe e eu desisti, depois encontrei numa loja de revistas.* A opção pelo trabalho não surge, para Fátima, como uma opção de investimento e crescimento profissional, mas como um meio *para comprar as minhas coisas, ter dinheiro para sair quando quero, querer uns ténis e poder comprar.* Esta situação, associada

ao desinvestimento escolar, coloca Fátima numa situação de maior vulnerabilidade e fragilidade sociais. À data do estudo, estava desocupada e com dificuldades de integração escolar, associadas a uma baixíssima motivação: *Se tiver de ir para a escola, tem de ser, pelo menos para fazer o quinto, depois o sexto penso que é mais fácil. Tem de ser!!!*

De inserções profissionais precárias e instáveis também nos falam Inês e Ivone. Inês saiu da escola e foi trabalhar, segundo ela: *Comecei com 14 anos. Eu trabalho num salão... só aos fins de semana. Durante a semana eu tranço... sou cabeleireira, mas não profissional, tranço as pessoas e assim entretenho-me.* Ivone está a tirar um curso relacionado com educação de infância, mas, como não conseguiu vagas nas creches, decidiu *ir para o Intermarché (...) entro às sete da manhã e saio às quatro da tarde. Estudo segunda e terça, e quarta, quinta e sexta é trabalho.*

Sónia tem um filho e fala-nos das estratégias de sobrevivência que fazem entrecruzar solidariedades familiares com as ajudas do Estado: *Os meus pais, o abono dele [filho], o pai dele também ajuda. Vou ver se consigo pôr o rendimento mínimo, faço agora 18 anos. Foi uma assistente que mandou. Se conseguir, vou para o rendimento mínimo e assim já dá para a gente se sustentar.* A falta de condições de habitabilidade na residência do namorado obrigou Sónia a regressar para a casa dos pais. Conta que *a casa onde a gente ‘tava não tinha condições nenhuma para ter lá o bebé, nem pensar... para depois a Segurança Social ir lá e retirar-me o bebé, não! Então andamos à procura de casa aqui, mas só ele é que trabalha.* Tem procurado trabalho, mas as dificuldades persistem e, à imagem das histórias das outras jovens, a precariedade e instabilidade subsiste: *‘Tive a trabalhar uma semana num hotel e agora tenho andado à procura.* No âmbito da medida tutelar educativa, foi encaminhada para um curso de formação profissional e, não assimilando a obrigatoriedade da frequência, diz: *Chamaram-me para um curso (...), mas depende do curso. Se me pagar os transportes eu vou, se não pagarem não vou. Porque tenho de reorganizar a minha vida, tenho um filho para sustentar. (...) Se pagarem os transportes, tudo bem... faço um part-time e reconcilio com os estudos, senão procuro as novas oportunidades... são três horas por dia.* Segundo os relatórios técnicos, Sónia apresenta um discurso adequado e ajustado às circunstâncias, reconhecendo necessidades de mudar o comportamento, mas demonstra uma forte incapacidade de o fazer.

Gostava de ter uma vida normal

Temos visto como a aplicação das medidas tutelares educativas intervém nas representações e nas construções que as jovens fazem de si, delimitando trajetórias presentes, mas abrindo possibilidades futuras que se afastam dos

comportamentos passados e que impelem à construção de uma nova identidade. É nestas possibilidades que elas desejam uma vida diferente daquela que as conduziu à justiça. Assim, elas falam-nos, então, do que gostariam de ser e fazer e daquilo que pensam poder vir a ser e a fazer.

Gostava de ter uma vida normal, uma vida sem conflitos. É em torno desta interjeição de Cristina que as jovens parecem construir os seus modelos de vida, modelos esses que são socialmente significativos e trespassados pelas marcas de género – constituir família (casar e ter filhos), ter casa e arranjar um trabalho estável, o *básico*, diz Elisabete. Célia relata: *Quero ter a minha casinha, (...) para ter um casal de filhos (...). Um trabalho, de preferência aturar crianças... e prontos... nada de especial. Ter o meu trabalho e a minha família é o mais importante.* Também Fátima fala no projeto de constituir família, *ter marido, filhos... dois... porque é o que toda gente gosta, acho eu!*, mas segue aquilo que tem sido a opinião e a tendência da juventude no que concerne à conjugalidade: *Viver junto, só! Não me imagino casada. Nunca pensei nisso de casar. Viver junto e já tá. Depois separar e divórcio...* Quando falam das suas perspetivas para o futuro, as relações surgem como centrais.

Anabela acrescenta a este cenário algo que também é recorrente nos discursos das jovens, a importância de *ter juízo* e de *não ter mais problemas*. *Vê uma mulher consciente, com o seu marido, a sua casa, os seus filhos (...), que gosta de sair, de se divertir, que gosta de trabalhar, porque estar em casa sem fazer nada, isso não está com nada, que tem hobbies, é feliz...* Encontrar a felicidade parece surgir como um chavão, e ser feliz, para estas jovens, passa por *estar perto da família* [Vera], algo que é transversal a todas as narrativas, *ser uma mulher livre* [Joana] e *lutar por aquilo que quero* [Isabel], *conquistando e realizando os nossos sonhos* [Vera].

As jovens falam de uma estabilidade profissional e de uma vida sem preocupações, parecendo estar à margem das conjunturas económicas e da situação do mercado de trabalho, como se fosse suficiente a vontade individual para a concretização dos seus projetos, como nos fala Marta: *Idealizo tirar o 9.º ano como estou a tirar, e fazer o 12.º com formação, como penso futuramente tirar... Arranjar um trabalhinho estável, arranjar estabilidade para mim e para o pequenino.*

Apesar de terem noção da importância da formação, para a maioria das jovens a ‘escola’ não entra nas suas projeções para o futuro. E, quando surge, em regra partilham da opinião de Anabela: *Não me estou a ver na universidade, nem por sombras, mas o 12.º!* Apenas duas das jovens idealizam tirar um curso superior. Esta questão vem suportar, em parte, os projetos profissionais vagos e pouco realistas que foram sendo referidos pelas jovens, quase

sempre denunciando alguma desadequação entre meios e fins, e exprimindo indefinições relativas à concretização do projeto. Joana, por exemplo, deseja *ir para a tropa.... fazer carreira militar. (...). Preciso de estudos, vou logo para os comandos. Inês pretende estudar e subir na vida... gostava de tirar o curso de cabeleireira. Ser professora de cabeleireira ou então tirar o 12.º ano e ir para a escola prática, para ser polícia. Fátima gostava de tirar um curso... de qualquer coisa* e Anabela não consegue perspetivar, com facilidade, outros caminhos profissionais e por isso diz: *Sei lá... trabalhar com computadores, prontos! Já estou a tirar um curso profissional.*

Na esteira do que tem sido aludido em outros estudos realizados com jovens e mulheres reclusas (Chesney-Lind, 1997; Matos, 2008), também os projetos de futuro destas jovens tendem a estar focados em atividades normativas relacionadas com a constituição de família e com a estabilidade de vida associada a uma certa segurança profissional, sem antecipar, contudo, dificuldades após o cumprimento das medidas.

A interiorização identitária do futuro e o querer mudar de vida são expressão da forma como cada jovem vivenciou e captou as (difíceis) relações e situações pelas quais passou (muito marcadas por uma socialização de género, como vimos), mas também das marcas do rótulo que lhes foi atribuído e das suas respostas a esse rótulo. Como refere Pais (2005a: 319):

no labirinto da vida, alguns jovens querem (princípio do desejo), mas não podem (princípio da realidade) vencer os desafios que se colocam a si mesmos. Por isso, por vezes referem-se ao futuro em termos condicionais: a ideia de planificação de futuro é substituída pela de expectativa, pela ideia de espera investida em sonhos e ilusões.

As raparigas com quem conversámos, embora revelem muitos aspetos comuns das suas experiências e perspetivas sobre a transgressão, constroem usos e sentidos distintos dessas mesmas experiências. É disso que falaremos no próximo capítulo.

Capítulo 6

Itinerâncias e errâncias: discursos e percursos de transgressão

A necessidade de escolher não é acompanhada de uma receita infalível para a boa escolha. (Bauman, 2007: 14)

As dezanove jovens que procurámos conhecer são representações vivas da heterogeneidade que se esconde por detrás do rótulo da “delinquência juvenil” feminina, contando-nos itinerâncias errantes, mas também as errâncias das itinerâncias. Se nos dois capítulos precedentes foram trabalhados denominadores comuns e recorrências dentro de esferas de vida específicas, este capítulo pretende constituir-se num diálogo constante com as jovens, através dos retratos sociológicos construídos, a partir do aprofundamento da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas. Com a construção desses retratos, pretendeu-se captar variações inter e intra-individuais, densidades biográficas e lógicas de trajetória. Partindo das premissas de que é através dos discursos que as jovens dão sentido às suas ações e é através de repertórios interpretativos específicos que elas demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas, este capítulo explora os discursos dominantes em relação à transgressão e descreve os principais perfis de percursos transgressivos.

Para Bakhtin (1997), os discursos dos sujeitos transportam marcas profundas da sua sociedade, do seu núcleo familiar, das suas experiências, mas também das suposições feitas sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ouvir. É neste espaço relacional e dialógico que parece fazer sentido enquadrar quer a construção dos retratos sociológicos das jovens entrevistadas, quer a procura dos repertórios interpretativos presentes nos discursos. Os retratos sociológicos (Lahire, 2004), enquanto modalidade de análise que possibilita compreender os contextos sociais e as ações individuais, permitiram apreender a forma como estes níveis se articulam na produção da diversidade de trajetórias encontradas. Sabendo que não é possível conhecer

completamente a experiência das pessoas (Bruner, 1986), estes retratos possibilitaram “perceber as razões, o significado atribuído (...) a estas vivências, bem como as contradições [narrativas] sobre os mesmos episódios” (Dias, 2004: 376). Olhar para a forma como as jovens constroem discursivamente as suas experiências levou a assumir que o processo de produção de sentido é uma prática social dialógica, que implica uma compreensão da linguagem como ação.

A identificação e análise dos repertórios interpretativos¹ (Potter e Wetherell, 1987) utilizados pelas jovens para descrever as suas experiências transgressivas permitiu compreender melhor os processos de produção de sentidos, os posicionamentos assumidos e as funções da utilização de cada repertório em contextos conversacionais específicos. A partir do momento em que as jovens recuperam as suas histórias de vida, começam a transcrever a sua história e, enquanto atores sociais, constroem, ativamente, os seus percursos existenciais no jogo das (in)determinações, liberdades, necessidades e contingências. Ao olharem-se ao espelho da violência de que foram vítimas e/ou que perpetraram, as jovens fintam-se a si próprias e constroem narrativas abertas de infinitas significações, onde fazem jogar experiências com racionalidades e intencionalidades. Nesta esteira, o conceito de “posições de significação transgressiva”², desenvolvido por Cândido Agra (Agra, 1990), foi de particular utilidade. Assumindo que o sujeito é capaz de se criar a si próprio e de dar um sentido aos (in)determinismos que atuam sobre si, o autor salienta que cada posição transgressiva é produto desse processo de construção de sentidos, a partir da significação que cada sujeito atribui às suas ações (Manita, 2000).

¹ Os repertórios interpretativos são o conjunto de termos, descrições, lugares-comuns e figuras de linguagem, agrupados em torno de imagens, usado na linguagem quotidiana. São criados e desenvolvidos na comunidade linguística em que somos socializados e utilizados para justificar as nossas versões particulares dos eventos.

² Segundo o autor, são *quatro as posições de significação transgressiva*: 1. posição substantiva (“agir por agir”) – o comportamento é transgressivo porque não pode ser de outra forma ou ter outro sentido diferente do que tem. A ação é heterodeterminada por condicionante ou fatalismo biológico, psicológico ou social; 2. posição solidária (“*ser/fazer de determinada forma porque é assim que todos os outros são/fazem*”) – o ato/comportamento é regido pelas normas de um grupo, de forma acrítica, que se processa sem uma verdadeira leitura intencional; 3. posição solitária (“*um saber do fazer*”) – implica a existência de uma ação regida por uma lógica pessoal, um saber de si sobre si, uma coerência e um controlo de gestão de si finalizados e intencionalizados. Trata-se de uma forma de agir autodeterminada, de acordo com as lógicas, projetos e sentidos pessoais; 4. posição projetiva (“*ir além de si e do saber de si e dos seus atos*”) – implica a descentração do indivíduo de si mesmo, como se a sua ação fosse mudar algo (Agra, 1990; Manita, 2000: 19).

6.1. Ditos, interditos e não ditos: elementos para a compreensão dos discursos

Na construção dos retratos sociológicos foi possível encontrar elementos suporte dos discursos. Não estamos a falar dos pontos de interceção entre as narrativas, que analisámos no capítulo anterior, mas em questões de estrutura, disposição e *tessituras* discursivas dos ditos, dos interditos e dos não ditos, que permitiram identificar não apenas as ausências e as descontinuidades, mas também os protagonismos e as estratégias de visibilidade. É pertinente reter que a narrativa, enquanto construção discursiva, tanto celebra o que deve ser lembrado, como torna invisível o que deve ser esquecido.

As histórias destas jovens contam itinerâncias realizadas sobre um conjunto de constrangimentos estruturais que pautam as suas vidas; dão conta das transições possíveis e das (im)probabilidades de seguir trajetos padronizados; e são marcadas por consecutivas escolhas aparentes, que refletem os constrangimentos não só à sua ação autónoma, como também à sua posição, enquanto sujeitos que fazem escolhas. Estas trajetórias abrem-se à compreensão, ao assumirmos que os sujeitos são, simultaneamente, determinados e livres. Como ressalva Constantino (2001: 86-87): “Por mais restrito que seja o leque de possibilidades oferecidas ao indivíduo há sempre a possibilidade de escolha. (...) a partir da consciência das causas, constrói um projeto de ação. Não se rompe o nexos causal, mas introduz-se uma outra causa – a consciência – que o transforma em ser atuante, e não simples efeito passivo.”

Temas emergentes nos discursos

Os principais temas emergentes nos discursos das jovens são: a importância e o impacto das relações com outros significativos da sua vida (família, amigos e namorados), as motivações e significados das transgressões e os contactos com os sistemas de proteção e de justiça. É em torno destes temas que se constituem episódios significativos nas suas vidas, que as jovens entrevistadas organizam os melhores e os piores momentos, que descrevem o que é mais ou menos importante para elas e onde encontram as figuras que as marcam positiva e negativamente.

A família e os acontecimentos familiares específicos surgem como o eixo em torno do qual as jovens espelham e descrevem momentos de vida mais e menos felizes. O nascimento dos irmãos e dos filhos, os momentos de convívio com a família e os reencontros são as cenas mais felizes. Se os dois primeiros acontecimentos são anteriores à aplicação da medida, os reencontros tendem a ser vividos, intensamente, durante a medida, como relata Anita: *O momento mais feliz foi quando tive os fins-de-semana com a minha filha. Foi bom, ‘tive com ela, ‘tive a cuidar dela, dei-lhe muitos beijos.* Ainda que

menos expressivos, são significantes os discursos que não conseguem identificar ou que não se lembram de nenhum momento feliz.

Se os elementos e os acontecimentos familiares são o mais importante na vida destas jovens, a figura da família povoa, igualmente, as cenas mais tristes. *Eu sempre sonhei em ter aquela coisa da família feliz, mas na realidade as coisas não são bem assim*, lembra-nos Anabela. São, principalmente, a morte de familiares (pais, avós, tios), os problemas relacionais com os progenitores e as experiências de vitimação, que são apontados como os momentos mais tristes na vida destas jovens. Mara, por exemplo, descreve a infância como uma fase triste da sua vida, *porque perdi o meu pai, quando tinha quatro anos, por eu ter estado no hospital e por não estar com a minha mãe...*

O processo de institucionalização, quer na proteção quer na justiça, é igualmente significativo neste cenário, ainda que não seja o tema central, possivelmente porque a aplicação da medida não surge, nos discursos das jovens, como o momento mais difícil. Provavelmente será o momento mais injusto, mas não o mais infeliz.

Ao longo dos discursos vão emergindo, também, figuras positivas e negativas nas suas trajetórias. As figuras positivas são quase sempre elementos da família, com quem têm relações afetivas. Foram eles que as avisaram dos perigos, como refere Vera: *Devia ter ouvido mais a minha mãe quando ela dizia para ficar em casa (...) porque na realidade ela é a única coisa que eu tenho*; e que as apoiaram nos momentos difíceis, como lembra Anita: *A filha não foi planeada, aconteceu! Mas a minha mãe apoiou e eu segui em frente*. É com a família que se pretendem “reconciliar” e a ela “regressam” discursivamente. Para Mara, a melhor coisa que já fez foi *apoiar a minha mãe (...), dar alguma felicidade e orgulho à minha mãe*. Sónia considera que foi uma má filha: *Mas estou a mudar o que fiz mal no passado (...). Agora só me interessa o que pensam os meus pais e o pai dele [do filho]*.

As amigas e os namorados ou ex-namorados são, aqui, figuras de encruzilhada, pois aparecem quer como elementos positivos, quer negativos. À figura das “melhores” e “boas” amigas, que dão conselhos e a quem se conta tudo, contrapõe-se a imagem das amigas falsas, daquelas *que eu pensava que eram amigas*, como refere Elisabete, aquelas que *na altura em qu’a gente ‘tá mal, não nos ligam importância nenhuma* [Sónia]. Relativamente aos namorados, a situação é similar. Se para Anabela o ex-namorado foi a pessoa que a marcou positivamente, porque *passei por coisas que não sei se vou voltar a passar com outra pessoa*, para Sónia o ex-namorado deixou marcas negativas; afinal, e nas suas palavras: *Tudo o que eu fiz por ele não valeu a pena*.

Quando dirigimos o olhar para a ação, e questionamos as jovens acerca da melhor e da pior coisa que fizeram, metade delas concentra o melhor feito em torno do cenário familiar (ora no papel de cuidadora – ajudar/apoiar os pais e os irmãos e cuidar dos avós –, ora no papel da maternidade). A pior coisa que fizeram surge associada, direta ou indiretamente, ao percurso transgressivo: *fazer asneiras, fazer porcarias, consumir drogas* e ter as consequências. Para Eliana, a pior coisa foi *ameaçar aqueles putos e vir para aqui [Centro Educativo]*. Para Anita, *foi ter entrado naquela vida e ter largado a escola*.

Estratégias de autoapresentação

No processo de (re)construção das experiências e das suas expressões, num quadro marcado por constrangimentos estruturais, as jovens parecem ter encontrado a sua maior expressão de agencialidade: nas práticas discursivas. Segundo Spink (2010: 27), as práticas discursivas são “as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais quotidianas”. Implicam ter presente a “interface entre os aspectos performativos da linguagem (quando, em que condições, com que intenção, de que modo) e as condições de produção (entendidas aqui tanto como contexto social e interaccional) (*idem*: 26). A identidade narrativa que nasce deste interface torna possível que os sujeitos “agenciem os factos de acordo com uma perspectiva de compreensão do mundo que quer comunicar uma certa experiência pessoal e social” (Carvalho, 2003: 296). Neste sentido, considerando que estas histórias poderiam ser recontadas de outra forma, se de outro contexto espacial e situacional se tratasse e sem descurar a confissão de Anita, que diz: *Esta é a minha segunda cara... tem de ser assim porque ninguém tem nada que saber da minha vida*, analisemos os principais discursos de autoapresentação que são transversais às narrativas das jovens entrevistadas.

Na esteira da proposta de Matos (2008: 236), um dos principais discursos de autoapresentação utilizados pelas jovens é o da **conformidade**, ou seja, o discurso da “normalidade” socialmente construída. A este respeito, Zimmerman e Dickerson (1994) referem que as raparigas tendem a orientar-se por histórias da autoria de outrem, que são as histórias das prescrições sociais (de género), que limitam as suas vozes e a sua “busca de autoria”. Por muito “desafiadoras” que estas jovens possam ser, elas também reconhecem que o esforço por seguir as suas ideias não deixa de ser dificultado pelos relatos dominantes e desqualificadores que os outros mantêm sobre si e sobre as suas relações.

Encontramos este discurso de conformidade em quatro principais eixos: nas narrativas sobre papéis de género e feminilidades, nos discursos para o

futuro, nas reflexões em torno do arrependimento e nos discursos de encaixe nas expectativas do “sistema” e da investigadora.

A construção social do gênero sustenta ao homem e à mulher determinadas narrativas de acordo com a ideologia dominante, estabelecendo diferentes trajetórias que, em regra, colocam o homem como agente da sua história, e a mulher como subordinada dessa história, onde prevalecem papéis de maior dependência e “cuidado dos outros”. É a estas macronarrativas de gênero que as jovens retornam para falar das suas experiências individuais. Como vimos no capítulo anterior, as jovens tendem a utilizar concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade para exprimir os seus pontos de vista sobre as responsabilidades familiares e os papéis domésticos; para justificar o maior controlo que os pais tendem a exercer em suas vidas; para falar sobre as vivências da maternidade e como esta tem um efeito de “mudança”; para se referirem aos projetos de futuro, também estes trespassados pelas marcas de gênero; mas, também, para se exprimirem sobre o papel da rapariga na transgressão. Estas concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade estão presentes mesmo quando utilizadas por oposição, ou seja, como forma de se distanciar e reposicionar nas significações de gênero.

Se gostavam de ser rapazes, por causa da liberdade e autonomia que eles têm, os discursos das jovens exaltam as diferentes soluções que elas encontraram na busca dessa liberdade (tão masculina), sem, contudo, enveredarem pela construção de uma identidade masculina, mesmo quando ultrapassam e desafiam as noções (que elas próprias têm) do que é considerado adequado para as raparigas. Quando muito, constroem o que Fonseca (2009: 267) chamou de “feminilidades maria-rapaz”, por desejarem práticas de reconhecimento próximas das dos rapazes, ou as “feminilidades rebeldes”, que tendem a estar acantonadas nas margens e se expressam por identidades mais reativas, que se envolvem em atividades e culturas de experimentação e provocação rebelde (*idem*: 274).

As estratégias encontradas pelas jovens (fugas de casa, consumos de drogas, agressividade, prática de ilícitos) dão-nos conta que elas não estão passivas e que procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades. Não as feminilidades da “cultura de quarto” (*há pessoas que dizem que eu sou esquisita, porque começam a falar das novelas e eu pergunto em que canal é que isso dá... e não é normal na minha idade porque as minhas colegas são todas viciadas, numa novela que começou há pouco... Rebel way... acho eu!* [Teresa]), mas outras feminilidades que combinam práticas convencionais e atípicas de gênero e que se justificam nos e pelos contextos (Messerschmidt, 2002).

Nos discursos para o futuro, as jovens tendem, igualmente, a passar a imagem da conformidade com o socialmente esperado, ou seja, tendem a reproduzir e a evidenciar valores sociais hegemônicos que representam a normalidade, a felicidade e a realização. Todas as jovens projetam ter uma vida normal e mudar os comportamentos. A maioria delas exprime o desejo de casar, ter filhos, estar com a família e arranjar um trabalho estável. As jovens com filhos aspiram ser boas mães e educar bem. Afinal, não é isso que a sociedade espera delas?

Passar a imagem de conformidade às normas sociais foi expressivo em duas situações: nos discursos de arrependimento e condenação moral da prática transgressiva e na necessidade de se encaixarem nas expectativas do sistema. Para Potter e Wetherell (1987), os discursos são um meio utilizado para alcançar determinados objetivos que podem ir variando ao longo dos diálogos que os sujeitos estabelecem com os outros e consigo próprios. Aliás, a reflexividade, feita discurso, é uma das expressões desses diálogos internos, feitos de múltiplas vozes. As reflexões de Vera são um exemplo interessante desta questão: *... da última vez que fui à casa da minha mãe, disse-me que todos os meus amigos estavam presos, aquelas crianças... putos!!! Agora cada um preocupa-se consigo, mas sinto muita pena deles. Eu sabia que o que eles faziam não era certo, mas não era isso que eu esperava para eles, eu esperava que um dia íamos mudar! Há pessoas que já nascem para aquilo. Uns roubam por necessidades, outros roubam porque sim. Eu percebo aqueles que roubam uma batata frita por necessidade, mas não compreendo aqueles que roubam porque querem gastar dinheiro... o que é isso?"*

O facto de se ter entrevistado jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas posicionava-as na charneira da reflexão entre o antes e o depois, num presente que, pelo processo de normalização da Educação para o Direito, apelava a essa mesma reflexão. As construções funcionais de arrependimento e os discursos de “adaptação” e apreensão das “normatividades” parecem ser disso expressão. Espera-se das jovens mudanças significativas, por exemplo, na inculcação dos interditos, na capacidade de determinar as consequências dos seus atos e de dimensionar o impacto desses atos sobre terceiros, na capacidade de descentração e na responsabilização dos seus atos.

Mas, como refere Goffman (1974: 246), “sempre que se impõem mundos, se criam submundos”. Neste sentido, a opção por um discurso de/em conformidade com o “sistema” deve levar em consideração que as jovens desenvolvem estratégias de adaptação³ e ajustamentos (primários e secundários)

³ Rui Abrunhosa Gonçalves (Gonçalves, 2000) avança com uma tipologia de adaptação às Instituições totais: 1. Alheamento: fechamento sobre si mesmo, recusando aceitar a realidade. Tende a ser de duração breve; 2. Intransigência: recusar a cooperar e provocar a instituição;

(Goffman, 1974) que lhes permitem resistir, adaptar, reconceptualizar e desafiar as regras, objetivos e valores desse sistema. Como diz Anita: *Eu sei-me conter... eu posso estar contente aí, mas ninguém sabe o que está dentro.*

Ter um discurso conforme pode significar ter benefícios e recompensas. Por exemplo, para Anita pode significar recuperar a filha que está acolhida num Lar de Infância e Juventude. Para Ivone, cuja reavaliação da medida estava próxima, adquiria sentido um discurso pontilhado por expressões como: *Hoje paro, penso... e digo, não vou fazer ou agora estou melhor.*

Ainda que reconheçam as regras e as exigências do “sistema” – como diz Célia: *Não digo que não se devem [tribunal] preocupar connosco, não digo que as medidas que têm não estejam certas* –, mostram também uma clara noção dos constrangimentos que esse “sistema” lhes impõe; relembra Anita: *Quando metem o olho, cada um com a sua sorte.*

Não se afasta a ideia de que os discursos de conformidade possam resultar, também, da relação e das expectativas criadas e suscitadas pela investigadora, que era vista como alguém que podia transmitir os discursos normativos que as jovens construam e veiculavam. Qualquer manual sobre a entrevista e como entrevistar ensina-nos que é crucial levar em consideração (e procurar ultrapassar) os diversos fatores que podem interferir neste processo, como as questões situacionais, os fatores associados ao entrevistado e ao entrevistador e as questões referentes à linguagem e à mensagem (Ghiglione e Matalon, 1995: 76-89). Mas nenhum consegue exprimir o real efeito das subjetividades individuais nas práticas discursivas, e este é, possivelmente, um dos grandes desafios das metodologias qualitativas⁴.

Estes ajustamentos secundários não deixam de ser uma expressão da agencialidade destas jovens, pela capacidade de, através da ação, exercer poder na prossecução dos seus objetivos e interesses pessoais.

Um outro discurso de autoapresentação utilizado pelas jovens é o discurso da **vitimização**, muito associado às explicações e justificações que elas procuram dar para o seu comportamento transgressivo (como vimos no capítulo anterior), e aos sentimentos de injustiça na aplicação das medidas tutelares educativas. Os discursos de vitimização constroem-se, por um lado, por referência a um “sistema social” (económico, cultural e judicial) que as rotula. Para Elisabete *foi por questões de racismo. Elas são as duas brancas e eu era a única preta lá no meio.* Vera considera que está mais *sujeita a estas*

3. Colonização: recriação da sua existência dentro dos “muros”, desenvolvendo sentimentos mistos de bem-estar e resignação; 4. O convertido: assume, como sua, a ideologia da instituição. Coloca-se numa posição de apoio e cooperação.

⁴ Para aprofundar esta questão, ver ponto 3.2.2. do Capítulo 3.

*situações por ser pobre, por ser negra, por morar em zonas menos boas. Já para Anita, o tribunal inventou bué de cenas: que não ia ao curso, às entrevistas (...), as pessoas inventam porque inventam. Por outro lado, o tema da vitimização articula-se na referência a terceiros, principalmente quando são mencionadas as outras jovens com quem praticaram os ilícitos. Como explica Elisabete: *Eu apanhei dois anos fechada aqui dentro e elas apanharam acompanhamento educativo.**

Estes discursos não deixam de ser acompanhados, porém, de discursos de superação, de força e de dureza, como algo que as caracteriza. Ser donas do seu destino, dar uma reviravolta na vida, seguir em frente ou lutar por aquilo que querem, são figurações recorrentes nos seus discursos.

Em suma, as estratégias de autoapresentação recriam e animam os conteúdos discursivos, enfatizando a perspetiva do sujeito que, agindo dentro de um contexto específico, constrói subjetividades permeadas pelas (im)possibilidades do espelho social que tende a moldar as suas *performances*, pelas trajetórias que produz e pelas narrativas que constrói sobre si e sobre o mundo.

Ambivalências e incoerências narrativas

Vimos, com as estratégias de autoapresentação, que existe uma diferença substancial entre o que os atores sociais dizem e o que eles fazem, ou seja, o que dizem parecem ser crenças incorporadas como discurso, mesmo que possam estar distantes enquanto vivência. Segundo Lahire (2005), vivemos em sociedades em que os atores sociais podem incorporar crenças sem que tenham os meios (disposicionais) para os concretizar ou experienciar. Este hiato entre dizer e fazer permite-nos compreender fenómenos como a *ilusão*, a *frustração* ou a *culpabilidade*, que são produtos da distância entre as crenças e as possibilidades reais de ação.

As ambivalências narrativas são um traço característico dos discursos em análise, e são bastante visíveis em dois principais aspetos: na idealização discursiva e nas oscilações entre discursos normativos e desviantes.

É idealizando coisas, pessoas e relações que estas jovens constroem e dão sentido às suas vidas. A idealização centra-se essencialmente nas relações com os elementos da família e nas perspetivas de futuro, como já analisámos. É comum, neste processo, procurar modificar ou evitar retratar determinadas situações ou comportamentos das figuras das suas narrativas, devido à necessidade de afastar o confronto com as emoções negativas que possam emergir. O *não gosto de falar disso* de Cristina, ou a manifestação de tristeza de Célia, quando fala do período que passou na rua: *Foi assim uma situação... sair de lá saí, agora... é complicado, ainda é complicado, lembrar*

tudo outra vez... É um bocado... – são exemplo dessas estratégias. Este mecanismo de regulação emocional, enquanto processo afetivo, faz com que as jovens imaginem como gostariam que fosse o “seu mundo”, construindo narrativas pautadas por comportamentos “justificados” e emocionalmente neutros.

A narrativa de Joana ajuda-nos a exemplificar este pressuposto. Apesar das histórias de vitimação e, segundo os relatórios técnicos, da ausência de condições efetivas de suporte familiar para a sua reintegração, Joana sente a necessidade constante de desculpabilizar, justificar e idealizar relações com os pais, dizendo: ... *Há dias que a minha mãe vem-me ver, mas há dias que ela não pode, e eu fico triste, penso que ela não gosta de mim. Mas eu sei que ela gosta de mim, e o meu pai também me adora... Teve um problema nas costas e às vezes não me vem visitar... mas eu sei que eles gostam de mim, já me deram outras provas disso. Por exemplo, quando estava no Lar X, eu fugia, e eles iam sempre lá ver-me e eu não estava lá. Isso é sacrifício, ir lá e não ver a filha. E quando vou de férias lá a casa sinto que eles são muito agarrados a mim e eu a eles.*

A oscilação entre discursos normativos e desviantes é, igualmente, uma marca destas ambivalências que são transversais às narrativas. Se na análise dos seus percursos de vida as jovens tendem a oscilar entre discursos mais normativos ou mais desviantes, é particularmente no seu posicionamento face à transgressão e na condenação moral dos seus atos que esta oscilação é mais evidente. Ao mesmo tempo que ouvimos os discursos do *eu fui por-que quis*, há a preocupação em transmitir discursos de conformidade (com a construção social do desvio feminino) e de condenação moral aparente, precedida da desculpabilização das ações.

As dissonâncias narrativas dão-nos conta da estrutura dos discursos e dão-nos conta, mais uma vez, de que a univocidade da narração se quebra na multiplicidade de fontes narrativas e se desdobram entre narrativas de enquadramento e narrativas internas. A análise destas ambivalências discursivas foi um passo importante no trabalho de recorte das histórias de vida destas jovens, que fez emergir não só as principais práticas discursivas sobre a transgressão, mas também os principais percursos transgressivos que marcam as trajetórias de vida das jovens, o que será desenvolvido no ponto seguinte.

6.2. Das práticas discursivas aos percursos transgressivos

Procurou-se que as práticas e os percursos transgressivos nascessem dos próprios dados, mas não foram descurados, contudo, alguns estudos realizados com jovens raparigas/mulheres em conflito com a lei, os quais têm sugerido

e identificado caminhos de risco (Assis e Constantino, 2001; Batchelor, 2007) e posicionamentos de identificação com o desvio (Matos, 2008). Sem especificar cada um desses estudos, destacam-se quatro grandes imagens. A imagem da *jovem agressiva* que bebe e consome estupefacientes como uma forma de fugir dos problemas familiares; a transgressão é tipicamente relacionada com as violências de rua e com o ser respeitado e as vítimas são, normalmente, outras raparigas. A imagem da *transgressão associada à droga*, encontrando-se aqui jovens que cometem crimes contra a propriedade e/ou se prostituem para suportar a dependência; em regra, a ofensa é cometida sob efeito das drogas, o que leva a que considerem as suas ações uma forma de autodefesa. A *criança abusada e que abusa* caracteriza a imagem das jovens mais desestruturadas internamente, fruto de histórias de maus-tratos, negligência e abandonos familiares; elas experienciam sentimentos de raiva e expressam estes sentimentos magoando as outras pessoas, em regra desconhecidas. A imagem da *exceção* engloba as jovens cujos percursos de vida são normativos até à prática do ilícito, sem haver uma identificação com identidades desviantes.

Apesar de estas imagens terem sido um alicerce importante no trabalho de delimitação das principais práticas discursivas e dos percursos de transgressão propostos, foi o recorte teórico das narrativas e a criação de diferentes planos de análise que deu corpo e densidade a esse trabalho. O primeiro recorte teórico levou em consideração o cruzamento dos eixos vitimação/agencialidade, do qual resultou a identificação de quatro discursos dominantes em relação à transgressão. Sabemos as limitações que um olhar dicotómico da realidade pode trazer, mas o objetivo deste primeiro recorte é mostrar que a análise dos percursos das jovens na/pela delinquência não deve levar em consideração apenas os seus percursos de vitimação, mas também o jogo de possibilidades de escolha que se abrem às jovens. Do diálogo entre estes quatro discursos foi possível fazer um segundo recorte que possibilitou a elaboração de uma “tipologia de vozes resultantes” (Fonseca, 2009) e que originou a construção de perfis de percursos transgressivos.

6.2.1. Discursos sobre transgressão

Vimos no estado da arte como se tem perpetuado imagens e representações estereotipadas relacionadas com a ideia de que a mulher delinvente é vítima do seu passado, do seu ambiente e da sua condição feminina, incompatível com o mundo criminal e com as culturas de rua. Contudo, aquando da análise das entrevistas e da construção dos retratos sociológicos, deu-se conta de que partes das narrativas destas jovens não se encaixavam no grande discurso teórico sobre estas questões.

Com este primeiro recorte teórico foi possível encontrar quatro discursos dominantes sobre transgressão: gestão de sentimentos negativos, procura do “risco-aventura”, heteroautodeterminação no envolvimento criminal e transgressão como exceção. Cada um destes discursos adquire consistência interna nos/pelos repertórios interpretativos que os compõem.

Gestão de sentimentos negativos

Neste discurso, a transgressão surge como uma forma de gerir os sentimentos negativos originados pelas histórias de abusos físicos e psicológicos e/ou pelas experiências de perdas, abandonos e institucionalizações. Expressões como: *Tenho de explodir; senti-me traída; chorava muito; não conseguia parar [de ser agressiva], algo me dizia para não parar; senti-me com muita raiva; desanuviar a cabeça para esquecer as coisas que nos magoam; senti-me mal, não me apetecia fazer nada; não tenho apoio de ninguém, a minha mãe nunca acreditou em mim*, são utilizadas pelas jovens com o objetivo de descrever os sentimentos que estariam por detrás do seu comportamento transgressivo.

Com a utilização deste discurso, as jovens colocam-se na interação como pessoas movidas pelos sentimentos de revolta, de angústia e de lutos mal resolvidos. Estes sentimentos tendem a refletir-se ora em experiências mais interiores como a depressão, a ideação suicida ou a tendência para fantasiar relacionamentos, ora em práticas exteriorizadas como a automutilação, o consumo de estupefacientes, as fugas de casa, a violência e a prática de ilícitos.

Ao estar relacionado, de uma forma mais estreita, com os percursos de vitimação e com a imagem dominante da transgressão feminina, este discurso e os seus repertórios tendem a promover uma certa cristalização de sentidos, uma vez que este é o discurso ao qual se retorna sempre, dificultando a compreensão da diversidade de motivações, significações e posicionamentos face à transgressão.

Procura do “risco-aventura”

Denominou-se este discurso como *procura do “risco-aventura”* porque se considera que é utilizado para descrever a transgressão no sentido da aventura e da experimentação, associado, aliás, à própria condição de ser jovem. Como refere Mitchell, citada por Batchelor (2007: 205), gerir e assumir o risco é uma parte importante da formação identitária dos jovens na modernidade tardia.

Este termo “risco-aventura” surge, segundo Spink (2001), para enfatizar um deslocamento importante dos sentidos modernos do risco, que recuperam a

aventura como dimensão positivada da gestão dos riscos. O risco deixa de ser visto apenas como um elemento nefasto da existência, mas também como um ingrediente para o desenvolvimento de si (Le Breton, 1991). Segundo Batchelor (2009), a violência também pode ser “divertida” e, neste sentido, a procura e a gestão do risco, nas suas múltiplas facetas, podem ser vistas também sob o prisma do risco-desejado, do fascínio pela adrenalina, pelo prazer e pelo poder que retiram deles.

Expressões como *curtir a vida; viver a vida como se fosse o último dia; saber qual é o teu limite; nós era mais pelo convívio, pelo divertimento...; eu gosto de adrenalina; vida sem risco não é nada; eu sou mais rebelde; é a juventude*, são utilizadas para realçar esta ideia.

O querer sentir a existência a bater no peito (Batchelor, 2009) parece ser uma das características deste discurso, construindo sensações de autoeficácia e controlo das suas vidas, o que faz com que atribuam uma certa “normalidade” às suas ações, como exprime Célia: ... *Na altura nós dizíamos, não vamos fazer nada, mas se corresse bem vínhamos com os bolsos cheios... não perdíamos nada, só ganhávamos. (...) Nestas coisas a gente nunca ficamos contente com a primeira, se correu bem a segundo também há de correr....*

Mesmo considerando as diferentes maneiras de se ser jovem, estes compartilham, de modo geral, a ansiedade de viver momentos de passagem. A adolescência constitui um período de vulnerabilidade a comportamentos de risco e simboliza a busca de identidade e procura de experimentação, o que implica constantes tensões, contradições, acertos e desacertos. Ao fazer parte da condição de ser jovem, este é um discurso que se transversaliza pelas diferentes narrativas.

Heteroautodeterminação no envolvimento criminal

Eu fiz aquilo porque eu quis, porque eu estava lá, mas se, talvez, ele [pai] não tivesse agido daquela maneira, nem ela [mãe] feito aquilo, eu não tinha feito aquilo, eu não tinha ido pr'ali, eu não tinha saído. Relembrando a expressão de Anabela, o excerto mostra que o posicionamento das jovens e das suas ações face à transgressão não é claro. As fronteiras entre o comportamento auto – e hetero – determinado são muito ténues. Aliás, as estratégias de autoapresentação, de que falámos anteriormente, são um exemplo que adensam esta dificuldade. Os discursos da heterodeterminação (foram as drogas, o namorado/companheiro, os sentimentos de revolta e raiva, a passagem pela instituição...) frequentemente se cruzam com os discursos do *fui porque quis* ou *foi por vontade própria*.

Neste sentido, e assumindo que nada é totalmente auto – ou hetero – determinado, cada sujeito é “heteroautodeterminado” em diversas formas

(Manita, 2001). Foi neste *continuum* que se procurou posicionar os percursos das jovens, consoante o seu discurso se orientasse mais para uma visão da transgressão como “experiência de si”, de descoberta e aventura, ou para a transgressão como resultado independente das suas vontades.

A transgressão como exceção

Este discurso é marcado pelo carácter de exceção que as jovens atribuem à prática transgressiva. O uso de expressões como *não sabia o que estava ali a fazer; foi reação; era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido*, parecem legitimar as suas versões sobre o ocorrido. Sublinhando a casualidade das ações, o ilícito parece surgir como um ato isolado, que coexiste com narrativas e percursos de normatividade e que se demarcam de identidades desviantes.

O diálogo entre os quatro discursos e o apuramento de um conjunto de variáveis/dimensões permitiram a construção analítica de perfis de percursos transgressivos (Figura 1).

A ideia era perceber os processos e as dinâmicas desses percursos, captando os sentidos e significações, as estratégias e motivações presentes. As variáveis/dimensões⁵ apuradas estiveram diretamente relacionadas ora com as experiências de vida das jovens (como a vitimação familiar e os percursos de institucionalização), ora com os significados emergentes dos seus discursos (como as motivações e as significações da transgressão e a condenação moral da transgressão).

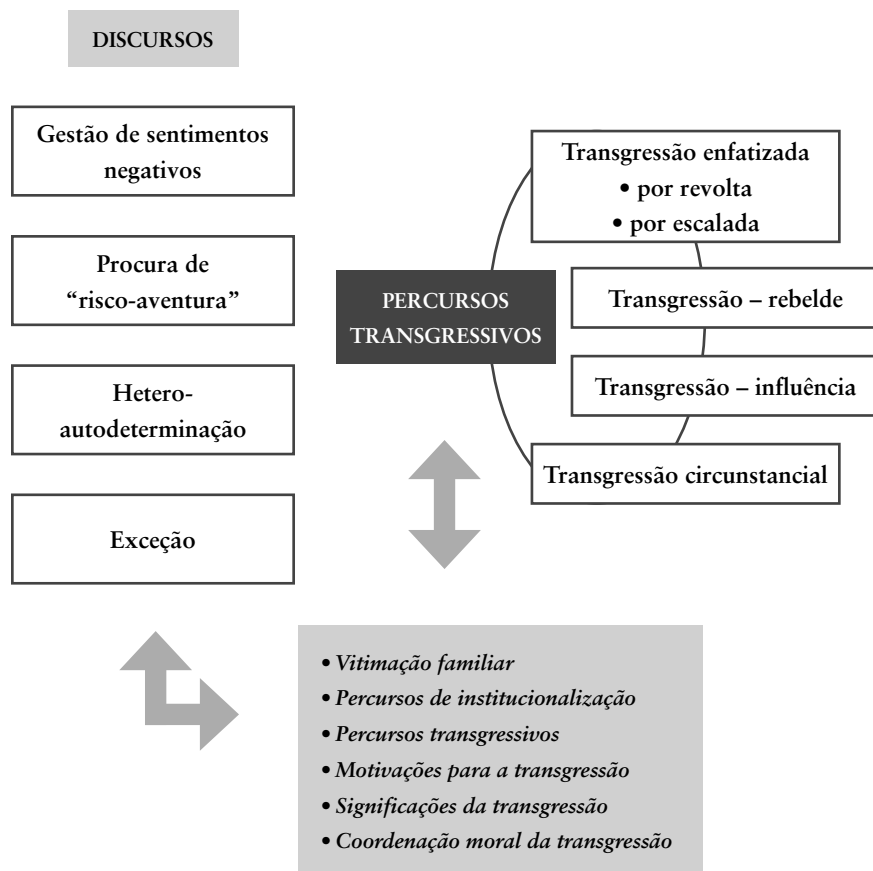
6.2.2. Percursos transgressivos

A partir das entrevistas realizadas e do cruzamento das dimensões apuradas, configuraram-se quatro percursos transgressivos: *transgressão enfatizada (por revolta ou por escalada)*, *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial* (ver Quadro 3, pp. 192-193).

Cada um destes percursos, apesar de supor a existência de coerência entre os elementos contidos em cada tipo, não pretende representar inflexibilidade nas suas categorias, nem nas combinatórias. Como em todas as caracterizações qualitativas deste tipo, sabemos que pode haver casos situados nas zonas de fronteira. Se há jovens cuja narrativa os coloca no centro das categorias em análise, há outras situações que se mantêm nas margens, tocando categorias vizinhas. Estas margens, que não são, contudo, periféricas, invocam a diversidade da transgressão feminina e a pluralidade de sentidos e significações possíveis.

⁵ Algumas das dimensões utilizadas foram analisadas no trabalho de Matos (2008) sobre jovens reclusas.

Figura 1
 Construção analítica dos perfis de percursos transgressivos



Foi levando em consideração estas centralidades, mas também as margens que se interseitam, que nasceu a proposta de percursos transgressivos que passamos a descrever.

Quadro 3
Quadro-síntese – percursos de transgressão

| Dimensões | Transgressão enfatizada | | Transgressão-rebelde | Transgressão-influência | Transgressão circunstancial |
|----------------------------------|--|---|--|--|--|
| | por revolta | por escalada | | | |
| Vitimização familiar | Violência familiar (direta e indireta) | Perdas significativas | Ausência de supervisão parental Perdas significativas | Dificuldades relacionais com os pais, agravadas pelos fatores de influência externos | Sem violência familiar Pais separados (Novas) dinâmicas familiares estáveis |
| | Maus tratos e abuso (sexual) | | | | |
| Percursos de institucionalização | Contato com/permanência em Instituições | Fugas/vida de rua/intensificação de comportamentos desviantes | Sem permanência em Instituições | Permanência em Instituições/mudança de escola a pedido dos pais | Sem permanência em Instituições |
| | | | | | |
| Percursos transgressivos | Problemas de comportamento na escola; consumos de álcool e drogas; fugas de casa; práticas sexuais precoces; | Prática de ilícitos criminais continuados | Problemas de comportamento na escola; experimentação de drogas; práticas sexuais precoces; prática de ilícitos criminais continuados | Consumos de drogas; prostituição; Prática de ilícitos criminais continuados | Sem percurso anterior até à prática do ilícito criminal |
| | Automutilação + Agressividade | | | | |

| | | | | | |
|----------------------------------|---|---|--|--|----------------------------------|
| Motivações para a transgressão | Fuga aos problemas (familiares) | | Amizades Rebel dia/ser jovem Experimentação/ testar limites | Influência dos fatores externos (drogas, namorados, grupo de pares) | Situções ocasionais e acidentais |
| | Vivências de rua | Amizades/Bairro Institucionalização/ amizades Experimentação | | | |
| Significações da transgressão | Sentimentos de revolta | Gestão de sentimentos negativos | Procura do risco-aventura Divertimento/ Prazer | Influência (amigos e namorados) Divertimento/ Prazer | Exceção |
| | | Divertimento/ Prazer | | Dependência (drogas) | |
| Condenação moral da transgressão | Condenação moral aparente, legitimada pelos sentimentos negativos | Sem evidência de condenação moral; Arrependimento pós- medida | Normalização e desculpabilização da transgressão | Condenação moral aparente, legitimada pela influência dos fatores externos | Condenação moral |
| Jovens entrevistadas | Elisabete, Marta e Maria | Joana, Isabel, Vera, Cristina, Mara e Célia | Eliana, Anita e Inês | Sónia, Ivone e Teresa | Fátima, Anabela, Luísa |

Transgressão enfatizada

Este perfil reúne quase metade das jovens entrevistadas (9/19) e a quase totalidade das jovens com medida de internamento em Centro Educativo (7/10). Nas suas histórias a transgressão tem um peso significativo, e as explicações dos seus comportamentos tendem a enfatizar ora sentimentos de revolta, ora os discursos da escalada na transgressão.

Em comum estas jovens apresentam um percurso indicativo de vitimação familiar, marcada pela violência (direta e indireta), pelas perdas de pessoas significativas (por abandono ou falecimento) e pelas dificuldades relacionais no seio da família. Se para umas estes momentos são diretamente associados ao início de comportamentos transgressivos, para outras foram o impulsionar das saídas de casa (fugas de casa e/ou estar na rua) e a integração em grupos de pares desviantes. São jovens com um percurso significativo em termos de desvio e de regulação por parte das instâncias de controlo formal. Relativamente aos percursos transgressivos, apresentam um histórico denso e heterogéneo, marcado por problemas de comportamento na escola, consumos de álcool e drogas (*bebia e fumava chamon... andava por lá...* [Joana]), fugas de casa e consequentes vivências de rua (*eu fugi de casa (...) passava o dia a fumar e a ir a discotecas nos dias em que não se pagava* [Maria]), práticas sexuais precoces que culminaram em dois casos de gravidez e um caso de aborto (*engravidei na fase do haxe e do álcool e das raves... e foi um dia um, um dia outro...* [Marta]), e prática continuada de ilícitos criminais (*a gente é que tivemos é sorte de não ser apanhadas das outras vezes* [Joana]). A passagem por instituições de promoção e proteção é outra característica deste grupo. Este contacto assume um papel de relevo nos seus percursos de vida, estando associado a acontecimentos significantes, por norma negativos. A este respeito todas narram experiências muito semelhantes. A entrada na(s) instituição(ões) é desencadeada pela ação de organismos externos (escola, CPCJ e polícia), relacionada com a situação de negligência e maus-tratos familiares, problemas disciplinares e de comportamento na escola e fugas de casa; a permanência na(s) instituição(ões) é marcada pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos; e a saída, para a maioria, culminou na entrada no sistema de justiça, com a aplicação de medidas tutelares educativas (em três dos casos já havia medidas tutelares educativas aplicadas ou a decorrer em simultâneo). Apenas uma das jovens não teve permanência em instituição, mas vivenciou a institucionalização dos três irmãos mais novos, na sequência da abertura de um processo relacionado com a suspeita de abuso sexual de que ela própria teria sido vítima. Para todas as jovens que dão voz a este percurso, o processo de institucionalização é apontado como uma etapa “formalmente” significativa nas suas trajetórias de vida.

A vitimação familiar, os percursos de insucesso escolar, as vivências de rua (antes e durante a institucionalização), a integração em grupos de pares desviantes e os acontecimentos de vida transacionais relacionados com estas esferas parecem ser as “gotas de água que fazem transbordar o copo”. Mas estes fatores não têm um efeito aditivo simples, podendo resultar em trajetórias diferentes. É na análise das significações que as jovens atribuem à transgressão que encontramos dois principais caminhos dentro deste percurso. Na **transgressão enfatizada por revolta**, a gestão dos sentimentos negativos, associados, por norma, aos maus-tratos e abusos sexuais de que foram vítimas, assume um papel fundamental nos seus discursos. As narrativas organizam-se em torno destes sentimentos de revolta, que se materializam na auto e heteroagressividade. São estes sentimentos que explicam e justificam os comportamentos desviantes (nas suas diversas expressões). Relembrando os discursos de Elisabete e Marta, expostos no capítulo anterior, damos conta deste pressuposto:

Eu tenho de explodir, tenho de explodir (...). O que me dava adrenalina era ver as pessoas no chão a chorar... por mais louco que isso pareça. O que me vinha à cabeça era: fizeram-me a mim, tenho de fazer aos outros, porque se não fizer ninguém vai sentir aquilo que eu senti. Mas hoje compreendo que nunca ninguém vai sentir o que eu senti, porque não eram os pais que estavam a bater, mas uma pessoa estranha, que conheciam há pouco tempo. [Elisabete]

Aquilo que me levou mais a consumir e a fumar e a dar-me com más companhias (...) foi o facto de essa situação [abuso sexual] ter acontecido... e a minha família não acreditou. [Marta]

O que caracteriza a **transgressão enfatizada por escalada** é a perceção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajetórias de vida. A motivação para a transgressão não está apenas na gestão dos sentimentos negativos (ainda que esteja presente), mas também na experimentação e no divertimento/prazer que retiram disso, e que surge relacionado com as vivências de rua, com os amigos do bairro e com as sobrevivências na rua, aquando das fugas (de casa e das instituições).

Ia ao bairro, ia ter com eles [amigos] e depois era quando fazíamos porcarias. Esperar pessoas de outras escolas para roubar, partir janelas e portas, roubar carros. Tínhamos sempre uma coisa para fazer. Às vezes ou eu ou uma amiga minha estávamos com os outros a fazer porcarias, mandávamos mensagem para eles virem ter connosco para fazer porcarias... [Isabel].

No Lar... arranjei novas amigas. Comecei a fugir, saltava o muro, agredia as pessoas... comecei a fazer porcaria. Eu senti-me traída pela minha mãe. [Mara]

À heterodeterminação no envolvimento criminal, quando procuram justificar os seus comportamentos pelas experiências de vitimação e explicam as suas ações com base em fatores que não dependem delas, juntam-se discursos de iniciativa, controlo e prazer, associados à prática transgressiva. Os elementos narrativos que nos conduzem ao argumento da identificação com o desvio são, contudo, contrabalançados pelos discursos da conformidade e das construções funcionais do arrependimento, que tendem a surgir após aplicação da medida.

Transgressão-rebelde

Este é o exemplo de um percurso tocado pelas categorias vizinhas e onde podemos encontrar o jogo das centralidades/marginalidades posicionais, de que falámos anteriormente. Ou seja, se há jovens cuja narrativa os coloca no centro deste percurso, uma vez que a rebeldia e a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina são o que os leva a iniciar e a manter comportamentos transgressivos, outras há em que este percurso surge não no início, enquanto desencadeador da ação, mas na manutenção desses comportamentos, como vimos na *transgressão enfatizada por escalada*, e como podemos analisar, também, na *transgressão-influência*.

O grupo de jovens incluídas neste percurso (3/19) não apresenta históricos de vitimação familiar significativa, como encontramos no percurso anterior. São comuns, sim, as situações de ausência de supervisão e comunicação parentais, bem como situações de perdas que se traduzem em sentimentos de tristeza. Não há registo de permanência em instituições de promoção e proteção.

As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e querer experimentar, para testar limites (pessoais e sociais), o que faz com que a transgressão assuma um carácter de divertimento e de prazer que deve durar enquanto suscitar estas sensações, como fica claro no discurso de Inês (já referido, por partes, no capítulo anterior):

O meu objetivo é curtir a vida, viver cada dia que passa como se fosse o último. (...) tens alguém a experimentar e tu não podes experimentar? Se experimentar vou saber, se não experimentar não vou saber... pode ser também da adrenalina, não é? (...) Acho que toda a gente tem de experimentar alguma coisa pra saber com'ê q'ê. Se não experimentares como é que vais saber? Tudo nesta vida tem risco... Ver onde chegas, qual é o teu limite! Eu sou assim, gosto de saber qual

é o meu limite. Nesta vida ou morres, ou vais preso, ou foges! Existe uma vida tranquila... mas a vida sem risco não é nada, vida só sossego, só sossego, não... não faz sentido... não tem sentido.

Neste contexto, os seus discursos apelam para uma certa autodeterminação no envolvimento transgressivo, não apenas pela normalidade que lhe impu- tam, associado ao ser jovem (*é a juventude, coisas da vida que acontecem. Isto é normal nas raparigas quando veem assim muitos rapazes [Anita]*), mas também a um certo controlo e domínio sobre os seus comportamentos, estando nas suas mãos a decisão do início ou do fim, como nos mostram alguns excertos das narrativas:

Eu fui porque quis... ia a festas com as minhas amigas, comecei a entrar noutro mundo.

Hum, endireitar! Podia ser o objetivo dela [mãe], mas não era o meu!

Depois voltei para casa, comecei a ter de fazer as consultas, e vi que isto não era vida, estava farta. [Anita]

Entrevistadora: Se o menos importante é a vida que levas, cometendo crimes, porque não paras?

Inês: Não sei. Agora que estou mais acostumada não sinto nada.

E: Mas achas que podes fazer coisas mais graves?

I: Sim... mas ainda não cheguei nesse ponto!

E: E o que te está a conter?

I: A minha filha. Porque se fizer alguma coisa mais grave, quem sabe se não vou parar à prisão.

Transgressão-influência

Se o percurso anterior fica marcado pelos casos de fronteira, este percurso é, possivelmente, o que reúne histórias de vida mais divergentes (4/19⁶). Qual é, então, o ponto de encontro entre estas histórias? É a heterodeterminação no envolvimento transgressivo, ou seja, toda a narrativa é construída e se estrutura em torno da ideia de que o comportamento transgressivo foi resultado da influência de fatores externos, como nos mostram os excertos das narrativas de Verónica, Sónia e Teresa:

Tudo o que fiz, fiz porque estava completamente drogada [Verónica];

⁶ Este perfil reúne quatro jovens das dezanove que foram entrevistadas. Três estão com medidas tutelares na comunidade e uma com medida tutelar de internamento em Centro Educativo.

Comecei a fazer porcarias, (...) a tratar mal os meus pais, tudo por causa dele [namorado] (...). Comecei a fugir de casa pra poder estar com ele. [Sónia]

Foi muita influência mesmo. Foi um dos tempos em que eu ‘tive mais achegada aos amigos... dantes era mais influenciável. [Teresa]

A centralidade do fator influência neste percurso tende a secundarizar o peso de outras variáveis como os percursos transgressivos, as motivações e significações da transgressão e a condenação moral da transgressão. Ou seja, qualquer uma destas variáveis parece gravitar em torno da influência de fatores externos (drogas, namorados ou grupo de pares).

Sem históricos de vitimação familiar significativa, os problemas relacionais com a família agravam-se devido a esses fatores de influência externa. Por exemplo, quando os pais de Verónica descobriram que ela andava com o irmão e em más companhias, a relação entre eles tornou-se muito difícil e com muitas discussões. Ivone conta que *comecei a namorar aos treze com um rapaz mais velho que eu e foi desde aí que comecei a faltar ao respeito à minha mãe.*

Apesar de contarem com a passagem por instituições da promoção e proteção ou por mudanças de escola, a grande diferença relativamente às outras jovens é que qualquer um destes processos é desencadeado pelos próprios pais, como uma tentativa de controlar o comportamento das filhas. Segundo Ivone: (...) *Não obedecia à minha mãe... Estava mesmo... tapada [por causa do namorado]. Ao ponto de a minha mãe me pôr num colégio, porque já não tinha mão em mim.* Também Sónia foi acolhida numa Instituição de Promoção e Proteção e conta que: *A primeira vez foi por causa do meu ex-namorado, eu queria sair, a minha mãe não deixou, bateu-me (...) e fui fazer queixa à polícia. Estupidez... tudo por causa de querer estar com ele.* A permanência nas instituições parece ter acelerado os comportamentos transgressivos, principalmente por causa das fugas constantes. Ivone, por exemplo, assume diversas fugas com um grupo de outras jovens acolhidas. Iam para o Bairro Alto, onde bebiam até de madrugada, altura em que regressavam com a polícia. Sónia, por sua vez, conta que, quando chegou à instituição, chorou toda a noite, *mas depois as raparigas de lá, não eram más, eram compreensíveis, falavam... mas foi difícil. Entretanto, com as raparigas que assaltaram, pedi para ir com elas e fui ter com o meu ex. Depois é que assaltei a casa.*

Se o início da ação transgressiva é heterodeterminada, a manutenção dessas práticas reflete e reforça as singularidades discursivas, mostrando como na manutenção dos comportamentos transgressivos o sujeito é simultaneamente heteroautodeterminado. Se Verónica justifica o seu comportamento

desviante por ter entrado no mundo da droga “pelas mãos” do irmão, e lá ter continuado pela posterior dependência das drogas (*eu penso muito na droga*), Ivone, por exemplo, inicia o seu percurso transgressivo por causa do namorado, entra numa instituição de promoção e proteção na altura em que o namorado é preso, e mantém esses comportamentos transgressivos em nome da diversão: *Fugia do colégio quase todas as noites para ir para o Bairro Alto com as minhas amigas, aparecia no dia a seguir e pronto... divertíamos, ficávamos lá a conviver, a dançar. Mas depois tínhamos consequências... mas reagíamos bem, porque no dia seguinte já estávamos a fazer porcaria [risos]. Compensar, não compensava, mas já era mesmo por gozo.*

Transgressão circunstancial

As jovens situadas na *transgressão circunstancial*, todas com medidas tutelares na comunidade (3/19), organizam as suas narrativas em torno do carácter de exceção que é conferido ao comportamento transgressivo. Exceção pelo facto de não apresentarem prática de outros ilícitos criminais anteriores ao ilícito que levou à aplicação da medida tutelar educativa atual. Exceção porque o ilícito é descrito como uma situação ocasional e acidental. Exceção pois as suas vidas não se organizam em torno da prática transgressiva. Narram o acontecimento, descrevem o seu carácter circunstancial e, apesar de não concordarem com a medida, precisamente pela sua “excecionalidade”, não deixam de condenar o ato, como nos conta Anabela e Luísa.

Anabela: Houve uma certa noite, que foi quando aconteceu o tal coiso, que eu tinha estado a tarde toda em casa, mas nessa noite a minha mãe começou a beber e não sei quê e eu saí. E foi logo com pessoas que eu não devia ter saído (...). Eles costumam estar lá no jardim ao pé da casa da minha mãe. E nessa noite eu fui lá para ao pé deles e entretanto eles quiseram ir ao Amoreiras para comprar uns *phones* à ... a rapariga que roubou e tal e fez isso às miúdas... eu ‘tava lá ao pé deles. Eu gritei: – que ‘tás a fazer e não sei quê? (...) Eles começaram a correr e eu fui atrás... mas depois até as raparigas disseram que eu não tinha feito nada.

Entrevistadora: O que sentiste?

A: Que estava metida numa embrulhada e que não sabia o que estava ali a fazer. Que queria ir para casa.

Eu fiquei um bocadinho mal quando soube que tinha de fazer trabalho comunitário, porque eu tinha uma arma [branca] mas era para minha defesa, por causa do que me tinha acontecido. (...) Eu achei que não devia cumprir, porque me estava a tentar defender, mas compreendi porque é a lei... não é por me atacarem que eu tenho direito a andar com armas. [Luísa]

As (novas) dinâmicas familiares tendem a ser estáveis, ainda que criem, nas jovens, filhas de pais separados, algumas dissonâncias e discursos marcados por alguma mágoa, como podemos verificar nos relatos de Fátima e Luísa:

Fátima: O meu pai foi preso, separamo-nos e ele foi preso. Desde bebé que não moro com ele.

Entrevistadora: E não tens contacto com ele?

F: Não, antes mandava-me cartas, mas depois deixou de mandar. E eu respondia-lhe. Liga-me de vez em quando, mas é quando se lembra. Já estou habituada.

E: E o padastro, como te dás com ele?

F: Eu gosto dele, mas pai é pai, né?

Luísa: A minha mãe e o meu pai estão separados.

Entrevistadora: Como lidaste com a separação?

L: Perfeitamente normal, ainda era pequenina...

E: Vês o teu pai com frequência?

L: Depende... quando ele vem cá a trabalho vem-me ver, quando não vem, não vem... (...) a minha mãe nunca se casou. Não quer casamento... ela disse que aturar homens, não quer! Com o meu pai teve um relacionamento de dois ou três anos... mas acabou, ainda bem! Não era boa companhia para a minha mãe, então... (...) Ele coloca-se a ele primeiro.

Os discursos sobre o contexto familiar têm significações predominantemente positivas, mas não escondem os conflitos intergeracionais característicos da adolescência, nem tão-pouco os “jogos de poder” quer entre os progenitores que estão separados relativamente aos filhos, quer dos filhos para com os pais. Segundo Luísa: *Eles [os pais] andaram a fazer chantagem connosco a dizer: preferes o teu pai, preferes a tua mãe... e caiu um bocadinho mal... mas a culpa é do meu pai.*

Como todas as outras jovens, é com os amigos que estruturam os seus quotidianos, marcados, predominantemente, por atividades de lazer, tendencialmente normativas e comuns entre os jovens: *Mandamos mensagens pela net, vamos sair sempre para a discoteca; namorar; tomar café todos os dias e aos sábados e sextas saímos à noite.* Fica clara a fronteira que tendem a estabelecer entre elas, os amigos e os “amigos” desviantes (*São conhecidos, são pessoas que já andaram comigo na escola e não sei quê. Eu não os considero amigos [Anabela]; conhecíamos ela, mas não era muitas confianças... falávamos mas não era nada de... falávamos [Fátima]*).

Apesar de apresentarem percursos escolares marcados por dificuldades e pela falta de identificação com os currículos académicos formais, a escola

não surge como um espaço de indisciplina e de problemas comportamentais. Em todo o discurso tendem a demarcar-se de um percurso transgressivo.

6.2.3. Enlaçando pontas soltas

Feitos os recortes à realidade e delimitados os principais discursos e percursos transgressivos, damo-nos conta de que há pontas que ficam soltas, as quais se pretende aqui enlaçar. A escolha por um corte mais ou menos “justo”, influenciado pelas opções teórico-metodológicas da investigação, dá-nos acesso a uma parte da realidade, deixando outras realidades imersas. Os caminhos da transgressão não se fazem de uma única razão. Vimos como os diferentes discursos se combinam entre si, e como os percursos são o espelho da conjunção de fatores que aumentam ou diminuem as probabilidades de se seguir um ou outro trajeto. Nenhum desses fatores atua isoladamente, sendo a combinação dos efeitos positivos e negativos gerados por cada um que configura os distintos percursos. Como defende Lahire (2005), os atores não são feitos de um só pedaço, mas de colagens compostas, que estão expostas a dinâmicas sociais mais ou menos diversas.

Se há fatores estruturais que se parecem conjugar para a manutenção de determinada trajetória, há também momentos significativos de viragem que têm potencial para criar experiências, transformar vidas e propor outros percursos. A maternidade é um exemplo.

Para as jovens com filhos (quatro jovens), a transgressão é ressignificada a partir do momento em que nasce o/a filho/a (*Eu era uma ladra de primeira... agora não... agora sou mais caseira... antes eu era sempre, mas agora com o nascimento da minha filha tudo mudou* [Inês]) e todo o comportamento transgressivo parece surgir depois da expressão *antes de engravidar...* Apesar de as suas narrativas expressarem percursos transgressivos distintos, convergem, por um lado, na associação entre o nascimento do/a filho/a e a paragem na prática transgressiva e, por outro, na ideia de um amadurecimento e de uma mudança interior que as coloca noutra dimensão da responsabilidade (... *Há males que vêm por bem. Fez-me ver o mundo com outros olhos. (...) Se não fosse ele eu estaria noutra fase de toxicod dependência. É a luz da minha vida* [Marta]).

Em três dos discursos foi visível uma recontextualização das relações familiares por causa da gravidez. Para duas delas, a maternidade resultou numa reaproximação com a família (*Agora só me interessa o que pensam os meus pais e o pai dele [do filho]. A minha melhor amiga é a minha mãe. Antes não considerava assim, mas agora considero* [Sónia]; *Amizade, só se for das minhas irmãs e da minha mãe, que sempre me apoiaram...* [Anita]); na outra situação não houve propriamente uma reaproximação, levando em

consideração a desestruturação do contexto familiar, mas sim uma mudança de atitude relativamente à família. Marta invoca a sua experiência para justificar os comportamentos negligentes e maltratantes da mãe e da avó, dizendo: *Hoje em dia já entendo o porquê de tanta coisa que a minha avó nos fez a nós e o porquê da minha mãe nos ter largado também. (...) Eu virei-me para a minha mãe, já depois de ter sido mãe, e perguntei: – Se sabias como isto era, porque deixaste cá os teus filhos? Eu saí de casa, mas nem por isso eu deixar ficar o ..., ele está comigo para o resto da vida. (...) É o que eu penso hoje em dia com a minha mentalidade jovem, como fui mãe muito cedo e experimentei coisas que a gente só devia experimentar depois do casamento.*

Sem deixar de se constituir num fenómeno com grandes implicações desenvolvimentais para a jovem, tendendo a estar relacionado com o abandono escolar, com a ausência de profissionalização e uma má inserção no mercado de trabalho, a gravidez parece surgir, igualmente, como um fator de proteção contra a manutenção de comportamentos transgressivos.

Para Teresa foi a mudança de escola, desencadeada pela mãe, o passo importante para parar os seus comportamentos. Conta que, *por causa dessas coisas, mandaram-me estudar em Lisboa. Foi um pedido da minha mãe. A minha mãe não me avisou, ela só... Cheguei a casa e ela disse: – Amanhã comesças a estudar numa nova escola. (...). Isso fez-me mudar aos poucos. (...) Comunicava com elas [amigas], mas não estava tanto tempo com elas. A partir daí correu normalmente (...).* É uma aluna regular, com desempenho médio.

Sabemos como os fatores familiares (suporte e práticas familiares) são, simultaneamente, fatores de risco e de proteção. Se os ambientes familiares destas jovens são, em regra, agentes de risco pelos vários motivos já apontados, não é menos verdade que ter um adulto (progenitor ou não) que presta atenção e intervém no momento em que a jovem está a entrar na via delinquente parece ser fundamental, ainda que não resolva todas as situações. Não devemos descurar o facto de a própria transgressão ser, para algumas destas jovens, um ato de significação que lhes possibilita afirmar-se como sujeito da sua própria experiência, mesmo quando a transgressão é uma forma de “independência” em contexto de grandes dependências.

Uma outra “ponta solta” prende-se com os discursos sobre a importância do bairro nas suas vidas. As jovens com percursos transgressivos mais evidenciados (transgressão enfatizada por escalada e transgressão rebelde) são aquelas que, vivendo em bairros mais problemáticos, demonstram maiores sentimentos de pertença. *O meu bairro pode cair, mas é o meu bairro, cresci lá*, atesta Joana. Segundo Fernandes (2008: 86), “viver (n) o lado da cidade que o olhar dominante remete para a marginalidade produz uma,

chamemos-lhe, consciência de relegação”, no sentido da diferença relativamente à “boa cidade” (para sentimentos análogos de pertença a estes territórios relegados, ver Chaves, 1999 e Cunha, 2002). A esta ideia acrescentamos a noção de religação, manifesta nos sentimentos de pertença que as jovens expressam relativamente ao bairro. Lugar de encontros e pertenças, o Bairro assume-se como o espaço para onde desejam sempre regressar e com o qual se identificam, como refere Cristina: *É um bairro um pouco problemático. Há sempre confusões. Mas gosto de viver lá e não tenho receio de viver lá.* Não deixa de ser interessante relevar, nos discursos destas jovens, as atividades de base comunitária que surgem com potencial para desenvolver fatores de proteção junto dos jovens de bairro, através de atividades recreativas e desportivas. Segundo Joana: *O bairro está mais calmo por causa da casa da cultura para os jovens, e agora os mais velhos estão a trabalhar lá, é uma coisa que é boa, porque mantém o respeito lá dentro. Acho que é bom, porque o bairro está a evoluir.* Se a comunidade de origem nem sempre se constitui numa comunidade protetora e de oportunidades, estes projetos comunitários podem constituir-se como pontos de viragem. *Eles lá ajudam-nos a ser o que somos. Arranjam-nos trabalho, curso... assim!*, diz Inês.

Quanto menos identitária for a prática transgressiva, mais visíveis tendem a ser os discursos de afastamento relativamente ao bairro, principalmente se ele for problemático. *O que os jovens fazem torna a zona um bocado violenta. Eu desligo-me um bocado desse mundo*, como exprime Teresa. Também Anabela mostra que: *No bairro onde eu morava não tinha nem metade da violência que tem no sítio onde eu moro... não vejo ninguém na rua... as únicas pessoas que a gente tem na rua são ciganos e pretos... pronto... fico sempre com medo, vou ser assaltada!*

Enlaçadas algumas pontas soltas, porque sabemos que outras surgirão de novos aprofundamentos, analisamos como os sujeitos se constroem através do discurso e como, através dessas narrativas, (re)escrevem e (re)significam os seus caminhos. Foram propostos tipos de percursos transgressivos, mas em nenhum momento deixamos de nos interpelar “... sobre o nosso gosto por categorizações: simplificam a realidade e, se nos contentarmos com elas, ocultarão mecanismos de fundo (...). Além disso arriscam-se a ocultar o que há de comum em indivíduos que repartimos em categorias muito diferentes, arriscando-se a apagar no interior de cada categoria as trajectórias pessoais, no que têm de irreduzível e único. Por último, ocultam sempre o trabalho simbólico que está sempre presente no acto de categorizar (...)” (Fernandes e Pinto, 2008: 218).

Conclusões

Finalizando e repensando

É evidente que o conhecimento do social (...) carrila através de conceitos (...). O que acontece, não raras vezes, é que os conceitos des-carrilam, (...) e ficam abandonados, enquanto a realidade, em transformação, se afasta cada vez mais desses conceitos. (...) Como fazer carrilar o conhecimento através de novos conceitos que nos permitam apanhar essa realidade posta em fuga pelas conceptualizações rangan-tes do social? (Pais, 2002: 35)

É este “vadiar sociológico”, proposto por Machado Pais (Pais, 2002), que aqui se pretende retomar ao expor os principais pontos de chegada da investigação, (re)lidos à luz dos questionamentos iniciais e das escolhas teórico-metodológicas que foram feitas. Além disso, é também altura para apresentar as principais descobertas e contribuições da pesquisa e refletir sobre os novos problemas e pistas de investigação.

No presente estudo propusemo-nos compreender uma das faces invisíveis da delinquência juvenil, aquela que é praticada por raparigas. Durante o processo de pesquisa, tornou-se inquietante observar a carência de estudos sobre essa temática, especificamente em Portugal, mas também as “resistências” que foram sendo encontradas nas primeiras aproximações ao terreno¹, e que davam corpo ao lugar-comum de que as raparigas, neste campo, são poucas, pouco importantes e não constituem problema social. Mas as dúvidas iniciais persistiam porque todos/as concordavam que as raparigas “escapam” mais ao sistema de justiça que os rapazes. Além disso, a sua pouca representatividade parecia justificar uma menor atenção às especificidades destas e uma diminuição da importância de formar técnicos nas e para as questões de género. Mais ainda, na altura em que se reestruturava a Reinserção Social, fechando-se centros educativos, começava a fazer-se sentir uma nova realidade no sistema da proteção: as jovens entravam cada vez mais tarde, com comportamentos

¹ Que foram realizadas em 2008 (ver ponto 3.3.).

desviantes e indícios de práticas delinquentes. Dissertar sobre a participação feminina na delinquência juvenil tornava-se um grande desafio.

Aceitando a provocação dos estudos mais recentes que subscrevem a necessidade de investigações exploratórias que enquadrem e permitam ouvir as vozes silenciadas das raparigas em conflito com a lei, esta pesquisa propôs-se captar as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em conflito com a lei, reconciliando as diegeses académicas com as vozes e as narrativas das jovens. Trabalharam-se conceitos e métodos disponibilizados por três grandes abordagens teóricas sensíveis à compreensão de como as pessoas transformam influências objetivas em iniciativas subjetivas e capazes de dar visibilidade às raparigas. A escolha das teorias interacionistas, da ação estruturada e das perspetivas feministas abriu o espectro de análise ao discutir as dinâmicas que transformam as jovens em delinquentes, ao contextualizar o seu posicionamento discursivo, ao destacar a construção de género como um compromisso situado social, interacional e incorporadamente (Messerchmidt, 1997) e ao ser sensível para a utilização de metodologias que promovam avaliações contextualizadas do comportamento delitivo feminino.

Além disso, permitiu o envolvimento em alguns debates que têm sido feitos sobre o papel da figura feminina na delinquência: o debate em torno da construção da sua invisibilidade social, os questionamentos sobre juventudes femininas e novas feminilidades e os debates de superação dos discursos dicotómicos da vitimação *versus* agência. À medida que a pesquisa se foi fechando, estes debates foram ganhando forma e enformando o objeto de estudo. Nesta esteira, privilegiou-se um olhar em profundidade e de dentro, o que significou seguir o caminho delineado pelo método da análise intensiva. A *démarche* compreensiva das histórias de vida permitiu traçar um perfil sociológico das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, aceder aos discursos dominantes sobre a transgressão e mostrar que os percursos transgressivos são diversificados.

Recolocada a pesquisa, salientam-se algumas das conclusões a que fomos chegando.

Snapshot² da delinquência juvenil feminina: (n) o ardil das “causas”

Se a invisibilidade do fenómeno da delinquência juvenil feminina nos conduz à necessidade de traçar o retrato social das jovens com medidas tutelares educativas em Portugal, os esforços desta investigação destacam a igual necessidade de leituras dinâmicas com ângulo retrospectivo, precisamente

² Imagem momentânea de uma cena da realidade.

para afastar o risco de desenvolvermos uma construção do real demasiadamente simplista e redutora, assente em nexos de causalidade que devem ser utilizados “com a máxima cautela, até para que não façamos o que criticamos, isto é, para que não reforçemos os preconceitos que depreciam os pobres, já tão penalizados pela própria pobreza” (Soares, Bill e Athayth, 2005: 208). Se é preciso reconhecer que há laços prováveis entre realidades que aumentam a vulnerabilidade de determinados grupos e criam um terreno mais propício à transgressão, é perigoso transformarmos todos os comportamentos transgressivos, principalmente nestas faixas etárias, em comportamentos pré-delinquentes. Por isso é importante “não deixar de reconhecer as contradições, os paradoxos, as várias espadas de dois gumes e a pluralidade de ‘zonas cinzentas’, todas elas intrínsecas à realidade social” (Lopes *et al.*, 2010: 52). Ao traçar um perfil da rapariga em conflito com a lei, procurou-se estar atento aos riscos da universalização oculta de um determinado conceito de rapariga delinquente e da respetiva experiência e agencialidade feminina. Assim, parece útil cortar com as lógicas fatalistas e abrir a possibilidade de ver a transgressão feminina também como um processo de escolha. Esta opção, não descurando as limitações da condição social e as restrições ao leque de alternativas, permite evitar “raciocínios apressados” (Constantino, 2001: 162) pouco atentos à ação do sujeito.

Quem são, então, as jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas? Quais as principais razões que facilitam a sua entrada no mundo da delinquência? Qual o papel dos principais contextos interativos e socializadores para o desenvolvimento das práticas transgressivas destas jovens? A resposta a estas questões foi dada a partir do cruzamento da revisão da literatura³ com o material empírico que foi sendo recolhido através da observação, da análise dos processos individuais e das entrevistas realizadas às jovens. Reunidos, permitiram um olhar abrangente sobre a realidade e possibilitaram perceber as trajetórias contextualizadas no seu encadeamento de práticas e atividades quotidianas, mas também perceber as suas fronteiras e apreender as margens sobre as quais se levantam pontes para outros contextos (Pais, 2002).

As jovens com medidas tutelares educativas têm entre os 16 e os 17 anos, são maioritariamente de nacionalidade portuguesa e residem em zonas desfavorecidas do ponto de vista económico e social. Contudo, são as jovens internadas em Centro Educativo que tendem a espelhar, neste domínio, maiores fatores de risco e vulnerabilidade em razão da idade, da etnicidade e da

³ Optou-se, maioritariamente, pela literatura em inglês sobre a delinquência feminina na Europa, Canadá e Estados Unidos. Utilizou-se toda a literatura disponível em português para retratar a realidade em Portugal, extensível também à realidade brasileira.

classe social. São percentualmente mais novas do que as jovens com medidas não institucionais (42% estão na faixa dos 14-15 anos, contra 6,7%). A maioria é de origem africana, seja por nacionalidade e/ou etnicidade. Estão mais representadas em bairros de realojamento social, identificados como bairros problemáticos.

As estruturas e dinâmicas familiares surgem como um *puzzle* onde faltam peças. Marcados por muitas transições, decomposições e recomposições, os contextos familiares destas jovens ficam marcados pela vivência de repetidas rupturas nos vínculos afetivos e relacionais e pela exposição (direta e indireta) a diferentes formas de maus-tratos. São comuns as histórias de abandonos e privações várias, vivenciadas em idades precoces. Destacam-se três principais tipos de abandono: 1) abandono pela ausência de um ou dos dois progenitores. Sessenta e três por cento dos agregados não contam com a presença de um dos progenitores biológicos, e os principais motivos apontados são o falecimento (47%), a separação/divórcio (47%) e a detenção (6%). Para a generalidade, é a figura paterna que tende a estar ausente do processo educativo. Esta ausência, física e/ou emocional, é fator de sofrimento para as jovens; 2) abandono pelo sentimento de insegurança na relação familiar, não encontrando nas figuras parentais o equilíbrio emocional necessário para um desenvolvimento saudável. Geralmente, tal acontece ou porque cresceram espalhadas por vários núcleos familiares ou pela falta de convivência familiar estruturada no espaço e no tempo; 3) abandono por via da prática reiterada de maus-tratos. A criança/adolescente não encontra assim apoio na/da família, atingindo-se o seu núcleo fundamental de proteção, afeto e dependência, principalmente se os maus-tratos forem perpetrados no interior da família.

A estas formas de abandono associam-se outros aspetos relacionados com a carência de limites intrafamiliares, a falta de supervisão e comunicação parentais e a ideia de que os quotidianos são geridos pelas próprias jovens. Estas situações estão relacionadas com modelos familiares frágeis, mas também com a dificuldade sentida por estas famílias na organização das responsabilidades profissionais de modo a privilegiar a presença em casa.

As relações familiares assumem uma importância significativa para as jovens e estruturam-se em torno de três grandes imagens: 1) na demonstração de um ideal de proximidade familiar, o qual é concomitante com a descrição de sentimentos negativos face a abusos de que foram vítimas diretas ou indiretas. As respostas a esta ambivalência são várias e fazem-se, normalmente, pela construção de discursos idealizados em torno da família, pelo ímpeto de proteção familiar, pelos discursos de culpabilização e desculpabilização da família e pelos sentimentos de revolta associados; 2) na relação com as figuras educativas, onde a figura da mãe assume a centralidade e com a qual

mantêm uma relação de “amor-ódio”, pois é relativamente a ela que expressam frustrações, desamparos e alegrias, e é em torno do não cumprimento das expectativas maternas que as jovens vivem e experienciam os seus fracassos; 3) na relação com os irmãos. Pertencentes a grandes fratrias (60% pertencem a fratrias de mais de três irmãos), quando têm irmãos com percursos transgressivos (normalmente são mais velhos) é com eles que se identificam, sentem mais afinidades e proximidade, ainda que seja com os mais novos que mantêm relação mais forte e sentimentos de proteção (quase maternal). As raparigas tornam-se muito protetoras dos membros mais vulneráveis (principalmente os irmãos e as avós), assumindo um discurso de proteção.

Apresentando percursos de insucesso escolar, 63% das jovens, à data da aplicação da medida tutelar educativa, tinham o 2.º Ciclo, que parece surgir, neste contexto, como um obstáculo difícil de transpor e onde se intensificam as situações de absentismo, desmotivação e as consequentes reprovações; 26% tinham o 3.º Ciclo e 11% o 1.º Ciclo. Mais do que não gostar da escola, que surge para as jovens como um lugar de encontros e sociabilidades, é com as aulas que elas não se identificam e com o não gostar de estudar que justificam o seu desinteresse. Por isso, faltam para estar com os amigos e/ou namorados ou então para ficar em casa. Menos significativos, mas igualmente pertinentes, são os discursos que canalizam a culpa do insucesso para os professores e aqueles que denunciam o efeito da diferença de idade no crescente desinteresse que manifestam pela escola. Em 41% dos casos associam-se a este percurso problemas comportamentais e disciplinares que resultaram em suspensões e expulsões. A relação com a escola está longe de ser aquilo que é esperado, e estes percursos de insucesso, indisciplina e abandono, associados a outros contextos de risco, acabam por transformar-se num trampolim para a entrada no sistema de proteção.

Apesar de verbalizarem que a escola é importante e que sem formação o futuro fica mais comprometido, a escola não faz parte dos seus projetos para o futuro. E se, no presente, “retornam” à escola, fazem-no no âmbito da aplicação das medidas tutelares educativas que, para as jovens em Centro Educativo, significou a frequência de Cursos EFA B2 e B3, com dupla certificação, para dar equivalência ao 2.º ou 3.º Ciclos; e para as jovens com medidas na comunidade, o esforço de integração diferenciada em Cursos de Formação Profissional ou no ensino regular.

Vimos que é da escola que fogem para ir ter com os/as amigos/as e que neles/as procuram companhia e apoio emocional e social, compensador das ausências e desestruturas familiares. Todo o contexto de vida destas jovens leva a que passem muito do seu tempo fora de casa e, associando-se ao seu grupo de amigos/as, preenchem os quotidianos, fazem as primeiras

experimentações e testam os seus limites. Nesta esfera, apresentam traços característicos da adolescência e das feminilidades, ou seja, integram-se em grupo de pares alargados, de diferentes contextos (de infância, do bairro, da escola....), e constituídos por rapazes e raparigas. As amizades mais próximas desenvolvem-se em grupos mais restritos e é, normalmente, com outras raparigas que procuram companhia para ir a festas, passear na comunidade, sair com rapazes e experimentar o risco. Se esta experimentação tem um carácter de normalidade na faixa etária em questão, no caso destas jovens, que apresentam um acumular de outros riscos relacionados com o número de contextos com os quais têm ligações negativas, parece colocá-las em situação de risco ou para iniciar comportamentos de risco (consumos de substâncias, comportamentos sexuais de risco, fugas de casa, prática de ilícitos, entre outros) ou para ficar em risco de sofrer consequências negativas para a saúde, quando a prática destes comportamentos já é visível.

No que se refere ao grupo de pares, o que parece constituir-se fator de risco de delinquência é a integração em grupos de pares mais velhos e com prática de comportamentos transgressivos. É normalmente em grupo que cometem mais infrações e com mais frequência, havendo uma tendência para que as raparigas sigam outras raparigas, como já demonstrara Giordano (2002) na sua investigação. Às amizades de infância, do bairro e/ou da escola, juntam-se, por um lado, as amizades estratégicas e funcionais que nascem das vivências de rua e que, em situações de fuga de casa, permitem encontrar alternativas à própria rua, e, por outro lado, as amizades “levadas para” e/ou feitas nas instituições da proteção.

Apesar de 44% das jovens terem familiares e namorados/ex-namorados identificados com contactos com a justiça e de a literatura apontar que, além dos amigos/as, o envolvimento criminal dos familiares e dos namorados/companheiros tem uma influência significativa nos percursos e nas escolhas das jovens raparigas, os dados não permitem concluir que estes influenciem mais do que os amigos. E se em algumas situações podem ser o motor dos comportamentos desviantes, o que parece sobressair é o contacto e a aprendizagem com os amigos e a procura e gestão de comportamentos de risco. O discurso da identificação com os pares e de que a decisão pelo caminho da transgressão, mesmo feito em contexto grupal, é, em última instância, das próprias parece ultrapassar o discurso da pressão.

Metade das jovens com medidas tutelares educativas apresenta percursos de institucionalização anteriores, no âmbito da aplicação de medidas de promoção e proteção, ficando visível uma certa mobilidade entre os sistemas de proteção e justiça juvenil. As jovens em Centro Educativo apresentam mais percursos institucionais (75% contra 20% das jovens com medidas na

comunidade), percursos mais complexos, com acumulação de processos e em idades mais precoces. Neste contexto, as relações “extramuros” são também as relações “intramuros”. Os caminhos de metade das jovens que estão em Centro Educativo cruzaram-se na infância, no bairro, e juntas entraram nos sistemas da proteção e da justiça. A passagem pelas instituições de proteção, para todas as jovens, fica marcada pelas fugas consecutivas e por comportamentos agressivos dentro da instituição, ao qual se junta o agravamento dos comportamentos.

Em conformidade com o que tem sido apontado pela literatura, a prática de ilícitos contra a propriedade, especificamente o roubo (62,9%), e contra a integridade física (40,7%) é a mais expressiva. Comparando análises estatísticas com os dados recolhidos, fica em aberto a possibilidade de as raparigas estarem a usar de mais violência, possivelmente pela emergência e aumento do número de ilícitos praticados em coautoria. Neste quadro é importante destacar que, ao contrário do que se verifica em estudos realizados com mulheres reclusas, a categoria “droga” não é o eixo central em torno do qual se desenvolvem os atos ilícitos destas jovens, ainda que as experimentações e os consumos de álcool e drogas estructurem parte das suas vivências e sociabilidades.

O comportamento das jovens parece ver nascer outras motivações que as colocam no caminho de uma procura mais ativa do risco, da experimentação e do divertimento. Tal dá corpo e forma a uma certa imprevisibilidade que as jovens referem na passagem ao ato, sendo que a ofensa não parece surgir como algo planeado, mas como um meio onde encontram divertimento, onde testam limites, onde expressam emoções e gerem sentimentos e, por este motivo, fazem-no maioritariamente em grupo. A atividade criminal descrita como uma atividade solitária é bastante pontual. A escolha das vítimas (pessoas) e da abordagem é que parece ser mais seletiva. Escolhem os *betos* e o *bom griffe* e, por norma, optam por jovens da mesma idade ou mais novos, da mesma altura e do mesmo sexo. Nem sempre as jovens assumem um papel de protagonistas na prática do ilícito, surgindo em papéis mais secundários e/ou de espectador, mas, quando o fazem, mostram como a abordagem segue uma escolha racional de disponibilidades, probabilidades, recursos e riscos. Com o dinheiro ou com a venda/troca do resultado do roubo, as jovens normalmente compram drogas leves e roupas de marca. Da análise dos seus discursos foi possível encontrar seis tipos de justificações para o seu comportamento. A mais comum é a desvalorização do ato e da nocividade do seu comportamento, ao considerarem que eles não são graves. Associado a esta desvalorização, há também uma desqualificação do ator, principalmente das vítimas, pelo processo de afastamento identitário.

A esta incapacidade de dimensionar os efeitos que os seus atos provocam sobre outros, junta-se uma certa incapacidade para determinar a consequência dos seus atos e, “se a primeira vez correu bem, a segunda também há de correr.” Outras explicações são direcionadas para a passagem por Lares de Infância e Juventude. Atribuem culpas à instituição, ao considerarem que a passagem pelo “colégio” piorou os seus comportamentos. Menos comuns, mas igualmente significativas, são as injustiças do sistema, as explicações mais fatalistas que se orientam pela ideia de um destino que parece já estar traçado e, por fim, a necessidade de serem respeitadas; por isso, é necessário não ceder e passar uma imagem de força.

Estas justificações jogam, igualmente, com as construções de arrependimento, que assumem duas principais expressões. Na primeira, o arrependimento surge no momento da prática transgressiva, e habitualmente está relacionado com sentimentos de condescendência e preocupação com o outro, apresentando-se assim como “tipicamente” feminino nos modelos que o marcam. Em segundo lugar, as construções funcionais de arrependimento emergem do processo reflexivo iniciado com a aplicação da medida tutelar educativa, acompanhando-se também dos consecutivos discursos de adaptação e apreensão das normatividades. Nestes ajustamentos secundários encontramos uma expressão da agencialidade destas jovens.

As jovens em Centro Educativo estão, maioritariamente, a executar medidas tutelares de internamento em Regime Semiaberto. As jovens acompanhadas pelas Equipas Tutelares Educativas estavam a cumprir medidas de Acompanhamento Educativo (47%), de Imposição de Obrigações (40%) e de Prestação de Tarefas a Favor da Comunidade (13%). Estas medidas são a expressão da tendência atual na aplicação de medidas não institucionais, como analisado no Capítulo 1. A respeito da aplicação das medidas, a maioria das jovens considera a medida aplicada injusta pelas razões apontadas acima, assim como considera que a justiça é lenta, não é eficaz e interrompe as suas vidas. Quando olhamos para o hiato de tempo entre a prática do ilícito e a data da decisão judicial, estando em causa a aplicação de uma medida quer institucional quer não institucional, aquele nunca é inferior, em média, a doze meses.

Temos visto como os discursos das jovens, no que se refere às práticas transgressivas, dão conta de que elas não estão passivas e que procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades e não propriamente construindo masculinidades, mesmo quando desafiam as noções que elas próprias têm do que é considerado apropriado para as raparigas. Falamos de outras feminilidades, mais rebeldes, e que combinam práticas convencionais e atípicas de género, que mostram como existe uma

pluralidade de formas em que o gênero pode ser construído. A violência dos seus comportamentos e a liberdade, autonomia e independência que reclamam para si, pelas fugas de casa, pelas experimentações de álcool e drogas, pela prática de ilícitos, entre outros, não deixam de esbarrar na manutenção de discursos e concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, que são utilizados para falar sobre as responsabilidades familiares e domésticas, mesmo quando fogem de casa; para justificar o maior controle social e familiar, que tendencialmente as constrange no interior da esfera privada; para contar as vivências da maternidade; para se referirem aos projetos de futuro, que seguem modelos de vida socialmente significativos e que mantêm as diferenças e marcas de gênero; e até para exprimirem o papel da rapariga na transgressão, ou seja, apesar de a rapariga poder fazer tudo que os rapazes fazem, neles é normal, mas nas raparigas é *muito feio*. Como defendem Chesney-Lind e Shelden (1992), as raparigas experienciam a sua infância e adolescência pintadas com as cores do gênero. Assim, rapazes e raparigas não vivem no mesmo mundo e não fazem as mesmas escolhas.

Iniciando-se na vida sexual de forma precoce, a gravidez na adolescência, não planeada, é uma realidade visível. Da análise dos processos foi possível verificar que cinco jovens tinham filhos, uma estava grávida e duas tinham realizado uma IVG. Para nenhuma delas a gravidez foi planeada ou fazia parte de um projeto de vida, mas, para todas, foi um momento decisivo e de viragem (amadurecimento e mudança interior). O apoio e o suporte emocional dos pais e/ou do namorado parecem ser um ingrediente importante na decisão de avançar ou interromper a gravidez. Em duas das situações os/as filhos/as estavam com medida de promoção e proteção.

Feito o retrato das jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, torna-se indispensável mostrar como a polifonia das suas vozes resultou em diferentes discursos e percursos transgressivos, dando conta, por um lado, de que as trajetórias de vida são construídas pelas escolhas e pelas ações que os sujeitos adotam dentro de um campo limitado de possibilidades e, por outro, de que o mesmo “rótulo” é aplicado a percursos descontínuos e diferenciados. Para perceber a delinquência, precisamos de apreciar como a estrutura e a ação são inextrincáveis nas atividades do quotidiano e como isso se reflete nos diferentes percursos de vida.

A polifonia de vozes na construção dos discursos e percursos transgressivos

O trabalho exploratório e a elaboração dos retratos sociológicos, reveladores da complexidade de situações associadas à pluralidade de disposições e de elementos identitários, permitiram identificar discursos dominantes em relação à transgressão que revelaram os detalhes para a compreensão dos

diferentes percursos transgressivos. Sem preocupação de fazer generalizações ou considerar que os discursos e os percursos representam toda a diversidade feminina de jovens infratoras, quis-se salientar as articulações singulares que enformam os seus percursos de vida e as suas escolhas e, mais uma vez, destacar o aparecimento das jovens como sujeitos sociais, que encontraram, nas utilizações da linguagem, um espaço de agencialidade por excelência.

Atribuindo às jovens a condição de “autores da sua vida” e assumindo que é a partir das narrativas que constroem as suas experiências, a emergência dos discursos dominantes em torno da transgressão levou em consideração três principais elementos: 1) as estratégias de autoapresentação, que assumiram a forma de discursos de conformidade relativamente aos papéis de género e às feminilidades, aos discursos para o futuro, às reflexões em torno do arrependimento face à transgressão e aos discursos de encaixe nas expectativas do “sistema”; assumiram também a forma de discursos de vitimização, orientados para as explicações e justificações que elas procuram dar para o seu comportamento transgressivo e para os sentimentos de injustiça sentidos na aplicação das medidas tutelares educativas. Recriando e animando os conteúdos discursivos, estas estratégias de autoapresentação não só enfatizam a dimensão de um sujeito que age dentro de um contexto específico como refletem os constrangimentos à ação; 2) as ambivalências e incoerências narrativas visíveis na idealização discursiva e nas oscilações entre os discursos normativos e desviantes; 3) o cruzamento dos eixos vitimização/agencialidade abre a possibilidade de encaixar discursos que rompam com os olhares tradicionais.

Apercebemo-nos, nestes discursos, de como os agentes da transgressão são diversificados e como as jovens se (re)posicionam face a eles. Uma mostram como a transgressão surge da *gestão de sentimentos negativos*, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelas histórias de maus-tratos, abandonos e institucionalizações. Para outras foi a *procura do “risco-aventura”*, da experimentação e da adrenalina o motor para a prática transgressiva. A *heteroautodeterminação* é um discurso que dá conta da ambiguidade de posicionamento das jovens face à transgressão. Para outras ainda a transgressão surge como uma *exceção*.

Foi nestas dinâmicas e nos diálogos que se estabeleceram com certas categorias – como a vitimização familiar, os percursos de institucionalização, os percursos transgressivos, as motivações e significados da transgressão e a condenação moral da transgressão – que os perfis de percursos transgressivos foram tomando forma. *Transgressão enfatizada* (por revolta ou por escalada), *transgressão-rebelde*, *transgressão-influência* e *transgressão circunstancial* foram os quatro percursos identificados, os quais foram entendidos

numa perspectiva dinâmica, por um lado, para nos permitir captar os casos situados nas zonas de fronteira e, por outro, porque existe sempre a possibilidade de certos acontecimentos ou experiências de vida infletirem o sentido, subjetivo e objetivo, da própria trajetória.

A *transgressão enfatizada* é a dominante no conjunto das jovens entrevistadas, particularmente nas jovens em Centro Educativo. É o perfil que concentra percursos de maior vitimação familiar, histórias densas e heterogêneas de transgressão e delinquência, institucionalizações sucessivas, em regra desencadeadas pela ação de organismos externos, marcadas pelas fugas consecutivas e pelo agravamento dos comportamentos transgressivos. Este é um percurso bifurcado. As jovens cuja transgressão é enfatizada *por revolta* organizam as suas narrativas em torno da gestão dos sentimentos negativos, que se materializam na auto e heteroagressividade. Há uma condenação moral aparente da transgressão que é legitimada pelos sentimentos negativos. Na transgressão enfatizada *por escalada* há a percepção de que o comportamento transgressivo se foi agravando e reforçando ao longo das trajetórias de vida. A experimentação e a procura de divertimento/prazer, junto dos amigos, assumem aqui uma importância significativa. À heterodeterminação no envolvimento criminal juntam-se discursos de iniciativa, controlo e prazer associados à prática transgressiva, e pela qual não evidenciam uma condenação moral, mas apenas um arrependimento pós-medida. Na *transgressão-rebelde* a procura do risco-aventura e dos sentimentos de adrenalina é o que leva as jovens a iniciar e a manter comportamentos transgressivos. Não apresentam históricos de vitimação familiar significativa, nem registos de permanência em instituições de proteção. As motivações para a transgressão são encontradas nos/as amigos/as, na rebeldia de se ser jovem e no querer testar limites. Os discursos apelam para uma certa autodeterminação no envolvimento transgressivo, como se estivesse nas suas mãos a decisão do início ou do fim.

A característica central da *transgressão-influência* é a heterodeterminação no envolvimento transgressivo e a ideia de que este é resultado da influência de fatores externos (drogas, namorados e amigos/as). A centralidade do fator influência secundariza o peso de todas as outras variáveis. Por exemplo, sem histórias expressivas de vitimação familiar, os problemas relacionais com a família surgem e/ou agravam-se devido a esses fatores de influência externa. Vão para as instituições e delas fogem por causa desses fatores.

Por fim, na *transgressão circunstancial*, as jovens organizam as suas narrativas em torno do carácter de exceção e de casualidade que é conferido ao comportamento transgressivo, demarcando-se de qualquer identidade desviante ou percurso transgressivo. As (novas) dinâmicas familiares tendem

a ser estáveis, ainda que criem, nas jovens, filhas de pais separados, alguns discursos marcados por alguma mágoa. Mantêm atividades de lazer tendencialmente normativas e comuns entre os jovens. Apesar de não concordarem com a medida, precisamente pela sua “excepcionalidade”, não deixam de condenar o ato.

Ao descrevermos os diferentes tipos de percursos e de jovens associados a cada contexto, acreditamos ter alertado para a importância de pensar a delinquência juvenil feminina como heterogénea. Regular a sociedade a partir de uma única descrição de transgressão feminina, sem ter presente os diferentes discursos e percursos transgressivos, pode ser contraproducente. É importante que a sociedade e os vários profissionais diretamente envolvidos sejam sensíveis aos repertórios interpretativos utilizados pelas jovens e reconheçam como estes podem ampliar ou limitar as possibilidades de sentido sobre a transgressão.

No trilho das reflexões futuras

Vimos como o tema da delinquência juvenil feminina nos desafia, mas estamos certos de que esta é uma discussão que deve ser feita, para servir de base a um esforço que coloque as raparigas delinquentes nas preocupações do sistema de justiça juvenil e seja fértil no levantamento de novos questionamentos teóricos e metodológicos. Parece ser o momento, em parte gerado pela visibilidade de episódios agressivos com raparigas, de começar a desenvolver uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática.

Não podemos, contudo, começar a prevenir, nem tão-pouco a perceber os significados dos comportamentos das raparigas, sem primeiro reconhecer que essa violência existe. Aqui avançamos com o primeiro desafio: o de repensar as categorias de violência e delinquência feminina. Não falamos apenas das categorias legais. Pais, professores, trabalhadores sociais, vizinhança jogam um papel fundamental na definição do que tem sido aceite ou não no comportamento das raparigas. E se a violência feminina é “um conceito vazio” (Batacharya, 2004: 77), é-o pelas tentativas institucionalizadas de simplificar aquilo que não é simples e de colonizar definições em função do que tem sido utilizado junto de amostras masculinas. Muitos dos comportamentos transgressivos das raparigas continuam nas zonas cinzentas dos espaços de ninguém que têm sido criados pelas dificuldades práticas de articulação entre a ação da promoção e proteção e a ação tutelar educativa. Vimos como o fenómeno da delinquência juvenil feminina, especialmente em Portugal, é uma temática aberta, numa multiplicidade de frentes, por serem escassos os estudos que permitam: 1) examinar a relação entre a

evolução do comportamento delinvente das raparigas e o desenvolvimento da sua adaptação pessoal e social, como são exemplo os estudos longitudinais; 2) aprofundar os diferentes contextos em que emerge o comportamento transgressivo e delinvente cometido por raparigas; 3) analisar as significações atribuídas pelos diferentes protagonistas (*e.g.*, vítimas, polícia, tribunais, técnicos de ação e reinserção social) a esse comportamento; 4) compreender a relação entre os comportamentos transgressivos e delinquentes e a construção de feminilidades; 5) questionar os processos de judicialização, de “tratamento” das raparigas por parte da justiça e da adequação das estratégias de intervenção destinadas a jovens raparigas sob a alçada da justiça juvenil. Destaca-se igualmente a utilidade de estudos que trouxessem para a discussão o conceito da “interseccionalidade” pela sua capacidade analítica de captar as relações entre as categorias socioculturais e as identidades, onde os conceitos de género, raça, etnicidade, sexualidade, classe ou nacionalidade são examinados. Fazer variar apenas uma das categorias tende a homogeneizar as restantes que são igualmente importantes para a compreensão dos fenómenos sociais. A este segundo desafio junta-se um terceiro relacionado com a necessidade de mais estudos qualitativos que destaquem as experiências e as motivações que operam na vida das raparigas. Não descurando a importância de outras metodologias e amostras, acredita-se que para a prevenção e a intervenção funcionarem estas devem estar conectadas às realidades, aos significados e aos efeitos das experiências femininas.

Desta investigação, há três questões que emergem, mas que ficam por aprofundar. As duas primeiras referem-se à compreensão de dinâmicas de transição. Ao contrário do constatado em estudos portugueses com mulheres reclusas (Cunha, 2002; Matos, 2008) e em estudos estrangeiros com raparigas delinquentes, de forma particular no Brasil (Assis e Constantino, 2001), as drogas não são o eixo central em torno do qual se organizam os ilícitos destas jovens. Ficam então por aprofundar estas diferenças e este caminho que liga a experimentação, que dá forma aos quotidianos e às práticas de lazer das jovens, à centralidade das drogas na explicação da criminalidade feminina. A outra transição que fica por explorar prende-se com as passagens do sistema de proteção para o sistema tutelar educativo e para o sistema penal. O que acontece às jovens nessas intermitências dos sistemas? A última refere-se aos sentidos e intensidades da violência na prática dos ilícitos criminais, que parecem estar a sofrer alterações. Encontramos, junto destas jovens, desvios característicos da adolescência (*e.g.*, consumos de álcool, tabaco e drogas, comportamentos de risco e de teste de limites associados à importância do grupo de pares e à necessidade de autonomização), de cunho feminino (*e.g.*, fugas de casa, gravidez na adolescência, autoagressividade,

agressão verbal e relacional), como tem sido apontado pela literatura e que tem resultado na categorização da transgressão feminina em “como necessitando de proteção”, mas que transparece, também, mudanças na prática dos ilícitos, principalmente no que se refere aos níveis de violência e à coautoria. Ao transformar estas questões em proposta de investigação, assumem-se as próprias limitações deste estudo, cujo carácter exploratório fez nascer tantas questões quantas as respostas.

Um quarto desafio neste trilho de reflexões futuras prende-se com a necessidade de práticas e de intervenção sensíveis ao género. Claro que a questão parecia impor-se: o que se ganha e se perde quando dizemos que as raparigas são diferentes dos rapazes? Como garantir que essas diferenças de género sublinhadas não sejam utilizadas “politicamente” para reforçar respostas sociais pouco hábeis e realmente reeducativas no caso das menores? Concordando com Peters (1998), as soluções mais promissoras não parecem passar por continuar a comprimir as raparigas num sistema desenhado para rapazes ou separar os delinquentes em razão do género. Os programas específicos de género para raparigas parecem surgir como uma resposta compreensiva à delinquência feminina, baseadas nas suas experiências. Existe hoje uma pequena literatura, mas em crescimento⁴, que suporta direções úteis na prossecução de instrumentos de política, avaliação, tratamento e prevenção sensíveis às necessidades e idiossincrasias das raparigas que começam a estar mais representadas no sistema de justiça juvenil.

Destacam-se aqui duas áreas para as quais o olhar se deve dirigir.

A primeira área é a da prevenção e da necessidade de mais respostas com sentido. Destaca-se o desenvolvimento e aprofundamento de programas de prevenção que possibilitem a identificação dos fatores de risco e proteção presentes nos diferentes contextos de vida das jovens. Evidencia-se o trabalho de capacitação e formação dos profissionais e do pessoal técnico para as especificidades desenvolvimentais e sociológicas das raparigas. Sobressai a importância da criação de espaços de relação (*e.g.*, nas escolas e nos bairros), onde as vozes das raparigas sejam valorizadas e ouvidas. Não menos importante é a forma como as raparigas são tratadas quando são institucionalizadas ou processadas como delinquentes. Fazer um “mau programa específico de género” não o vai tornar um bom programa.

Uma outra área refere-se às estatísticas, aos inquéritos de delinquência autorrevelada e aos estudos de *follow up*. É fundamental que as diferentes

⁴ Para aprofundar esta questão, consultar o *Girls Study Group* (Estudo de Grupo de Raparigas), um projeto desenvolvido pelo OJJDP, que tem procurado compreender a delinquência juvenil feminina e identificar estratégias efetivas de prevenção e redução do envolvimento das raparigas na delinquência e na violência.

estatísticas (polícia, tribunais, reinserção social) sejam sensíveis ao gênero. Só assim é possível acompanhar e perceber a evolução da criminalidade participada, julgada e executada no caso das raparigas. É urgente realizar inquéritos de delinquência autorrevelada para que se faça luz na natureza da delinquência feminina e complemente as limitações e insuficiências das estatísticas. Não menos importantes são os estudos de *follow up* e de reincidência que consigam aferir o que estas jovens escreveram depois dessa vírgula que constituiu o cumprimento de medidas tutelares educativas.

Enfim, um último olhar sobre as conclusões conduz-nos a recuperar algumas ideias-força. Ao descrever os diferentes tipos de discursos e percursos transgressivos, damos-nos conta da importância de pensar a delinquência juvenil feminina como um fenómeno heterogêneo, e de como esta percepção é fundamental na recategorização conceptual. Sem pretensões de generalização, levar em consideração esta heterogeneidade pode ter implicações na produção de políticas e nas práticas de intervenção.

Esta diversidade de caminhos apela também a uma superação conciliadora da dicotomia vitimação *versus* agencialidade. Em que medida? Por um lado, vimos como as jovens podem ser consideradas, simultaneamente, vítimas – quando atravessamos o número de contextos sociais com os quais mantêm ligações negativas – e agentes, quando analisamos a forma como elas constroem, (re)criam e negociam os espaços de agencialidade. Os seus percursos de vida são construídos pelas escolhas e pelas ações que adotam dentro de um campo limitado de possibilidades e circunstâncias sociais, familiares, escolares e culturais. Por outro lado, a dicotomia é superada por via do rompimento com as lógicas fatalistas que têm transformado as raparigas em vítimas eternas da sua “condição feminina”, mostrando ao invés que as jovens procuram conquistar o espaço que se abriu para elas, legitimando feminilidades situadas, e não propriamente construindo masculinidades. Os seus comportamentos desafiam os discursos dominantes, ao mostrar que a transgressão feminina é, também, um processo de escolha, que alberga outras motivações, relacionadas com a procura mais ativa do risco, da experimentação e do divertimento.

Vimos como é difícil teorizar sobre a figura feminina quando as palavras e as ideias estão enraizadas em visões masculinas sobre a delinquência juvenil. É importante que se reescrevam estas invisibilidades e que se assumam que “ver e ser visto são duas faces da mesma moeda” (Soares, Bill e Athayde, 2005: 165). Eis um grande desafio para a sociologia do crime e das marginalidades.

Referências bibliográficas

- Adler, Freda (1975), *Sisters in Crime*, Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Agra, Cândido (1990), “Sujet autopoïétique et transgression”, in Pierre Mardaga (ed.) (1990), *Acteur social et délinquance*, pp. 415-426, Bruxelas: Pierre Mardaga.
- Agra, Cândido (1998), *Entre a droga e o crime: Actores, espaços, trajetórias*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Agra, Cândido e Matos, Ana (1997), *Trajetórias Desviantes*, Lisboa: GPCCD Ministério da Justiça.
- Alder, Christine e Worrall, Anne (2004), “A contemporary crisis?”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.), *Girl's Violence: Myths and realities*, pp. 1-19, Nova Iorque: State University of NYPress.
- Alderson, Priscilla (1995), *Listening to Children: Children, ethics and social research*, Ilford: Barnardos.
- Amâncio, Lígia (1993), “Gênero – Representações e identidades”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14: 127-140.
- Archer, Debbie (1998), “Riot Grrrl and raisein girl: femininity within the female gang the power of the popular”, in Jon Vagg e Tim Newburn (eds.), *The British Society of Criminology: selected papers from the British Criminology Conference*, Loughborough University, 18 to 21 July 1995 [online], disponível em: <http://www.britisocrim.org/v1.htm> [consultado em: 5/04/2010].
- Ariès, Phillipe (1981), *História social da criança e da família*, Rio de Janeiro: LTC [2.^a ed.].
- Arnott, Rosemary (2010), *A Girls' Eyes View of Aggressive Adolescent Female Behavior*, tese de doutoramento em Educação, Nova Zelândia: Massey University.
- Arnall, Elaine e Eagle, Susannah (coord.) (2009), *Girls and Offending – Patterns, perceptions and interventions*, Londres: YJB.
- Artz, Sybille (1998), *Sex, Power, and the Violent School Girl*, Toronto: Trifolium Books
- Assis, Simone e Constantino, Patrícia (2001), *Filhas do Mundo: Infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Editora FioCruz.
- Assis, Simone e Souza, Edinilsa (1999), “Criando Caim e Abel – Pensando a prevenção da infração juvenil”, *Ciência Saúde Coletiva*, 4(1), 131-144 [online], disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7136.pdf> [acedido em: 20/03/2010].
- Augé, Marc (1994), *Não lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova: Bertrand.
- Baines, Margaret e Alder, Christine (1996), “Are girls more difficult to work with? Youth workers' perspectives in juvenile justice and related areas”, *Crime & Delinquency*, 42(3): 467-485.
- Bakhtin, Mikael (1997), *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, São Paulo: Hucitec.
- Bandura, Albert (1986), *Social Foundations of Thought and Action*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bartollas, Clemens e Schmallegger, Frank (2010), *Juvenile Delinquency*, New Jersey: Prentice Hall, [8.^a ed.].
- Batacharya, Sheila (2004), “Racism, ‘girl violence’ and the murder of Reena Virk”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.), *Girl's Violence: Myths and realities*, pp. 61-80, Nova Iorque: State University of NYPress.

- Batchelor, Susan (2005), “‘Prove me the bam!’ Victimization and agency in the lives of young women who commit violent offences”, *Probation Journal*, 52 (4): 289-294.
- Batchelor, Susan (2007), “Getting mad wi’ it”: risk-seeking by young women’, in Kelly Hannah-Moffat e Pat O’Malley (eds.), *Gendered Risks*, pp. 205-228, Nova Iorque: Routledge.
- Batchelor, Susan (2009), “Girls, gangs and violence: assessing the evidence”, *Probation Journal*, 56 (4): 399-414.
- Batchelor, Susan; Burman, Michel e Brown, Jane (2004), “Discutindo a violência: vamos ouvi-lo da boca das raparigas”, *Infância e Juventude*, 2: 125-143.
- Bauman, Zygmunt (2001), *Modernidade líquida*, São Paulo: Zahar.
- Bauman, Zygmunt (2007), *A vida fragmentada: Ensaios sobre a moral pós-moderna*, Lisboa: Relógio D’Água.
- Beaud, Stéphane e Weber, Florence (2007), *Guia para a pesquisa de campo. Produzir e analisar dados etnográficos*, Petrópolis: Editora Vozes [4.ª ed.].
- Beck, Ulrich (1997), *Risk Society: Towards a new modernity*, Londres: Sage Publication.
- Becker, Howard (1973), *Outsiders. Studies in the sociology of deviance*, Nova Iorque: Free Press.
- Becker, Howard (1977), *Uma teoria da Ação Coletiva*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Becker, Howard (1994), *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo: Editora Hucitec.
- Belknap, Joanne (2000), *The Invisible Woman: Gender, crime and justice*, Belmont: Wadsworth [2.ª ed.].
- Belknap, Joanne; Dunn, Melissa e Holsinger, Kristi (1997), *Moving toward Juvenile Justice and Youth Serving Systems that Address the Distinct Experience of the Adolescent Female*, Columbus: Office of Criminal Justice Services.
- Belknap, Joanne e Holsinger, Kristi (1998), “An overview of delinquent girls: how theory and practice have failed and the need for innovative changes”, in Ruth Zaplin, *Female Offenders. Critical perspectives and effective intervention*, pp. 3-41, EUA: Aspen Publishers.
- Berger, Peter e Luckman, Thomas (1999), *A construção social da realidade*, Lisboa: Dinalivro.
- Bertaux, Daniel (1997), *Les Récits de vie*, Paris: Nathan.
- Bertrand, Marie-Andrée (1979), *La Femme et le crime*. Montréal: Les Éditions de l’Aurore [online], disponível em: http://i3.makcdn.com/wp-content/blogs.dir/78204/files/2010/08/femme_et_crime_1979.pdf [acedido em: 15/03/2010].
- Bloom, Barbara e Covington, Stephanie (2001), “Effective gender responsive interventions in juvenile justice: Addressing the lives of delinquent girls”, paper presented at the 2001 Annual Meeting of the American Society of Criminology Atlanta, Georgia, November 7-10 [online], disponível em: <http://www.centerfor-genderandjustice.org/pdf/7.pdf> [acedido em: 14/10/2010].
- Bock, Gisele (2008), “Questionando dicotomias: perspetivas sobre a história das mulheres”, in Ana Isabel Crespo et al. (org.), *Variações sobre sexo e género*, pp. 78-101, Lisboa: Livros Horizonte.
- Bogdan, Robert e Biklen, Sari (1994), *Investigação qualitativa em educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*, Porto: Porto Editora.
- Bordonaro, Lorenzo (2010), “From home to the street: Cape Verdean children street migration”, in Sandra Evers; Catrien Notermans e Erik van Ommering (eds.),

- African Children in Focus: A paradigm shift in methodology and theory?*, Leiden: Netherlands African Studies Association and Brill Academic Publishers.
- Born, Cláudia (2001), “Género, trajetórias de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos”, *Sociologias*, 3 (5): 240-265.
- Bourdieu, Pierre (1986), “L’illusion biographique”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 62/ 63: 69-72.
- Bourdieu, Pierre (1993), *La Misère du monde*, Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1997), *Razões práticas sobre a teoria da ação*, Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (1998a), *La distinción: criterios y bases sociales del gusto*, Madrid: Taurus.
- Bourdieu, Pierre (1998b), *Meditações pascalianas*, Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (coord.) (1999), *A miséria do mundo*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Bourdieu, Pierre (2001), *La reproducción: Elementos para una teoría del sistema de enseñanza*, Madrid: Editorial Popular.
- Bourgois, Philippe (1995), *In Search of Respect: Selling crack in El Barrio*, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Bruner, Edward (1986), “Experience and its expressions”, in Edward Bruner e Victor Turner (eds.), *The Anthropology of Experience*, pp. 3-30, Chicago: Illinois University Press.
- Burguess, Robert (1997), *A pesquisa de terreno*, Oeiras: Celta Editora.
- Burman, Michele; Batchelor, Susan e Brown, Jane (2001), “Researching girls and violence”, *The British Journal of Criminology*, 41: 443-459.
- Burman, Michele; Brown, Jane e Batchelor, Susan (2003), “Taking it to heart: girls and the meaning of violence” in Elizabeth Stanko (ed.), *The Meanings of Violence*, pp. 71-89, Nova Iorque: Routledge.
- Burman, Michele; Brown, Jane; Tisdall, Kay e Batchelor, Susan (2000), *Violence Research Programme – A view from the girls: exploring violence and violent behaviour [online]*, disponível em: <http://www.gla.ac.uk/girlsandviolence/> [acedido em: 14/10/2010].
- Butler, Judith (2008), “Variações sobre sexo e género. Beauvoir, Wittig e Foucault”, in Ana Isabel Crespo et al. (org.), *Variações sobre sexo e género*, pp. 154-172, Lisboa: Livros Horizonte.
- Campbell, Anne (1984), *The Girls in the Gangs*, Oxford: Basil Blackwell.
- Campbell, Anne (1993), *Out of Control: Men, women and aggression*, Londres: Pandora.
- Carlen, Pat (1988), *Women, Crime and Poverty*, Milton Keynes: Open University Press.
- Carlen, Pat (2007), “A reclusão de mulheres e a indústria de reintegração”, *Análise Social*, XLII (185): 1005-1019.
- Carmo, Hermano (coord.) (2001), *Problemas sociais contemporâneos*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalho, Isabel (2003), “Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica”, *Horizontes antropológicos*, 9 (19): 283-302.
- Chaves, Miguel (1999), *Casal Ventoso: Da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade económica e dominação simbólica*, Lisboa: ICS – Universidade de Lisboa.
- Chesney-Lind, Meda (1997), *The Female Offender*, California: Sage Publication.
- Chesney-Lind, Meda (1999), “Girls, gangs and violence: anatomy of a Backlash” in Nigel South (ed.), *Youth, Crime, Deviance and Delinquency*, vol. II, pp. 321-341. England: Dartmouth Publishing Company.

- Chesney-Lind, Meda (2004), "Girls and violence: is the gender gap closing?" [online], disponível em: <http://www.ncjservehttp.org/pagirls/pubs/MedaChesneyLind-Girls%20and%20Violence-Is%20the%20Gender%20Gap%20Closing.pdf> [acedido em: 05/09/2008].
- Chesney-Lind, Meda e Eliason, Michele (2006), "From invisible to incorrigible: the demonization of marginalized women and girls", *Crime, Media, Culture*, 2(1): 29-47.
- Chesney-Lind, Meda e Shelden, Randall G. (1992), *Girls Delinquency and Juvenile Justice*, California: Brooks/Cole Publishing Company.
- Cloward, Richard e Ohlin, Loyd (1970), "Diferencial opportunity structure", in Marvin Wolfgang e Franco Ferracuti (Orgs), *The Sociology of Crime and Delinquency*, pp. 300-318, Nova Iorque: John Wiley Sons.
- Cohen, Albert (1955), *Delinquent Boys. The culture of the gang*, Glencoe: Free Press.
- Cohen, Stanley (2002 [1972]), *Moral Panics and Folk Devils*, Londres: MacGibbon and Kee [3.ª ed.].
- Coninck, Frédéric e Godard, Francis (1989), "L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation", *Revue Française de Sociologie*, XXXI: 23-53.
- Constantino, Patrícia (2001), *Entre as escolhas e os riscos possíveis – A inserção das jovens no tráfico de drogas*, dissertação de Mestrado em Saúde Pública, Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz [online], disponível em: <http://teses.iciet.fiocruz.br/pdf/constantinpm.pdf> [acedido em: 17/02/2008].
- Cooney, Siobhan; Small, Stephen e O'Connor, Cailin (2008), *Girls in the Juvenile Justice System: Toward effective gender-responsive programming*, University of Wisconsin [online], disponível em: <http://oja.state.wi.us/docview.asp?docid=12849&clcid=97> [acedido em: 19/12/10].
- Costa, Antônio Firmino da (2001), *Sociologia*, Coimbra: Quimera [3.ª ed.].
- Coulon, Alain (1995), *A Escola de Chicago*, São Paulo: Papiрус Editora.
- Coutant, Isabelle (2005), *Délict de jeunesse. La justice face aux quartier*, Paris: Éditions la Découverte.
- Cowie, John; Cowie, Valerie e Slater, Eliot (1968), *Delinquency in Girl*, Londres: Heinemann.
- Cunha, Manuela (1994), *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- Cunha, Manuela (2002), *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*, Lisboa: Fim do Século.
- Cunha, Manuela (2006), "A reclusão segundo o género: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade", in AAVV, *Educar o Outro: As questões de género, dos direitos humanos e da educação nas prisões portuguesas*, pp. 80-89, Coimbra, Publicações Humanas.
- Cunha, Manuela (2007 não publicado), *Arguição das provas de doutoramento de Raquel Matos: Vidas Raras de Mulheres Comuns. Percursos de Vida, Significações do Crime e Construção da Identidade em Jovens Reclusas*, Universidade do Minho: Braga.
- De Boeck, Filip e Honwana, Alcinda (2005), "Children and youth in Africa: Agency, identity, and place", in Alcinda Honwana e Filip De Boeck (eds.) (2005), *Makers and Breakers. Children and youth in postcolonial Africa*, Oxford: James Currey.
- Dell'Aglio, Débora et al. (2005), "Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas socioeducativas", *Paidéia – Cadernos de*

- Psicologia e Educação*, 15(30) [online], disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n30/13.pdf> [acedido em:1/08/08].
- Dell’Aglia, Débora; Santos, Samara e Borges, Jeane (2004), “Infração juvenil feminina: uma trajetória de abandonos”, *Interação em Psicologia*, 8 (2): 191-198.
- Denzin, Norman (1989), *Interpretive Biography*, Londres: Sage.
- Dias, Figueiredo e Andrade, Costa (1997), *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminológica*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Dias, Isabel (2004), *Violência na família: Uma abordagem sociológica*, Porto, Edições Afrontamento.
- Duarte, Vera (2007), “Estudar a delinquência juvenil: opções teórico-metodológicas”, *Revista Configurações*, 3: 33-46.
- Duarte, Vera (2010), “Através do espelho de Alice: vitimação e agência na infração juvenil feminina”, in Sofia Neves e Marisalva Fávero (org.), *Manual de vitimologia*, pp. 167-193, Coimbra: Almedina.
- Duarte, Vera (2010), “Delinquência juvenil feminina: teorias, olhares e silêncios”, *Ousar integrar – Revista de reinserção social e prova*, 5: 23-36.
- Duarte, Vera (2011), *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*, tese de doutoramento, Braga: Universidade do Minho, disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/19785>.
- Duarte-Fonseca, António (2000), *Condutas desviantes de raparigas nos anos 90*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Duarte-Fonseca, António (2005), *Internamento de menores delinquentes. A lei portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre protecção e repressão, educação e punição*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Duits, Linda (2008), *Multi-Girl-Culture: An ethnography of doing identity*, Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Durkheim, Émile (1973 [1897]), *O Suicídio: Um estudo sociológico*, Lisboa: Editorial Presença.
- Esteves, Alina (1999), *A criminalidade na cidade de Lisboa: Uma geografia da insegurança*, Lisboa: Edições Colibri.
- Fernandes, Luís (1998), *O sítio das drogas*, Lisboa: Notícias Editorial.
- Fernandes, Luís (2008), “Condição juvenil: do risco de se ser vítima ao perigo de se ser ator”, in António Duarte-Fonseca et al. (coords.), *Actas do colóquio Direito das crianças e jovens*. Lisboa: ISPA e CEJ, 85-96.
- Fernandes, Luís e Pinto, Marta (2008), “Juventude urbana pobre e cidade predatória. O guma como figura de ameaça”, in Manuela Ivone Cunha (org.), *Aquém e além da prisão. Cruzamentos e perspectivas*, pp. 177-222, Lisboa: 90° Editora.
- Ferreira, Eduardo (1998), *Crime e insegurança em Portugal: Padrões e tendências*, Oeiras: Celta Editora.
- Ferreira, Manuela e Nelas, Paula (2006), “Adolescências... adolescentes”, *Educação, Ciência e Tecnologia*, 32: 141-162.
- Ferreira, Pedro Moura (1997), “Delinquência juvenil, família e escola”, *Análise Social*, XXXII (143) (4.º-5.º): 913-924.
- Ferreira, Pedro Moura (2000), “Controlo eidentidade: a não conformidade durante a adolescência”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 33: 55-85.
- Fonseca, António (ed.) (2002), *Comportamento antissocial e família: Uma abordagem científica*, Coimbra: Almedina.

- Fonseca, Laura (2001), *Cultura juvenil, percursos femininos: Experiências e subjetividades na educação de raparigas*, Oeiras: Celta Editora.
- Fonseca, Laura (2009), *Justiça social e educação. Vozes, silêncio e ruídos na escolarização das raparigas ciganas e payas*, Porto: Edições Afrontamento.
- Gelsthorpe, Loraine e Sharp, Gilly (2006), “Gender, youth crime and justice”, in Barry Goldson e John Muncie (eds.), *Youth Crime and Justice*, pp. 47-62, Londres: Sage.
- Gelsthorpe, Loraine e Worrall, Anne (2009), “Looking for trouble: A recent history of girls, young women and youth justice”, *Youth Justice*, 9 (3): 209-223.
- Gersão, Eliana (1990), “Raparigas em internato de reeducação – porquê? Para quê?”, *Infância e Juventude*, 4: 47-51.
- Gersão, Eliana (2000), “As novas leis de protecção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa. Uma reforma adequada aos dias de hoje”, *Infância e Juventude*, 2: 9-48.
- Gersão, Eliana e Lisboa, Manuel (1994), “The self report delinquency study in Portugal”, in Josine Junger-Tas et al., *Delinquent Behaviour among Young People in the Western World. First results of the international self-report delinquency study*, pp. 212-237, Amsterdam: Kugler Publication.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Ben (1993), *O inquérito – Teoria e prática*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1996), *As consequências da Modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000), *A dualidade da estrutura: agência e estrutura*, Oeiras: Celta Editora.
- Giordano, Peggy; Cernkovich, Stephen e Rudolph, Jennifer (2002), “Gender, crime and desistance: toward a theory of cognitive transformation”, *American Journal of Sociology*, 107 (4): 990-1064.
- Glaser, Barney e Strauss, Anselm (1999 [1967]), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*, Chicago: Aldine Publishing Company.
- Goffman, Erving (1974), *Manicómios, prisões e conventos*, São Paulo: Editora Perspetiva.
- Goffman, Erving (1988), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, São Paulo: Editora Guanabara.
- Goffman, Erving (1989), *A representação do eu na vida quotidiana*, Petrópolis: Vozes.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa (2000), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Gonçalves, Rui Abrunhosa e Machado, Carla (coords.) (2002), *Violência e vítimas de crimes – Adultos*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Guerra, Isabel (2006), *Pesquisa qualitativa a Análise de Conteúdo*, Cascais: Principia.
- Hamel, Jacques; Dufour, Stéphanie e Fortin, Dominic (1993), *Case Study Methods*, Londres: Sage.
- Hannah-Moffat, Kelly e O’Malley, Pat (2007), “Gendered risks: an introduction”, in Kelly Hannah-Moffat e Pat O’Malley (eds.), *Gendered Risks*, pp. 1-30, Nova Iorque: Routledge.
- Hawkins, Stephanie; Graham, Phillip; Williams, Jason e Zahn, Margaret (2009), “Resilient girls – factors that protect against delinquency”, *OJJDP Girls Study Group: Understanding and responding to Girl’s Delinquency Bulletin*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojjdp/220124.pdf> [acedido em: 14/02/2010].

- Haynie, Dana (2001), "Delinquent peers revisited: does network structure matter?", *American Journal of Sociology*, 106: 1013-1057.
- Haynie, Dana; Giordano, Peggy; Manning, Wendy e Longmore, Monica (2005), "Adolescent romantic relationships and delinquency involvement", *Criminology*, 43 (1): 177-210.
- Herpin, Nicolas (1982), *A sociologia americana: Escolas, problemáticas e práticas*, Porto: Edições Afrontamento.
- Herrera, Verónica e McCloskey, Laura (2001), "Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence", *Child Abuse Negligence*, 25(8): 1037-51.
- Hill, Gary e Atkinson, Maxine (1988), "Gender, familial control, and delinquency", *Criminology*, 26(1): 127-145.
- Hirschi, Travis (1969), *Causes of Delinquency*, Berkeley: University of California.
- Holsinger, Kristi (2000), "Feminist perspectives on female offending: examine real girls' lives", *Women & Criminal Justice*, 12(1): 23-51.
- Hoyt, Stephanie e Scherer, David (1998), "Female juvenile delinquency: Misunderstood by the juvenile justice system, neglected by social sciences", *Law and Human Behavior*, 22(1): 81-107.
- Hughes, Everet (1984), *The Sociological Eye: Selected papers*, New Brunswick: Transaction Book's.
- Hutchison, Elizabeth (2011), "A life course perspective", in *Dimensions of Human Behavior: Person and environment*, California: Sage Publications, 1-38 [4.º ed.].
- Jardim, Maria Amélia (2005), "Contributos para uma política de prevenção da delinquência e vitimização juvenis", *Infância e Juventude*, 3: 25-159.
- Joaquim, Teresa (1997), *Menina e Moça, a construção social da feminilidade*, Lisboa: Fim do Século.
- Katz, Jack (1988), *The Seductions of Crime*, Nova Iorque: Basic Books.
- Kerperman, Jennifer e Smith-Adcock, Sondra (2005), "Female adolescents' delinquent activity: The intersection of bonds to parents and reputation enhancement", *Youth and Society*. 37(2), 176-20 [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/176> [acedido em: 7/08/2008].
- Kruger, Holly (2009), *Exploring a Delinquent Past: Women's experiences as adolescents involved in delinquent activities*, Tese de Mestrado em Educação, Saskatoon, University of Saskatchewan [online], disponível em: http://library2.usask.ca/theses/available/etd-06142009-192823/unrestricted/Exploring_a_Delinquent_Past.pdf [acedido em: 19/12/2010].
- Lahire, Bernard (2004), *Retratos sociológicos. Disposição e variações individuais*, São Paulo: Artmed Editora.
- Lahire, Bernard (2004), *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*, São Paulo: Editora Ática.
- Lahire, Bernard (2005), "Patrimónios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual", *Sociologia – Problemas e práticas*, 49: 11-42.
- Lancôt, Nadine (2008), "A delinquência feminina: a eclosão e a evolução do conhecimento", in Marc Le Blanc, Marc Ouimet e Denis Szabo (coord.). *Tratado de criminologia empírica*, pp. 337-371, Lisboa: Climepsi Editores.
- Le Blanc, Marc (2008), "O comportamento delinquente dos adolescentes: o seu desenvolvimento e a sua explicação" in Marc Le Blanc, Marc Ouimet e Denis Szabo (coord.), *Tratado de criminologia empírica*, pp. 295-336. Lisboa: Climepsi Editores.

- Lemert, Edwin (1951), *Social Pathology: A systematic approach to the theory of sociopathic behavior*, Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Leote de Carvalho, Maria João (2000), “Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil”, *Infância e juventude*, 3: 27-47.
- Leote de Carvalho, Maria João (2001), “Em torno do método biográfico”, *Infância e juventude*, 2: 107-136.
- Leote de Carvalho, Maria João (2003), *Entre as malhas do desvio*, Oeiras: Celta Editora.
- Leote de Carvalho, Maria João (2005), “Jovens, espaços, trajectórias e delinquências”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 49: 71-93.
- Leote de Carvalho, Maria João (2010), *Do outro lado da cidade: Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*, tese de doutoramento, Lisboa; Universidade Nova de Lisboa, disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>.
- Leschied, Alan; Cummings, Anne; Brunshot, Michele; Cunningham, Alison e Saunders, Angela (2000), *Female Adolescent Aggression: A review of the literature and the correlates of aggression* (user Report No. 2000-04). Ottawa: Solicitor General Canada.
- Lewis, Oscar (1979), *Os filhos de Sanchez*, Lisboa: Moraes [2.^a ed.].
- Lipovsky, Gilles (1989), *A era do vazio*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Loeber, Rolf; David Farrington e David Petchuk (2003), *Child Delinquency: Early intervention and prevention [online]*, disponível em: <http://eric.ed.gov/PDFS/ED477922.pdf> [acedido em: 19/12/2010].
- Loeber, Rolf e Stouthamer-Loeber, Magda (1998), “Development of juvenile aggression and violence: Some common misconceptions and controversies”, *American Psychologist*, 53: 242-259.
- Lombroso, Cesare e Ferrero, Guglielmo (1895), *The Female Offender*, Nova Iorque: Appleton.
- Loper, Ann (2000), *Female Juvenile Delinquency: Risk factors and promising interventions [online]*, disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/183499.pdf> [acedido em: 01/12/2010].
- Lopes, João Teixeira *et al.* (2010), “Género e música electrónica de dança: experiências, percursos e ‘retratos’ de mulheres clubbers”, *Sociologia – Problemas e práticas*, 62: 35-56.
- Lourenço, Nelson e Lisboa, Manuel (1998), *Dez anos de crime em Portugal*, Lisboa, Cadernos do CEJ.
- Louro, Guacira (2006), *Feminilidades na pós-modernidade [online]*, disponível em: <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys10/riogrande/guacira.htm> [acedido em: 25/02/2011].
- Lucchini, Riccardo (1997), “A mulher e a desviância ou o debate sobre a especificidade da delinquência feminina”, *Infância e juventude*, 2: 71-126.
- Luke, Katherine (2008), “Are girls really becoming more violent? A critical analysis”, *Affilia. Journal of Women and Social Work*, 23(1): 23-38.
- Lyng, Stephen (2004), “Crime, edgework and corporeal transaction”, *Theoretical Criminology*, 8(3): 359-375.
- Machado, Carla (2004), *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagem do outro*, Lisboa: Notícias Editorial.
- Machado, Fernando (2002), *Contrastes e continuidades – Migração, etnicidade e integração dos guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

- Manita, Celina (2000), “Das descobertas privadas aos crimes públicos: evolução dos significados em trajetórias de droga-crime”, *Revista Toxicodependências*, 6 (2): 17-31.
- Manita, Celina (2001), “Evolução dos significados em trajetórias de droga-crime (II): novos sentidos para a intervenção psicológica com toxicodependentes”, *Revista Toxicodependências*, 7(3): 59-72.
- Marteleira, Joana (2007), “Estudo de caracterização do perfil dos educandos internados nos Centros Educativos do Ministério da Justiça a 30 de junho de 2005”, *Infância e juventude*, 2: 67-186.
- Martin, Patricia (2003), “‘Said and done’ versus ‘saying and doing’. Gendering practices, practicing gender at work”, *Gender & Society*, 17(3): 342-366.
- Matos, Raquel (2008), *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Coimbra: Almedina.
- Matza, David (1964), *Becoming Deviant*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- McIvor, Gill (ed.) (2004), *Women who Offend*, Londres: Research Highlights in Social Work 44.
- McNay, Lois (2000), *Gender and Agency. Reconfiguring the subject in feminist and social theory*, Cambridge: Polity Press.
- McRobbie, Angela (1994), *Postmodernism and Popular Culture*, Londres: Routledge.
- McRobbie, Angela e Garber, Jenny (1976), “Girls and subcultures”, in Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance through Rituals. Youth Subcultures in Post-War Britain*. Londres: Hutchinson; Birmingham, 209-222 [online], disponível em: <http://www.gold.ac.uk/media/girls-subculture.pdf> [acedido em: 20/11/2010].
- Mead, George (1962), *Mind, Self and Society from the Standpoint of a Social Behaviourist*, Chicago: The University Of Chicago Press.
- Mead, Margaret (1928), *Coming of Age in Samoa*, Nova Iorque: William Morrow & Company.
- Merton, Robert (1970), *Sociologia: Teoria e estrutura*, São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Messerschmidt, James (1997), *Crime as Structured Action: Gender, race, classe and crime in the making*, Thousand Oaks: Sage.
- Messerschmidt, James (2000), *Nine Lives. Adolescent masculinities, the body and violence*, Colorado: Westview Press.
- Messerschmidt, James (2002), “On gang girls, gender and structured action theory: a reply to Miller”, *Theoretical Criminology*, 6 (4): 461-475.
- Messerschmidt, James (2004), *Flesh and Blood: Adolescent gender diversity and violence*, Oxford: Rowman & Littlefield.
- Messerschmidt, James (2009), “‘Doing gender’: the impact and future of salient sociological concept”, *Gender & Society*, 23(1), 85-88 [online], disponível em: <http://www.usm.maine.edu/crm/faculty/jim/doinggender.pdf> [acedido em: 30/10/2008].
- Miller, Darcy; Trapani, Catherine e Fejes-Mendonza, Kathy (1995), “Adolescent female offenders: unique considerations”, *Adolescence*, 30: 429-436.
- Miller, Jody (2001), *One of the Guys: Girls, gangs and gender*, Nova Iorque: Oxford University Press.
- Miller, Jody (2002), “The strengths and limits of ‘doing gender’ for understanding street crime”, *Theoretical Criminology*, 6 (4): 433-460.
- Miller, Jody e White, Norman (2004), “Situational effects of gender inequality on girls’ participation in violence”, in Christine Alder e Anne Worrall (eds.). *Girl’s Violence: Myths and realities*, pp. 167-190. Nova Iorque: State University of NY Press.

- Miller, Susan (2005), *Victims as Offenders: The paradox of women's violence in relationship*, New Jersey: Rutgers University Press.
- Miller, Susan (ed.) (1998), *Crime Control and Women*, California: Sage Publication.
- Miller, Walter (1958), "Lower class culture as a generating milieu of gang delinquency", *Journal of Social Issues*, 14: 5-19.
- Moffitt, Terrie; Caspi, Avshalom; Rutter, Michael e Silva, Phil (2001), *Sex Differences in Antisocial Behaviour: Conduct disorder, delinquency, and violence in the Dunedin Longitudinal Study*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Morash, Merry (2006), *Understanding Gender, Crime and Justice*, Londres: Sage Publications.
- Morin, Edgar (1994 [1981]), "Para onde vai o mundo", in *As grandes questões do nosso tempo*, pp. 233-264, Lisboa: Editorial Notícias.
- Muller, Elaine (2004), "Juventude e algumas questões e relações de género", *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, 5 (11) [online], disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme> [acedido a 02/11/2011].
- Naffine, Ngaire (1987), *Female Crime: The construction of women in criminology*, Sydney: Allen and Unwin.
- Nayak, Anoop e Kehily, Mary (2008), *Gender, Youth and Culture: Young masculinities and femininities*, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Neves, Tiago (2008), *Entre educativo e penitenciário: Etnografia de um centro de internamento de menores delinquentes*, Porto: Edições Afrontamento.
- Nogueira, Conceição (2001), "A análise do discurso", in Leandro Almeida e Eugénia Fernandes (eds.), *Métodos e técnicas de avaliação: Novos contributos para a prática e investigação*, pp. 15-48, Braga: CEEP.
- O'Toole, Laura e Schiffman, Jessica (ed.) (1997), *Gender Violence. Interdisciplinary perspectives*, Nova Iorque: New York University Press.
- Olweus, Dan (1993), *Bullying at School*, Oxford e Cambridge: Blackwell.
- Pais, José Machado (1990), "A construção sociológica da juventude – Alguns contributos", *Análise Social*, XXV (105-106): 139-165.
- Pais, José Machado (1993), *Culturas juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pais, José Machado (2002), *Sociologia da vida quotidiana*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, José Machado (2005a), *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*, Porto: Ambar Editora.
- Pais, José Machado (org.) (2005b), *Traços e riscos de vida: Uma abordagem qualitativa dos modos de vida juvenis*, Porto: Ambar Editora.
- Pais, José Machado e Cabral, Manuel Villaverde (coord.) (2003), *Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo*, Oeiras: Celta Editora.
- Passeron, Jean-Claude (1989), "Biographies, flux, itineraries, trajectories", *Revue Française de Sociologie*, 31 (5): 3-22.
- Pereira, Ana Cristina (2009), *Meninos de ninguém*, Lisboa: Ulisseia.
- Peters, Sheila (2001), "Relationships' role in female juvenile delinquency", *Corrections Today*, 63 (7): 76-79.
- Peters, Sheila (coord.) (1998), *Guiding Principles for Promising Female Programming: An inventory of best practices*, OJJDP [online], disponível em: http://www.ojjdp.gov/pubs/principles/ch1_1.html [acedido em: 19/12/10].
- Pettersson, Tove (2005), "Gendering delinquent networks: a gendered analysis of violent crimes and the structure of boys'and girls'cooffending networks",

- Young, vol. 13(3), 247-267 [online], disponível em: <http://you.sagepub.com/cgi/content/abstract/13/3/247> [acedido em: 4/08/2008].
- Pinheiro, Alexandra (coord.) (2004), *Estudo Violência Juvenil – Histórias e percursos*, Porto: Fundação da Juventude.
- Pollack, Shoshana (2000), “Reconceptualizing women’s agency and empowerment”, *Women & Criminal Justice*, 12(1): 75-89.
- Potter, Jonathan e Wetherell, Margareth (1987), *Discourse and Social Psychology*, Londres: Sage Publications.
- Reckless, Walter (1970), “Containment theory”, in Marvin Wolfgang, Leonard Savitz e Norman Johnston, *The Sociology of Crime and Delinquency*, New York: John Wiley and Sons.
- Redondo, Lourdes e Otero-Lopez, José (2005), *Jovenes delinquents*, Barcelona: Ariel.
- Rijo, Daniel et al. (2006), *Gerar Percursos Sociais (GPS). Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento desviante* [online], disponível em: http://www.dgicd.min-edu.pt/cidadania/Documents/Equal/Produto_GPS.pdf [acedido em: 09/12/2011].
- Rodrigues, Anabela e Duarte-Fonseca, António (2000), *Comentário da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Roosmalen, Erica e Krahn, Harvey (1996), “Boundaries of youth”. *Youth and Society*, 28 (3) [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/28/1/3> [acedido em: 7/08/08].
- Sá, Alvino (2001), “Delinquência infanto-juvenil como uma das formas de solução da privação emocional”, *Atas do I Congresso de Psicologia Clínica*, São Paulo, 14 a 18 de maio.
- Santos, Boaventura (dir.); Conceição Gomes (coord.) (2004), *Os caminhos difíceis da nova justiça tutelar educativa*, Coimbra: OPJ – CES.
- Santos, Boaventura (dir.); João Pedroso e Eliana Gersão (coord.) (1998), *Relatório do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. A Justiça de menores: As crianças entre o risco e o crime*, Coimbra: OPJ – CES.
- Santos, Boaventura de Sousa (dir.); Paula Fernando e Sílvia Portugal (coord.) (2010), *Entre a lei e a prática: Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra: OPJ – CES.
- Sartre, Jean-Paul (1987), *O existencialismo é um humanismo*, São Paulo: Nova Cultural.
- Schilt, Kristen (2003), ‘I’ll resist with every inch and every breath’: girls and zine making as a form of resistance. *Youth and Society*, 35 (1), 71-97 [online], disponível em: <http://yas.sagepub.com/cgi/content/abstract/35/1/71> [acedido em: 07/08/2008].
- Schur, Edwin (1984), *Labeling Women Deviant. Gender, stigma and social control*, Nova Iorque: McGraw-Hill Company.
- Schutz, Alfred (1974), *El problema de la realidad social*, Buenos Aires: Amorrortu.
- Seabra, Hugo (2005), *Delinquência a preto e branco: Estudo de jovens em reinserção*, Lisboa: ACIME.
- Sebastião, João (1998), *Crianças de ruas: Modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.
- Shaw, Margaret (1995), “Conceptualizing violence by women”, in R. Emerson Dobash, Russel Dobash e Lesley Noaks (eds.), *Gender and Crime*, pp. 115-131, Cardiff: University of Wales Press.

- Shaw, Margaret e Dubois, Sheryl (1995), "Understanding violence by women: a review of the literature" [online], disponível em: <http://www.csc-scc.gc.ca/text/prgrm/fsw/fsw23/toce-eng.shtml> [acedido em: 2/9/2008].
- Shomaker, Donald (1996), *Theories of Delinquency*, Oxford: Oxford University Press [3.ª ed.].
- Shover, Neal; Norland, Stephen; James, Jeniffer e Thornton, William (1979), "Gender roles and delinquency", *Social Forces*, 58(1): 162-175.
- Silva, Augusto Santos e Pinto, José Madureira (org.) (1999), *Metodologias das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento.
- Silva, Sofia (2010), "'Eu tenho um feeling!' Diana, seguindo as pegadas de Antígona", in Manuel Sarmento e Fátima Veiga (org.), *Pobreza Infantil: Realidades, desafios, propostas*, pp. 153-166. Famalicão: Edições Húmus.
- Simões, Maria Celeste (2007), *Comportamentos de risco na adolescência*, Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- Simpson, Sally e Elis, Lori (1995), "Doing gender: sorting out the caste and crime conundrum", *Criminology*, 33: 47-81.
- Smart, Carol (1976), *Women, Crime and Criminology*, Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Snider, Laureen (2003), "Constituting the punishable woman. Atavistic man incarcerates postmodern women", *British Journal of Criminology*, 43: 354-378.
- Soares, Luiz Eduardo; Bill, M. V. e Athayde, Celso (2005), *Cabeça de Porco*, Rio de Janeiro: Editora Objetiva.
- Sommers, Evelyn (1995), *Voices from Within. Women who have broken the law*, Canadá: University of Toronto Press.
- Spink, Mary Jane (2001), "Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia", *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6), 1277-1311 [online], disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v17n6/6944.pdf> [acedido em: 15/04/2011].
- Spink, Mary Jane (2010), *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Steffensmeier, Darrel e Allan, Emilie (1996), "Gender and crime: toward a gendered theory of female offending", *Annual Review Sociology*, 22: 459-487.
- Steffensmeier, Darrell e Jennifer Schwartz. (2003a), "Contemporary explanations of female offending" [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20\(Contemporary\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20(Contemporary).pdf) [acedido em: 01/08/2010].
- Steffensmeier, Darrell e Jennifer Schwartz. (2003b), "Trends in female crime: It's still a man's world" [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20\(Trends\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20(Trends).pdf) [acedido em: 02/08/2010].
- Steffensmeier, Darrell; Schwartz, Jennifer; Zhong, Hua e Ackerman, Jeff (2005), "An assessment of recent trends in girls' violence using diverse longitudinal sources: is the gender gap closing?" *Criminology* 43(2), 355-406 [online], disponível em: [http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20\(Gender%20Gap\).pdf](http://cooley.libarts.wsu.edu/schwartz/pdf/Schwartz%20(Gender%20Gap).pdf) [acedido em: 02/08/2010].
- Strauss, Anselm (2002 [1959]), *Mirrors and Masks: The search for identity*, New Brunswick and Londres, Transaction Publishers.
- Sutherland, Edwin (1937), *Principes de criminologie*, Paris: Éditions Cujas.
- Svensson, Robert (2004), "Shame as a consequence of parent-child relationship: a study of gender differences in juvenile delinquency", *European Journal of Criminology*, 1 (4): 477-504.

- Thompson, William e Bynum, Jack (2010), *Juvenile Delinquency: A sociological approach*, Boston: Pearson [8.º ed.].
- Tornberry, Terence e Krohn, Marvin (2004), “O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista”, in António Castro Fonseca (ed.), *Comportamento anti-social e crime*, pp. 133-160, Coimbra: Almedina.
- Van Voorhis, Patricia; Salisbury, Emily; Bauman, Ashley; Holsinger, Kristi e Wright, Emily (2007), *Classifying Women Offenders: Achieving accurate pictures of risk and identifying gender responsive needs* [online], disponível em: <http://www.uc.edu/womenoffenders/ICCA%20ADDRESS.pdf> [acedido em: 15/10/2010].
- Vedder, Clyde e Somerville, Dora (1970), *The Delinquent Girl*, Springfield: Charles C Thomas.
- Vinet, Eugénia e Bañares, Paula (2009), “Caracterização de personalidade de mulheres adolescentes infratoras de lei: um estudo comparativo”, *Paideia*, 19 (43), 143-152 [online], disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2009000200002&script=sci_arttext [acedido em: 15/02/2011].
- Vuille, Joëlle (2007), “De la délinquance des femmes: réponse à M. Guedah”. *Revue Internationale de criminologie et de police technique et scientifique*, LX (2), 181-187.
- Wacquant, Loic (2000), *As prisões da miséria*, Oeiras: Celta Editora.
- Walgrave, Lode (2000), “Vulnerabilidade societal e ação social”, in Marc-Henry Soulet (org.), *Da não-integração*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Weller, Wivian (2005), “A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível”, *Revista Estudos Feministas*, 13(1): 107-126.
- West, Candace e Zimmerman, Don (1987), “Doing gender”, *Gender & Society*, 1(2): 125-151.
- Winnicott, Donald (1987), *Privação e delinquência*, São Paulo: Martins Fontes.
- Worrall, Anne (1990), *Offending Women. Female lawbreakers and the criminal justice system*, Londres: Routledge.
- Worrall, Anne (2005), “Raparigas em risco? Reflexões sobre as mudanças de atitude relativamente à delinquência de mulheres jovens”, *Infância e juventude*, 2: 71-84.
- Xiberras, Martine (1993), *As teorias da exclusão, para a construção do imaginário do desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Yin, Robert (1994), *Case Study Research: Design and methods*, Thousand Oaks: Sage.
- Young, Tara; Fitzgerald, Marian; Hallsworth, Simon e Joseph, Ian (2007), *Guns, Gangs and Weapons*, Londres. Youth Justice Board.
- Zahn, Margaret (ed.) (2009), *The Delinquent Girl*, Philadelphia: Temple University Press.
- Zahn, Margaret et al. (2008), “Violence by teenage girls: trends and context”, *OJJDP Girls Study Group: Understanding and responding to girl's delinquency*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/ojdp/218905.pdf> [acedido em: 14/02/2010].
- Zahn, Margaret et al. (2010), “Causes and correlates of girl's delinquency”, *OJJDP Girls Study Group: understanding and responding to girl's delinquency*, Washington: US Office of Justice Programs [online], disponível em: http://girlsstudygroup.rti.org/docs/GSG_Causes_and_Correlates_Bulletin.pdf [acedido em: 5/04/2010].
- Zimmerman, Jeffrey e Dickerson, Victoria (1994), “Using a narrative metaphor: Implications for theory and clinical practice”, *Family Process*, 33: 233-245.

Outros documentos

Imprensa

- Comunidade Segura* – “Cresce o número de meninas em gangues e de gangues femininas nos EUA e na Europa”, 5 de novembro de 2003 [online], disponível em: <http://www.comunidadessegura.org.br/pt-br/node/10508> [acedido em: 25/10/2010].
- Correio Braziliense* – “Meninas comandam gangue”, 11 de novembro de 2007 [online], disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4174&Itemid [acedido em: 25/10/2010].
- Correio do Minho* – “As instituições têm de mudar”, 31 de outubro de 2009 [online], disponível em: <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=17043> [acedido em: 15/11/2009].
- Diário de Notícias* – “Cada vez mais mulheres entram no mundo do crime”, 9 de janeiro de 2011 [online], disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1752488 [acedido em: 15/01/2011].
- Ideal.es* – “Más del 10% de los delincuentes juveniles son chicas adolescentes”, 30 de dezembro de 2006 [online], disponível em: <http://argijokin.blogcindario.com/2006/12/05717-jaen-mas-del10-de-los-delincuentes-juveniles-son-chicas-adolescentes.html> [acedido em: 25/10/2010].
- Jornal de Notícias* – “Agressoras de adolescente já identificadas”, 25 de maio de 2011, p. 52.
- Jornal i* – “Agressoras de jovem de 13 anos são investigadas por outros crimes”, 9 de junho de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/129253-agressoras-jovem13-anos-sao-investigadas-outros-crimes> [acedido em: 9/06/2011].
- Jornal i* – “Agressores em prisão preventiva. Mão pesada ou justa do superjuiz?”, 30 de maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/126755-agressores-em-prisao-preventiva-mao-pesada-ou-justa-do-superjuiz> [acedido em: 9/06/2011].
- Jornal i* – “Bruna ia para uma festa. Acabou com cem pontos no corpo”, 31 de maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/127026-bruna-ia-uma-festa-acabou-com-cem-pontos-no-corpo> [acedido em: 9/06/2011].
- Jornal i* – “Ministério Público investiga agressão violenta a jovem de 14 anos”, 25 de maio de 2011 [online], disponível em: <http://www.ionline.pt/conteudo/125560-ministerio-publico-investiga-agressao-violenta-jovem14-anos---video> [acedido em: 9/06/2011].
- Le Monde* – “Les chiffres de la délinquance des mineurs restent assez faibles”, 5 de outubro de 2010 [online], disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2010/10/05/les-chiffres-de-la-delinquance-des-mineurs-restent-assez-faibles_1420667_823448.html [acedido em: 6/10/2010]
- Notícias Magazine*, 807, 11 de novembro de 2007, pp. 34-39.
- Público*, “Violenta agressão de jovens foi exibida na internet e está a ser investigada pela PSP”, 25 de maio de 2011, p. 12.
- Revista Sábado* – “Mais filmes de ódio entre raparigas – Outros casos de violência brutal entre miúdas”, 370, 2 a 8 de junho de 2011, pp. 84-88.

Legislação e outra regulamentação

Código Penal, 2009, Verbo Jurídico.

Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989, Nações Unidas.

Directrizes das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil (Diretrizes de Riade), 1990, Nações Unidas.

Exposição de Motivos da Proposta de Lei que veio a originar a Lei Tutelar Educativa (Proposta de Lei n.º 266/VII que consta no Diário da Assembleia da República – II Série A, n.º 54, de 17/04/1999).

Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Lei n.º 147/99, de 1 de setembro.

Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social, Decreto-Lei n.º 126/2007.

Lei Tutelar Educativa (LTE), Lei 166/99, de 14 de setembro.

Organização Tutelar de Menores (OTM), Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro.

Plano DOM, Despacho n.º 8393/2007, de 10 de maio.

Recomendação do Conselho da Europa sobre reacções sociais à delinquência juvenil, R(87) 20.

Recomendação do Conselho da Europa sobre reacções sociais ao comportamento delinquento dos jovens de famílias imigrantes, R (88) 6.

Regime Penal Especial para jovens adultos, Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça de Menores (Regras de Beijing), 1985, Nações Unidas.

Regras Mínimas das Nações Unidas para a Protecção de Menores Privados de Liberdade (Regras de Havana), 1990, Nações Unidas.

Regras Mínimas das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio), 1990, Nações Unidas.

Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, Decreto-Lei n.º 323-D/2000, de 20 de dezembro.

Regulamento Interno do Centro Educativo Navarro de Paiva, dezembro de 2009.

Relatórios e Estatísticas

Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, Relatório 2012 [online], disponível em: www.sg.mj.pt/sections/noticias/relatorio-sobre-centros

Difusão Estatística da Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS) [online], disponível em: <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>

Estatísticas da Justiça, Direcção-Geral de Política da Justiça (DGPJ) [online], disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>

Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), 2006-2009 [online], disponível em: <http://www.mai.gov.pt>

Plano de Intervenção Imediata – Relatório de caracterização das crianças em situação de acolhimento, 2009, Instituto de Segurança Social

Websites

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – www.apav.pt

Direcção-Geral de Política da Justiça – www.dgpj.mj.pt

Direcção-Geral de Reinserção Social – www.dgrs.mj.pt

Girls Study Group – http://girlsstudygroup.rti.org/index.cfm?fuseaction=dsp_home;
<http://www.ojjdp.gov/programs/girlsdelinquency.html>

Ministério da Administração Interna – www.mai.gov.pt

Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention – <http://www.ojjdp.gov/>

Programa Escolhas – <http://www.programaescolhas.pt/>

Índice geral

| | |
|---|----|
| Prefácio | 5 |
| Notas prévias e agradecimentos | 9 |
| Introdução – Dos rumores aos rumos | 11 |
| <i>Capítulo 1 Delinquência juvenil feminina: a construção social do objeto</i> | 17 |
| 1.1. Juventudes, feminilidades e delinquências | 17 |
| 1.2. Contextualização da (in)visibilidade social do fenómeno | 27 |
| 1.2.1. (Re)construindo invisibilidades no contexto português | 35 |
| <i>Capítulo 2 Olhares teóricos sobre a presença feminina na delinquência juvenil</i> | 43 |
| 2.1. Construção da delinquência (juvenil) feminina na sociologia do crime | 43 |
| 2.1.1. Teorias masculinas para vidas femininas | 43 |
| 2.1.2. Quando a figura feminina é protagonista... | 46 |
| 2.1.3. Reconstrução dos discursos sobre a figura feminina: entre a vitimação e a agencialidade | 51 |
| 2.2. Expressões da transgressão juvenil feminina | 59 |
| <i>Capítulo 3 Desenho teórico-metodológico: escolhas e processos</i> | 73 |
| 3.1. Eixos conceptuais estruturantes da investigação: a delinquência como ação estruturada | 73 |
| 3.2. Enquadramentos e fundamentação do método. A opção por metodologias qualitativas | 79 |
| 3.3. Incursões metodológicas no terreno: (re)construções das condições de pesquisa | 85 |

| | |
|---|-----|
| Capítulo 4 Perfil sociológico da população em estudo | 95 |
| 4.1. Caracterização das jovens com Medidas Tutelares Educativas | 95 |
| 4.2. Dando um nome às protagonistas | 118 |
| Capítulo 5 Cenários interativos de vitimação e transgressão | 125 |
| 5.1. A entrada das jovens no mundo da delinquência: ‘nós’ de vida comuns | 125 |
| 5.1.1. O <i>puzzle</i> familiar: quando as peças faltam... | 126 |
| 5.1.2. A Escola: uma vitrina de insucessos | 148 |
| 5.1.3. As contexturas da amizade e do namoro: as influências e a experimentação do risco | 151 |
| 5.2. As experiências e os significados da transgressão | 163 |
| 5.2.1. No trilho da infração | 163 |
| 5.2.2. Refletindo sobre as coisas que fizemos... | 170 |
| Capítulo 6 Itinerâncias e errâncias: discursos e percursos de transgressão | 177 |
| 6.1. Ditos, interditos e não ditos: elementos para a compreensão dos discursos | 179 |
| 6.2. Das práticas discursivas aos percursos transgressivos | 186 |
| 6.2.1. Discursos sobre transgressão | 187 |
| 6.2.2. Percursos transgressivos | 190 |
| 6.2.3. Enlaçando pontas soltas | 201 |
| Conclusões Finalizando e repensando | 205 |
| Referências bibliográficas | 221 |

DISCURSOS E PERCURSOS
NA DELINQUÊNCIA JUVENIL FEMININA

Autora: Vera Mónica Duarte

Capa: Gonçalo Gomes

Director de Coleção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2012
Apartado 7081
4764-908 Ribeirão V. N. Famalicão
Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão
1.ª edição: Dezembro de 2012
Depósito legal: 353098/12
ISBN: 978-989-8549-43-3

Coleção: Debater o Social – 16

/ Discursos e Percursos na delinquência juvenil feminina é o resultado da investigação de doutoramento da autora, que oferece ao/à leitor/a um olhar científico sobre o fenómeno da delinquência juvenil no feminino, suportado em dois grandes eixos. Por um lado, debater a construção das (in)visibilidades sociais e científicas do fenómeno, contribuindo para a discussão entre delinquência juvenil e género. Por outro lado, retratar os contextos, as experiências e os significados da transgressão nos percursos de vida de raparigas em conflito com a lei, particularmente jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas institucionais e na comunidade. O registo polifónico das suas vozes exigiu leituras críticas que sublinhem a importância de olhar a figura feminina não apenas como vítima, mas também como sujeito ativo na construção da própria vida. Desocultando e reescrevendo estas invisibilidades, propõe-se uma reflexão que permita abrir espaços de leitura sobre a presença feminina na delinquência juvenil e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento de uma agenda de investigação e intervenção com respeito a este grupo e a esta problemática.

Vera Mónica Duarte Professora auxiliar no Instituto Superior da Maia (ISMAI) e investigadora no Centro de Investigação em Ciências Sociais, da Universidade do Minho (CICS/UM) e na Unidade de Investigação em Criminologia e Ciências do Comportamento, do Instituto Superior da Maia (UICCC/ ISMAI) da qual é, atualmente, diretora. Doutorada em Sociologia, pela Universidade do Minho, com um projeto financiado pela FCT e uma tese sobre delinquência juvenil feminina, tem desenvolvido trabalho de docência, produção científica e investigação nas áreas da sociologia do desvio e do crime, da delinquência juvenil e do género.



Universidade do Minho
 Centro de Investigação em Ciências Sociais



Financiado por Projeto Estratégico
 Pest-OE/SADG/UI0710/2011



ISBN: 978-989-8549-43-3



9 789898 549433